

CANALIZADOS

Revista

V.5 nº 1 / 1. JUNHO de 2001



CALASANS
1915-2001

REVISTA CANUDOS

V.5 nº 1/1, junho de 2001



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
CENTRO DE ESTUDOS EUCLYDES DA CUNHA - CEEC

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

César Borges

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Eraldo Tinoco

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Ivete Alves do Sacramento

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Lourivaldo Valentim

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

João Gomes

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Manoelito Damasceno

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Rita Maria Bastos Vieira

CENTRO DE ESTUDOS EUCLYDES DA CUNHA

Luiz Paulo Almeida Neiva

EDITORES

Equipe do CEEC

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Olavo

Climaco Dias

Edvaldo Machado Boaventura

Eldon Canário

Gumerindo Martins Sá Filho

Lícia Soares de Souza

Luiz Paulo Almeida Neiva

Marco Antônio Villa

Manoel Neto

Oleone Coelho Fontes

Renato Ferraz

PRÉ-EDITORACÃO

Alberico Carvalho Bouzón

Alexandre Martinez Caramelo Vasquez

Irana Arali Barros de Abreu

EDITORACÃO/CAPA

Adriano Reis

Djalma Fiuza

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

CEEC

FOTOS DA CAPA E CONTRA CAPA

Claude Santos

(José Calasans no Sertão de Canudos em 1998 e
no Alto da Favela em 1991)

ISSN 1413-941

REVISTA CANUDOS

DE
de
de
de



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
CENTRO DE ESTUDOS EUCLYDES DA CUNHA - CEEC

Revista Canudos / Universidade do Estado da Bahia
Centro de Estudos Euclides da Cunha.
v. 5, n. 1/1 (junho de 2001) salvador: uneb, 2001

ISSN 1413-941

1. Canudos, Ba - História. 2. Brasil - História - Guerra de Canudos, 1897

CDD: 981.05

CDU: 981 "1897"

IMPRESSÃO:



“REVISTA CANUDOS” é uma publicação semestral de tema que analisa e discute assuntos relacionados ao semi-árido do estado da Bahia, aberta a contribuições externas, desde que estejam de acordo com a linha editorial adotada. Os textos deverão estar digitados em Word 7.0 ou outro editor de texto compatível e ter no mínimo 04 (quatro) e no máximo 16 (dezesseis) laudas. Os artigos publicados são de inteira responsabilidade dos autores, e não refletem a opinião do Centro e/ou da Universidade. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. A correspondência relativa a colaboração, pedidos de permuta, assinaturas, etc., deve ser dirigida ao CEEC, sito ao Largo do Carmo, nº04 - Centro Histórico - Salvador/Ba - CEP. 41910-000 - Tel. (71)2410787/0840

E-mail: ceec@uneb.br

SUMÁRIO

EDITORIAL.....

ESPECLAIS

AMEMÓRIA DAS MEMÓRIAS DE CANUDOS: A PESQUISA E
A OBRA DE JOSÉ CALASANS.....007

Edvin Reesink

ARQUEOLOGIA E RECONSTITUIÇÃO MONUMENTAL DO
PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS - *Salvamento Arqueológico no
Vale da Morte (Relatório)*.....055

Erika M. Robrahn-González e Paulo Eduardo Zanettini

PARTE I DESENVOLVIMENTO LOCAL

VALE MAIS DO QUE PESA: A ARTICULAÇÃO DOS
PEQUENOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE
PAULO AFONSO - BA, COM O CIRCUITO DAS
FEIRAS LIVRES DA REGLÃO097

Sérgio Luiz Malta de Azevedo

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO
SERTÃO: DESAFIOS À AÇÃO SOCIAL EM TERRAS DE
LATIFÚNDIO119

Edvalter Souza Santos e Susana Hamilton

METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E
SUSTENTÁVEL DLIS: a experiência de Santa Brígida-BA149

Luiz Paulo Almeida Neiva e Gerino Francisco do Nascimento

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E CLIENTELISMO	185
---	-----

Paulo Henrique Lustosa

TEORIAS DA COMUNICAÇÃO E DE UMA OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL NAS OBRAS LITERÁRIAS DO CICLO CANUDIANO	207
--	-----

Ive Alencar, Lídiane Santos e Heloisa Soares

PARTE II CANUDOS/SERTÃO

ANTÔNIO CONSELHEIRO, NEGOCLADOR DO SAGRADO	227
--	-----

Eduardo Hoornaert

EUCLIDES DA CUNHA E JOAQUIM CARDOZO: Dois engenheiros-poetas à procura de Canudos.....	245
---	-----

Erico José Souza de Oliveira

EDITORIAL

Climaco Dias

Existem pesquisas na universidade brasileira, que se transformam em símbolos de resistência, em razão principalmente das dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores que na maioria das vezes se deparam com órgãos desaparelhados para o desempenho do trabalho, dispersão dos esforços, financiamento, capacitação deficiente, além de tantos outros que se aqui fossem listados ocuparia um grande espaço.

Lembro disso, para pedir a inscrição da revista do CEEC, ao lado dos símbolos de resistência e perseverança que pontuam no meio acadêmico do Brasil. A revista do CEEC, ao longo de sua trajetória, vem conseguindo manter a regularidade temporal sem perda de qualidade dos artigos, além de atrair pesquisadores de vários cantos do Brasil e do exterior para formar um respeitável quadro de articulistas. Tudo isto em uma Universidade jovem que administra poucos recursos de pesquisa, e que ainda não tem uma inserção efetiva, dos circuitos nacionais de financiamento.

Na parte especiais da revista, uma etapa da pesquisa arqueológica é publicada, junto com um artigo de Edwin Reesink que descreve a pesquisa e a obra do professor José Calasans, falecido recentemente, e que sem dúvida foi o mais destacado pesquisador de Canudos, e que sempre estimulou as pesquisas desenvolvidas pelo CEEC. O professor José Calasans é um daqueles símbolos a que nos referimos inicialmente, e sem dúvida esta revista, que o homenageia neste número, ainda prestará tantas outras homenagens ao pesquisador que começou a ouvir e amplificar as vozes dos vencidos.

O número atual reafirma ainda alguns novos caminhos, como por exemplo, a discussão sobre o desenvolvimento local, o desenvolvimento sustentável e a exposição de uma metodologia de planejamento desenvolvida por pesquisadores do CEEC e do Departamento VIII Paulo Afonso, no município de Santa Brígida-BA, com representantes de várias entidades comunitárias daquele município.

Deve também ser destacado, a significativa participação de professores e estudantes da UNEB como articulistas, realizando o objetivo de cada vez mais, tornar a revista um veículo de estímulo e publicação das pesquisas e estudos desenvolvidos na universidade.

A segunda parte da Revista, aborda Canudos/Sertão, temática que lhe deu o nome, e a tornou conhecida e respeitada nos meios acadêmicos. Canudos que é uma fonte muito rica de motivações para a pesquisa em várias partes do mundo, e que tem no Centro de Estudos Euclides da Cunha, um lugar de referência para pesquisadores em várias áreas do conhecimento científico. O CEEC é guardião de um pedaço da história do Brasil, por ser responsável por mais de trinta mil documentos da guerra, e ainda ter desenvolvido ao longo dos últimos anos, uma pesquisa arqueológica que trouxe elementos importantes para a compreensão da guerra de Canudos e o cotidiano dos moradores do Belo Monte.

ESPECLAIS

A MEMÓRIA DAS MEMÓRIAS DE CANUDOS: A PESQUISA E A OBRA DE JOSÉ CALASANS.

Edwin Reesink

ARQUEOLOGIA E RECONSTITUIÇÃO MONUMENTAL DO PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS - Salvamento Arqueológico no Vale da Morte (Relatório)

Erika M. Robrau-González e Paulo Eduardo Zanettini

A MEMÓRIA DAS MEMÓRIAS DE CANUDOS: A PESQUISA E A OBRA DE JOSÉ CALASANS

Edwin Reesink¹

¹ Depto. de Antropologia e
PPCIS da UFBA, pesquisador
CNPq

I - INTRODUÇÃO

"Chamava-se Antônio Vicente Mendes Maciel" (Calasans 1968: p.3). Assim é que começa um dos artigos do Professor Calasans sobre Canudos. O peregrino tornou-se uma das figuras mais controvertidas do seu tempo, como também, atraiu discussões apaixonadas nos cem anos após a sua morte. O Conselheiro e Canudos marcaram a vida de várias pessoas durante este período. Poderíamos, então, começar este artigo com "era uma vez um homem chamado José Calasans", exatamente porque, dentro dessas pessoas cujo destino cruzou-se com Canudos, está a vida do José Calasans Brandão da Silva, melhor conhecido pelo seu nome de guerra, José Calasans. Para Calasans o tema transformou-se numa paixão inesgotável, transbordante e contagiante. Paixão no melhor sentido da palavra: vontade de saber, pesquisar, escrever, falar, conversar e compartilhá-la com uma generosidade intelectual ímpar para com qualquer outra pessoa interessada em Canudos, estimulando, de todo modo, o aprofundamento deste "grande tema", "um dos maiores assuntos da historiografia brasileira" (Calasans 1995: 11). Em contrapartida, este tema lhe deve muito: "Canudos" não é mais o que já foi a partir de sua atuação permanente e duradoura. Nesses quase cinquenta anos, com sua primeira publicação maior datando de 1950, a sua influência no campo tem sido decisiva, com resultados que persistirão, tornando-se o decano dos estudos "canudenses". Dessa maneira, o que faz falta nesse campo de estudos é uma breve resenha da obra de Calasans, uma bibliografia comentada que nos permita obter uma noção das especificidades e da abrangência de sua contribuição. O meu propósito aqui é fornecer um quadro, ainda que limitado, da sua obra, levando em conta que esta se encontra muito espalhada em revistas de pouca circulação ou em

livros, exceto um, de baixa tiragem. Lamentavelmente, isso torna sua obra relativamente de difícil acesso para um público maior².

A TERRA, O HOMEM E A LUTA

José Calasans Brandão da Silva nasceu em Sergipe em 1915. Nunca esqueceu sua origem, sempre a prezou, no bom sentido (porque nunca desprezou nenhuma pessoa por sua origem), acrescentando-lhe uma certa cidadania baiana devido a sua longa residência em Salvador. Sua formação iniciou-se com o primário com professora particular, passando depois para um ginásio privado no centro de Aracaju, quando entrou em contato com o mundo pelos jornais que o seu pai comprava e, mais tarde um pouco, ao se aproximar dos intelectuais que se reuniam no centro da cidade. Ao escolher seu futuro, quis se preparar para uma carreira de professor, mas, não simpatizando com nenhum curso universitário do seu tempo, entrou na Faculdade de Direito. Na universidade, no entanto, não estudava os ilustres juristas, mas historiadores, em particular Joaquim Nabuco (do lado mais político) e Gilberto Freyre (que, aliás, posteriormente o elogiou como pesquisador, na época do seu artigo sobre Euclides e Siqueira Menezes, em Calasans 1957; v. Calasans 1994: 421). Lendo e estudando tomou gosto pela pesquisa e pela história. Neste tempo chegou a ser barrado, em certa ocasião, ao iniciar uma pesquisa no Arquivo Público, isto porque sergipano ali somente poderia entrar sob condições vigiadas, devido ao litígio dos limites entre Bahia e Sergipe! Decepcionou-se, mas superando o desespero, não se desgostou de vez da Bahia, e acabou ingressando no mundo da pesquisa com via própria e originalidade de temas. Após a formatura, retornou a Sergipe, aonde dava aulas para sua manutenção (principalmente de reforço particular).

Apesar de não gostar de concursos, fez três na sua vida. O primeiro, para a Escola Normal Ruy Barbosa, em Aracaju, quando para o segundo grau isso ainda era obrigatório e mais significativo, o que resultou numa pesquisa original sobre os

2 No Núcleo Sertão, Centro de Estudos Baianos, da Universidade Federal da Bahia, encontra-se reunido todo o material juntado pelo Prof. Calasans, doado à Universidade para que seu acervo sirva de estímulo aos estudos. Mesmo assim, em termos mais amplos, sua obra particular continua, até agosto de 1997, relativamente, de difícil acesso. Depois de escrito este trabalho, depois, também, do seminário em que foi apresentado, saiu uma coletânea de textos organizada pelo próprio autor: Cartografia de Canudos. Esta publicação melhora sensivelmente o acesso à obra, embora parte significativa ainda permaneça de acesso difícil e creio que não elimina a razão de ser da bibliografia comentada.

3 Oleone Coelho Fontes, outro apaixonado pelo tema Canudos, apresenta outra versão do início do contato que converteu Calasans (crônica em *A Tarde* de 19/04/1996). Sendo convidado para degustar os pitus do Itapicuru em Queimadas, foi recebido, com grande emoção, na estação de trem, por um velho sertanejo que insistia em confundir-lo com o general Artur Oscar. Contava que guiou o general da cidade até Canudos, narrando durante toda a semana de sua estadia as peripécias daquele tempo. Ao retorno, Calasans mergulhou no livro *Os Sertões* e a febre nunca mais o deixou. Esta versão não exclui aquela contada pelo próprio autor, afinal Sergipe e os versos foram anteriores, mas ela marcaria o começo, por volta de 1945, da verdadeira imersão.

4 O terceiro concurso se realizou no final dos anos cinquenta, para entrar definitivamente na Faculdade de Filosofia, quando teve que elaborar uma tese sobre tema a que não estava muito afeito, por causa da exigência da cadeira, História Moderna e Contemporânea.

motivos econômicos na mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju. A história e historiografia, particularmente de Sergipe e, depois, da Bahia, serão temas permanentes na sua obra. Esta publicação seria, cinquenta anos depois, considerada, na Academia de Letras da Bahia, como marcando a sua estréia de escritor. A data foi devidamente comemorada numa homenagem no cinquentenário (v. Oliveira 1994). Trabalhou, na década de 40, em duas pesquisas norteadas por duas outras vertentes principais da sua obra: ao trabalhar para o serviço de proteção do patrimônio histórico, visitou o interior de Sergipe e as suas igrejas, pesquisando, paralelamente, o folclore poético dos versos em circulação; na outra vertente, pesquisou, na capital, sobre todo o folclore relacionado com a cachaça, momento em que um estivador lhe conferiu o epíteto "homem das glosas", tradução de folclorista que muito lhe agradou (Calasans 1994c: 423). O folclore será tema permanente e a pesquisa das igrejas prefigura o levantamento, *en loco*, de todas as obras do Conselheiro. O folclore dos versos, o cancionário de diversos tipos (o outro fio persistente na sua obra, no caso, resultante das andanças sergipanas), forneceu-lhe as primeiras evidências das imagens populares de Canudos. O maior tema de sua vida deveu-se à participação de seu estado natal nos eventos de Canudos (v. Calasans 1944), inclusive porque a história mais recente do Brasil não constava do currículo escolar do seu tempo, nada tendo sido ensinado aos alunos sobre este período³.

No fim da década, já estabelecido definitivamente em Salvador, o interesse despertado pelo "tema" Canudos ampliou-se para se tornar a preocupação dominante das pesquisas, assunto do seu segundo concurso, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia⁴. Uma entrada pelo folclore e uma chegada inovadora: com ênfase nos aspectos já estabelecidos nas suas pesquisas folclóricas, tais como ouvir as testemunhas e a tradição oral, respeitando estas informações não habituais na história da época e compondo, assim, um quadro divergente da influência opressiva de *Os Sertões*. A via de entrada pelo folclore e não pelo "grande ensaio", provavelmente ensejou uma abordagem que seria,

atualmente, mais de cunho antropológico, com atenção, inclusive, ao que se chamaria, em outro campo, os termos nativos e de 'a visão dos vencidos'. A renovação dos estudos canudenses teve início através de entrevistas com sobreviventes, por Odorico Tavares, para a revista *Cruzeiro*, e foi nessa trilha, as informações e concepções do outro lado, muito pouco presente nas análises de até então, que Calasans abriu novas perspectivas na academia e na sociedade. Viajando sempre pelo sertão, entrevistando testemunhas diretas (que admira e admite serem seus professores a quem muito deve), coletando a tradição oral e pesquisando arquivos não explorados, inovou o "grande tema" de forma decisiva. Com essa dedicação, reuniu ao longo desses quase cinquenta anos, uma obra escrita que é passagem fundamental para todo pesquisador de Canudos. Este conjunto foi reunido na bibliografia crítica de sua autoria, por volta de 1959 (Calasans s.d.1) e, mais recentemente, pela equipe da Casa Rui Barbosa (Sampaio Neto et.al. 1986). Está na hora de merecer uma nova bibliografia comentada, que, sendo oferecida ao público, permite uma consulta para as pesquisas e uma rápida visão deste conjunto todo e da sua contribuição em material e idéias.

A bibliografia se justifica pela dispersão da obra em várias revistas, não tão difundidas, ou em livros quase todos esgotados e de baixa circulação. Na verdade, mereceriam trabalhos maiores alguns pontos: o esboço biográfico desprezioso e parcial que desenhei acima (parcialmente coberto nas entrevistas publicadas); a influência de Calasans por contato direto, sendo um grande 'contador de causo', sempre estimulando outros a pesquisar e disponível para conversas e partilha de conhecimento (o que se nota nos agradecimentos de todos os estudiosos que passaram em Salvador, v. Reesink 1996); na mesma linha, ainda, como professor, com gosto para o ofício, encaminhando alunos e proferindo grande número de palestras (esta oralidade, muito provavelmente, não está toda refletida na sua obra escrita; na província, como disse o autor uma vez no contexto da Academia de Letras, escreve-se e publica-se menos do que se devia)⁵; por fim, uma análise do conteúdo da bibliografia e das mudanças de ponto de

5 O próprio autor prometeu algumas publicações que ainda não vieram à luz. Por exemplo, ao publicar versos sobre Moreira César (em 1952), adiou para outra ocasião uma análise dos versos, mas publicações posteriores demoraram e não são tão analíticas quanto o prometido. Nos anos cinquenta, suas pesquisas sobre as fontes obscuras de Euclides da Cunha causaram certo furor nos fãs do escritor. Esperava-se uma obra com certo porte, mas que só se realizou em alguns artigos. Nesse caso, a admiração de Calasans pelo grande livro, como admitiu a Freitas Oliveira (Calasans e Oliveira 1994: 414), fazia-o hesitar, temendo contribuir para uma desmistificação.

6 Otten, um dos melhores pesquisadores de Canudos, reconhece sua dívida com Calasans e as mudanças no seu pensamento (Otten 1990: 10-11; 84). Villa, por outro lado, no seu constante afã de polemizar, escolhe, na sua conclusão, o texto de 1950 para a sua crítica do sebastianismo como explicação para Canudos, quando, na realidade, a posição de 1959, e posterior, é muito semelhante ao seu argumento (Villa 1995: 233-234). Para peculiaridades do campo dos estudos canudenses, v. Reesink 1996.

vista. Naturalmente, verifica-se uma evolução no pensamento. Por exemplo, Calasans aceitou plenamente o sebastianismo do Conselheiro na sua tese original de 1950, já que fora dado como absolutamente certo por Euclides da Cunha. Em 1959, no entanto, a revisão de Euclides, em confronto direto com a visão dos sertanejos, ao por o famoso autor no contexto sócio-cultural da sua época, alterou a apreciação das certezas anteriores. Verificou mudanças no texto transposto para o livro quando copiado do caderno de campo; conclui que o ABC era de antes da Guerra e as profecias "atribuídas" ao Conselheiro. Na verdade, tira, como conclusão, a existência mais generalizado, e anterior, de um sebastianismo no sertão, mas que, no caso, transformou-se na expectativa do retorno da monarquia recém deposta. Presença difusa, não pregação direta do Conselheiro⁶.

UM EXEMPLO DE UMA HIPÓTESE PARA BELO MONTE

Ao rever, rapidamente, a questão do Sebastianismo, não somente traçamos avanços de conhecimento e interpretação de Calasans como, de fato, poder-se-ia alcançar uma posição mais generalizada, a partir da literatura atual, a respeito da existência da crença na volta de Dom Sebastião. Mesmo assim, está claro que permanecem muitos pontos obscuros sobre este tema e outros e ele relacionados. A título de contribuir para o indiscutível avanço dos estudos sobre Canudos (por exemplo, entrevista em Meihy 1993) e de recompensar e aguçar a insaciável vontade de saber do mentor das pesquisas canudenses, chamo a atenção para uma coincidência deveras curiosa. Muito já se discutiu sobre as razões da escolha de Canudos para servir de local de sedentarização do Conselheiro. Recentemente, Calasans (Meihy 1993: 27), na entrevista já mencionada, chamou atenção para o fato da ocupação ter sido, no entender dos conselheiristas, não a tomada de uma fazenda particular, mas a ocupação de uma terra de santo. Acredito ser importante a observação, porque o Conselheiro, como se sabe, considerava-se um fiel seguidor da igreja católica e seu verdadeiro defensor, até mesmo contra o Papa se este fosse a favor da República (como no relato do Frei João de Monte Marciano

198). Mais do que isso, o Conselheiro já havia prometido a construção de uma igreja no lugar, parte do seu programa de vida construir casas consagradas a Deus. É interessante observar que Calasans (ainda em Meihy 1993: 25), refazendo o percurso do Conselheiro, tendo visitado quase todos os lugares por que passou, chega à conclusão que, até onde foi possível perceber, ele quase atingiu a meta da quantidade de igrejas que pretendia edificar (vinte e três das vinte e quatro). Ora, quem sabe se a igreja, a reconstrução da Igreja Velha e, em especial, a Igreja Nova, não inteirava a cota da meta de vida do Conselheiro?⁷

Acrescenta-se que a terra de santo de Canudos tem como padroeiro Santo Antônio. Ou seja, justo o santo de quem o próprio Conselheiro é portador do nome. Mais, não somente seria natural que uma pessoa se identificasse com o seu homônimo sagrado, mas o povo usava, como uma das modalidades de se referir ao Conselheiro, a expressão "Santo Antônio Aparecido" ou "Divino Antônio" (Calasans 1991: 25)⁸. Mesmo que o Conselheiro se apresentasse como servo de Deus e não como santo ou messias, o ápice de uma carreira de construtor de igrejas e de dedicação ao sagrado em prol da população, seria, com muita justiça, uma grande igreja na terra de Santo Antônio⁹. Ou seja, é possível que tenha havido razões íntimas, biográficas, simbólicas, outras, portanto, além das ponderações práticas normalmente elencadas para justificar a escolha. Curiosamente, a identificação do Conselheiro com o seu santo homônimo, a sua "santidade" atribuída por muitos seguidores, complementava-se com a possibilidade de ser uma reencarnação de Cristo, como na modalidade de referência "Bom Jesus Conselheiro" (v. Calasans 1993: 17-18). A terra era do Santo, a igreja conhecida por igreja velha dedicada a este, mas a igreja a ser contruída, conhecida como Igreja Nova (maior e forte), dedicada ao Bom Jesus (Calasans 1993d: 18)¹⁰.

Podemos levar essa conjectura um pouco mais adiante, levantando a pergunta, raramente feita, da mudança do nome para Belo Monte. Em primeiro lugar, para

7 Em publicação anterior, Calasans (1973c) reuniu todos os dados a respeito e chegou a um total de 20 construções (entre igrejas e cemitérios). Ele afirma que tudo indica que a igreja de Santo Antônio estava quase pronta quando se fixou em Canudos. De fato, terminar e assistir à benção da igreja foi, com certeza, um dos motivos de ir e ficar lá. Para a Igreja Nova, o autor propõe que a razão de sua construção, talvez, fosse a multidão de gente que veio a migrar para o lugar. Creio que isto pode ter sido estímulo adicional para uma igreja maior, mas, por outro lado, a presença de muita gente pode ter reforçado outros motivos. Ou seja, a própria presença do maior número de pessoas permitiu antever a possibilidade da maior construção de sua vida, ponto culminante.

8 Discutiu-se se o Antônio do nome de Antônio Maciel advém do nome do padroeiro (Nertan Macedo) ou se poderia ter sido por herança do nome do avô paterno (possibilidade lembrada por Calasans: 1991: 25). Seja lá a qual for a razão, a identificação com o santo e com o lugar de origem permanece e costumam ser fortes indicadores para a identidade social das pessoas no Brasil e naquele tempo. É curioso, ainda, que os pais, na época do nascimento do filho, moravam, com casa e loja, na Rua Santo Antônio! (Calasans 1991: 26). Tudo converge, então, para uma forte influência do Santo.

9 Já vimos a importância do Santo Antônio e vale acrescentar que Quixeramobim também tem como padroeiro Santo Antônio. Assim, o Conselheiro iniciou a vida na terra deste santo e terminou a sua vida numa outra terra do mesmo santo. Saiu de uma comunidade sertaneja normal, para sedentarizar-se, no final de sua carreira, de novo sob a égide do mesmo santo. Talvez, tivesse desejado fechar o seu ciclo de vida (e sua vida errante intermediária) num patamar mais alto de que participou quando criança e jovem-adulto: uma comunidade normal sertaneja, mas sob o signo da salvação.

10 Não deixa de ser simbólico, diga-se de passagem, que o conflito estorou em torno da demora de madeira encomendada para esta igreja. Afinal, esta igreja era, durante este tempo, o centro de todo esforço social e econômico, em razão de ser a religião o fulcro de toda prática sociocultural. Ela era o próprio símbolo que mais evidentemente expressava materialmente o regime religioso implantado. Não foi à toa ou apenas por ser a maior "casa-fortaleza" (Calasans 1993d: 18) que a artilharia se concentrou na sua destruição, nem que a resistência dos sertanejos também se focalizou nela.

instaurar uma nova ordem, uma comunidade em "regime de salvação", dedicada aos preceitos da vida ditados pela religião (Reesink 1997), torna-se necessário renomear o local, contaminado pela sua condição anterior. Calasans (1987: 47), num artigo sobre o crescimento de Canudos, aponta para a existência de uma má fama dos moradores da região na segunda metade do século passado. De qualquer modo, uma nova ordem social precisa de um novo nome, mais apropriado ao advento de uma modalidade de vida regrada pela religião. Por esta razão, impunha-se a renomeação do lugar para um nome que marcasse o novo regime de vida, realmente "rebatizar" (p.ex. Calasans 1995: 11). Se este fato é pouco lembrado na literatura, a escolha do nome é menos ainda. Calasans (1982: 3), todavia, com sua atenção a todos os detalhes de Canudos, antecipou uma possível influência para a mudança do nome. Num artigo sobre Monte Santo, considera que não seria coincidência haver o precedente do Frei Apolônio de Todi, outro com cheiro de santidade conferido pelos sertanejos, quando mudou o nome da Serra de Piquaraça para Monte Santo. De fato, trata-se de um religioso que modificou o nome para santificar o lugar anteriormente profano: um modelo a seguir e um outro "Monte". Além disso, a renomeação torna, quase que literalmente, por assim dizer, o nome mais "belo". Destaca-se nessa operação simbólica uma dimensão estética raramente percebida e concedida para o Conselheiro.

Calasans, em outro artigo (1987), inicia-o apontando para a presença de dois lugares chamados de Canudos no interior baiano. Realmente, existem outros lugares com este nome, um dos quais nos leva a uma especulação bem interessante. Depois de sair da vida normal que tentava levar até certo momento de sua vida, não se sabe bem por onde andou o Conselheiro até que surgiu em Sergipe e Bahia. Sabe-se que passou no Crato, no Cariri do Ceará, e que, depois, percorreu o sertão de Pernambuco (segundo testemunha em Euclides da Cunha). Ora, neste caminho, do Ceará para o sertão pernambucano, já neste último, há uma Serra dos Canudos, com povoados que ostentam o mesmo nome: em São

José, na fronteira com Ceará e Paraíba, à leste-nordeste da sede do município. A sede mudou de nome nos anos 40 do século passado, passando de Maniçobal para Belmonte, ganhando o atual nome de São José de Belmonte nos anos 90 do mesmo século, com a emancipação do município. A mudança do nome para Belmonte se deveu ao Frei que inaugurou a Capela, construída há pouco e que recebeu uma doação de patrimônio (Carvalho 1993: 15). Ou seja, o ato do Conselheiro repetiu um gesto com várias antecedentes eclesiásticas, e mais, neste caso, uma renomeação para Belmonte, com uma capela nova e patrimônio associado a um lugar em que o sítio vizinho se chama Canudos. Portanto, mais do que somente uma semelhança de "Monte" pelo Frei Apolônio, uma identificação de um "Belo Monte" na vizinhança imediata de um Canudos pernambucano na área imediatamente adjacente ao Ceará.

Por outro lado, a hipótese de Calasans leva uma vantagem, pois são sabidas as relações do Conselheiro com Monte Santo. Em contrapartida, o período inicial da vida errante do Conselheiro nos permanece quase desconhecido; resta, então, aventurar a hipótese de que o Antônio Vicente Maciel conheceu a cidade de Belmonte na sua andança pelo sertão de Pernambuco, ao descer do Cariri para Serra Talhada, e soube da mudança de nome. Quando se fixou em Canudos, a associação entre o sítio do Canudos pernambucano e sua Serra com Belmonte, pode ter acionado um exemplo de renomeação que o levou a denominar o Canudos baiano de Belo Monte. Possibilidade sem comprovação, naturalmente. Mais curioso ainda, é o município do movimento sebastianista da Pedra Bonita, atualmente conhecido na região por Pedra do Reino. A Serra deste evento (Serra do Catolé) se localiza imediatamente ao norte da Serra dos Canudos, ao nordeste da sede São José do Belmonte. Calasans citou este movimento como uma das provas da extensão difusa de um sebastianismo no sertão. Uma referência explícita na exposição organizada pela Fundação "Memorial da Pedra do Reino" (na cidade de São José do Belmonte) confirma que a crença no encantamento do Dom Sebastião perdurou depois da repressão ao movimento: cita que quando "o

11 Em 1973, Calasans já fazia a conexão das profecias atribuídas ao Conselheiro, sem provas, com as correram o sertão bem antes, do Frei Vital. Na realidade, a profecia apocalíptica advém do Frei Vital, do final do século XVIII, como se observa muito bem nos versos publicados ainda recorrentes no ano de 1969 no interior de Ceará (Hoornaert 1997: 119-120). Nesse artigo, Calasans (1974: 476) ainda afirmou que o Conselheiro, pela sua palavra oracular, confirmou as mesmas, apesar de que, no parágrafo anterior, nega que se possa afirmar o envolvimento pessoal do Conselheiro na difusão da crença na volta do Dom Sebastião. Repare-se a reavaliação do sebastianismo e certa dúvida a respeito do seu peso no pensamento do Conselheiro e, mesmo que se sabe da presença difusa na população, o peso da crença no pensamento popular.

12 O iniciador do movimento, após ser persuadido por um religioso de desistir do mesmo, se mudou para o Ceará. Fim do movimento, foi descoberto seu paradeiro e a polícia ainda foi buscá-lo ali (sendo morto no caminho). Para verificar a proximidade da Serra dos Canudos e a Pedra do Reino, veja-se o mapa do município de São José do Belmonte: IBGE, 1960, Enciclopédia dos Municípios Vol. V.

13 Há uma relação possível de um movimento com outro, de participantes de uma mesma família terem participado na Pedra de reino e em Canudos. Primeiro, não é fora de cogitação que o velho "caboclo"

mar for sertão e o sertão virar mar", então terá chegado o momento de o Rei tomar aquilo que lhe pertence. Nesse tempo, o Rei Sebastião voltará a viver entre os homens com todo o seu séquito. Prova cabal da continuidade do sebastianismo no sertão, possivelmente conhecido pelo Maciel que viria a ser Conselheiro¹¹. Tal hipótese, mesmo muito conjuntural, sustentar-se-ia na primeira idéia de Calasans (1950: 38), que o menino deve ter ouvido falar da Pedra Bonita na sua meninice. Como sertanejo e possível passante na região, é muito plausível¹². Tudo indica que a famosa profecia tenha sua origem neste substrato geral sertanejo, presente, pelo menos, para uma parte da população, sendo conhecida, provavelmente, pelo Conselheiro, mas não endossada pelo mesmo (porque ausentes dos seus manuscritos), que mantinha uma religiosidade católica bastante ortodoxa¹³.

II - BIBLIOGRAFIA COMENTADA DE JOSÉ CALASANS SOBRE CANUDOS

A bibliografia que segue cobre as obras maiores e mais importantes do Calasans, porém, ela não é exaustiva. Algumas referências não foram localizadas no tempo da preparação deste artigo, nem mesmo no Núcleo Sertão. Mais do que isso, há uma produção em jornais que a pasta de recortes no Núcleo não tem ou ainda não está disponível. Sabe-se disso porque somente os mais antigos estão presentes, faltando toda produção mais tardia. Desse modo, não há menção aos artigos que deram origem à coletânea das quase-biografias de jagunços, todos anteriormente publicados em jornal. Devem estar faltando mais entrevistas para os jornais, exclusivas ou em que o Calasans participa com algumas observações. Há, ainda, a sua participação em vídeos, tal como no conhecido documentário de Antônio Olavo, Paixão e Guerra no Sertão de Canudos (1993). Apesar das limitações, creio que valha a pena dar o quadro que segue. Aliás, diga-se de passagem, uma seleção criteriosa mereceria escolher os artigos e entrevistas mais importantes para uma coletânea.

Calasans, José

s.d.1 *No tempo de Antonio Conselheiro*. Salvador: UFBA e Livraria Progresso Editora. pp. 121.

Esta é uma coletânea de artigos, reunidos com o subtítulo de "Figuras e fatos da Campanha de Canudos". Dois dos artigos são datados no texto, em 1958 (publicado em 1959) e 1959 (outro é sabidamente de 1952 e um quarto também foi publicado antes, em 1957; o que permite atribuir uma data aproximada de 1960 para a coletânea e considerá-la como reunindo seus trabalhos da década de 50. Desse modo, encontramos os trabalhos significativos da primeira fase do estudioso, representativo de sua fixação no tema e seu modo de analisar o fenômeno de Canudos.

O primeiro artigo se denomina "As mulheres de "Os Sertões" (pp.7-23; escrito em 1959). Trata-se de um ponto dentro do que o autor chama de "campo específico das nossas pesquisas". Ou seja, como estudioso de Canudos, o livro se incluiu no seu campo de estudo de Canudos, chegando a Euclides da Cunha pelo tema do livro e não o inverso. Aqui revê a posição do Euclides frente às mulheres a partir de Os Sertões, para argumentar contra certa generalização de que o mesmo era absolutamente incapaz de "ver e admirar as mulheres" em seu livro e na sua vida.

"Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes (considerações em torno de uma revelação do embaixador Gilberto Amado)" (1957; pp.27-43), discute as referências de Gilberto Amado às afirmações de Siqueira que nunca conheceu Euclides, que este nunca esteve em Canudos e criou a figura de militar como "jagunço alourado" somente na sua imaginação literária. Levando em conta o contexto dessas afirmações e todo tipo de outras provas, Calasans demonstra o contrário destas afirmações.

"O sebastianismo no folclore de Canudos"(1959; pp.47-55) foi apresentado em

fosse da região e descendente de índio. Na Pedra do Reino temos indícios de descendentes de índios, o iniciador era "mameluco" e até hoje "caboclos" descendentes de índios moram na Serra. Mais interessante, no entanto, é a referência a um **combatente em Canudos** que voltou ao sul do Ceará (área de influência sobre São José de Belmonte), de nome Pedro Pilé (Calasans 1993a: 50). Ora, a participação de João Pilé na Pedra do Reino é famoso, pulou com dois netos, de uma grande altura, para se sacrificar, mas ele sobreviveu enquanto os netos morreram. O filho, José Pilé, foi o vaqueiro que contou o acontecido para seu patrão (a partir daí se organizou a repressão; Carvalho 1995: 21-22). O sobrenome Pilé não é muito difundido e ligado à região, o que faz pensar numa tênua possibilidade de que um membro desta mesma família participou em Canudos.

colóquio internacional e trata de introduzir o assunto de Canudos, encerrando com a lembrança de que após o desfecho existe todo tipo de produção de comentário sobre os eventos circulando entre o povo, para discutir o lugar do sebastianismo em Canudos. Ao examinar cuidadosamente os versos publicados por Euclides da Cunha e as diferenças com os registros no seu caderno de campo (ainda inédito naquele momento), chega à conclusão de que se comprova a presença do sebastianismo na população sertaneja, tendo o cuidado de especificar que uma das profecias publicadas é 'atribuída' ao Conselheiro e que o ABC deve ter sido escrito antes da Guerra. Depois de citar versos pertinentes de J.Sara, conclui que havia uma tradição de sebastianismo nos sertões (lembra Pedra Bonita). Esta tomou feição nova na Republica, representando a esperança da restauração monárquica. Vale destacar o uso crítico de Euclides, apontando mudanças feitas pelo autor ao transpor versos do caderno ao livro e ressaltando que este "atribui" a profecia ao Conselheiro.

"A Guerra de Canudos na poesia popular"(pp. 59-82) é idêntica ao artigo do mesmo título de 1952, republicado pelo Centro de Estudos Bahianos em 1989.

"Subsídios para a bibliografia da Campanha de Canudos"(pp.85-111) consiste de uma bibliografia comentada de todas as 111 publicações que continham alguma referência a Canudos. Além da utilidade de reunir as indicações bibliográficas, o grande mérito da bibliografia é a breve apreciação do tipo de informação e seu valor de estudo para o assunto. Durante muito tempo se constituiu ponto referencial obrigatório para qualquer pesquisador e permanece sendo valoroso na atualidade como quadro geral das publicações existentes até 1960.

Por fim, "Notas para um vocabulário de Canudos"(pp.115-121), é um dicionário de termos empregados na época em Canudos, pelos dois lados do conflito. De fato, em jargão atual antropológico, trata-se de uma lista de termos nativos e suas explicações, fundamental, portanto, para pensar certos aspectos do significado da

Guerra para os participantes. Neste sentido, a modéstia do autor, que espera ter "alguma coisa aproveitável", revela, mais uma vez, algo do seu caráter pessoal e prova de sua intuição de que escutar os envolvidos diretos é uma via rica de reinterpretação de Canudos.

ib.

s.d.2 *Antônio Conselheiro e a escravidão*. Salvador: Artes Gráficas. pp. 5.

Euclides da Cunha não menciona nem escravo, nem escravidão, no livro *Os Sertões*. Gilberto Freyre reparou a ausência e aventou a possibilidade de escravos terem participado em Canudos. Como "autêntico líder", condutor de homens e "chefe carismático", tinha posições sociais e políticas; de fato, Manuel Benício atesta, por exemplo, a equiparação da República à preparação da volta do cativo. Notícias de jornais e cartas do barão de Geremoabo, ou dirigidas a ele, revelam a antiga preocupação do "bondoso peregrino" contra a escravidão e a boa recepção de sua pregação por parte dos escravos e a presença destes em Canudos. No seu manuscrito, o "místico cearense" atribui a Deus a abolição, elogiando a Princesa Isabel que cumpriu esta ordem divina de libertação, apesar do aviso que implicava na ameaça da república.

ib.

1944 "Subsídios para o Cancioneiro Histórico de Sergipe". *Revista Aracaju*, vol. 2, n°. 2. pp. 45-62.

Não tive condições de consultar, mas trata do cancionário histórico como poesia popular política, eventos do qual faz parte Canudos. [ref. em bibliografia em Sampaio Neto et.al.: p. 303].

ib. [Silva, J. Calasans Brandão da]

1950 *O ciclo folclórico de Bom Jesus Conselheiro*. Salvador: Tipografia Beneditina. pp. 101.

Segundo o próprio autor, na bibliografia comentada (s.d.1), contém versos e estórias sobre Antônio Conselheiro e a luta e uma bibliografia apropriada. De fato, informações acuradas, mas modestas. Na verdade, o livro representa o primeiro esforço acadêmico depois de Euclides da Cunha em retomar Canudos e abrir espaço para contribuições vindo diretamente da memória e imaginação popular. Desse modo, além de retomada e simples acréscimo de dados novos, representa esforço para uma revisão de Canudos. Ou seja, uma releitura sob novos ângulos, já detectando a influência restringedora de Euclides, chamando atenção para as outras fontes, inclusive, inéditas e de tradição popular (o folclore), para constituir o "ciclo folclórico" a que se refere o título. E, inaugurando seu próprio estilo com estes elementos, já faz apelo para mais pesquisas na busca dos fatos. O quadro de interpretação ainda é fortemente marcado por Euclides: mística, messianismo da raça, sebastianismo, sem deixar de analisar os fatos, no entanto, coligidos de outras fontes, com indícios de uma interpretação mais sutil. Assim, ainda aceitando o sebastianismo de Euclides, já aponta para uma reinterpretação do sebastianismo pelo Conselheiro, já mais ligado ao ideal da restauração da monarquia. Note-se que a volta do Rei seria a própria "salvação", enquanto várias idéias e práticas sempre serão relacionadas, pelo autor, à salvação, muitas outras idéias serão reformuladas sob o impacto dos depoimentos dos conselheiristas que vão contrapor uma visão muito diferente do Conselheiro e de Canudos.

ib.

1952 *A guerra de Canudos na poesia popular*. Salvador: Centro de Estudos Bahianos.

Partindo do princípio que cantar ajuda a lutar e que Canudos entrou como tema na criação popular posterior, pretende-se contribuir para documentar material registrado por outros pesquisadores e, particularmente, o que recolheu da "tradição oral". Nota-se a preocupação de não prejudicar os conselheiristas e de registrar as expressões culturais sertanejas, empregando até um termo que só se popularizou, em termos mais técnicos, nos últimos anos (embora já encontrado

em Os Sertões). Propõe a constituição de um "cancioneiro histórico de Canudos". Prometeu, num "outro ensejo", interpretar o corpus.

ib.

1954 "Romanceiro político nacional". em *Arquivos da Universidade Federal da Bahia Faculdade de Filosofia*, vol. III - 1954. pp. 113-119.

Com sua preocupação voltada para "folclore" e o "romanceiro", este artigo examina a crítica política e social nestas produções. Neste caso, como a preocupação é nacional, Canudos somente entra com pequena referência às estrófes transcritos por Euclides da Cunha.

ib.

1957a "Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes (Considerações em torno de uma revelação do embaixador Gilberto Amado)". *Arquivos da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia*, vol. V - 1956. pp. 49-58.

Uma consulta rápida parece confirmar que a informação que é igual ao artigo do mesmo nome publicado depois, 1957b, devendo ser republicado em s.d.1, é procedente [ref. em bibliografia em Sampaio Neto et.al.: p. 299].

ib.

1957b *Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes*. Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe. pp. 26.

Referência na bibliografia em Calasans s.d.1, devendo ser o artigo republicado no mesmo livro que a contém na bibliografia. Pelo que pude averiguar, parece certo a observação que seja igual ao artigo do mesmo nome publicado antes, 1957a. [ref. em bibliografia em Sampaio Neto et.al.: p. 299]. Esta publicação, no entanto, acresce duas páginas com opiniões elogiosas sobre o autor, aparentemente composta pela entidade editora (Câmara Cascudo, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, entre outros).

ib.

1958 "Contribuição ao estudo da campanha de Canudos". *em Revista Brasiliense* n° 17. pp. 176-190.

"Bibliografia crítica". Serviu de base para ser republicado, acrescidas de umas poucas referências, no livro sem data (Calasans s.d.1).

ib.

1959a *O sebastianismo no folclore de Canudos*. Salvador: S.A. Artes Gráficas.

Pequena publicação independente da comunicação apresentada ao Colóquio em Portugal, comentado aqui em Calasans s.d.1, aonde parece ter sido republicada na íntegra.

ib.

1959b "A guerra de Canudos no cancionero popular do Brasil". *em Colóquio de estudos etnográficos* Dr. José Leite Vasconcelos. Imprensa Portuguesa: Porto.

Não foi possível consultar. Referência em Hoornaert 1997 (p.140; embora com data de 1949, quando o evento se deu em 1958, daí que a datação de 1959 é provisória). Deve ser a comunicação original republicado em s.d.1, sob o título "o sebastianismo no folclore de Canudos".

ib.

1961 "Subsídios para a bibliografia da Campanha de Canudos". *em Arquivos da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia*, vol. VI - 1957 e 1958. pp. 153-170.

A mesma bibliografia já encontrada antes, o que explica sua publicação aqui pode ser o atraso na publicação das atividades da Faculdade, tratando-se dos anos 1957 e 1958. Aqui ainda são 105 referências.

ib.

1962 "Coronel Moreira César". em *Jornal da Bahia* (09/11). p. 1.

Breve exposição sobre o Moreira César e os versos populares a seu respeito.

ib.

1963a "Epitáfio de Jagunço". em *Jornal da Bahia* (27/01). p. 1.

Discute o termo "jagunço", origem e aplicação aos seguidores do Conselheiro. Cita, em particular, Pedrão e fala de João Abade.

ib.

1963b "Notícias do Antônio Conselheiro". em *Jornal da Bahia* (17/02). p. 1.

Elenca os nomes do Conselheiro, junta testemunhas sobre sua aparência, costumes e influência. Retomado mais amplamente no artigo do mesmo título, 1968.

ib.

1963c "As memórias do Dr. Albertazzi". em *Jornal da Bahia* (12/03). p. 1.

Relata, com grande alegria, a descoberta do manuscrito de um médico que participou na campanha de Canudos em que conta fatos e detalhes inéditos. Por exemplo, ele documenta o ataque de índios de Mirandela e Rodelas, com arco e flecha. Transcreve um patuá de proteção contra bala de um jagunço morto (És de Belzebut, eu sou do Conselheiro").

ib.

1963d "Livros e idéias de Antônio Conselheiro". em *Jornal da Bahia* (14/04). p. 1.

Dá como certo a influência dos livros "Missão Abreviada" e "Horas Marianas", levantando testemunhas sobre os possíveis livros na mão do Conselheiro. Menciona o manuscrito deixado e que não havia sido publicado ainda.

ib.

1963e ""Caras de pau"". em *Jornal da Bahia* (30/04). p. 1.

A expressão "cara de pau", segundo uma testemunha, era o que o Conselheiro utilizava para se referir à mulher adúltera. Prática totalmente condenada pelo mesmo, contrária às normas rígidas de conduta. O autor aproveita para discutir o que se sabe das relações com a mãe (morta quando menino), a madrasta (queixa-se de maus tratos) e a esposa (que lhe foi infiel) e seu relacionamento posterior com as mulheres.

ib.

1966a "Euclides da Cunha nos Jornais da Bahia". em *jornal A Tarde* (10/02). p. 1.

Breve notícias das menções a Euclides durante sua passagem na Bahia. Retomada, mais amplamente, em artigo do mesmo nome, 1969.

ib.

1966b "A Guerra de Canudos". em *Revista Brasileira de Folclore*, n°.14, jan.-abril. pp. 53-63.

Artigo que trata de um cordel sobre Canudos localizado numa biblioteca na Bahia, sem menção de autor, ano e local de publicação, descobrindo estes dados que faltaram. O mesmo cordel integra a coletânea de 1984, na qual é discutido o autor e sua produção reproduzida.

ib.

1968a *Notícias de Antônio Conselheiro*. Salvador: Centro de Estudos Baianos. pp.12.

Começa por elencar os nomes da trajetória de vida do Conselheiro e passa a lembrar outros "conselheiros" da mesma época (um dos quais ajudou a edificar a igreja de Cumbe, atual Euclides da Cunha; informação testemunhal de Manuel

Ciriaco, conselheirista). Como no caso da informação anterior, as duas páginas seguidas contêm informações de testemunhas ou da tradição oral para corrigir o seu perfil: feições semelhantes à imagem de Jesus, o respeito ao "meu Pai" que negava ser Deus, o estudo do latim na infância e seu uso nas prédicas, o modelo de Ibiapina, o crescimento do seu domínio das multidões como profeta durante sua vida e sua reputação de só aconselhar o bem. Seguem-se várias notícias publicadas em jornais do ano de 1876, na época em que foi preso e mandado para o Ceará. Nas notas aparecem observações importantes sobre fontes e mais interpretações: como desobedeceu a ordem de não pregar, como levava imagens de Jesus e Nossa Senhora que eram beijadas pelo povo, e, como foi sua primeira chegada em Itapicuru, logo sendo envolvido em conflitos que adquiriram conotação política local e lhe rendeu um problema com o delegado mas, em contrapartida, a amizade do padre, adversário do primeiro.

ib.

1968b "Antônio Conselheiro e os "Treze de Maio"". Cadernos Brasileiros, n.º 47.

Não tive condições de consultar, mas é dado como muito semelhante ao artigo publicado antes, s.d.2. [ref. em bibliografia em Sampaio Neto et.al.: p. 297].

ib.

1969a "Euclides da Cunha nos Jornais da Bahia". em *Revista de Cultura da Bahia*, no.4, julho-dezembro. pp.47-50.

Traz um quadro das referências ao Euclides nos jornais baianos, na época de suas passagens indo e vindo do interior do estado. São respeitosas e elogiosas.

ib.

1969b *ABC de Canudos*. Salvador: Comissão Baiana de Folclore. pp. 18.

Não tive condições de consultar, mas trata de três "ABCs" sobre Canudos, um dos quais incompleto, recitado por um informante sertanejo. [ref. em bibliografia em

Sampaio Neto et.al.: p. 296].

ib.

1970 *Folclore geo-histórico da Bahia e seu recôncavo*. Salvador: UFBa. pp. 91.

Reúne material folclórico, de diferentes épocas, sobre a cidade da Bahia e o recôncavo, incluindo alguns "ciclos folclóricos. Somente uma vez conseguiu um verso que liga esta região a Canudos (p.45, já publicado anteriormente).

ib.

1971 "Algumas fontes de Os Sertões". em *Revista de Cultura da Bahia*, N°. 6. pp. 37-44.

Euclides da Cunha conhecia o combatente Siqueira de Menezes na campanha de Canudos e, conversando com ele, obteve informações para o seu livro. No livro recebe, inclusive, altos elogios. Calasans demonstra como as cartas publicadas, sob pseudônimo, pelo combatente, serviram de roteiro para Euclides no seu "grande ensaio", sem que isto seja claramente indicado no seu texto.

ib. [Silva, J. Calasans Brandão da]

1972a "Moreira César na poesia popular". *Universitas*, 12-13. pp.39-47.

Outra contribuição para discutir a "poesia popular", a qual também se caracteriza como "ciclo folclórico de Canudos". Desta vez se ocupa de documentar - com referências publicadas, com algum testemunho direto, e material de suas pesquisas "durante muitos anos" - tudo que diz respeito ao Moreira César. Muito material existe, particularmente, para a concepção popular, pela discrepância entre a prepotência arrogante associado ao Mal e a morte repentina quase que sacrificial. "Jamais um fim de vida foi tão satirizado" e uma morte "tão festejada". O texto situa a sua carreira, o contexto político nacional e os seus últimos dias.

ib.

1972b "O jaguncinho de E. da Cunha". em *Revista de Cultura da Bahia*, no. 7,

janeiro-dezembro. pp. 75-77.

As crianças jagunças, no curso da Guerra cruel, eram as únicas que ainda despertavam algum sentimento mais nobre. Muitos combatentes e civis foram contemplados com a guarda de alguma criança presa, tal como Euclides. Aqui discute-se o caso e publica-se carta de Euclides para seu ex-protégido, que foi adotado e se tornou professor primário em São Paulo.

ib.

1972c "O "Matricídio" de Antônio Conselheiro". em *Revista Brasileira de Cultura*, vol. 4, n°. 14. pp. 39-47.

Trata de reunir testemunhas e documentos sobre a prisão do Conselheiro sob a alegação de que teria cometido um crime no Ceará. Cita jornais e cartas para documentar a chegada do Conselheiro na Bahia, invocando o testemunho de Honório Vila Nova para delimitar sua carreira de beato para conselheiro entre 1871-1874. A tradição oral fornece dados preciosos sobre a primeira visita do Conselheiro a Itapicuru: ressaltam como, querendo ou não, imediatamente se inseriu no contexto político local, contra o delegado e, por oposição a este, iniciando uma longa cooperação com o padre Agripino Borges, redundando em diligência policial pedida pela autoridade local desrespeitada (O Conselheiro se evadiu para Sergipe). Depois de comentar o eventual encontro do Sílvio Romero com o peregrino, demonstra como as informações que pregava em permanente missão, contra o luxo e o pecado, coincidiam com as do Barão de Jeremoabo. Pesquisa nos arquivos eclesiásticos e policiais evidencia a continuidade de conflitos com autoridades. Muitas vezes, ou o padre ou o delegado o combatia, sendo que, quando adversários, aquele que não combatia estabelecia, às vezes, uma aliança com o Conselheiro. Aconteceram incidentes mal explicados. A lenda de que matou a mãe serviu de pretexto para prendê-lo, mas a real razão foram as desavenças com parte do clero e as intranquilidades que causava. Por fim, a

documentação demonstra a prisão e o desmentido do crime no Ceará.

ib.

1973a "O jaguncinho de E. da Cunha". em *Revista do Clube Militar*, vol. 48. pp. 44-45.

Não tive condições de consultar, mas é dado como igual ao artigo do mesmo nome publicado antes, 1972b. [ref. em bibliografia em Sampaio Neto et.al.: p. 300].

ib.

1973b "Algumas fontes de Os Sertões". em *Revista Inst. Est. Brasileiro*, n°. 14. pp. 91-125.

Não tive condições de consultar, mas é dado como igual ao artigo do mesmo nome publicado antes, 1971. [ref. em bibliografia em Sampaio Neto et.al.: p. 296].

ib. [Silva, J. Calasans Brandão da]

1973c "Antônio Conselheiro, Construtor de Igrejas e Cemitérios". *Revista Brasileira de Cultura*, n°. 16. pp. 69-81.

Reúne todos os dados sobre as construções que o autor coletou na literatura, testemunhas e tradição oral. Apresenta listagem das igrejas e cemitérios construídos e restaurados pelo Conselheiro durante sua peregrinação.

ib. [Silva, J. Calasans Brandão da]

1974 "Canudos: Origem e Desenvolvimento de um Arraial Messiânico". em *Anais do sétimo Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, vol.1. São Paulo: ANPUH. pp. 461-481.

Após mencionar dois lugares com o nome de Canudos no século passado, um destes se projetou ao nível nacional pela fixação de Antônio Conselheiro. Recolheu dados sobre as fazendas e moradores do local (documentos de posse,

testemunhas e tradição oral), sendo um pequeno povoado com atividades desde a cana na beira do rio à criação de bode e algum gado. Um lugar com muitas estradas, mas longe da lei, com uma capela e algumas casas maiores. O Conselheiro prometera voltar para construir igreja maior e o fez, em 1893-1894. O centro cresceu, numa praça com casas de comércio e as duas igrejas (uma parece pronta em 1893, outra cujo material é estopim da Guerra), enquanto crescem os bairros ao redor (sabe-se de algumas ruas como tendo nomes significativos, "dos negros", "dos caboclos" (índios), as várias categorias sociais atraídos pelo "lenitivo" que o Conselheiro oferecia. Pouca gente era do lugar; muitos vieram com o líder, muitos mais vieram até 1896 e então renovou-se o movimento para acorrer em defesa de Canudos. Organizavam-se levantando casinhas, achavam atividades econômicas para empregar seu trabalho, sendo que "o povo da Companhia", espécie de elite, era mantido por esforço do Conselheiro cuja vida era protegida (embora parece que a Companhia era mais abrangente, de beatos, e a "Guarda católica" mais restrita e mais armada). Sustentava seu povo com doações e esmolas, angariadas também nas redondezas, por pessoas de sua confiança. Algumas pessoas destacavam-se: João Abade, Antônio Vila Nova, dupla poderosa. Todos os chegantes ganhavam um chão de casa, que viria a ser sua propriedade, nesta terra de santo (da capela; não havia propriedade comunal absoluto). Os "dias de conselhos", pregando o Conselheiro, eram previamente marcados, sendo que não há indícios de seu envolvimento pessoal na crença difundida no sertão do sebastianismo. O povo via o peregrino como milagroso, não obstante o próprio sempre se manteve simples servo de Deus; assim, sua palavra poderia confirmar as profecias do Frei Vital da volta do "Príncipe".

ib.

1977 "O Diário de Notícias e a campanha de Canudos". em *Universitas* n. 18. pp. 89-96.

Por ocasião do centenário do jornal, o autor rememora os seus contatos, de infância à juventude adulta em Aracaju com os jornais; e este jornal em particular,

inclusive, a grande influência que tivera e os debates que suscitavam nos seus círculos de "gente culta". Sempre continuou leitor, mesmo quando os artigos mais importantes dos jornais (de fundo, polêmicas) declinaram. Durante este tempo usou o jornal como fonte para uma coluna em outro jornal: "Sociedade da Vovó", sob pseudônimo Sílvio Brandão, no Jornal da Bahia. Enfatiza, por fim, a grande relevância do jornal para o estudo de Canudos, em especial pelo seu correspondente em Monte Santo, que enviava informações preciosas e únicas a respeito da "cidadela de salvação" situada num País "contaminado". Destaca que na chegada em Canudos se fazia preparações para a defesa de um ataque que acabou sendo adiado e como a rotina sertaneja posterior mantinha laços de todo tipo com as circunvizinhanças, mesmo que a entrada de forasteiros em Canudos se limitasse aos que não portavam "a marca do anti-Cristo", em nome da "pureza monárquica".

ib.

1979 "Moreira César, Quem Foi Que Te Matou?" *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 324 (?). pp. 304-311.

Não tive condições de consultar, mas trata da morte do coronel, a sua ridicularização no cancionero popular e das versões que correm sobre quem foi que deu o tiro fatal. [ref. em bibliografia em Sampaio Neto et.al.: p. 301].

ib.

1981a "A Faculdade de Direito da Bahia e a Guerra de Canudos". *em Revercor: Estudos Jurídicos em Homenagem à Faculdade de Direito da Bahia, 1891-1991*. São Paulo: Saraiva.

Discutem-se dois manifestos elaborados pelos acadêmicos da Bahia por ocasião do final da Guerra de Canudos, quando passou a liderança política da Escola de Medicina para a de Direito, mais ativos e mais representados. Nos manifestos defenderam, no primeiro, a Bahia contra o estigma de ser inteiramente monarquista e anti-republicana (mas aceitava a interpretação corrente do

Conselheiro); no segundo, condenaram os excessos bárbaros, justamente cometidos em nome da civilização em luta contra o atraso, pelas forças governistas.

ib.

1981b "Canudos não euclidiano". em *Jornal do Brasil* (21/11). p. 1.

Artigo que resume a essência do que foi publicado num artigo, bem maior, do mesmo título, em 1986b.

ib. [Silva, J. Calasans Brandão da]

1982a "Subsídios à história das capelas de Monte Santo". Salvador: Ms. pp. 12.

Retraça as origens da via sacra em Monte Santo, a fundação pelo Frei Apolônio, missionário no sertão, na segunda metade do século dezoito, renomeando a serra que, supõe ter fornecido, neste sentido, um exemplo para outro construtor ou reformador de capelas e obras pias, incluindo também, o Monte Santo, Antônio Conselheiro. Reune testemunhas sobre a passagem do Conselheiro em Monte Santo, com versões de milagrosas exudações líquidas na capela em cima do cume. Na terceira parte, depois de relatar a versão de Euclides da Cunha para este milagre, tenta reconstruir a relação dos escritos com a localidade.

ib.

1982b "Uma carreira mística". em *jornal A Tarde* (11/07). p.1.

Trata-se de um artigo sobre as relações entre as categorias "beato", "conselheiro" e "messias". A última posição alcançada somente por Antônio Conselheiro, no final da "sua brilhante carreira mística", mesmo que não sendo chamado assim durante sua vida. Sua elevação pelo povo teria sua origem em um leque de situações de mudança social, suficientemente fortes para criar "o esperado, o salvador, o messias". Referência reproduzida em Gama 1997 (p. 58).

ib.

1982c "Antônio Conselheiro em Monte Santo". em jornal A Tarde (05/09). P.1.

Reúne as referências escritas sobre a passagem do Conselheiro em Monte Santo (poucas e pequenas), especialmente a sua última visita de 1892. Esta causou impacto maior em razão de um fato excepcional que, nos olhos do povo, anunciava o derrame de sangue que viria depois. Nota o autor que o Conselheiro provavelmente se inspirou no missionário que rebatizou a serra para mudar o nome de Canudos também. Referência reproduzida em Gama 1997 (p. 57).

ib.

1984 *Canudos na literatura de cordel*. São Paulo: Ática. pp. 1-105.

Este livro reúne alguns dos mais importantes cordéis sobre Canudos, de autores, épocas e posições diferenciadas: os versos coligidos por Euclides da Cunha (seguido por versão colhida por J.Aras), enfatizando que foi a única testemunha a dar valor a esta espécie de expressão, como também incluiu fontes orais; um escrito por autor do Rio, a favor da República, no ano da luta; outro sendo o único conhecido da lavra de um soldado participante na luta; outro escrito longe da Bahia e do tempo da luta, de 1940, no Pará; e, finalmente, a obra de José Aras, sertanejo da região que incluiu muita informação oral, favorável aos conselheiristas. Calasans lembra que a revisão de Canudos como objeto de indagações sociais, políticas, culturais e econômicas, só começou a partir da década de 40. Paralelamente, a produção de cordel somente cresceu a partir dos anos 60. O material reunido permite uma interpretação das visões em jogo.

ib.

1985 "Velha Bahia de Hoje". em T.Maia e R.C.Maia, *Velha Bahia de Hoje*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. pp. 13-18.

Apresentação de um livro de desenhos de antigas edificações na Bahia inteira, lembrando resumidamente a história baiana para chegar a ter este acervo de

monumentos históricos. Destaca a igreja de Crisópolis, localidade fundada pelo Conselheiro e cuja igreja está bem conservada.

ib.

1986a *Quase biografias de jagunços*. Salvador: Centro de Estudos Bahianos. pp. 1-109.

"Os vencidos também merecem um lugar na História". Assim começa esta galeria de retratos de participantes, compilado em especial dos relatos orais de trinta anos de pesquisa, que pretende ser uma homenagem, por intermédio dos nomeados, à memória de todos os milhares de sertanejos que seguiram o Conselheiro. Divide este conjunto em alguns grupos: beatos; combatentes; negociantes e proprietários; outras figuras de Belo Monte; gente das redondezas. De fato, uma referência única para conhecer os sertanejos participantes, suas peculiaridades e particularidades, ouvindo, muitas vezes, suas vozes e opiniões. Vários artigos são reproduzidos em Gama 1997.

ib.

1986b "Euclides não-euclidiano". em J.A. Vaz Sampaio Neto et.al., *Canudos. Subsídios para a sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. pp. 1-21.

Na periodização dos estudos sobre Canudos, o autor distingue os anos até a edição de Os Sertões como o Canudos "não-euclidiano", o tempo até a década de 50 da hegemonia de Euclides, a terceira fase como a revisão dos fatos e a reinterpretação pelas perspectivas históricas e sociológicas modernas. Passa em revista as fontes não-euclidianos: o jornal O Rabudo, o Arquivo da Arquidiocese, os jornais de 1876 adiante, Sílvio Romero, Durval de Aguiar, cartas e livros de testemunhas (duas a favor da seriedade e honra do Conselheiro), as lembranças de infância do cearense João Brígido, o relatório do Frei João Evangelista, quase por fim, os manuscritos do próprio "peregrino", terminando com as cartas do Barão de Jeremoabo.. A todas extrai algo fundamental para a contribuição do conhecimento e comenta sobre o contexto de sua produção e o seu valor como

documento. A datação, por exemplo, dos dois manuscritos pode ser significativa para entender a intenção de sua produção.

ib. [Silva, J. Calasans Brandão da]

1987a "Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico". em *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n.º 34, janeiro. pp. 47-63.

Segundo nota, igual ao trabalho apresentado em congresso em 1973 e publicado, sob o mesmo título, nos seus anais, em 1974.

ib.

1987b "Apresentação". em *Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispado da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos -- 1985*. Salvador: Centro de Estudos Bahianos. pp. 5-9.

A apresentação situa o contexto geral em que se inseriu o Canudos depois de sua fundação como Belo Monte pelo Conselheiro. Nos jornais apareciam as notícias desfavoráveis contra o desrespeito às autoridades republicanas e a necessidade de dispersar as pessoas para que voltassem a trabalhar nos lugares de origem, cuja ausência causava grandes prejuízos. Em 1895, o governo pediu a colaboração da igreja para que mandasse um dos seus membros tentar dissolver pacificamente o ajuntamento religioso. A missão não obteve sucesso, mas Calasans acrescenta que a pessoa principal, o Frei Monte Marciano, não detinha as qualificações pessoais para a tarefa delicada, nem escreveu o relatório que assinou. Assim, a escrita pediu, e contribuiu para, uma intervenção do Estado. O relatório, por outro lado, apesar do seu viés até explicitamente contrário ao Canudos, trata-se de um documento único pelas suas informações gerais sobre a comunidade as quais não existem em qualquer outra fonte.

ib.

1988 "Aparecimento e prisão de um messias". em *Revista da Academia de Letras da Bahia*, no. 35, setembro. pp. 53-63.

A partir do misterioso aparecimento de Antônio dos Mares em Sergipe, noticiado

pelo Rabudo de Estância (1874), traça-se a sua trajetória até o momento de sua prisão no sertão baiano em 1876. Quando apareceu, a fé nele já era forte. "Fora dos seus conselhos não havia salvação". O jornal o caracteriza em termos físicos e doutrinários, inclusive, como Sílvio Romero na mesma época, para criticá-lo por fanatismo e perturbação da ordem. Já circulavam boatos sobre um suposto crime, repetido, bem mais tarde, pelo Barão de Jeremoabo, que criticou a permanente "missão" instituída, prejudicando a sua predominância na região por causa da 'desorganização do trabalho'. Calasans ainda oferece a tradição oral sobre a chegada do Conselheiro a Itapicuru, sua entrada no que denomina "o sertão do Conselheiro". Observe-se, aliás, como a situação política local logo determinou uma aliança entre o vigário e o Conselheiro. Relação duradoura, mas em contraste com parte do resto do clero, em documentação levantada pelo autor. As desavenças, documentadas aqui, levam ao pedido e eventual prisão do líder, quando, pela primeira vez, também surge nas páginas de jornais baianos. Sendo mandado para o Ceará e inocentado, a lenda do matricídio permaneceu; até hoje é lembrado, para certa magoa do Conselheiro. Apesar disso, Calasans termina dizendo que, "a história, vencendo a lenda, apurou a verdade".

ib.

1989 *A guerra de Canudos na poesia popular*. Salvador: Centro de Estudos Bahianos. pp. 1-15.

Republicação facsimilar do original de 1952.

ib.

1990 "O séquito de Antônio Conselheiro". em jornal A Tarde (06/10). pp. 2.

Artigo que constitui a primeira parte do artigo com título idêntico publicado em 1993a.

ib.

1991 "Antônio Vicente no Ceará". *Revista da Academia de Letras da Bahia*, N.º. 37. pp. 25-32.

Trata do tempo de vida de Antônio Vicente Mendes Maciel no seu Estado natal e reúne os dados disponíveis. Inicia discutindo a trajetória dos seus nomes (se nomeado em homenagem ao Santo do lugar de nascimento ou ao avô paterno) em relação ao tipo de pessoas com quem interagiu. Cita os dados da família da época do nascimento (levantados em cartório) e seus padrinhos que, curiosamente, envolveram-se em crimes passionais, passando a discutir a guerra familiar em que a família Maciel se viu lutando pela honra e a vida. Retoma o que se escreveu sobre o genitor, a madrasta com problemas mentais e as dificuldades de relacionar-se com ambos. Por fim, depois da morte do pai fracassou nas atividades econômicas e no casamento, abandonando tudo para se tornar beato quando confidenciou ao Honório Vila Nova que ia construir vinte e cinco igrejas, fora do Ceará. Saiu. Um parco conjunto de dados biográficas, com várias notícias sem confirmações.

ib.

1992 "Centenário do Belo Monte". em jornal A Tarde (15/11). p. 1.

Artigo que discute a data da chegada do Conselheiro em Canudos, em junho de 1993.

ib.

1993a "O séquito de Antônio Conselheiro". *Revista da FAEEDBA*, ano II, n.º. especial, janeiro/junho. pp.49-54.

Reúne as informações - das fontes escritas, testemunhas, tradição oral e material manuscrito - a respeito da composição regional (em especial cearenses e baianos; pernambucanos e sergipanos; quando possível, citados nominalmente com seu local de origem); social (pobres e mais abastados; camponeses sem e com terra, alguns com bastante terra, e comerciantes); étnica (vários grupos indígenas); racial (negros e ex-escravos, mas também mulatos e um branco louro). Demonstra, portanto, claramente as variadas posições sociais originais dos participantes de

Canudos, que não se limita a uma classe, etnia, raça, ou origem regional.

ib.

1993b "Entrevista". em *Revista da FAEEBA*, ano II, no. especial, janeiro/junho. pp.133-146.

Entrevista concedida pelo Prof. J.Calasans à professora Maria Palácios da FAEEBA. Começa por discutir sua trajetória de vida e sua educação formal para explicar, por exemplo, que aprendiam menos a história mais recente do Brasil do que partes da 'história geral'. Como quis ser professor desde antes do ingresso na Faculdade, fez direito e seguiu na carreira participando de três concursos. Na pesquisa sobre cancionário político em Sergipe encontrou referência ao Moreira César, viu que não havia nada sobre o folclore de Canudos e, depois de voltar a morar em Salvador, começou a ir para Canudos a partir de 1950. Depois de Odorico Tavares e suas entrevistas com sobreviventes, foi nesses encontros que iniciou uma nova fase, pós-euclidiana. Novidade importante, mesmo que prejudicado pelo fato da história oral ser relegada a, no máximo, um segundo plano, pelo registro precário e uma limitação de enfoque do entrevistador. Fala, ainda, do Núcleo Sertão e caracteriza o livro de Otten como o melhor até então.

ib.

1993c "Euclides da Cunha nos Jornais da Bahia". *Revista da Academia de Letras da Bahia*, N° 39. pp.159-162.

Ao que um cotejo parece permitir concluir, uma republicação de 1969b, com acréscimo de pequeno parágrafo final.

ib.

1993d "Introdução". em T.Gaudenzi, *Memorial de Canudos*. Salvador: Fundação Cult. do Estado da Bahia: Salvador.

Vê 1994b, consultado na segunda edição, porém, não foi possível consultar esta

primeira.

ib.

1993e "Odorico Tavares e a oralidade canudense". em O.Tavares, *Canudos Cinquenta Anos Depois (1947)*. Salvador: Conselho estadual de cultura, Academia de letras da Bahia e Fundação cultural do estado da Bahia. pp. 5-7.

Obra publicada por iniciativa, principalmente, do Calasans, dado sua importância para a retomada dos estudos de Canudos por outro ângulo do que o de Euclides da Cunha: a história oral dos participantes e que falava com respeito às qualidades do Conselheiro e de sua vida no arraial. Iniciou-se, nas palavras de Calasans, a fase da oralidade canudense para a revisão de Canudos.

ib.

1993f "Dois Centenários". em jornal A Tarde (05/06). p. 1.

Rememora o choque de Masseté e a chegada do Conselheiro ao Belo Monte, relacionando os fatos aos regimes políticos e à situação política desta época.

ib.

1993g "Centenário da Igreja Velha de Canudos. em jornal A Tarde (02/07). p. 1.

Neste ano farto de centenários, agora é a vez da consagração da capela reerguida pelo Conselheiro em Canudos, oportunidade em que pronunciou um discurso que sintetiza parte importante do seu pensamento.

ib.

1993- "A Faculdade de Direito da Bahia e a Guerra de Canudos". em *Revista USP*, n°. 20. pp. 9-12.

1994a

Republicação do artigo do mesmo nome, 1981a.

ib.

1993- "O relatório de frei João Evangelista. Apresentação de José Calasans. em *Revista USP*, n°. 20. pp. 1994b 13-14.

Republicação de 1987b.

ib.

1993- "Breve cronologia da vida de Antônio Vicente Mendes Maciel". em *Revista USP*, n°. 20. pp. 21-23.

1994c

Resumo das datas e acontecimentos principais da vida do Conselheiro.

ib.

1993- "Sobre Antônio Conselheiro". em *Revista USP*, n°. 20. pp. 23-27.

1994d

Coleção de citações e observações, dividida em quatro partes: opiniões de estudiosos (sobre o Conselheiro); primeira fase - formação (1830-1873) (certidões burocráticos relevantes, o seu estudo de latim e meta da vida como construtor); segunda fase - peregrinação (1873-1893) (primeiras notícias, prédicas, testemunhas e a prisão); terceira fase - Canudos (1893-1897) (fixação, crescimento e a guerra).

ib.

1994a "Um menino de Cocorobó". em jornal *A Tarde* (02/07). p. 1.

Curto artigo que acrescenta uns informes sobre o menino jagunço que Euclides da Cunha levou para São Paulo.

ib.

1994b "Introdução". em T.Gaudenzi, *Memorial de Canudos*. Brasília: Caixa Econômica Federal (2.ª ed.). pp. 17-20. [1.ª ed. 1993, Fundação Cult. do Estado da Bahia, Salvador]

Para apresentar um "grande pintor" que deu uma "magnífica visão do histórico acontecimento", Calasans resume os dados biográficos de Antônio Conselheiro: enfatizando os "traumas familiares", a sua trajetória religiosa (seus nomes de Conselheiro e de santo - separados ou conjugados), suas andanças, a atribuição pelos outros de santidade e até de ser Cristo, sua vestimenta específica (de beato), a sua semelhança com a imagem de Jesus e como os conselhos se pareciam com as missões dos frades), o seu crescimento pessoal (carismático e teatral). Para o "chão sagrado" se dirigiam várias categorias sociais, inclusive os "remediados" e "comerciantes brancos" aproveitadores não sinceros na fé, a construção das igrejas, até que fora destruído com uma "inconcebível violência" dos vencedores "contra o "gesto suicida daqueles heróicos sertanejos", numa "pavorosa chacina". [bom resumo, portanto; tradução em inglês do mesmo texto está nas páginas opostas do original; edição de livro de arte de luxo].

ib.

1994c "Agradecimento". *Revista da Academia de Letras da Bahia* n° 40. pp. 419-423.

Agradecimento ao discurso proferido por Waldir Freitas de Oliveira (1994) que rememora a trajetória literária do Prof. Calasans, desde a sua primeira publicação em 1942 até 1992 (quando da comemoração). Também lembra aspectos de sua própria amizade, a influência exercida por Calasans sobre ele e a personalidade do professor. Na resposta, Calasans lembra fatos de sua vida e obra que são importantes para começar a compor, minimamente, sua biografia.

ib.

1994d "Centenários Canudenses". em jornal A Tarde (27/12). p. 1.

Ao lembrar dois eventos da história de Canudos, convoca a academia para a realização de seminário sobre religiosidade em Canudos e exorta o repensar de toda esta problemática dos sertões no âmbito da cultura e história nacional brasileira.

ib.

1995a "Antônio Conselheiro e os escravos". em Eduardo D.B. de Menezes e João Arruda (orgs.), *Canudos, as falas e os olhares*. Fortaleza: EUFC. pp. 90-96.

Apresenta, nas linhas básicas, as mesmas informações a respeito da probabilidade da participação dos ex-escravos no movimento de Canudos e a posição abolicionista do Conselheiro que já foram discutidas em artigos anteriores.

ib.

1995b "Prefácio". em J.A.C. Barreto Bastos, *Incompreensível e Bárbaro Inimigo*. Salvador: Edufba. pp.11-13.

Nessa apresentação do livro, Calasans enfatiza que a relevância da obra que analisa os diferentes "discursos" a respeito do "grande tema", no caso de "grandes intelectuais" e "intelectuais tradicionais". Comenta os casos discutidos, alguns dos principais escritores da época, centrados nos seus valores e suas categorias. Parecem-lhe corretas conclusões, tal como uma subjacente homogeneidade detectada em todos os discursos seja "a desigualdade ontológica dos homens". Inicialmente, o prefaciador não hesita em chamar o Conselheiro de um dos maiores assuntos da historiografia brasileira, e de caracterizar a Guerra como o maior "genocídio da história nacional". Entende, ainda, que a figura do Conselheiro provocou numerosas interpretações, muito variadas e que continuam surgindo, mais do que "qualquer outro vulto da vida nacional".

ib.

1995c "Centenário da missão dos frades Capuchinhos". em jornal A Tarde (20/05). p. 1.

Depois de lembrar o noticiário francamente negativo sobre Belo Monte, conta a tentativa de interferência dos missionários, a pedido do governador, com o objetivo de, pacificamente, dissolver o reduto. O frei João de Monte Marciano não era pessoa mais indicada para a tarefa e não obteve sucesso. Seu relatório, por

outro lado, é um documento único e inestimável sobre a vida em Canudos.

ib.

1995d "O centenário do Belo Monte e algumas reflexões sobre ficção e história". em jornal A Tarde (25/11), p. 1.

Ao completar cem anos da missão dos frades para convencer a desmontar a comunidade de Canudos, trata-se da importância do relatório produzido para o conhecimento de vários aspectos da sua vida social e religioso, mesmo que com evidente viés preconceituoso.

ib.

1995e "Centenário à vista". em jornal A Tarde (25/11). p. 2.

Resenha do livro "O sertão prometido", do brasilianista R. Levine. Considera que a obra tem méritos, levantando teses gerais interessantes para a discussão; o livro peca em um número grande de pequenos erros e equívocos de todo tipo. Aponta uma série destes, lembrando que assim procede no intuito de uma colaboração e crítica construtiva.

ib.

1996a "Santo Antônio de Canudos". em jornal A Tarde (15/06). p. 1.

Artigo que foi republicado em 1996b.

ib.

1996b "Santo Antônio de Canudos". em *Revista Canudos*, ano I, no. 1. pp. 23-24.

Lembrando observação de Pedrão a respeito de comentário do Conselheiro, sobre a destruição de imagens e a morte de inocentes pelos incréus, feito ao pesquisador, este retrata a história da única imagem de santo conhecida, e agora fotografada, de

que se tem notícia de ter pertencido ao acervo canudense. (anteriormente publicado no jornal A Tarde).

ib.

1996c "Um bom depoimento". em jornal A Tarde (16/11). p. 1.

Artigo curto para enfatizar a importância do livro de Alvim Martins Horcades, previsto para ser editado em segunda edição como parte do centenário de Canudos.

ib.

1996d "Prefácio, O Coronel César". em O.Fontes, *O Trem-Terra*. Petrópolis: Vozes. pp. 11-13.

Introdução ao livro sobre Moreira César, o famoso comandante da terceira expedição, ressaltando a contribuição na reconstrução do seu itinerário e a tradição oral em torno deste personagem crucial para a Guerra.

ib.

1996e "O coronel César". em jornal A Tarde (23/11). p. 1.

Publicação da introdução do livro de Oleone Fontes no jornal (veja referência anterior).

ib.

1997a "Canudos - Notas Antigas". em *Revista Canudos*, v. 2, n. 2. pp. 9-13.

O pequeno artigo relata algumas observações de viagens e as consequentes entrevistas com pessoas destes lugares sobre informações da tradição oral (Cumbe, Masseté). Refere-se ao seu João Siqueira, famoso por ter conversado com muitos sobreviventes, o qual contou, por exemplo, que esperaram três dias para ver se o Conselheiro iria ressuscitar após sua morte e somente o enterraram

no santuário depois de passar este tempo.

ib.

1997b "*Cartografia de Canudos*". Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura e EGBA. pp. 147.

Republicação de vinte e três artigos de Calasans, escolhidos pelo autor. Coletânea extremamente oportuna para facilitar o acesso à sua obra e resumir as suas mais significativas contribuições, em termos de coleta de dados e no que diz respeito às suas interpretações. Os artigos foram uniformizados para este livro. Os artigos maiores e mais importantes são agrupados no início: Canudos não-euclidiano; Antônio Vicente no Ceará; Aparecimento e prisão de um messias; O séquito de Antônio Conselheiro; Canudos - origem e desenvolvimento de um arraial messiânico; Antônio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios (todos de revistas diversas); Subsídios à história das capelas de Monte Santo (que era inédito); Antônio Conselheiro e a escravidão (antes publicado pelo autor e sem data); A guerra de Canudos na poesia popular (o mais velho). Seguem-se três introduções de livros: Memorial de Canudos (do livro de T.Gaudenzi); Odorico Tavares e a oralidade canudense; O coronel César (introdução do livro de Oleone Fontes); sendo que um pequeno artigo, Um bom depoimento, publicado no jornal, seguem estes três por chamar atenção à nova edição do livro de Horcades, servindo, de fato, como introdução. Três artigos sobre Os Sertões e Euclides da Cunha constituem a parte dedicada ao autor e sua obra incontornável: As mulheres de "Os Sertões"; Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes: Euclides da Cunha nos jornais da Bahia. Todo restante são textos de uma ou duas páginas, salvo, o texto As igrejas de Canudos (sem referência de publicação anterior, parece artigo de jornal, mas desconheço esta referência), todos originalmente publicados no jornal A Tarde: Centenário de Belo Monte; Dois centenários; Centenários canudenses; Centenário da igreja velha de Canudos; Um menino de Cocorobó; Santo Antônio de Canudos. Veja-se as referências originais.

ib.

1997c "O Bom Jesus do Sertão". em jornal A Folha de São Paulo (21/12). p.1.

Artigo escrito para o Caderno "Mais" do jornal, dedicado quase que exclusivamente ao Canudos. Retrata, em um rápido esboço, a vida do Antônio Maciel, o Conselheiro. Enfatiza a primeira fase da sua vida como Conselheiro, como de prestígio crescente e dedicado às construções religiosas, sendo seguido por categorias sociais mais ou menos subalternos. A segunda fase foi da construção de uma vida movido pela fé, sem nenhuma pretensão maior, cujo fim, ditado por interesses "políticos e patrimoniais", foi o maior equívoco da história nacional: o Conselheiro, segundo sobreviventes, "só pregava o bem, a salvação das almas".

ib.

1997d "A Guerra de Canudos na poesia popular". em B. Abdala Jr. e I. Alexandre (orgs.), *Canudos. Palavra de Deus, Sonho de Terra*. São Paulo: Ed. Senac e Boitempo. pp.149-160.

Republicação do texto de 1952.

ib.

1977e "Declaração". em B. de Jesus Mendes, *Formação cultural e oratória de Antônio Conselheiro*. Salvador: Ed. BDA-Bahia. p.9.

Na verdade brevíssima introdução ao livro, atestando a contribuição atual e futura do autor.

ib. [José Calazans]

1997f "Feira de Santana na Guerra de Canudos". em Raimundo Gama, *Recortes de Canudos*. Salvador: Ed. BDA-Bahia e Ed. da Universidade Tiradentes.

Introdução ao livro do professor de Feira de Santana. Calasans também lamenta a má conservação dos periódicos do século passado destas fontes indispensáveis e

conclama para aprofundar a participação da cidade nos eventos.

Dannemann, Fátima

1997 "Houve mesmo esse reino alvissareiro". *em* jornal A Tarde (04/10). p. 3.

Entrevista por ocasião do centenário do fim da Guerra. Lembra, rapidamente, pontos importantes da história do Conselheiro. Por exemplo, que virou profeta, vivia como um enviado de Deus, o que causou atrito com padres e que, sem chamar, a aglomeração causou o clamor das forças econômicas perdendo sua mão-de-obra. Aponta que não se imaginava a guerra, que somente se defendia a superioridade de sua vida e sua terra - "o sonho de uma vida melhor"-, e que muitos, próximos dos mais influentes no arraial, fugiram e sobreviveram, enquanto morreram os mais distantes do Conselheiro.

Meihy, J.C. Sebe Bom

1993 "Meu Empenho foi ser Tradutor do Universo Sertanejo" (Entrevista com José Calasans)". *em* *Luso-Brazilian Review*, vol. 30, N° 2. pp. 23-33.

Entrevista feita em dezembro 1989, em Salvador, com o "maior conhecedor vivo da história do sertão brasileiro" e que o entrevistador somente transcreveu a fala. Texto excelente e fundamental para o conhecimento do pensamento do entrevistado sobre Canudos por abordar, resumidamente, uma síntese de sua análise, após quarenta anos de pesquisa, do fenômeno do Conselheiro e Canudos. Começa por lembrar sua educação e interesse inicial pela pesquisa, particularmente em folclore, até se fixar na Bahia e no tema de sua vida. Conta como foi importante sua ida ao sertão, conversando com os sobreviventes e o choque dessa visão tão oposta àquela dos livros, o que o levou ao estudo mais geral do sertão e das concepções culturais dos jagunços, mais do que a Guerra em si. Passa em revista as diferenças entre os participantes, as categorias sociais envolvidas, a economia (os meios de subsistência, propriedade privada, relações com o mundo externo), as relações sociais em Canudos (não igualitárias) e os propósitos religiosos do Conselheiro (um pregador não revolucionário numa

terra de santo que se movia e atraía pela fé). O Conselheiro não pretendia salvar o mundo numa pretensão messiânica e que as circunstâncias do contexto da sociedade daqueles tempos foram fundamentais para a evolução pessoal dele tanto como o crescimento do seu grupo. Um contexto de mudanças culturais e sociais em que a sua figura congregava diversos grupos em torno de "uma mensagem de confiança e ordem". Muitos aspectos da vida do Conselheiro e da comunidade em Canudos estão ainda obscuros e vários dificilmente serão elucidados, mas a vida do pesquisador se dedicou ao "entendimento desse mundo" sertanejo.

Sá, Antônio Fernando de Araújo et.al.

1997 "Professor José Calasans Brandão da Silva". *em Cadernos UFS História*, vol.3, no.4. pp.7-10.

Entrevista com Prof. Calasans feito por historiador e estudantes da Universidade federal de Sergipe. Trata, principalmente, de sua vida e suas ligações com Sergipe.

Villa, Marco A. e J. da Costa Pinheiro (colaboração)

1998 *Calasans, um depoimento para a história*. Salvador: gráfica da UNEB.137pp.

Este livro contém a reprodução de uma série de entrevistas com o Prof. Calasans, partindo, muito justamente, do princípio de que o deão dos estudos de Canudos sempre manejou muito bem a palavra e de que a sua fala mereceria ser registrada pelo que revela dele: um grande contador de casos e um apaixonado estudioso de Canudos. Desse modo, o maior mérito do livro é legar, para as pessoas que não conheciam o mestre, uma impressão do que era sua virtuosidade com as palavras e uma noção do sabor e do estilo do seu diálogo franco e aberto, com todos aqueles que demonstravam uma vontade de discutir Canudos. Naturalmente, captar o espírito da conversa, interação pessoal tão estimada por Calasans, é tarefa impossível de se reproduzir em papel e tinta, mas o esforço é válido e necessário, apesar das limitações do meio. Em cinco capítulos, o livro passa em revista: a sua

formação e a origem do seu interesse por Canudos; os retratos de pessoas, de Euclides da Cunha e da Guerra; o arraial; o Conselheiro; e por fim, fala de algumas personagens de destaque. Em geral, as entrevistas navegam sempre entre o conhecimento do particular, o material reunido pessoalmente pelo Calasans e compulsado na literatura, e a interpretação mais global, implícita ou explicitamente dialogando com os famosos intérpretes de Canudos. Nota-se, ainda, que Calasans chega mesmo a discordar do próprio entrevistador; mas com toda a elegância característica que ele sempre demonstrou para com as outras pessoas; muitas das quais, diga-se ainda, beberam nessa fonte, sem deixar claro a importância de Calasans neste campo de estudos. Acentua-se que, enquanto fonte de dados e das interpretações feitas por Calasans, o livro é uma contribuição necessária; enquanto um documento humano que retrata o estilo do mestre, ele revela-se indispensável. Que o diálogo e o estilo, às vezes, não sejam muito sistemáticos, é algo inerente a essa interação humana. Mas, o livro guarda, hoje, o melhor testemunho da humanidade do maior protagonista dos estudos canudenses e a sua afinidade com a oralidade, tanto a sua como a dos sertanejos, pessoas estas que ele amava como sujeitos humanos em uma história apaixonante.

s.a.

1988 "Entrevista". em jornal A Tarde (20/11). p. 1.

Entrevista em que Calasans comenta sua origem, o seu encontro com Canudos pelo folclore e não por Euclides da Cunha, a necessidade que sentiu de se voltar para o que povo faz, a sua tradição oral e o que está na memória popular. A importância, então, de suas viagens e os depoimentos de sobreviventes.

s.a.

1995 "Canudos. Brazilianistas pegaram a onda de Vargas Lhosa". em jornal A Tarde (25/11). pp. 3.

Entrevista do Calasans sobre o estado atual dos estudos de Canudos, comentando as limitações de Euclides da Cunha e sua omissão de fontes e pessoas, a influência

de Vargas Lhosa, a trajetória do Conselheiro, o contexto político e a participação de ex-escravos. Ao comentar os erros de Levine, sugere que seja necessário algum brasileiro, mais impregnado da cultura do sertão e suas sutilezas, para reescrever a história de Canudos com uma maior profundidade.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Carvalho, Ma. Amalia. São José do Belmonte, sua gente e história. São José de Belmonte: Prefeitura de Municipal de São José de Belmonte, 1993.

Hoornaert, Eduardo. Os Anjos de Canudos. Petrópolis: Vozes, 1997.

Oliveira, Waldir. "Cinqüenta anos de vida literária de José Calasans". *em Revista da Academia de Letras Da Bahia*, N°. 40, 1994.

Otten, A. Só Deus é Grande. São Paulo: Ed. Loyola. 1990.

Reesink, Edwin. "Jerusalém de taipa ou vale de lágrimas". *O Olho da História*, vol. 2, n°. 3, 1996.

ib.

"A tomada do coração da aldeia: a Guerra de Canudos e os índios de Massacará". *Cadernos do CEAS*, n°. especial, 1997.

Villa, Marco A. Canudos. O povo da terra. São Paulo: Ática, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DE CALASANS

Nesta bibliografia se incluem os trabalhos do Prof. Calasans que se ocuparam de temas em que não surge referência alguma a Canudos. As mesmas restrições já feitas na bibliografia principal valem para este complemento.

Calasans, José

1941 "Os franceses e a exploração da pau-brasil em Sergipe". *em Revista do Instituto*

Histórico e Geográfico de Sergipe.

Sem maiores indicações porque não tive condições de consultar a Revista. Provavelmente a primeira publicação do autor.

ib.

1942 *Aracajú (contribuição à história da capital de Sergipe)*. Aracajú: Livraria Regina. pp. 96.

Tese de concurso para Escola Normal Ruy Barbosa. Incluído, ao que tudo indica, em 1992.

ib.

1944 "Aspectos folclóricos da cachaça". em *Revista de Aracajú*, vol. I. p.1.

Sem mais indicações porque não tive condições de consultar o original.

ib.

1945 *Temas da Província*. Aracajú.

Sem maiores indicações porque não tive condições de consultar o original. Talvez incluído em 1992.

ib.

1948 *Economistas da Bahia*. Bahia: Artes Gráficas. pp.9.

Como trabalhava num departamento do SENAC, o autor foi convidado a falar na Semana do Economista, o que fez, ressaltando sua condição de externo à profissão, traçando um quadro dos estudos pioneiros de baianos no início dos estudos econômicos no Brasil.

ib.

1951a *Cachaça, Moça Branca*. Salvador: Museu do Estado.

Resultado que combina literatura e pesquisas no campo, especialmente em Sergipe e entre trabalhadores do porto que denominaram o pesquisador de "homem das glosas" (o que o agradou), na segunda parte da década de 40. Notam-se o gosto pela pesquisa no local, o respeito ao universo pesquisado, a ênfase sobre folclore e a atenção para com termos nativos e a poesia popular. Traços que caracterizarão o trabalho posterior sobre Canudos. (na bibliografia se menciona dois manuscritos do autor, "Com. à Comissão Nacional de Folclore", que suponho terem sido incorporados no livro).

ib.

1951b *Um discurso de Sílvio Romero*. Salvador: Centro de Estudos Baianos.

Um discurso sobre o prêmio para folclore proposta pelo então deputado que se tornaria o famoso folclorista.

ib.

1951c "O Ensino Público em Aracajú". em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*.

Sem maiores indicações porque não tive condições de consultar o original. Incluído, ao que tudo indica, em 1992.

ib.

1952 *Fernão Cabral de Ataíde e a santidade de Jaguaripe*. Salvador: Artes Gráficas. pp. 57.

Levanta a documentação sobre um fenômeno dos primórdios da colonização, pouco estudado até então, os chamados santidades, movimentos religiosos indígenas reativos à situação colonial (particularmente Tupi).

ib. [Silva, J. Calasans Brandão da]

1959 "Relatório apresentado ao Departamento Nacional do Senac pelo Diretor do Departamento regional da Bahia, Professor José Calasans Brandão da Silva,

sobre o Ente Nazionale per l'addestramento lavotori del comercio". Salvador: Ms. pp. 9.

Viagem a Italia como bolsista, passando também em Portugal e Espanha, estudando aspectos de turismo.

ib.

1961 "Discurso de Paraninfo em 1958". em *Arquivos da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia*, vol. VI - 1957 e 1958. pp. 79-84.

Neste discurso o Professor da Faculdade rememora as finalidades originais da Faculdade e a necessidade de se refazer sempre o ato e as intenção original.

ib.

196 "Saudação à Marinha". em *Revista das Ciências Humanas*, vol. I, N°. 1. pp. 29-30.

Pronunciada na televisão, centrada em especial sobre a importância do mar e da Baía de Todos os Santos na Bahia para lembrar eventos históricos significativos com participação da Marinha.

ib.

1967 *Lulu Parola e os acontecimentos políticos de 1891*. Salvador: Centro de Estudos Baianos. pp. 13.

Sob este pseudônimo um conhecido jornalista baiano comentava, poetica e criticamente, os acontecimentos da mudança para a República.

ib.

1969a "Celso Magalhães e o folclore baiano". em *Revista de Cultura da Bahia*, no. 3, jan.-junho. pp. 31-34.

Dá notícia do primeiro autor a fornecer um quadro mais geral do folclore baiano. Não há referência Canudos.

ib.

1969b "Juarez Távora na Bahia". Salvador: Centro Estudos Baianos. pp. 8.

Estudo e documentos sobre a passagem do Juarez Távora na Bahia no ano de 1930, incluído no livro de 1980.

ib.

1970a "A primeira fase da conspiração do Norte: abril-maio, 1930". em *Universitas*, N.º 5. pp. 41-61.

ib.

1970b "O folclore histórico no recôncavo da Bahia". em *Revista da Cultura da Bahia*, N.º 5. pp. 43-53.

Reúne dados retomados no livro maior do mesmo ano.

Calasans, José e Zitelmann de Oliva

1970 *Discursos na academia*. Salvador: Ed. Estuário. pp. 49.

Contém discurso de Calasans de recepção do co-autor na Academia (pp. 43-49). Observa que, lamentavelmente, se escreve pouco na Bahia e se publica menos ainda, mas que isso também se deve às condições de Província. Termina por dizer que a Academia, como toda instituição na atualidade, deve se renovar e passar por sérias mudanças. "Mais do que nunca, parar é morrer".

Calasans, José [Silva, J. Calasans Brandão da]

1971 "Documentário para o estudo da revolução de 1930". em *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. Campinas: s.e.. pp. 167-174.

Material retomado no livro de 1980, exceto que os Anais registram a discussão após a apresentação do trabalho na sessão do congresso.

ib.

1972 *Bahia, primeira capital do Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Baianos. pp. 10.

Passa por alguns aspectos da história da cidade desde o seu descobrimento e fundação (No início era a Bahia").

ib.

1973 "Introdução ao estudo de historiografia sergipana". Salvador: Ms. pp. 50.

Provavelmente incorporado no livro posterior, 1992.

ib.

• "Introdução". em Alfredo do Vale Cabral, *Achegas ao estudo do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC/Funarte. pp. 150.

Livro organizado pelo Calasans, a partir de manuscritos inéditos e acrescidos por notas suas. Anotações sobre folclore do século passado.

ib. [Silva, J. Calasans Brandão da]

1980a *A revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*. Salvador: Mestrado em Ciências Sociais. pp. 92.

Contém documentos e alguns estudos publicados anteriormente, com, ao que parece, uma ampliação, sobre os eventos de 1930 (1969b, 1970).

ib.

1980b "Édison Carneiro e o folclore baiano. Salvador: UFBA-CEAO. pp. 12.

Depois de lembrar seus contatos pessoais com Édison Carneiro, homem cordial mesmo no meio de polarização política, aborda a sua obra para ressaltar a sua inserção antiga no folclore, menos conhecida e apontada do que a obra sobre o negro. Ao último tema, afinal, foi fiel a vida inteira. Ou seja, nas últimas frases do autor: "Assim seria a vida inteira. Um admirável caso de fidelidade aos temas".

ib.

1984 *A Faculdade Livre de Direito da Bahia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos.

pp. 29.

Sobre os juristas que fundaram a faculdade e os seus primeiros professores.

ib.

1985 "Um discurso de Sílvio Romero". em *Miscelânea, ed.-facsimilar das cinco primeiras publicações do Centro de Estudos Baianos*. Salvador: Centro de Estudos Baianos. pp. 19.

Republicação de artigo do mesmo título, 1951b.

ib.

1991 *Miguel Calmon Sobrinho e sua época, 1912-1967*. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal. pp. 269.

Biografia de pessoa de destaque na Bahia.

ib.

1992 *Aracajú e outros temas sergipanos*. Aracajú: FUNDESC. pp. 141.

Coletânea dos escritos anteriores a respeito da história de Sergipe (1942, 1945, 1951c, 1973)

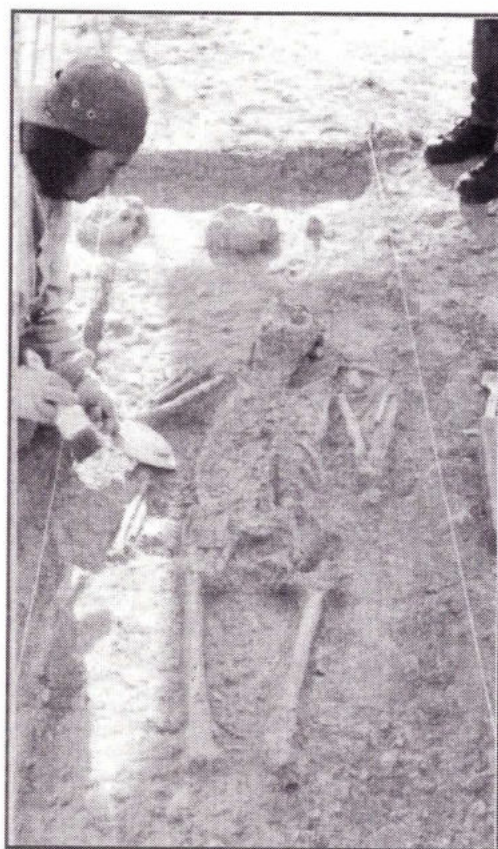
ib.

1994 "Agradecimento". em *Revista da Academia de Letras da Bahia*, N°. 40. pp. 419-423.

Ao agradecer o discurso de Waldir Oliveira, na Academia, Calasans rememora parte de sua vida e obra, a partir do início de sua obra, que foi considerado como sua estréia de escritor, em 1942, em Aracaju e sobre um tema histórico sergipano.

ARQUEOLOGIA E RECONSTITUIÇÃO MONUMENTAL DO PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS

Salvamento Arqueológico no Vale da Morte



REMANESCENTES
ESQUELETOS HUMANOS

RELATÓRIO

SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO NO VALE DA MORTE

Governo do Estado da Bahia
César Borges

Secretaria de Educação
Eraldo Tinoco

Universidade do Estado da Bahia
Ivete Alves do Sacramento

Pró - Reitoria de Extensão
Lourivaldo Valentim

Pró - Reitoria de Administração
João Gomes Vieira

Pró - Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós - Graduação
Manoelito Damasceno

Pró - Reitoria de Graduação
Rita Maria Bastos Vieira

Centro de Estudos Euclides da Cunha
Luiz Paulo Almeida Neiva

Equipe Técnica Envolvida

Empresa Contratada
Zanettini Arq. Plan. Cons. Ltda.

Coordenação Científica
Profª. Dra. Erika M. Robrahn-González
Prof. Ms. Paulo Eduardo Zanettini

Análises dos Restos Esqueléticos
Profª Ms. Verônica Wesolowski

Exumação dos Esqueletos
Profª Ms. Sandra Nami Amenomori
Profª Silvia Cristina Piedade
Profª Luciane Kamase

Tratamento e Conservação
Gedley Belchior Braga (MAEUSP)

Análises Radiográficas (Tomografias e Radiografias)
Prof. Dr. Antônio Gellis (HU-USP)
Prof. Dra. Cecília Duaik (HU-USP)

Registros Fotográficos
Wagner Sousa e Silva (MAEUSP)

Reconstituição Gráfica do Sepultamento
Rubens Matuck

Concepção e Montagem do Display
Milton F. Pellicciotta

A análise dos combatentes de Canudos tornou-se possível graças ao convênio firmado entre a Universidade do Estado da Bahia e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, bem como do financiamento da Superintendencia de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CADCT/SEPLANTEC ao Projeto Arqueologia e Reconstituição Monumental do Parque Estadual de Canudos.

Este trabalho é dedicado ao Professor e Mestre José Calasans (1915-2001), incansável pesquisador das cousas canudenses e um grande entusiasta e apoiador de nossas investigações arqueológicas ao redor de Belo Monte.

APRESENTAÇÃO

O salvamento arqueológico no Vale da Morte se insere no conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto Canudos: Arqueologia e Reconstituição Monumental, desenvolvido no Parque Estadual, sob nossa coordenação, projeto devidamente autorizado pelo IPHAN através da Portaria n. 48, de 20 de Outubro de 1997, tendo sido os relatórios periodicamente encaminhados aos órgãos de preservação do Patrimônio e financiadores do Projeto.

O salvamento no Vale da Morte foi desenvolvido concomitantemente às escavações no arraial de Antônio Conselheiro, em atendimento à solicitação feita em caráter emergencial por parte do próprio IPHAN e do Ministério Público Federal, no sentido de averiguar denúncias de depredação e destruição dos vestígios presentes neste sítio.

Escavações dessa natureza exigem um grande refinamento, técnica, treinamento específico, tempo e verbas, e se tornaram possíveis em uma pequena parcela da área, por dispormos no corpo técnico, de especialistas de prontidão para a eventual exumação de indivíduos no interior do arraial, não estando afastada à época, a possibilidade de nos depararmos inclusive com os restos mortais de Antônio Conselheiro, tema amplamente explorado por toda a mídia brasileira.

Desse modo, a pesquisa de salvamento foi realizada, sendo colhido o maior número de subsídios para uma avaliação do atual estado de conservação do sítio como um todo, notadamente, aquele que abriga a maior concentração de restos esqueléticos em todo o Parque Estadual.

Do mesmo modo, foi firmado um convênio entre a Universidade do Estado da Bahia e o Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo, para onde os restos exumados foram remetidos a fim de serem submetidos à rigorosas análises,

bem como procedimentos de curadoria e conservação, podendo ser trasladados de volta à Canudos num *display* especialmente projetado para esse fim.

O exame atento deste relatório deixa expresso ao leitor o cuidado e rigor do trabalho desenvolvido, sendo exauridas as possibilidades de análise dos esqueletos, bem como a forma de proceder daqui em diante.

Porém como apontam as conclusões, vemo-nos diante de um vale em agonia, a exigir um projeto específico que demandará complexa infra-estrutura, visto o precário estado de conservação dos restos esqueléticos, enterrados em covas rasas e submetidos às agruras do semi-árido ao longo dos últimos cem anos

Em pouco tempo, o potencial informativo do Vale da Morte perder-se-á e em algumas décadas, os vestígios desaparecerão por completo.

Fica lançado mais um desafio entre outros tantos que a UNEB chamou a si, preocupada em perpetuar a memória canudense através do conjunto de ações que desenvolve na região.

INTRODUÇÃO

Os resultados das escavações no Vale da Morte já foram oportunamente abordados em relatórios anteriores, sendo à época formulados alguns questionamentos (ver anexo 1). O presente relatório aprofunda algumas das proposições em virtude da continuidade das análises, conduzindo à reavaliação de algumas impressões iniciais, sendo ainda propostas estratégias para as futuras intervenções arqueológicas no sítio.

O presente estudo será apresentado ao Congresso da Sociedade de Arqueologia

Brasileira (SAB) que irá se realizar em setembro próximo no Rio de Janeiro, tornando-se alvo também de publicação científica em fase de elaboração, dando por concluídos nossos estudos e ações de divulgação a respeito.

São apresentados na forma de anexos, documentos sucintos de caráter instrucional, indicando os procedimentos de manipulação e conservação dos vestígios, bem como um inventário para a localização dos mesmos nos respectivos containers em que estão sendo devolvidos à UNEB (ver anexos 2 e 3).

Do mesmo modo, o display desenvolvido apresenta a pesquisa, optando-se pela exibição de apenas algumas partes mais conservadas de um dos esqueletos, o mobiliário funerário associado e uma réplica em escala reduzida, que reproduz a posição original em que se deu o sepultamento em 1897. Painéis informativos trazem em linguagem coloquial os procedimentos adotados pela Arqueologia e Antropologia física (anexo 4).

Cumprimos desse modo com o nosso papel de cientistas e se aproxima a hora dos combatentes anônimos retornarem a Canudos, vindo a integrar o acervo arqueológico do Memorial de Canudos.

CONDIÇÕES GERAIS DE PRESERVAÇÃO

Todas as observações a seguir referem-se à totalidade dos indivíduos e ossos avulsos exumados. As condições específicas a cada um dos esqueletos serão tratadas no item 4 deste relatório.

Conforme apontado nos relatórios preliminares, os remanescentes ósseos perfazem um total de três indivíduos sepultados em uma vala comum e alguns ossos esparsos que foram considerados material avulso, isto é, não pertencem a nenhum dos três indivíduos identificados e não constituem um quarto indivíduo, sendo restos de outros sepultamentos provavelmente destruídos por eventos de

intervenção antropogênica e natural anteriores

Os esqueletos 1 e 3 são constituídos apenas pelos crânios, já que o restante dos corpos não pôde ser evidenciada permanecendo no sítio arqueológico. O indivíduo 2 está incompleto devido a destruição parcial por ação de raízes, animais e água.

Logo à primeira vista ficou evidente que a integridade estrutural de todas as unidades anatômicas estava muito comprometida devido à ação da água, fogo e da composição química do solo da região de Canudos. Todos os ossos estavam muito friáveis e em quase todos os casos apenas o sedimento mantinha a estrutura agregada o suficiente para preservar a forma, isto equivale a dizer que parte do que era aparentemente osso constituía-se na realidade de sedimento

O completo preenchimento de todas as cavidades ósseas (incluindo encefálicas e medulares) por um sedimento extremamente fino e seu depósito em forma de lamelas com o material mais pesado quase totalmente concentrado em baixo (o que foi evidenciado pelas tomografias dos crânios) são características associadas à ação de água e confirmam a impressão tida durante as escavações de que os sepultamentos estavam em uma linha de drenagem do terreno (Foto 1).

Cabe notar que sendo o solo da região rochoso com uma camada de sedimento apenas superficial, as áreas naturais de drenagem de água concentram uma quantidade maior de sedimento tornando-as escolhas preferenciais para proceder o enterramento.

O material sofreu a ação de fogo o que provocou o comprometimento da cortical dos ossos, os quais apresentam, em vários casos, o craquelê típico da queima, além de manchas enegrecidas.

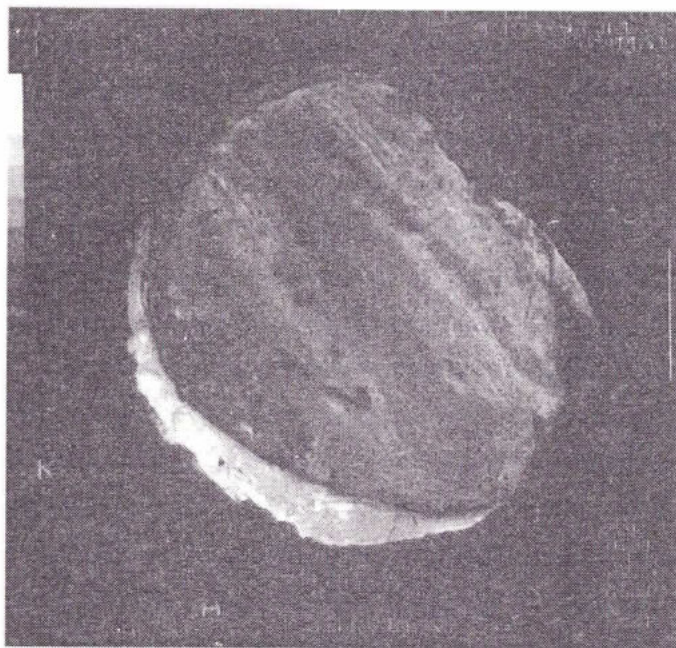


Foto 1 - Sedimentação em lamelas na cavidade encefálica do crânio 3.

Os sinais de queima parecem estar associados a pelo menos dois eventos distintos: queima intencional dos cadáveres e queima acidental dos esqueletos provocada por fogo natural na vegetação da região. Os sinais de queima restringem-se em sua maioria à camada superficial dos ossos e além disso não atingem os remanescentes ósseos uniformemente.

A queima intencional dos corpos ainda íntegros não foi intensa e não deve ter tido como objetivo cremar completamente os cadáveres, uma vez que não houve fogo suficiente para incinerar os ossos provocando seu fraturamento, calcinamento ou redução (mesmo que parcialmente) a cinzas. Houve no entanto calor suficiente para deixar marcas enegrecidas e esbranquiçadas e craquelê em alguns ossos. Aparentemente deve ter sido um procedimento pré-inumatório com a intenção de reduzir o mau-cheiro e a possibilidade de contaminação.

Um processo paralelo de queima dos esqueletos por fogo natural agindo diretamente sobre os ossos (isto é, após a decomposição total dos demais tecidos) pode ser inferido pela localização de alguns sinais de queima na superfície interna das costelas e em faces fraturadas (por processos deposicionais) de alguns ossos; pela presença de raízes queimadas aderidas diretamente aos ossos e que quando removidas deixaram marcas de queima correspondentes; e também por pontos de sedimento queimado encontrado no interior de alguns ossos (cavidades do sacro, interior dos fêmures, e canal medular, entre outros).

Algumas manchas negras com contornos irregulares e forma levemente estrelada são compatíveis com o esperado em casos de impregnação por manganês, devendo ser melhor analisadas futuramente.

PROCEDIMENTOS DE LIMPEZA E RESTAURAÇÃO

A abordagem de limpeza adotada foi definida segundo a premissa de que há a intenção expressa de extroversão museográfica do material.

Considerando as condições de preservação expostas no item 1 deste relatório, fica claro que a limpeza adequada dos ossos implicaria invariavelmente na perda da forma das estruturas anatômicas, uma vez que todo o sedimento seria removido e a pouca integridade do material não permitiria uma restauração satisfatória. Por outro lado, a manutenção de sedimento aderido as peças, principalmente quando em grande quantidade como neste caso, compromete sua conservação a longo prazo e reduz em muito seu potencial para a pesquisa e a produção de conhecimento.



Levando esses fatores em consideração optou-se por uma estratégia mista, na qual os ossos pós-cranianos presentes (sepultamento 2) foram totalmente limpos e os crânios (sepultamentos 1, 2 e 3) que haviam sido retirados do solo em bloco, isto é quase completamente cobertos por terra, tiveram a quantidade de sedimento apenas reduzida, sendo limpos superficialmente.

Inicialmente foram separadas amostras de fragmentos ósseos sem qualquer tipo de procedimento de limpeza ou restauro, para fins de análise químicas, físicas ou biológicas. No caso dos indivíduos 1 e 3 essas amostras são bastante reduzidas constituindo-se em pequenos fragmentos de crânio. Para o sepultamento 2 foi possível separar, em condições ascéticas, um corpo vertebral para eventuais análises de DNA e três outras amostras para análises diversas (uma de fragmentos não identificados, uma de fragmentos da epífise distal do fêmur esquerdo e outra do mesmo sítio anatômico do fêmur direito).

Os ossos do pós-crânio foram lavados diretamente em água corrente comum com o auxílio de escovas de dentes macias. A secagem durou três semanas completas a fim de eliminar toda a umidade e foi feita sem a utilização de qualquer artifício como circuladores de ar.

O término da escavação e limpeza dos crânios foram precedidos de tomografia computadorizada realizada no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo e supervisionada pelo Dr. Antônio Gellis, médico radiologista (ver item 3 deste relatório).

As imagens tomográficas serviram de guias para a escavação dos crânios mostrando onde havia ossos preservados e onde havia apenas sedimento mantendo a forma estrutural do crânio. Seguindo as indicações dadas por estas imagens foi retirado o máximo possível de sedimento sem que houvesse desestabilização da forma.

A cortical óssea foi limpa com escovas macias embebidas em água para evitar excesso de umidade, o máximo possível das superfícies dentárias foram expostas, mesmo assim, na totalidade dos casos, as faces linguais de todos os dentes, e as *faces oclusais de alguns não puderam ser postas em condições de observação. Foi observado um período de secagem do material de duas semanas.*

Exceção feita às amostras separadas sem qualquer intervenção, aos fêmures, e aos dentes desarticulados do esqueleto 3, todo o restante do material, incluindo demais dentes (ver anexo 2), foram submetidos à consolidação com uma solução a 5% de paraloide B52 (adesivo acrílico) em toluol (solvente). Embora não seja usual a consolidação de dentes, em geral reservados sem tratamento para eventuais análises físico-químicas ou biológicas, sua condição de preservação impôs uma exceção neste caso.

A consolidação foi feita, na maioria do material, por imersão na solução de paraloide durante 5 minutos. Os crânios foram consolidados, tanto ossos como sedimento, por pincelamento da solução na superfície e por injeção de solução com seringa no interior das áreas mais frágeis da face. Este procedimento foi executado desta forma dada a impossibilidade de submeter os crânios a imersão e deve ser considerada uma consolidação superficial.

As peças fragmentadas foram reconstituídas com a utilização de cola de PVA solúvel em água e de PH neutro.

EXAMES RADIOLÓGICOS

Os exames radiológicos compreenderam tomografias computadorizadas dos três crânios ainda na situação em que foram retirados de campo com sedimento os envolvendo completamente e radiografia do úmero direito do indivíduo 2 após o procedimento de cura.

Todos os procedimentos foram feitos no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo sob supervisão direta do Dr. Antônio Gellis, médico radiologista do hospital.

A radiografia do úmero foi motivada pela existência de calo ósseo no terço distal da diáfise denotando a ocorrência de fratura consolidada.

As tomografias tinham como objetivos a obtenção de medidas antropométricas e de imagens que pudessem guiar o processo de escavação e limpeza.

Logo de início ficou evidente que o estado de preservação dos crânios era muito ruim havendo tanto destruição importante dos ossos quanto deformação da morfologia provocada por processos pós-deposicionais. Desse modo não foi possível tomar qualquer medida antropométrica. Por outro lado as imagens foram extremamente úteis para a decisão de quanto sedimento podia ser retirado e em que lugares.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE INDIVIDUAL DOS ESQUELETOS

Para o detalhamento dos ossos presentes em cada sepultamento consultar o documento em anexo (anexo 5).

1. SEPULTAMENTO 1

Apenas o crânio foi exumado tendo o restante do esqueleto permanecido no sítio arqueológico.

As imagens da tomografia mostraram um estado de preservação muito ruim, sobretudo da base do crânio e da face que se desprendera completamente do neurocrânio. Parte do parietal e do temporal esquerdos estão destruídos. Poucos ossos faciais estão preservados não tendo restado praticamente nada da região nasal e maxilar, bem como do esfenoide.

A mandíbula permanece em posição próxima a anatômica, assim como restos das vértebras cervicais. Apresenta sinais de queima nos dentes e o crânio tem manchas compatíveis com impregnação por manganês (Foto 2).

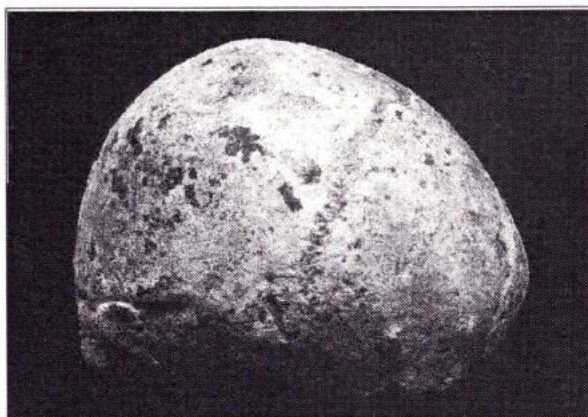


Foto 2 - Neurocrânio (indivíduo 1) com sinais de queima e provável impregnação por manganês (indicada pela seta).

Não é possível estabelecer com certeza o sexo, o relevo occipital muito marcado e a identificação do local de sepultamento com cemitério de soldados sugere que se trata de um indivíduo masculino.

A estimativa etária é igualmente precária e deve ser considerada apenas como uma aproximação. Utilizando-se o método de Meidl & Lovejoy (1985) de modo parcial, uma vez que não é possível a observação da totalidade de pontos proposta pelos autores, pode-se estimar a idade mínima para o indivíduo como em torno de 30 anos.

Quanto ao grupo racial é impossível qualquer tipo de estimativa.

A dentição parece estar em bom estado geral com os dentes bem posicionados e pouco desgaste oclusal (Foto 3).

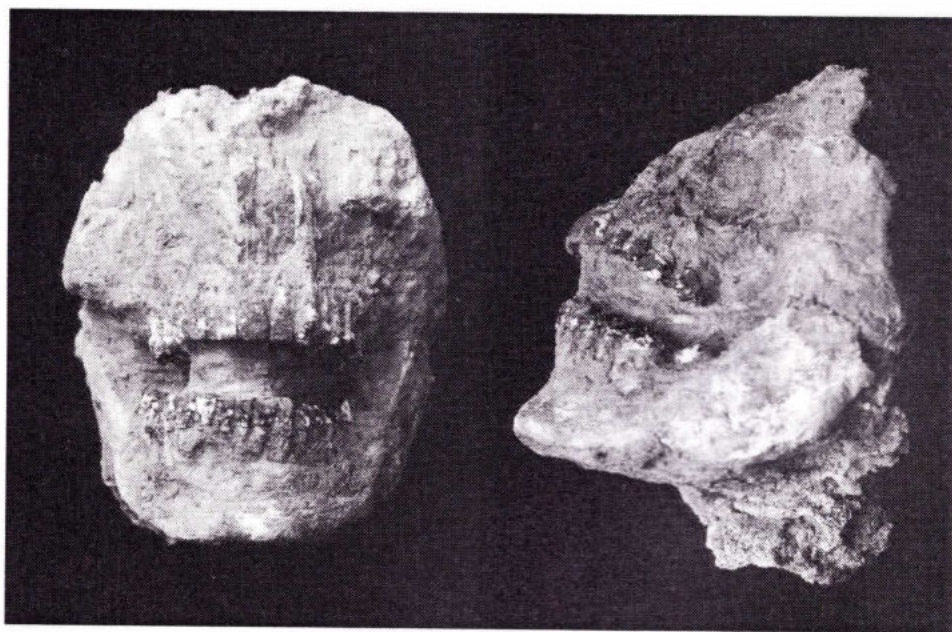


Foto 3 - Vista frontal e lateral esquerda da face do indivíduo 1. Apenas o malar direito e pequenas porções do maxilar estão preservadas. A mandíbula apresenta preservação um pouco melhor.

Devido ao enegrecimento por queima e ao sedimento, a observação das faces lateral, mesial e lingual, da região do colo e de hipoplasias de esmalte não pôde ser feita. Nenhuma observação pôde ser feita também quanto aos terceiros molares superiores.

Em relação ao restante da dentição (ver anexo 2) o indivíduo apresentou perda pós-mortem do primeiro pré-molar superior direito, perda em vida do segundo molar inferior esquerdo e pequena cárie oclusal no segundo molar inferior direito

2. SEPULTAMENTO 2

Composto por crânio e pós crânio de um indivíduo foi completamente exumado. O esqueleto está incompleto não tendo sido identificado qualquer traço das patelas, tíbias, fíbulas e pés, o occipital também não está presente. Todos os ossos apresentam sinais de queima e manchas compatíveis com impregnação por manganês.

A tomografia do crânio mostrou um estado de preservação ruim, porém com a face ainda bastante preservada e a mandíbula em articulação próxima à anatômica. A imagem tomográfica dos incisivos centrais superiores sugeriu uma morfologia anômala porém sem uma definição clara, com a limpeza se verificou mutilação dentária atingindo não só os incisivos centrais superiores como também o lateral direito superior (o esquerdo foi perdido pós-mortem) (Fotos 4 e 5).

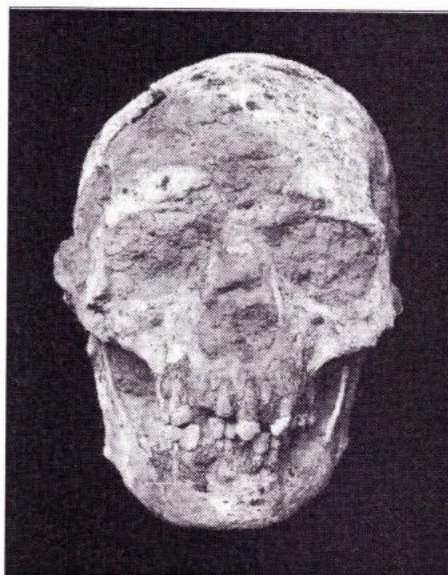


Foto 4 - Vista frontal do crânio do indivíduo 2 (a seta indica o incisivo central superior esquerdo mutilado).

A robustez do crânio, os restos de uniforme associados ao indivíduo e a condição de cemitério militar referida anteriormente sugerem tratar-se de indivíduo masculino.

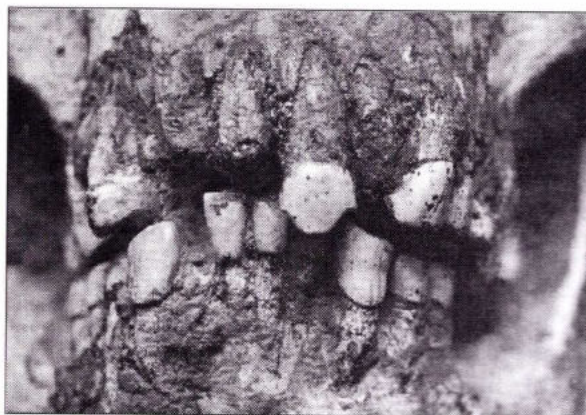


Foto 5 - Detalhe mostrando a mutilação do incisivo central superior esquerdo.

No relatório anterior a idade foi estimada em caráter preliminar em torno dos 30 anos, na ocasião apenas o pouco e mal conservado material pós-craniano foi avaliado, estando o crânio ainda coberto por sedimento. Com a limpeza e a avaliação das suturas cranianas a idade pôde ser melhor estimada.

A sutura sagital encontra-se completamente obliterada e a coronal quase totalmente, a lambdoide não pôde ser observada. Utilizando-se o método de Meindl & Lovejoy (1985) de modo parcial, uma vez que não é possível a observação da totalidade de pontos proposta pelos autores chega-se a uma idade estimada, seguramente, em mais de 55 anos.

O indivíduo apresenta características que sugerem se tratar de um negro. Nenhuma medida antropométrica pôde ser tomada devido ao estado de preservação do crânio, no entanto a observação da morfologia sugere uma abertura piriforme tipicamente negroide e um acentuado prognatismo alveolar também freqüentemente associado a este grupo racial. Os dentes incisivos superiores mutilados são o melhor indicador de que se trata de indivíduo negroide (ver discussão mais adiante).

A estatura mínima foi estimada pelo comprimento máximo do fêmur esquerdo em 1,57m. Como o osso encontra-se fragmentado na porção distal da diáfise logo acima da epífise, o cálculo da estatura é muito aproximado mas pode ser considerado como a altura mínima do indivíduo em vida. A fórmula utilizada foi a proposta por Bass (1987).

Os úmeros se apresentam muito robustos, com a região onde se inserem o triceps, deltóide e brachialis extremamente desenvolvida, indicando intenso trabalho muscular. O úmero direito apresenta uma fratura consolidada no terço distal da diáfise que provocou um encurtamento de cerca de 2 cm neste braço podendo ter comprometido parcialmente a movimentação e agilidade do indivíduo (Foto 6).



Foto 6 - Detalhe da fratura cicatrizada na porção distal do úmero direito

A radiografia mostra uma linha de fratura oblíqua, com formação de calo ósseo anterior (Foto 7). Ocorreu ainda uma versão latero-mesial da epífise, o que deve ter comprometido a articulação úmero-ulna, a fratura provavelmente não foi reduzida antes da imobilização e embora a epífise esteja fragmentada, não sendo possível uma observação direta, a existência de artrite associada a este tipo de lesão é comum.

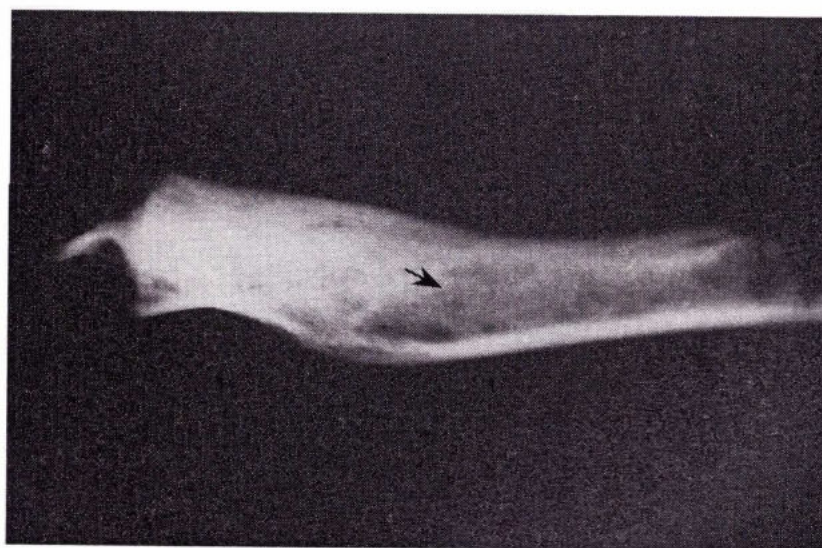


Foto 7 - Imagem radiológica da linha da fratura (indicada pela seta).

Os dentes encontram-se razoavelmente bem preservados, mas devido à limpeza parcial as observações não puderam ser completas.

O indivíduo apresenta apinhamento discreto nos incisivos inferiores (Foto 5), o desgaste foi avaliado para os primeiros molares superiores, primeiro molar inferior direito, primeiros pré-molares superiores, segundo pré-molar superior esquerdo e todos os caninos sendo leve e com pontos de exposição de dentina pequenos.

Ocorrem hipoplasias de esmalte, tanto lineares como em pitts, nos caninos, incisivo central inferior direito, incisivos centrais superiores e incisivo lateral direito superior (os demais incisivos não puderam ser observados) indicando vários momentos de parada de crescimento na infância entre 3 e 6 anos de idade, que sugerem eventos repetidos de estresse decorrentes de problemas nutricionais ou de doença.

Ocorreu perda em vida do segundo molar inferior direito, e de todos os molares inferiores esquerdos com reabsorção completa dos alvéolos e redução, em pelo menos um terço, da altura da mandíbula no local.

Foi observado um mínimo de três cáries, sendo duas pequenas localizadas uma na face distal do canino superior direito próximo à faceta de contato com o primeiro pré-molar e a outra na superfície oclusal do primeiro molar inferior direito; e uma grande nas superfícies oclusal e mesial do primeiro molar superior esquerdo.

Nenhuma observação foi possível para o terceiro molar inferior direito e para os terceiros molares superiores. O segundo pré-molar superior direito e o incisivo lateral superior esquerdo foram fragmentados pós-mortem estando as raízes ainda nos alvéolos.

Ambos os incisivos centrais superiores (esquerdo articulado no alvéolo, direito com a coroa separada da raiz) e o incisivo lateral superior direito (desarticulado) apresentaram mutilação dentária intencional. Os ângulos mesial e distal dos incisivos centrais e o ângulo mesial do incisivo lateral foram removidos provavelmente por limagem em forma aproximada de 1/4 de círculo, enquanto que o ângulo distal do incisivo lateral foi limado reto desde o meio da coroa até a superfície oclusal (Fotos 5, 8 e 9).

Embora as mutilações dentárias tenham sido praticadas em várias regiões das Américas (Romero, 1958), as referências de sua ocorrência entre as populações pré-históricas e etnográficas do Brasil são poucas, havendo casos relatados para os índios Guajajara no Maranhão. Por outro lado sua prática é relatada, desde o século XVI, em toda a África subsaariana notadamente entre grupos Banto (Santos, 1962 apud Schmitt-Bregman, sd; Alvarez de Almeida, sd, apud Schmitt-Bregman, sd.). Além disso em épocas mais recentes (século XIX até os dias atuais) essa prática só permanece sendo feita de modo rotineiro entre africanos e aborígenes australianos (Schmitt-Bregman, sd; Sawyer & Allison, 1992; Erlandsson & Bäckman, 1999; Moshá, 1983).



Foto 8 - Incisivo lateral superior direito apresentando mutilação.



Foto 9 - Superfície do esmalte na região mutilada do incisivo lateral superior direito vista na lupa binocular. ângulo mesial, aumento de 45x.

Entre grupos africanos atuais a mutilação dentária é feita em indivíduos de ambos os sexos em geral na puberdade estando relacionada aos rituais de passagem do jovem para a idade adulta (Schmitt-Bregman, sd).

A mutilação encontrada no indivíduo 2 corresponde a uma forma muito difundida na África (Foto 10) (Schmitt-Bregman, sd).

A idade estimada por época da morte em pelo menos 55 anos significa que ele nasceu em torno do começo da década de 40 do século XIX e passou pela mutilação em torno dos 10 anos, época em que a erupção dos dentes afetados acabou de se completar.

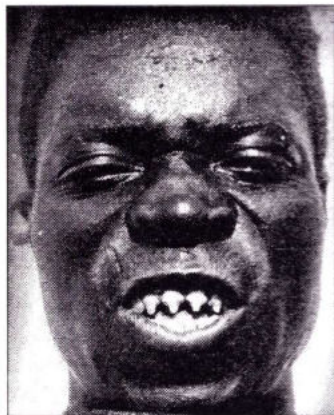


Foto 10 - Membro do grupo Zande-Zaire, África central, com mutilação idêntica a observada no indivíduo 2. Reprodução de foto publicada em Schmitt-Bregman (sd).

Avaliando conjuntamente a forma da mutilação, sua difusão pelos grupos Banto, o ano aproximado a partir do qual poderia ter sido feita e os sinais indicadores de trabalho braçal pesado encontrados nos úmeros do indivíduo e a morfologia do crânio é possível sugerir que se trata do esqueleto de um indivíduo negro.

Considerando a provável época do nascimento e a mutilação dentária verificada é mais provável que se trate de indivíduo nascido na África, porém não é possível descartar totalmente a possibilidade de indivíduo nascido no Brasil, neste caso de algum modo a prática da mutilação dentária tradicional africana teria se mantido em uso entre os descendentes de africanos nascidos em território brasileiro, a investigação desta possibilidade dependeria de um maior número de indivíduos.

3. SEPULTAMENTO 3

Apenas o crânio foi exumado tendo o restante do esqueleto permanecido no sítio arqueológico.

As imagens tomográficas mostraram um estado de preservação ruim com o lado esquerdo bastante fragmentado e com deformação da morfologia por processos pós-deposicionais que inviabilizou a tomada de medidas antropométricas.

Apresenta sinais de queima e tem manchas compatíveis com impregnação por manganês.

O crânio é bastante grácil, sem nenhuma característica sexual bem definida, com razoável prognatismo alveolar e abertura piriforme compatível com morfologia negroide (Foto 11).

Apenas a condição de cemitério militar referida anteriormente e a presença de botão de uniforme associado ao indivíduo levam a supor que se trate de indivíduo

masculino, não sendo possível confirmação através de elementos biológicos.

A sutura sagital encontra-se completamente sinostosada, devido ao estado de preservação a coronal apresenta avaliação difícil mas há sugestão de que não tenha sinostose intensa, o mesmo acontecendo com a sutura lambdóide, o que parece indicar uma sinostose precoce, de causa não definida, da sutura sagital. Esta característica inviabiliza a estimativa de idade do indivíduo que só pode ser definido como adulto.

Os dentes apresentam desgaste leve e cáries pequenas na superfície oclusal do segundo molar superior direito e na superfície distal do incisivo lateral inferior direito. Não foi possível observar o incisivo central inferior direito e os caninos superiores.

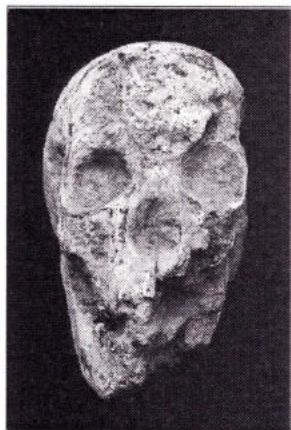


Foto 11 - Vista frontal do crânio do indivíduo 3. Notar a destruição acentuada no lado esquerdo.

4. MATERIAL AVULSO

Foi considerado assim fragmentos ósseos localizados de maneira esparsa no terreno e que não foram relacionados a um sepultamento. Foram identificados alguns fragmentos de tíbia e vários fragmentos de identificação anatômica impossível. O material apresenta marcas de queima e sinais de impregnação por manganês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exiguidade do material não permite qualquer tipo de generalização, tratamento epidemiológico e estatístico ou conclusão a partir do que foi observado, assim todas as proposições a seguir valem exclusivamente para estes indivíduos podendo apenas servir como hipóteses a serem testadas em pesquisas futuras.

Considerando o indivíduo 2 é possível dizer que idade mais avançada e eventuais limitações pequenas de movimentos não parecem ter sido impedimento para o engajamento de soldados, pelo menos não para o exercício de algumas funções específicas, já que os restos de uniforme encontrados associam este indivíduo ao corpo de músicos da banda de um dos regimentos.

A saúde bucal de todos os indivíduos é melhor do que aquela que seria esperada, com poucas cáries e pouca perda dentária em vida, sendo o indivíduo 2 o que apresenta mais perda e cáries um pouco mais significativas, mas ainda assim em quantidade menor ao que seria esperado principalmente se considerarmos sua idade um pouco mais avançada.

PERSPECTIVAS PARA ESCAVAÇÕES FUTURAS

Séries esqueléticas do período histórico são incomuns no Brasil e, neste sentido, a continuação das escavações no Vale da Morte poderia recuperar uma amostra esquelética única, com grande potencial para a pesquisa de questões de saúde e nutrição no final do século XIX. Por outro lado os três sepultamentos escavados em 1999 tornaram evidentes as dificuldades técnicas que estariam envolvidas na pesquisa, assim algumas considerações são importantes.

A amostra de três indivíduos estudada tornou absolutamente claro o fato de que a

preservação rotineira dos esqueletos sepultados no Vale da Morte será sempre muito ruim com comprometimento de todas as estruturas anatômicas tanto cranianas como pós-cranianas.

Essas condições de preservação, aliadas ao sepultamento em valas comuns e à grande quantidade de esqueletos envolvida, tornam a presença de um antropólogo físico imprescindível durante todo o trabalho de campo. Além disso a equipe de trabalho deve ser composta por pessoas com prática em exumação e com treinamento anterior em biologia esquelética.

Um laboratório de campo onde o material escavado possa ser imediatamente curado a fim de que só seja transportado após a consolidação é imprescindível, bem como equipe treinada nos procedimentos de limpeza e consolidação de restos esqueléticos.

A rotina de escavação deve incluir a execução de medidas antropométricas e estabelecimento de sexo com o esqueleto ainda no solo, já evidenciado mas ainda não retirado, uma vez que a fragilidade dos ossos implica na perda de sua integridade após a retirada. Esse tipo de estratégia não pode prescindir da presença, em tempo integral, de um antropólogo físico nem de uma equipe com treinamento e experiência específicos.

RELAÇÃO DE IMAGENS

Foto 1 - Sedimentação em lamelas na cavidade encefálica do crânio 3

Foto 2 - Neurocrânio (indivíduo 1) com sinais de queima e provável impregnação por manganês (indicada pela seta). Foto Wagner Souza e Silva.

Foto 3 - Vista frontal e lateral esquerda da face do indivíduo 1. Apenas o malar direito e pequenas porções do maxilar estão preservadas. A mandíbula apresenta preservação um pouco

melhor. Foto Wagner Souza e Silva.

Foto 4 - Vista frontal do crânio do indivíduo 2 (a seta indica o incisivo central superior esquerdo mutilado). Foto Wagner Souza e Silva.

Foto 5 - Detalhe mostrando a mutilação do incisivo central superior esquerdo. Foto Wagner Souza e Silva.

Foto 6 - Detalhe da fratura cicatrizada na porção distal do úmero direito. Foto Wagner Souza e Silva.

Foto 7 - Imagem radiológica da linha da fratura (indicada pela seta).

Foto 8 - Incisivo lateral superior direito com mutilação. Foto Wagner Souza e Silva.

Foto 9 - Superfície do esmalte na região mutilada do incisivo lateral superior direito vista na lupa binocular. ângulo mesial, aumento de 45x. Foto Wagner Souza e Silva.

Foto 10 - Membro do grupo Zande-Zaire, África central, com mutilação idêntica a observada no indivíduo 2. Reprodução de foto publicada em Schmitt-Bregman (sd). Foto A. Hutereau

Foto 11 - Vista frontal do crânio do indivíduo 3. Notar a destruição acentuada no lado esquerdo. Foto Wagner Souza e Silva.

BIBLIOGRAFIA

Bass, W. (1987) *Human Osteology: A Laboratory and Field Manual*. 3ª edição. Missouri Archaeological Society, Missouri.

Meindl, R.S. & Lovejoy, C.O. (1985). Ectocranial suture closure: A revised method for the determination of skeletal age at death based on the lateral-anterior sutures. *American Journal of Physical Anthropology*, 68:57-66.

Romero, J. (1958). *Mutilaciones Dentárias Pré-hispânicas de México y América en General*. Instituto Nacional de Antropología e História. Cidade do México.

Mosha, H.J. (1983) Dental mutilation and associated abnormalities in Tanzania. *Odontostomatologie Tropicale*, 6(4):215-219.

Erlandsson, A. & Bäckman, B. (1999). A case of dental mutilation. *Journal of Dentistry for Children*, 66(4): 278-279.

Sawyer, D.R. & Allison, M.J. (1992). Tooth mutilation in pré-columbian Peru and Chile and modern-day Nigeria. *Annals of Dentistry*, 51(1): 24-26.

Schmitt-Bregman, S.S.(sd). *La Mutilation Dentaire: Mythe et Rituel*. Memorial de Livre-docência.

AGRADECIMENTOS

A UNEB por intermédio do Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), na pessoa de seu diretor Luiz Paulo Almeida Neiva.

A Direção do MAEUSP e todo corpo técnico.

Ao Dr. Antônio Gellis, médico radiologista HU-USP, à Dra. Cecília Duaik, supervisora do serviço de iconografia HU-USP e aos técnicos da seção de radiologia do HU-USP, bem como a atenção de seus superintendentes.

Ao empenho, carinho e dedicação de antropóloga física e arqueóloga Profa. Verônica Wesolowsky.

ANEXO 1

OS REMANESCENTES HUMANOS DO VALE DA MORTE - CANUDOS

Os remanescentes ósseos exumados durante as escavações de 1999 perfazem um total de três indivíduos sepultados em uma vala comum. A extensão total da vala e a quantidade de indivíduos nela sepultados não puderam ser avaliados durante este período de trabalho.

Dos sepultamentos 1 e 3 puderam ser recuperados apenas os crânios, o restante dos corpos não pôde ser evidenciada devido a exigüidade do tempo disponível. Como este trabalho requer um dispêndio de tempo grande para que informações importantes possam ser recuperadas, tomou-se a decisão de assinalar o local e proceder a exumação em outra oportunidade. O sepultamento 2 foi completamente evidenciado e exumado, encontrando-se o esqueleto em um estado de preservação muito ruim com parte dos ossos destruída pela ação de raízes e de água.

Aparentemente todos os indivíduos pertenciam ao corpo de exército, o que pode ser inferido pela localização das sepulturas e pelo fato de serem todos, provavelmente, do sexo masculino. Em relação aos sepultamentos 1 e 3 não é possível ter, no momento, maiores informações, seria muito importante a exumação do restante destes esqueletos para que um quadro mais claro sobre estes indivíduos pudesse ser construído.

Quanto ao sepultamento 2, o esqueleto pertenceu seguramente a um indivíduo do sexo masculino, adulto e relativamente jovem (idade em torno dos 30 anos). Juntamente com os ossos foram recuperados restos de tecido, uma fivela, e botões de massa e de metal. Estes últimos são decorados com uma lira, indicando que provavelmente o soldado pertencia ao corpo de músicos do regimento.

O estado de saúde do indivíduo podia ser considerado bom do ponto de vista de patologias crônicas, não foram verificados até o momento quaisquer sinais de infecções ósseas crônicas ou artrites importantes. As vértebras estavam em bom estado não indicando a existência de patologias de coluna importantes. Especialmente interessante é a existência de uma fratura antiga no braço logo acima do cotovelo. A fratura, apesar de aparentemente bem consolidada, deixou como cicatriz um grande calo ósseo decorrente de um processo de tratamento pouco eficiente onde a redução da lesão e a imobilização não devem ter sido feitas adequadamente.

Como resultado do processo o indivíduo ficou com um encurtamento de cerca de três centímetros no braço e, provavelmente, com uma limitação de movimentos. Exames radiológicos do úmero fraturado podem revelar mais detalhes sobre o processo do trauma e de sua cicatrização.

Outra particularidade importante é a inexistência dos ossos da perna abaixo dos joelhos. Na amputação cirúrgica desta parte dos membros inferiores em decorrência de ferimentos durante combates, o que é comum em guerras, mesmos as modernas, os ossos costumam ser serrados logo acima ou imediatamente abaixo do joelho. No caso do indivíduo em questão, os fêmures (ossos das coxas) estão íntegros, e portanto caso se tratasse de amputação médica ela teria sido feita abaixo dos joelhos e deveriam ter sido encontradas partes das tíbias e das fíbulas, além das patelas, o que não aconteceu.

Descartada a possibilidade de amputação cirúrgica, restam duas hipóteses: perda dos ossos decorrente de processos tafonômicos, ou de ferimento extenso durante uma batalha, como por exemplo a explosão de uma mina ou granada. Por enquanto não é possível estabelecer qual das duas hipóteses é a mais provável.

No fêmur esquerdo do indivíduo aparecem dois orifícios ovalados, não anatômicos e que ainda devem ser investigados com cuidado. Aparentemente são resultado da ação de algum animal sobre o osso, provavelmente um roedor, no entanto requerem uma investigação mais minuciosa pois podem indicar infecção por vírus de varíola.

Como nenhum dos três crânios pôde ser limpo até o momento, a caracterização racial dos indivíduos ainda não pôde ser feita. A dificuldade na limpeza dos crânios está no fato de que tanto o tipo de solo como a pressão que exerceu sobre esta estrutura anatômica, além da ação de raízes e de água, comprometeram muito sua preservação, e tornando o processo de cura muito lento. Devido a estas condições é vital a execução de exames de tomografia computadorizada e ressonância magnética antes da limpeza, não só para auxiliar nesta, como para garantir um acesso mínimo a uma forma craniana mais íntegra e que talvez não possa ser mantida após a limpeza.

Essa impossibilidade de garantir uma forma craniana preservada após a retirada do sedimento se deve ao fato de que em alguns lugares o osso já foi completamente destruído e o sedimento tomou o seu lugar, assim é apenas devido à terra que a forma pode ser mais ou menos mantida.

Embora existam nos museus muitos esqueletos pré-históricos, séries esqueléticas do período histórico são incomuns no Brasil. Com a continuação das escavações no Vale da Morte, poderia ser recuperada uma amostra esquelética única, com grande potencial para a pesquisa de questões de saúde e nutrição no começo do século XX. Questões como composição etária, racial e social dos regimentos envolvidos na guerra também poderiam ser encaminhadas.

Técnicas laboratoriais recentes permitem também identificar, a partir de fragmentos de ossos, anticorpos produzidos pelo organismo para combater

doenças específicas, e possibilitam que doenças agudas que em geral não deixam marcas nos ossos possam ser estudadas a partir de esqueletos, ampliando o espectro de dados que permitem desenhar um quadro mais completo do estado de saúde, e da morbi-mortalidade do grupo estudado.

Todas essas análises no entanto dependem da existência de uma coleção de esqueletos numericamente expressiva, pois só assim têm significado epidemiológico e antropológico; com três indivíduos é possível fazer apenas estudos de caso que muito pouco dizem sobre a sociedade a que estes indivíduos pertenceram.

Outro fator importante a ser salientado é que todas as análises implicam um custo alto pois envolvem procedimentos caros, alguns dos quais só podem ser realizados em laboratórios do exterior.

Sob o ponto de vista populacional seria muito importante a escavação do cemitério dos Conselheiristas, pois assim seria possível formar uma série esquelética que representasse aquela população, possibilitando um trabalho comparativo com os remanescentes dos soldados extremamente interessante, confrontando dois grupos com características epidemiológicas e antropológicas provavelmente bastante diferentes.

ANEXO 2

PROCEDIMENTOS PARA TRANSPORTE, DESEMBALAGEM E ARMAZENAMENTO

- O material só deve ser desembalado quando chegar ao seu destino final, qualquer manipulação desnecessária e acondicionamento para transporte incorreto potencializam os riscos de danos ao material
- As caixas não devem sofrer trepidação excessiva e nenhum peso deve ser colocado sobre elas. Para transporte em carro recomenda-se que elas sejam presas de modo a não se moverem durante a viagem.
- O material encontra-se acondicionado para transporte, não devendo ser armazenado desta maneira.
- Para a armazenagem é necessária a remoção de todo o papel utilizado para acomodar o material para o transporte, apenas o material plástico deve ser mantido. A manutenção de papel propicia condições para infestação por insetos e outros agentes biológicos.
- As etiquetas de identificação impressas em papel devem ser mantidas sempre hermeticamente fechadas em sacos plásticos.
- O material deve ser guardado em lugar fresco protegido do sol, e livre de umidade, dentro das caixas plásticas.
- Inspeções periódicas das condições de conservação do material devem ser feitas a fim de evitar ataque por animais e fungos.

ANEXO 3
LOCALIZAÇÃO DO MATERIAL NAS CAIXAS

Caixa 1

Sepultamento 1: Neurocrânio.

Sepultamento 2: úmero esquerdo, úmero direito, rádio direito, rádio esquerdo, ulna direita, ulna esquerda, escápula direita, escápula esquerda, clavícula direita, clavícula esquerda, coxal direito, coxal esquerdo, fêmur direito, fêmur esquerdo, fragmentos de vértebras, fragmentos de costelas, amostra para análise de DNA (corpo vertebral), amostra de fragmentos diversos não tratados, amostra de fêmur direito não tratado, amostra de fêmur esquerdo não tratado, restos de fauna associados, botão associado, material humano avulso associado.

Caixa 2

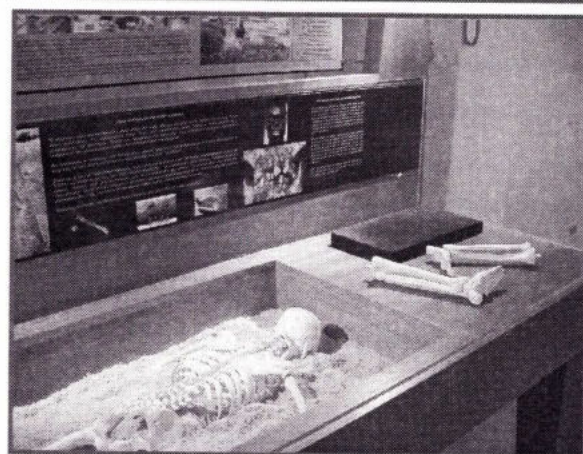
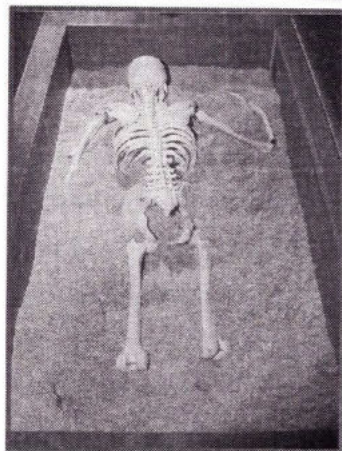
Sepultamento 3: crânio, fragmentos de diversos, material humano avulso associado.

Caixa 3

Sepultamento 1: face e fragmentos diversos.

Caixa 4

Sepultamento 2: crânio e fragmentos relacionados.

ANEXO 4

Foi projetado e construído um simples, monolítico, leve e completamente desmontável, tendo em vista o traslado em duas etapas (Salvador e Canudos). No centro do mesmo foi introduzido um rebaixo que recria a situação do sepultamento, representado em escala através de um modelo plástico, evitando-se a exposição desnecessária das partes fragilizadas do esqueleto. Ficarão expostos ao público apenas um crânio e alguns ossos longos, além do mobiliário funerário encontrado associado. Painéis explicam todo o processo desde as escavações até as conclusões obtidas

AGONIA NO VALE DA MORTE

O Vale da Morte está situado no Parque Estadual de Canudos. Durante a Guerra (1896-1897), o Exército utilizou o local como área de acampamento. Como indica a denominação, no Vale morreram e foram enterrados dezenas de combatentes.

Embora existam outros sítios-cemitério com sepulturas individuais ou coletivas no Parque, é no Vale da Morte que se observa a maior concentração de vestígios ósseos humanos.

As características geográficas do local, as condições agressivas do clima semi-árido e os procedimentos de enterramento adotados pelo Exército resultaram em um quadro desfavorável à preservação dos restos esqueléticos. A ação de curiosos e saqueadores contribuiu ainda mais para acelerar o processo de degradação.

No sentido de preservar o que ainda existe, a UNEB adotou medidas de proteção do sítio e desenvolveu estudos sobre as condições de conservação e o estabelecimento de metodologias para o resgate do patrimônio histórico-arqueológico remanescente.

Os resultados obtidos com as análises antropológicas e arqueológicas mostram que os esqueletos do Vale da Morte, passados cem anos, conheceram um processo acelerado de decomposição e perderão em breve o seu potencial informativo. Dentro de mais algumas décadas, deverão desaparecer por completo.

PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM CANUDOS

Os frágeis restos esqueléticos do Vale da Morte passaram por rigorosos procedimentos desde a fase inicial de escavações até sua curadoria, conservação e estudo, tarefa que exigiu a mobilização de mais de uma dezena de especialistas. As análises laboratoriais foram desenvolvidas na Universidade de São Paulo, através de convênio firmado entre o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAEUSP) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

O estudo no Vale da Morte faz parte do Projeto Canudos, pesquisa desenvolvida entre 1997 e 1999, envolvendo escavações sistemáticas em outras áreas de interesse no Parque e no arraial conselheirista, sob a coordenação dos arqueólogos Erika González e Paulo Zanettini.

O Projeto Canudos foi patrocinado pelo Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplanteq/CADCT), dentro do plano estratégico desenvolvido pelo Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC-UNEB), órgão responsável pela implantação e administração do Parque Estadual (PEC).

Desse modo, concluída a pesquisa, os vestígios ósseos irão retornar em breve à comunidade canudense, vindo a integrar o acervo arqueológico do Memorial de Canudos.

A RADIOGRAFIA DE UM SOLDADO DESCONHECIDO

O estudo de restos ósseos contribui para a dilatação do conhecimento a respeito de grupos humanos desaparecidos e atuais. A partir de marcas deixadas nos esqueletos é possível conhecer detalhadamente aspectos a respeito da qualidade de vida, incidência de enfermidades, das condições de alimentação, composição

etária, elementos raciais e sociais de uma comunidade.

Anteriormente às escavações, foi realizado no Vale da Morte o levantamento e mapeamento de todos os focos visíveis de vestígios. A partir desse procedimento foi selecionado o local mais adequado para as investigações de detalhe. As escavações foram realizadas em uma pequena área-piloto, revelando a presença de três combatentes sepultados bastante próximos, em uma vala rasa comum. Foram exumados um indivíduo inteiro e dois crânios.

Os restos esqueléticos foram cuidadosamente evidenciados, medidos, desenhados, fotografados, sendo que as partes mais fragilizadas foram retiradas juntamente com blocos de sedimentos e acondicionadas em embalagens especiais, assegurando o correto transporte para laboratório.

Em laboratório, foram coletadas amostras para análises químicas, físicas e biológicas, sendo os blocos submetidos a radiografias e tomografias computadorizadas, para que fosse estabelecido o grau de integridade dos vestígios. As imagens forneceram novos dados, orientando o trabalho de limpeza e conservação.

Após os procedimentos de limpeza, o material foi seco em estufa e consolidado com resinas, assegurando uma maior resistência e durabilidade. A partir dessa fase, teve início uma complexa bateria de medições e análises antropológicas, que integram o relatório final encaminhado à UNEB. Nele estão descritos todos os procedimentos e conclusões obtidas, envolvendo a determinação da idade, sexo, estatura, traumatismos e, inclusive, elementos sobre a provável origem de um dos soldados.

Durante as escavações foram identificados junto aos sepultamentos pequenos fragmentos de fardamento, fivelas, tachões e botões. Esses vestígios também

forneceram pistas em relação à função e batalhão de origem de um dos combatentes.

Um músico combatente

Dentre os botões encontrados, um deles contém impressas no verso as inscrições "Paris HTW & WM". Na parte frontal, a mesma peça apresenta uma lira cunhada. Este símbolo sugere que o combatente tenha integrado uma das bandas militares que tocavam durante os combates e investidas sobre Canudos, técnica adotada na campanha de 1896-1897.

Reconstituição do enterramento

O sepultamento foi realizado numa pequena vala aberta no solo onde foram dispostos 3 ou mais indivíduos. Foi necessário atear fogo aos cadáveres, para evitar o mau cheiro e a propagação de doenças. Sobre os despojos foi lançada uma pequena camada de terra, disponível em pouca quantidade nessa localidade pedregosa.

As medições e análises nos fornecem ainda, algumas características e particularidades a respeito de um dos combatentes sepultados no Vale da Morte.

Tratava-se de um indivíduo robusto, que contava à época com 55 anos, medindo em torno de 1,57m. O soldado sofreu em vida algum acidente, apresentando uma fratura consolidada no úmero direito, que lhe provocou um encurtamento do braço, impondo-lhe, certamente, dificuldades durante os combates. Durante as escavações constatou-se a ausência dos ossos da região dos pés, mas não foi possível determinar com exatidão a causa.

Todavia, a análise da dentição nos fornece um importante dado cultural.

Um ex-escravo no campo de batalha

A mutilação dentária observada, provocada ainda na fase infantil, permite supor que o combatente era originário da África, pertencendo a grupos Banto. Pesquisas em cemitérios de escravos, quilombos e outros assentamentos poderão contribuir para o conhecimento a respeito dessa prática em solo brasileiro.

Diante do soldado desconhecido, temos reavivada forçosamente nossa memória em relação à participação da população negra no episódio de Canudos, via de regra, esquecida ou escamoteada. Quantos escravos libertos perderam suas vidas em combate? Qual a sua contribuição cultural na construção de Belo Monte?

Vale aqui lembrar a referência do estudioso José Calazans, que chamou Canudos de o "último dos quilombos".

PARTE I DESENVOLVIMENTO LOCAL

VALE MAIS DO QUE PESA: A ARTICULAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA, COM O CIRCUITO DAS FEIRAS LIVRES DA REGLÃO

Sérgio Luiz Malta de Azevedo

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO SERTÃO: DESAFIOS À AÇÃO SOCIAL EM TERRAS DE LATIFÚNDIO

Edralter Souza Santos e Susana Hamilton

METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DLIS: a experiência de Santa Brígida-BA

Luiz Paulo Almeida Neiva e Gerino Francisco do Nascimento

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E CLIENTELISMO.

Paulo Henrique Lustosa

TEORIAS DA COMUNICAÇÃO E DE UMA OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL NAS OBRAS LITERÁRIAS DO CICLO CANUDIANO.

Ive Alencar, Lídiane Santos e Heloisa Soares

VALE MAIS DO QUE PESA: A ARTICULAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA, COM O CIRCUITO DAS FEIRAS LIVRES DA REGIÃO

Sérgio Luiz Malta de Azevedo

1 - Mestre em Geografia e Professor Pesquisador da UNEB- Campus VIII em Paulo Afonso-BA e do CESVASF Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco-PE; Pesquisador associado do Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o papel da comercialização de gêneros agrícolas da pequena produção de sequeiro do município de Paulo Afonso-BA nas feiras da região e a sua importância no processo de reprodução social do produtor agrícola do município estudado. Para realização desse estudo, utilizou-se um vasto material bibliográfico, visando fundamentar a análise tanto do ponto de vista empírico como teórico. No desenvolvimento do estudo utilizou-se, também, informações estatísticas, cartográficas e de pesquisa direta, esta última realizada através de entrevista com pequenos agricultores e com feirantes envolvidos na comercialização dos gêneros produzidos pela pequena agricultura do município. Constatou-se com a análise que na venda direta ao consumidor pelo agricultor retalhista e pelas mulheres-feirantes, o pequeno produtor retém uma parcela importante de seu sobretrabalho, representando, portanto, esta última forma de comercialização, a principal estratégia de reprodução social da categoria. Caso contrário, na venda da produção ao intermediário, este se apropria de uma parcela significativa do sobretrabalho do pequeno produtor.

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo se situa na perspectiva da relação campo-cidade, tendo como objeto central de estudo o espaço da pequena produção agrícola em Paulo Afonso-BA e a participação dessa atividade no circuito das feiras da região.

Do ponto de vista dos vínculos regionais, as feiras fortalecem a centralidade urbana, ao propiciarem a redistribuição de gêneros alimentícios para os municípios integrantes da área de influência das cidades onde ocorrem. Além das feiras de Paulo Afonso, as de Santa Brígida e Macururé, ambas situadas na sede de municípios baianos fronteiriços a Paulo Afonso, também comercializam produtos da pequena produção agrícola desse município tais como feijão, milho, farinha, macaxeira, dentre outros. Este artigo tem, portanto, como objetivo analisar o papel da comercialização de gêneros agrícolas da pequena produção de sequeiro do município de Paulo Afonso-BA, cujos reflexos aparecem na produção e na articulação da pequena produção agrícola local com o circuito comercial das feiras da região.

Numerosos estudos abordam temas relativos à pequena produção agrícola, sobretudo na área das ciências sociais. De modo geral, duas perspectivas são adotadas por esses estudos, visando compreender o funcionamento da pequena produção: aquela que aborda a pequena produção, considerando que os elementos que a constituem podem ser apreendidos em si mesmos enquanto parcela da sociedade que se diferencia da urbana e, até certo ponto, a ela se subordina e aquela que procura compreendê-la a partir do sistema econômico dominante, considerando, assim, que a reprodução da pequena produção é necessária à própria viabilidade das relações capitalistas.

Abordada segundo essa perspectiva, a pequena produção agrícola reveste-se de singularidades que são próprias das formas como evoluem as relações desse setor

com o capital. Tais singularidades estão orientadas, em primeiro lugar, pelas necessidades de garantir à família camponesa os meios básicos de sua sobrevivência. Em segundo lugar, por estar a pequena produção agrícola articulada ao circuito global do capital onde cumpre, entre outros papéis, o de transferir sobretrabalho e "produzir capital", encontrando-se ligada a este através de sua inserção no circuito de atuação do capital mercantil representado, no caso em análise, pelas feiras. Daí, a afirmação de que os movimentos de conservação e recriação da pequena produção interessam ao capitalismo, porque servem a seus propósitos de extração de sobretrabalho do pequeno produtor agrícola com vistas à produção e reprodução capitalista.

O surgimento de uma área urbana, economicamente dinâmica, desenvolvida a partir da exploração do potencial hidroelétrico das cachoeiras de Paulo Afonso, provocou mudanças substanciais no espaço sob sua influência, na medida em que passou a exigir da pequena produção desse espaço o desempenho do papel que lhe cabe no contexto do capitalismo atual que é o de produtora de gêneros alimentícios a baixo custo, viabilizando, desse modo, a produção/reprodução do capital.

No caso da pequena produção agrícola de Paulo Afonso-BA, as relações sociais e culturais moldam a organização do espaço rural ao mesmo tempo que são viabilizadas por essa organização, seja pela variedade de condições naturais e sociais ali encontradas, seja pela dinâmica interna à pequena produção (pelas relações não-capitalistas que se estabelecem), seja ainda pela articulação que mantém com o circuito comercial. Nesse último caso, a força de trabalho torna-se uma mercadoria cujo valor corresponde ao dos gêneros básicos de que necessita para sua reprodução. Assim, o sobretrabalho materializado nos excedentes comercializados, torna-se produto excedente que é, inteiramente, apropriado pelo capital comercial. É, portanto, através deste processo contraditório e dialético que o capitalismo recria e conserva a pequena produção

agrícola a fim de promover sua própria expansão.

É, portanto, nesses pressupostos teóricos que se apoia este estudo, tendo como fundamento a lei do desenvolvimento capitalista, pela qual o espaço é recriado num processo contraditório e desigual, fruto das relações sociais que se estabelecem no âmbito do modo de produção capitalista.

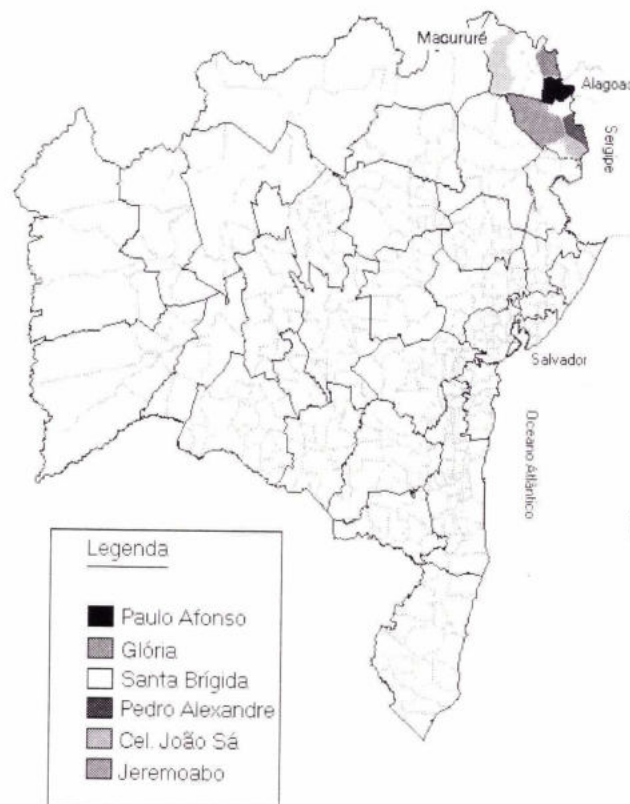
Em face das diretrizes centrais adotadas para concretização desta pesquisa, procedeu-se, inicialmente, o levantamento bibliográfico. Em seguida foram levantados dados através da pesquisa direta, realizada através de entrevistas com produtores rurais, agrônomos, técnicos agrícolas, presidentes de associações de pequenos agricultores e comerciantes de produtos agrícolas nas feiras da região. O período, abrangido pelo estudo, compreende os anos de 1970 a 2000.

1. MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA: CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS

O município de Paulo Afonso-BA se insere no Polígono das Secas do Nordeste brasileiro e localiza-se na margem direita do rio São Francisco, na sua porção sub-média, entre os paralelos de 09° 39' 27" e 9° 21' 10" de latitude sul e os meridianos de 38° 32' 16" e 37° 59' 52" de longitude oeste, ocupando uma área de 1018 km² (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 1995, p. 619). Em relação ao Estado da Bahia, o município encontra-se localizado em sua porção nordeste, compondo a microrregião Sertão de Paulo Afonso (MRH-005) da qual fazem parte os municípios baianos de Jeremoabo, Pedro Alexandre, Santa Brígida, Coronel João Sá, Glória e Paulo Afonso. Este último limita-se, ao norte, com o município de Glória-BA, ao sul com os municípios baianos de Santa Brígida e Jeremoabo, a leste com o rio São Francisco e com o estado de Sergipe e, a oeste, com o município baiano de Rodelas (Mapa).

O relevo dominante no município está constituído por depressões periféricas

Mapa
Localização do Município
de Paulo Afonso na
Microrregião MRH - 005



interplanálticas, integrantes da unidade geomorfológica Pediplano Sertanejo, com cotas altimétricas que variam de 262 e 450m. Os solos, de maneira geral, são poucos desenvolvidos, com predomínio dos seguintes tipos: planossolo solódico eutrófico, bruno não cálcico, bruno não cálcico planossólico e areias quartzosas álicas.

As formações vegetais típicas da área objeto deste estudo são denominadas genericamente de caatinga hiperxerófila. São próprias dos ambientes semi-áridos e constituem-se de uma variada gama de espécies que, podem apresentar algumas variantes, a saber: caatinga arbustiva densa, caatinga arbórea-arbustiva e as formações marcadas pela presença da palmeira ouricuri (*Syagrus coronata*) que se apresenta intercalando as formações florísticas dominantes na área.

Incluindo-se entre as áreas deprimidas do sub-médio vale do rio São Francisco, o município de Paulo Afonso-BA, caracteriza-se por apresentar clima semi-árido do tipo BShs, seco, estépico e quente, na classificação de Köeppen. Os baixos índices pluviométricos verificados ao longo do ano, vem resultando numa precipitação média anual de 500 a 600 mm. A temperatura média anual oscila em torno de 25,6° C (RADAMBRASIL, 1983, p. 837).

Dadas a localização e as características naturais da região de Paulo Afonso, seu povoamento deu-se a partir do século XVII. Até 1725, as áreas próximas ao rio São Francisco, integrantes da grande sesmaria da Casa da Torre, constituíam-se de terras pouco exploradas que, ainda nesse ano, passam a pertencer ao sertanista Paulo de Viveiros Afonso (a quem se atribui o nome da cachoeira e da futura cidade de Paulo Afonso). A sesmaria de que se torna, então, proprietário abrangia as atuais terras alagoanas da cachoeira, vindo a incluir também algumas ilhas e terras da margem direita do rio São Francisco onde hoje se localiza a cidade de Paulo Afonso-BA (Galdino, 1995, p.20). Assim, o povoado Forquilha, pertencente originalmente ao município de Glória (antigo Santo Antônio da Glória, no estado da Bahia), somente em consequência do início da exploração do potencial hidrelétrico das cachoeiras, transforma-se em cidade com o nome de

Paulo Afonso, vindo a constituir-se como município em 28 de julho de 1958.

Ancorada na iniciativa da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), a cidade de Paulo Afonso-BA evolui em função, sobretudo, do grande fluxo migratório motivada pela demanda de mão-de-obra, àquela época requerida para trabalhar na construção das usinas hidrelétricas dos trechos encachoeirados do rio São Francisco naquela área.

Conforme pode ser observado nos dados do IBGE constantes da tabela, já em 1970 o município de Paulo Afonso apresenta um expressivo contingente populacional. Este passa de 46.126 habitantes, naquele ano, para 71.134 em 1980, 86.594 habitantes, em 1991 e 96.428 em 2000, sendo a população predominantemente urbana, haja vista encontrar-se em 2000, 82.514 habitantes. Enquanto isso, a população rural, nesse mesmo ano, não passa de 13.914 habitantes.

TABELA
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
POPULAÇÃO RESIDENTE

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE		
	Total	Urbana	Rural
1970	46.126	38.265	7.861
1980	71.134	61.978	9.156
1991	86.594	74.326	12.268
1996	93.609	80.504	13.105
2000	96.428	82.514	13.914

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1970,1980 e 1991 e 2000.

Assim, a partir de uma base econômica e social fundada na exploração das potencialidades hidrelétricas das usinas da CHESF (PA-1, 2, 3 e 4, Apolônio Sales, Luís Gonzaga e Xingó), a cidade de Paulo Afonso logrou, dos anos 50 aos 90, uma importante função comercial e de prestação de serviços, cuja área de influência cobre, além da porção nordeste do estado da Bahia, parte dos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, área essa que tem em comum, a característica de encontrar-se ligada a um pólo urbano de importante poder atrativo de negócios (Bahia, 1995, p. 46-47).

A feira livre, existente desde 1948, quando foi incentivada pela CHESF (Hauptli, 1994, p.103), reflete esse crescimento, passando a comercializar inúmeros produtos alimentícios provenientes, sobretudo, dos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Além disso, a cidade passa a oferecer um sem número de serviços demandados pela população rural, contribuindo para que os fluxos de mercadorias e serviços ultrapassem os limites do mercado local, aumentando a função polarizadora de Paulo Afonso que se torna, assim, o principal distribuidor de gêneros alimentícios e de serviços para os municípios vizinhos.

Por outro lado, verifica-se que a cidade de Paulo Afonso, a despeito de sua importante função comercial, não tem exercido com a esperada intensidade o papel catalisador da produção agrícola dos municípios de sua área de influência, representada por alguns produtos tradicionais como milho, feijão, mandioca, melão, melancia, tomate e cebola. Esse fato se explica pela forma como está estruturado o sistema regional de comercialização da produção agrícola, tendo como pontos de convergência as grandes centrais de abastecimento -"Ceasas"- das cidades de Itabaiana-SE, Aracaju-SE, Recife-PE, Salvador-BA, Maceió-AL, estas sim, responsáveis, em grande parte, pelo fornecimento dos gêneros agrícolas comercializados nas feiras de Paulo Afonso.

Desse modo, o abastecimento da cidade de Paulo Afonso, em termos de produtos agrícolas, passa a depender, em grande parte, de um complexo sistema de comercialização cujos fornecedores imediatos estão localizados fora de sua área de influência, fato que implica, entre outras conseqüências, na transferência para outros pólos da renda gerada pela atividade agrícola do município.

2. A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA DE SEQUEIRO NO MUNICÍPIO: EVOLUÇÃO RECENTE DO QUADRO RURAL DA ÁREA.

Contrastando com o dinamismo da sede municipal, a área rural do município de Paulo Afonso-BA, apresenta um quadro inteiramente diverso e cuja evolução sócio-econômica baseia-se na pecuária praticada em regime ultra-extensivo e, complementarmente, na prática de uma agricultura de subsistência.

Atividade tradicional do município, a pequena produção agrícola tem constituído a base de reprodução física e social do agricultor familiar, destacando-se como principais produtos por ele cultivado a mandioca, o feijão, o milho e o algodão. Associado a essa atividade, pratica o criatório de caprinos, bovinos, ovinos e

"galinha de capoeira". Os dados do IBGE mostram que em 2000, os principais efetivos da pecuária são: 7.268 caprinos, 9.220 ovinos, 17.638 bovinos e de 13.450 cabeças de aves. Quanto à produção de mel de abelha foi de 10.510 kg, de acordo com o senso agropecuário 95/96. Bem como o extrativismo de espécies da vegetação nativa como umbu, licuri e murici. Encontra-se, ainda, entre pequenos agricultores do município, o cultivo de espécies forrageiras, a saber: a palma, alguns tipos de capim e a algaroba, utilizados para complementar a alimentação dos rebanhos, sobretudo durante a estiagem.

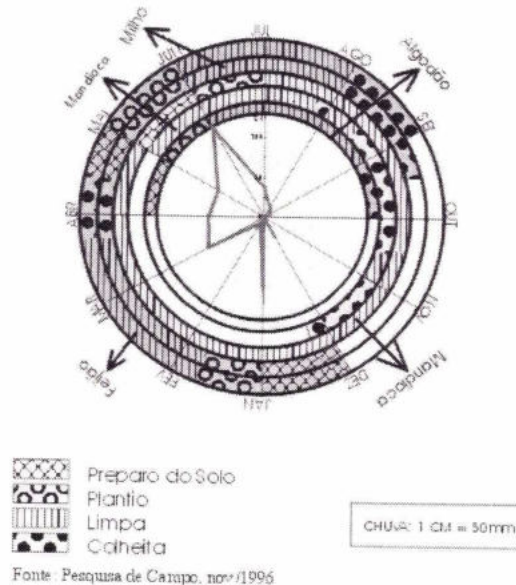
O feijão, produto de cultivo típico da área, é plantado nos meses de dezembro a maio, ocasião em que há uma maior concentração das chuvas. São cultivados, basicamente, dois tipos de feijão: o de feijão-de-arranca - o mulatinho e o carioquinha e o feijão-de-corda, também denominado feijão macassar.

Excetuando-se os períodos de estiagem, as etapas do processo produtivo dos principais produtos agrícolas do município obedecem à cadência da distribuição anual das chuvas (gráfico). Daí identificar-se, pelo menos, dois momentos no ciclo produtivo anual: o primeiro, que corresponde aos meses de dezembro a março, refere-se ao cultivo da primeira safra de milho e do feijão-de-corda consorciados safra das "trovoadas" culturas essas preferidas pelos agricultores, por serem de ciclo curto e pela possibilidade de serem colhidas ainda "verdes", tanto para suprir a necessidade do agricultor como para venda desses produtos na feira; o segundo momento, que se estende de abril a setembro, corresponde ao de maior regularidade na distribuição das chuvas, nele ocorrendo o cultivo do feijão-de-arranca e da nova safra de milho.

Nos meses de dezembro e janeiro, período das "trovoadas", caso ocorram chuvas com a frequência esperada, o agricultor prepara o solo (dezembro) e inicia o cultivo do feijão-de-corda e do milho (janeiro). De janeiro a março são realizadas as limpas, sendo o milho e o feijão-de-corda, em geral, colhidos nos meses de março e abril. Em abril é feito o preparo do solo para as culturas do milho (2ª safra) e do feijão-de-arranca, plantados no mês de maio. As limpas ocorrem durante os

meses de junho e julho, realizando-se a colheita do feijão-de-arranca e do milho verde no mês de agosto, ao passo que a colheita de milho seco estende-se até meados de setembro (gráfico). De acordo com o IBGE a produção de milho e feijão em 2000, ano de forte estiagem, foi de 2,5 e 1,7 toneladas, respectivamente.

GRÁFICO
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
CALENDÁRIO AGRÍCOLA DAS CULTURAS DE
FEIJÃO, MILHO, MANDIOCA E ALGODÃO - 1994



Quanto à mandioca, as variedades preferidas na área são "chandinha", "criamenina" e "craibeirinha", genericamente denominadas de mandioca preta. Plantada em associação com o milho e o feijão, a mandioca é cultivada nas áreas onde predominam solos arenosos. Seu ciclo de produção dura, em média, 12 meses, podendo, contudo, se estender por 2 ou 3 anos, dependendo das condições climáticas e das necessidades de consumo da família agricultora. No caso da mandioca, o preparo do solo ocorre no mês de maio e o plantio no mês de junho, quando também começa a ser colhida a safra de mandioca do ano anterior. As limpas são realizadas durante o ano com intervalos médios de setenta dias. A colheita inicia-se em junho do ano seguinte prolongando-se, em condições

normais, até novembro, podendo excepcionalmente se estender até meados de dezembro (gráfico). A produção de mandioca foi de 6,5 toneladas em 2000.

Quanto ao algodão, tem experimentado nas últimas décadas um declínio bastante acentuado na sua produção, sendo que a variedade cultivada na área é o herbáceo, de ciclo curto. No caso dessa cultura, em geral, o preparo do solo acontece em abril e o plantio em maio. As limpas vão de junho a agosto e a colheita é feita em setembro (gráfico). Em 2000, conforme dados levantados no IBGE, não foi registrada nenhuma produção dessa cultura no município.

3.FEIRAS DA REGIÃO: ARTICULAÇÃO COM A PEQUENA PRODUÇÃO

Dentre as formas de comercialização dos produtos agrícolas no Brasil, as feiras livres representam a modalidade que melhor se ajusta à realidade nacional. Dado o seu caráter periódico, as feiras livres beneficiam-se de algumas facilidades ao livrar os comerciantes que delas participam de certas despesas próprias do comércio permanente, tais como imobilização de equipamentos, construção de instalações, despesas com água, energia e outros custos que são próprios do comércio varejista fixo. Além disso, constituem também a forma mais econômica de comercialização in natura de produtos de alta perecibilidade.

A origem da feira, no Brasil, recua à época colonial, tendo sido incorporada à realidade nacional - na medida em que se dava a expansão da fronteira econômica pela tradição portuguesa que já as utilizava desde a época medieval. No sertão nordestino, porém, a sua existência está relacionada às famosas feiras de gado que contribuíram, no século passado, para o desenvolvimento de importantes praças comerciais (Jesus, 1992, p. 96), como é o caso de Caruaru-PE e Feira de Santana-BA, dentre outras.

Em Paulo Afonso-BA, a importância das feiras livres como forma efetiva de comércio, ocorreu mesmo antes de sua emancipação política - a partir de 1948 - quando a CHESF iniciou os trabalhos de construção das usinas hidrelétricas, motivando na área a formação de um importante contingente consumidor que passou a demandar, em quantidade jamais vista antes, uma grande variedade de produtos, sobretudo hortifrutigranjeiros.

Embora se verifique o predomínio do feirante profissional na comercialização dos produtos da pequena agricultura, é significativa a participação de pequenos agricultores na venda, sobretudo, de produtos de baixo valor unitário, o que, de certa forma, contribui para a persistência de uma articulação (produtor-consumidor) hoje pouco encontrável nas feiras nordestinas, cujo espaço de atuação tem sido cada vez mais ocupado pelo intermediário, agente do capital mercantil.

Neste último caso, é possível encontrar-se as mulheres-feirantes, sobretudo nos períodos de safra, comercializando seus produtos em vários "pontos" incluindo-se, entre os mesmos, algumas esquinas que são pontos estratégicos do centro comercial da cidade de Paulo Afonso, onde se concentra o fluxo de carros e de pessoas, tal como ocorre com os vendedores de ruas das médias e das grandes cidades. Sobre esse último caso, elucida Santos:

"O vendedor de rua é menos dependente da clientela que os outros. Ele vai a sua procura, ele tenta essa clientela; ou pode aproveitar ao máximo uma ocasião: nos dias de chuva as ruas e escritórios são percorridos por vendedores (...). Algumas caixas, uma prancha, uma cesta, não mais que as duas mãos: isso é suficiente para improvisar um vendedor". (1979, p.172)

É interessante notar que, algumas dessas mulheres, embora constituam uma minoria, cerca de 5% dos entrevistados, praticam o que se pode chamar de meação no negócio em feiras, onde as mais bem estabelecidas repassam parte de suas mercadorias para aquelas que já possuem, de fato, a habilidade no negócio, mas não dispõem de capital para se estabelecer de forma mais permanente nas feiras. Estas passam a negociar com mercadorias de outrem, em troca de metade do lucro obtido com a venda dos produtos repassados. Com isso, a dona da mercadoria consegue, além de ampliar as possibilidades de venda de seus produtos, escoá-los mais rapidamente, o que favorece a venda de produtos mais perecíveis.

Constitui-se também prática generalizada entre os pequenos agricultores do município, a manutenção de estoques de produtos como milho, feijão e farinha, seja como reserva para o consumo da família nos períodos críticos de desabastecimento, seja para vendas futuras, quando os preços forem mais compensadores.

"Note-se também que se o negócio proporciona uma renda suficiente para fazer face ao consumo doméstico, a venda dos produtos do sítio e do roçado pode ser adiada para o momento em que se julga dar o melhor preço, aumentando-se a renda líquida com a agricultura".
(Garcia Jr., 1990, p. 105)

A participação de pequenos agricultores é uma característica encontrada em todas as feiras da região, seja como vendedores de produtos da roça diretamente ao consumidor, seja para vendê-los aos intermediários e, assim, adquirirem gêneros dos quais não são produtores. Constata-se, ainda, com bastante frequência, nessas feiras, a participação ativa das mulheres de pequenos agricultores de alguns povoados do município, a exemplo de Juá, Nambebé, Várzea, dentre outros, embora a comercialização de produtos na feira seja atribuição dos homens (Garcia Jr., 1990, p. 120). Essa participação, no entanto, tem como objetivo a venda de produtos cultivados na roça e colhidos ainda verdes como é o caso do feijão-de-

corda, melancia e do milho verde (foto), juntamente com produtos coletados na vegetação nativa, como umbu, licuri e murici e daqueles provenientes da caça e do criatório de pequenos e médios animais. No período de entressafra, essas mesmas mulheres adquirem frutas e hortaliças na feira para serem revendidas.



Carlos Alberto Botelho

Foto - Feirona - Setor de comercialização de gêneros da pequena produção

Ao fazer-se uma análise mais detalhada das funções das feiras da região, observa-se que estas exercem um importante papel de ligação do campo com a cidade. No que se refere à participação de pequenos agricultores de Paulo Afonso-BA nessas feiras, tal importância é evidenciada pela diferença dessa participação, entre o período chuvoso (março a julho) - quando se intensifica a presença desse tipo de feirante - e o período seco (de agosto e fevereiro), correspondente à entressafra, quando se verifica uma redução efetiva do número de pequenos agricultores comercializando seus produtos nas feiras. No itinerário de deslocamento dos pequenos agricultores de Paulo Afonso-BA, incluem-se cinco feiras, que configuram o circuito de comercialização dos gêneros da pequena produção agrícola municipal, a saber:

1) a "feirona" - principal feira da cidade. Essa feira realiza-se às sextas e sábados, localizando-se em área próxima ao centro da cidade. Sua importância extrapola a esfera do abastecimento local, alcançando o circuito do abastecimento regional,

exercendo o papel de redistribuidora de gêneros alimentícios aos municípios que integram a região polarizada por Paulo Afonso. Abriga cerca de 700 bancas e, mais ou menos, 200 pequenos agricultores no período de safra e 100 no de entressafra que comercializam seus produtos no chão do local onde se realiza essa feira. Nesse segundo grupo de vendedores, destacam-se as mulheres de agricultores que expõem suas mercadorias no chão e vendem diretamente ao consumidor os produtos que trazem do roçado e/ou coletam no campo. A "feirona" é também o lugar onde os pequenos agricultores encontram-se com os intermediários para comercializar os pequenos excedentes trazidos da roça;

2) a "feirinha". Comporta cerca de 300 bancas e está situada em área um pouco mais afastada do centro da cidade (Mapa 08). É realizada durante toda a semana, tendo contudo, como principal dia o domingo. Nela os açambarcadores de feira (Castro, 1979, p. 210) comercializam os gêneros alimentícios que sobraram da "feirona". Atua, também, ali, sobretudo no período de safra, um razoável número de mulheres-feirantes principalmente do povoado Juá, que retalham, nas terças, quartas e quintas-feiras, produtos de pequena monta;

3) a "feira do Mulungu". Realizada em bairro do mesmo nome, localizado ao sul da cidade, abriga cerca de 300 bancas. Essa feira acontece também aos domingos e distingue-se das demais por constituir um espaço predominantemente de comercialização de carnes, roupas e outros congêneres. Os pequenos agricultores freqüentam-na, sobretudo, no período de safra, quando possuem produtos em quantidade suficiente para justificar seu deslocamento;

4) a "feira de Santa Brígida-BA" acontece às segundas-feiras, num município fronteiro ao de Paulo Afonso-BA. Santa Brígida-BA (mapa) é um pequeno núcleo rural que, a exemplo de tanto outros, (...) "via de regra, tem determinado o dia de feira, de modo a não conflitar com o da feira regional da localidade central a que a mesma está subordinada" (Corrêa, 1988, p. 74). De modo geral, os pequenos

agricultores desse município e dos municípios vizinhos freqüentam-na, para comercializar feijão, farinha e milho aproveitando-se, principalmente, de sua realização, em um único dia o dia da feira no qual se concentra a demanda dos produtos comercializáveis e aquela cidade passa a exercer alguma centralidade;

5) a "feira de Macururé". Com características próximas às da feira anteriormente mencionada, a feira de Macururé (mapa) é realizada às terças-feiras. Distingue-se, contudo, das demais por ser uma feira cujos negócios giram, na sua maior parte, em torno da comercialização de caprinos, visando ao abastecimento regional e, em menor escala da comercialização de mel, requeijão e manteiga, sendo estes três últimos produtos encontrados somente nos períodos em que as chuvas são freqüentes ou seja nos meses de março a maio. É freqüentada pelas mulheres-feirantes de um dos povoados do município de Paulo Afonso-BA, o de Juá, interessadas ora em adquirir produtos do município de Macururé, próprios do período chuvoso e ofertados a baixos preços na feira dessa cidade, ora em venderem produtos por elas cultivados, coletados ou fabricados - macaxeira, licuri, beiju, dentre outros. É nessa feira também que é comercializada, através de um caminhoneiro/ajuntador, importante parcela da produção de farinha do município de Paulo Afonso-BA.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Paulo Afonso-BA, fortemente marcado por condições de semi-aridez, teve sua base econômica e social dinamizada a partir do aproveitamento das potencialidades hidrelétricas das usinas da CHESF, cujo impacto dinamizador atingiu, em maior escala, a sede municipal onde, dos anos 50 aos 90, se desenvolveu uma importante função comercial e de prestação de serviços, tornando-se um pólo urbano de importante poder atrativo de negócios.

Contrastando com o dinamismo da sede do município, a área rural apresenta um quadro inteiramente diverso. Com parte de seu território situado no Raso da Catarina, esse município teve sua evolução sócio-econômica e cultural baseada na pecuária ultraextensiva e, de forma complementar, na prática de uma agricultura de subsistência. Consolidada como atividade tradicional no município, a pequena produção agrícola tem, portanto, constituído a base de reprodução física e social da família agricultora, cuja produção envolve o cultivo de algumas espécies tradicionais na área (milho, feijão, mandioca e algodão), o criatório de animais, sobretudo pequenos e médios e o extrativismo de algumas espécies da vegetação nativa.

É nesse contexto de organização da pequena produção do município de Paulo Afonso-BA que se dá a geração, circulação e apropriação dos excedentes agrícolas comercializados nas feiras da região, com importante papel no processo de reprodução física e social do pequeno agricultor do município.

Nessa articulação atua, de forma predominante, o feirante profissional (intermediário) sendo, porém, significativa a presença de pequenos produtores retalhando, nas feiras da região, produtos de baixo valor unitário, tais como feijão, milho, farinha, umbu, médios e pequenos animais. Com relação a esses produtos pode-se perceber, que parte deles - milho, feijão e farinha são estocados, seja com o objetivo de assegurar o autoconsumo da família ao longo do ano, seja para revenda naqueles períodos em que se supõe possa o agricultor conseguir melhor preço para o produto. A renda obtida com a venda do criatório destina-se à cobertura de despesas de caráter emergencial e à aquisição de objetos de consumo pessoal da família agricultora.

Ao lado do pequeno agricultor ocorre, nessas feiras, a presença da mulher rural feirante, encarregada da venda de produtos de pequena monta (produzidos na roça, coletados na vegetação nativa e adquiridos de terceiros) contribuindo,

sobretudo nos períodos mais críticos, para a reprodução social da família agricultora do município. Constatou-se, também, entre essas mulheres feirantes sobretudo entre aquelas mais bem situadas no negócio - uma maior mobilidade em termos de deslocamento pelas feiras da região, constituindo-se tal característica numa estratégia de ampliação das possibilidades de venda dos produtos. Verificou-se, inclusive, que algumas delas chegam a repassar parte de seus produtos para outras mulheres feirantes (que não dispõem de capital para se estabelecer de forma definitiva nas feiras), com vista a potencializar a venda dos mesmos, mormente daqueles mais perecíveis.

A análise dessas formas de articulação do pequeno produtor agrícola aos circuitos de comercialização atuantes na área levou-nos à constatação de que, se por um lado, na venda da produção ao intermediário, este se apropria de uma parte significativa do sobretrabalho do pequeno produtor, realizando a subordinação deste ao capital mercantil, por outro lado, na venda direta ao consumidor pelo agricultor retalhista e pelas mulheres feirantes do campo, o pequeno produtor retém uma parcela do seu sobretrabalho, constituindo essas formas complementares de comercialização uma importante estratégia de reprodução social do pequeno produtor agrícola do município estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede de Localidades Centrais nos Países Subdesenvolvidos. In. Revista Brasileira de Geografia. 50 (1): 74, jan./mar de 1988.

CASTRO, Ana Célia. et al. Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira. Brasília: Binagri, 1979.

BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Turismo. Salvador, Diagnósticos de municípios: micro-área de Paulo Afonso/Jeremoabo. 1995.

GARCIA, Jr. Afrânio R. O Sul: caminho do roçado; estratégia de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1990.

HAUPTLI, Rudolf. Fase Pioneira de uma Companhia Hidrelétrica no Nordeste do Brasil. Zurique, 1994 (Dissertação de Mestrado).

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista. In Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. 54(1): 96, 1992.

RADAMBRASIL. Levantamentos de Recursos Naturais - Folha SC. 24/25 - Aracaju/Recife - Rio de Janeiro, MME, 1983 v. 30.

SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
Bibliografia Complementar

ANDRADE, M. C. De. Tradição e Mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do sub-médio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. A Terra e o Homem no Nordeste. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239 p.

ARAÚJO, Tania Bacelar de. Nordeste. Nordestes: que Nordestes? In : AFFONSO, Rui de Britto Álvares. (org.) Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. São Paulo: Fundap: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995.

AZEVEDO, Sérgio L. Malta de. O Espaço dos Pequenos Agricultores de Paulo Afonso-BA e sua Participação nas Feiras da Região. Recife, UFPE, 1997 (Dissertação de Mestrado).

BARROS, Nilson Crocia de. Território e Setor Informal: Avaliação Bibliográfica. In: Cadernos de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE. (n. 9).

GALDINO, Antônio, MASCARENHAS, Sávio. Paulo Afonso: de pouso de boiadas à redenção do Nordeste. Paulo Afonso: Fonte Viva, 1995.

KAUTSKI, Karl. A Questão Agrária. 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980, 329 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Anuário Estatístico da Bahia. V. 9, Salvador, 1995.

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO SERTÃO: DESAFIOS À AÇÃO SOCIAL EM TERRAS DE LATIFÚNDIO

Edvalter Souza Santos¹

Susana Hamilton²

¹ Professor do Departamento de Matemática da UCSal e Mestrando do Mestrado Interinstitucional em Planejamento Urbano e Regional IPPUR UFRJ/UCSal

DESENVOLVIMENTO

A noção de desenvolvimento está associada à melhoria do estágio econômico, social e político de uma comunidade, importando então na elevação do rendimento dos fatores de produção recursos naturais, capital e trabalho.

Durante séculos, o acesso aos recursos naturais terra e minerais era considerado um pré-requisito do desenvolvimento (Banco Mundial, Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1997). Grande parte da África, Ásia e Américas foi colonizada para que os colonizadores se apropriassem destes recursos e por eles as nações entraram em guerra. Contudo, gradualmente este conceito foi mudando e o capital físico máquinas e equipamentos passou a ser a chave do desenvolvimento e "industrializado" tornou-se sinônimo de "desenvolvido". Em meados do século XX passou-se a associar desenvolvimento com domínio do fator tecnologia, isto é, conhecimentos e idéias, o que pôs em destaque o "capital humano". As teses desenvolvimentistas em voga no pós-guerra acalentavam a idéia de que o desenvolvimento econômico (capitalista) era possível para todos (todos os povos do mundo), bastando para isto a correta aplicação da técnica e a melhoria da eficiência, do que resultaria como subproduto a melhoria geral da qualidade de vida e, supostamente, das condições políticas. A partir da década de 80 o foco da discussão sobre desenvolvimento transferiu-se para o papel da adoção de políticas adequadas pelos governos, como explicação da razão pela qual os países acumulam capital humano e físico a taxas diferentes. De todo modo, o último quartel do século veio abalar estas certezas, ao ficar claro que o

² Mestranda do Mestrado Interinstitucional em Planejamento Urbano e Regional IPPUR UFRJ/UCSal

desenvolvimento nem era ubíquo nem conduzia automaticamente à equidade.

Além disto tornaram-se cada vez mais claras as relações entre desenvolvimento industrial e poluição, conduzindo aos debates sobre ambientalismo e sustentabilidade. Para os ambientalistas, conforme estudos feitos a partir dos anos 80, a degradação ambiental traz ameaças diretas à saúde e à segurança pessoal de muita gente, relacionadas com buracos de ozônio e mudanças climáticas antropogênicas. Outras pesquisas revelaram o papel do ambiente na indução de conflitos. (Dalby, 1997). A degradação decorre sobretudo das atividades humanas ligadas à industrialização. Os estudos passaram a destacar, também, que o modelo produtivista punha em risco o esgotamento das reservas de insumos não renováveis, clamando por alterações no modelo que garantissem sua sustentação no longo prazo.

A "sustentabilidade" passou a fazer parte dos debates sobre desenvolvimento, como uma categoria inovadora, que introduz fatores de perturbação e diferenciação nas bases de legitimidade (a eficiência técnica convencional) do conjunto de atividades. É um campo de luta entre todos que pretendem, uns alterar, outros reforçar, a distribuição de legitimidade e de poder sobre mercados e sobre mecanismos de acesso a recursos do meio material apresentando-se como portadores da nova eficiência ampliada, a da utilização "sustentável" dos recursos. Marca a disputa entre alternativas técnicas supostamente mais econômicas quanto aos níveis de uso/perturbação de ecossistemas e traz para a agenda pública sentidos extra-econômicos que acionam categorias como justiça, democratização e diversidade cultural. Aqui se entende "sustentabilidade" como processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Relatório Brundtland (1987) e, mais fortemente, a Conferência da Terra (Eco/92, 1992), deram início ao crescente debate em torno da noção de desenvolvimento sustentável, definida no citado relatório como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades". Também ali se diz que o principal objetivo do desenvolvimento é satisfazer as necessidades humanas.

A análise crítica da definição acima leva de imediato ao questionamento do conceito de desenvolvimento, do de "necessidades" e, por último, ao questionamento das limitações imponíveis às gerações presentes em nome dos direitos das gerações futuras. As "necessidades" não são "naturais", elas são grandemente ditadas pela cultura. Por outro lado, não poderemos advogar uma equidade inter-geracional se não formos capazes de praticar a equidade intra-geracional, entre aqueles que estão vivos no presente. Desta forma, o desenvolvimento sustentável passa a ser aquele capaz de garantir qualidade de vida a todos, reduzindo as desigualdades sociais (que se alimentam da segregação, da exclusão e dos grandes desníveis sociais) e preservando a natureza, tanto em benefício dos viventes, quanto tendo em mira os vindouros, com a redução da poluição e ao se evitar a degradação e o esgotamento dos recursos não-renováveis.

Conforme Acselrad (1999, p. 79 e 89), entre as matrizes discursivas formadas em torno do assunto, destacam-se a matriz da eficiência que pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento, estendendo a racionalidade econômica ao espaço "não mercantil" planetário; da escala, que propugna um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os "recursos ambientais"; da equidade, que articula analiticamente princípios de justiça e ecologia; da autosuficiência, que prega a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial como

estratégia apropriada a assegurar a capacidade de auto-regulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento; da ética, que inscreve a apropriação social do mundo material em um debate entre os valores do Bem e do Mal, evidenciando as interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade da vida no planeta.

Estas matrizes vão se fazer presentes nos discursos dos ecologistas, para os mais extremistas dos quais a preservação da natureza deve sobrepor-se às demais considerações; a visão sócio-política requer primazia para as considerações que dizem respeito à equidade e à justiça social; os desenvolvimentistas-economicistas pretendem resolver os impasses recorrendo a polimentos da teoria do mercado, apoiados na teoria do capital e da renda de Hicks.

Ora, as sociedades produzem sua existência através de suas relações sociais e de seus modos de apropriação do mundo material. A interface entre o mundo social e sua base material se observa através das práticas sociais, que podem assumir formas técnicas, formas sociais e formas culturais (Neiva, 2000).

As práticas de apropriação técnica do mundo material, ou formas técnicas de apropriação do mundo material, incluem modos de uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais nos diferentes territórios da ação técnica. Estas técnicas resultam de um conjunto de saberes e formam a base experimental para a constituição de novos conhecimentos. São práticas de apropriação social do mundo material, ou formas sociais de apropriação do mundo material, os processos de diferenciação social dos indivíduos a partir das estruturas desiguais de acesso, posse e controle de territórios ou de fontes, fluxos e estoques de recursos materiais. Tais práticas são historicamente constituídas e configuram lógicas distributivas das quais se nutrem as dinâmicas de reprodução dos diferentes tipos de sociedade baseadas na desigual distribuição de poder sobre os recursos. Elas formam a base da produção de diferenciação social. Entre as práticas de apropriação cultural do mundo material, ou formas culturais de apropriação do mundo material, incluem-se as práticas e atividades de produção

de significados, operações de significação do mundo biofísico em que se constrói o mundo social. Os fatos culturais não são apenas epifenômenos das estruturas produtivas da sociedade, mas fazem parte do processo de construção do mundo, dando-lhe sentidos e ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas

As técnicas não são meras respostas às restrições do meio, não são meras determinações unilaterais das condições geofisiográficas, mas sim são integralmente condicionadas pelas formas sociais e culturais, isto é, pelas opções de sociedade e modelos culturais prevaletentes. As sociedades alteram seu meio material não somente para satisfazer carências e superar restrições materiais, mas sim para projetar no mundo diferentes significados (construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais, etc.). As diversas categorias sociais apresentam lógicas próprias de apropriação do meio (camponeses, capitais agro-exportadores, capitais especulativos, empreendimentos industriais, etc.). As práticas técnicas são referenciadas a contextos históricos que condicionam os padrões/soluções tecnológicos mas também as categorias de percepção, julgamento e orientação que justificam/legitimam tais práticas.

A noção de eficiência numa determinada sociedade não é absoluta, transhistórica ou onivalente pode variar de sentido no tempo e no espaço pode significar: economia de tempo de trabalho e/ou de materiais; mecanismos de desmaterialização de produtos e processos; otimização de potencialidades produtivas com estabilização de indicadores de composição físico-química de águas, ar e solo, no interior de limites de flutuação determinados (critérios próprios a uma abordagem 'tecnológico-ecológica'). O padrão tecnológico resulta de escolhas técnicas condicionadas por estruturas de poder vigentes (poder econômico ou de controle sobre recursos do meio material). As estruturas de

poder procuram manter-se via disseminação cultural de categorias de percepção que fazem valer socialmente os critérios dominantes de "eficiência", "capacidade competitiva", "níveis de produtividade", etc. Tais critérios legitimam e reforçam a superioridade real e simbólica dos dominantes.

Assim, os "modelos sociais de apropriação do mundo material" integram os "modelos de desenvolvimento" e articulam formas técnicas definidas por sua espacialidade e temporalidade, formas sociais que exprimem os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais e formas culturais que encerram valores e racionalidades que orientam as práticas sócio-técnicas.

Do exposto, pretendemos ter deixado claro que a "sustentabilidade" do desenvolvimento somente pode ser considerada seriamente se as preocupações se estenderem para além do desenvolvimento econômico puro e simples, para incluir em seu bojo as questões relativas à equidade e à justiça social, além da preservação da natureza e prevenção dos riscos ecológicos, entre os quais se incluem os riscos relativos ao manejo e deposição de resíduos.

Sustentabilidade requer, ainda, legitimidade. Não se pode pretender sustentável uma sociedade cujos quadros dirigentes exercem o poder a partir de alternativas ilegítimas, pois é de se esperar que o povo a eles submetidos cedo ou tarde se rebelará, diante da insustentabilidade da ilegitimidade dos próceres.

As correntes desenvolvimentistas-economicistas pretendem que o desenvolvimento sustentável seja simplesmente uma questão de eficiência e de progresso tecnológico. Os otimistas tecnológicos que apoiam esta corrente argumentam que o avanço da técnica será capaz de dar conta de todos os problemas ecológicos atuais ou futuros. Para Wolfgang Sachs, o simples aumento da eficiência não é capaz de dar conta dos problemas criados: "según los estándares en uso, sólo reduciendo en un 70 a 90% el uso de energía y la materia a

utilizar durante los próximos cincuenta años se haría justicia a la seriedad del sistema. Sólo un optimista muy auydaz creería possible alcanzar esta meta com sólo mejorar la eficiencia. Ninguna revolución de la eficiencia bastará" (Sachs, 1996)

Portanto, para muitas correntes de pensadores, nem o aumento da eficiência, nem o progresso da técnica justifica as propostas de reduzir os problemas ecológicos a simples "falhas de mercado" ou de tentar resolver as questões ambientais via mecanismos deste mesmo mercado.

Elmar Altvater, (1995) em O preço da riqueza, radicaliza, quando sintetiza e fundamenta a tese da contradição insolúvel entre o modelo de desenvolvimento capitalista vigente e a preservação dos recursos naturais e das fontes energéticas desse modelo, afirmando: "Eficácia ecológica com justiça distributiva e eficiência econômica com base na alta produtividade do trabalho, eis de fato o que seria a quadratura do círculo. Entretanto esta é impossível, não só de um ponto de vista matemático, mas também ecológico e econômico. O sonho de um capitalismo ecológico produz monstruosidades". Altvater refuta a economicização da ecologia, afirmando que "ecologia é política. A comunicação ecológica não pode confiar nos códigos econômicos e o que está na ordem do dia não é a economicização da ecologia e sim a ecologização da economia e a politização de ambas".

Por último, não se pode mencionar desenvolvimento sustentável sem uma referência, ainda que rápida, à Agenda 21.

O Brasil e outros 176 países participantes da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) são signatários da Agenda 21, que representa um dos mais valiosos instrumentos na promoção do desenvolvimento sustentável mundial. Torna-se imprescindível, no entanto, sua adaptação para

planos nacionais, de modo que expresse melhor as condições específicas de cada país. No caso brasileiro, criou-se, em fevereiro de 1997, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Nacional, com a missão de viabilizar essa tarefa. Coube à Comissão, definir a metodologia de trabalho para a Agenda 21 Nacional, selecionando as seis áreas temáticas que refletem a problemática sócio-ambiental do país. Os projetos de formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável são financiados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que assinou convênio com o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, hoje Ministério do Meio Ambiente.

Os temas definidos são os seguintes:

- Infra-Estrutura e Integração Regional;
- Cidades Sustentáveis;
- Agricultura Sustentável;
- Gestão dos Recursos Naturais;
- Redução das Desigualdades Sociais;
- Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável.

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL (DLS)

Conceituado o "desenvolvimento sustentável", passemos ao "desenvolvimento local sustentável".

Altvater, na obra acima citada, mesmo tendo concluído pela impossibilidade de uma ecologização global do capitalismo, sugere a possibilidade dos atores regionais e microeconômicos iniciarem práticas que se oponham à lógica do capitalismo macroeconômico. Outro pensador contemporâneo, Henzel Henderson, criou o conhecido lema: "thinking globally and acting locally" "pensar globalmente e agir localmente".

O plano de Desenvolvimento Sustentável de Canudos foi elaborado em 1997 pela Universidade do Estado da Bahia, através da sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino e pelo Centro de Estudos Enclides da Cumba CEEC e pela Prefeitura Municipal de Canudos.

A aplicação dos conceitos de desenvolvimento sustentável ao nível territorial local constitui o "desenvolvimento local sustentável". A unidade territorial aqui considerada é o município, mas poderia ser algo menor, como um assentamento, um distrito; ou maior, como um conglomerado de (poucos) municípios, uma região metropolitana. Os governos estaduais de dois pequenos estados brasileiros, o Acre e o Amapá, consideram estar aplicando Desenvolvimento Sustentável no âmbito estadual, conforme as publicações Amapá, um norte para o Brasil (Cortez, 2000) e Uma sustentável revolução na floresta (Domingos Leonelli, Ed Viramundo, São Paulo, 2000).

A especificidade do DLS (em relação ao DS) é que ele está associado normalmente a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. Ao preparar um Plano de Desenvolvimento Sustentável de Canudos³, a equipe da UNEB estabeleceu como metas:

- Participação social e organização comunitária
- Descentralização progressiva do processo decisório
- Desenvolvimento institucional

Tal estratégia "carrega como pressuposto a elevação do nível de participação quantitativo e qualitativo da população local, e que essa participação tenha um sentido de continuidade, embasada na organização das comunidades, condição primeira do seu empowerment" (Idem). A descentralização progressiva do processo decisório, tem como expectativa o envolvimento consciente dos personagens nas decisões de interesse comunitário, antes concentradas no poder público local (governo municipal). O desenvolvimento institucional pressupõe que o próprio poder municipal, como partícipe qualificado do desenvolvimento local, aceite e promova as alterações que se fizerem necessárias na estrutura do

governo, de modo que os órgãos da prefeitura possam adequadamente fazer face aos programas de desenvolvimento preconizados para o município. Da mesma forma, o empowerment das organizações comunitárias e a descentralização das decisões para os órgãos participativos dependerá fundamentalmente da decisão do poder público local em engajar-se no programa. Este é, naturalmente, um ponto delicado, dada a tradição dos prefeitos, e de suas forças de sustentação, de centralizarem na prefeitura o poder local e as decisões. Somente uma profunda mudança desta mentalidade poderá viabilizar o desenvolvimento local sustentável.

Também se pode, sempre, esperar que as comunidades locais, no momento do voto, optem pelos candidatos que se mostrarem dispostos à implantação do novo modo de governar.

RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NOS SERTÕES

Discorrer sobre a problemática dos sertões é tarefa de grande monta para se dar conta em texto de escopo reduzido como este artigo. Especialmente, considerando-se as grandes contribuições nesse campo, legadas por mestres como Gilberto Freyre, Celso Furtado, entre outros. Importa para nós, acentuar, na seara que é a discussão sobre os sertões, as relações sociais que historicamente foram aí gestadas e que conformaram estruturas e ações sociais próprias.

O desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste encontrou como entrave o monopólio da terra que, por sua vez, abrigava uma atividade agrícola com base na monocultura. Essas práticas dificultaram a implementação de novas tecnologias de mecanização da produção. Excluída dos vetores de modernização que dinamizaram a produção agrária brasileira, uma leva de agregados passa a reproduzir formas arcaicas de manejo da terra e, conseqüentemente, de relações sociais de produção também arcaicas. Isso porque, compartilhando da visão de

Milton Santos (1994), acreditamos que é impossível dissociar as duas dimensões que perpassam a técnica, a saber, o humano e o não-humano.

Assim, a dimensão da técnica, ao invés de ser neutra ao social, permeia-o, conduz e estrutura a ação social do homem no espaço. O espaço geográfico, entendido como espaço social, e, portanto, locus das ações sociais, modifica-se com o uso da técnica que se lhe imprime, que, por sua vez, modifica o homem, sujeito da ação. É importante ressaltar que aqui utiliza-se a categoria de técnica de maneira mais ampla, como tomada por Milton Santos: "Não se trata, pois, de apenas considerar as chamadas técnicas da produção, ou como outros preferem, as 'técnicas industriais', isto é, a técnica específica, vista como um meio de realizar este ou aquele resultado específico" (Santos, op. cit p: 35). Nas palavras de Prades: "a técnica adquire uma presença e esposa um meio" (Prades, 1992, p.18, apud Santos, op.cit). O objeto técnico define atores sociais e suas intervenções no espaço.

Para Teresa Sales, aliás, a questão da modernização da agricultura da técnica, portanto - constitui-se em eixo central para o entendimento da problemática dos sertões. Na visão da autora, ao serem excluídos da dinâmica agroindustrial, os pequenos produtores e trabalhadores rurais do Nordeste e isso se aplica marcadamente ao sertão - ficaram à margem do dinamismo econômico do setor e da trama de complexificação das relações sociais de produção. "O nó da questão está justamente nesta confluência de movimentos, em que a modernização da agricultura reduz os deserdados à situação de miséria em que se encontram" (Sales, 1987, p.151).

Imbricados, espaço e técnica, conformam a ação social. Se o objeto técnico responde pela inserção de atores em um dado espaço, é o monopólio da terra, e portanto a apropriação desse espaço, que condena o sertão nordestino ao isolamento das arenas decisórias, especialmente quando o centro econômico vai deslocando-se, na segunda metade do século XIX, para o Sul, já mais avançado

em direção ao projeto capitalista. Em documento produzido no final do século XIX, o governo revela a situação da lavoura na Bahia: "O antigo e vicioso sistema de sesmarias e do direito de posse produziu o fenômeno de achar-se ocupado quase todo o solo por uma população relativamente insignificante, que não o cultiva nem consente que seja cultivado, enquanto a população 'livre' que trabalha na terra por favor dos donos da terra vive em estado de contínua dependência"⁴.

Para Facó, opera-se aí um "encarceramento em massa das populações rurais" no nosso sertão, estagnado por quatro séculos. Enormes contingentes populacionais vivem em total atraso e isolamento não só do mundo exterior, mas do próprio Brasil. Taxas estarrecedoras de analfabetismo, os maiores índices de mortalidade infantil do País e um total estado de ignorância compõem a paisagem dos nossos sertões (Facó, 1976).

⁴ O *aboliconismo*, S. Paulo, 1938, p.330, apud Facó *op.cit.*

O RETRATO DA MISÉRIA SERTANEJA

Estados	Ceará	R. G. do Norte	Paraíba	Pernam-buco
Área (km ²)	143.348,8	53.306,8	56.584,6	28.237,8
População (hab)	7.013.376	2.634.397	3.353.624	7.523.755
Mort. Infantil (1/1000)	58,22	63,34	70,95	61,30
Analfabetismo (%)	31,01	28,89	31,35	26,20
Renda per capita (US\$/ano)	1.752.00	2.007.00	1.553.00	3.765.00
Participação no PIB (%)	1,57	0,66	0,65	2,71

Fonte: A TARDE, 07/04/2001, p. 5

Aliado ao latifúndio, à monocultura e às técnicas precárias de produção, soma-se aos sertões a herança social do trabalho escravo, aí presente e marcante durante três séculos. Como resultado, tem-se uma divisão de classes sociais abortada em sua origem e que dá lugar a uma polarização social primária: o grande senhor de terras e os servos, esses, por sua vez, sem-terra. Isso conforma uma sociedade de trabalhadores que, apesar de gozar do estatuto de livre, perpetua relações sociais semelhantes às encontradas nos feudos da idade média (Freyre, 1937). A

dominação tradicional fundada na autoridade dada do senhor institui uma comunidade de súditos e dependentes absolutos desse senhor. Juntos, os fatores citados acima constituíram a face de uma região marcada pela alta concentração da riqueza social e uma classe de pequenos produtores agrícolas assentada em unidades familiares de produção incapazes de se reproduzir, ou, sequer, configurar uma agricultura de subsistência. O censo agropecuário de 1975 desnuda a dura realidade nordestina. Constatam-se, no Nordeste, 74% das pessoas ocupadas na atividade agropecuária trabalhando em estabelecimentos com menos de dois salários mínimos de valor da produção anual. No limite de nove salários mínimos, ou seja, menos de um salário mínimo para a família por mês, a proporção eleva-se para 93,1%. Em relação à mão-de-obra familiar, 84,8% localizam-se em estabelecimentos de até dois salários mínimos de valor de produção anual, e 98,2% em estabelecimentos de até nove salários mínimos de valor da produção anual. Em contrapartida, no Estado de São Paulo, apenas 15,4% do total da mão-de-obra encontra-se em estabelecimentos com até dois salários mínimos (Sales, op.cit).

Ainda em relação à região Nordeste, e de acordo com Teresa Sales, o censo aponta que, da massa de trabalhadores ocupada na produção agrícola, uma boa parte concentra-se em propriedades com menos de 10 hectares. De 45,3% do contingente de trabalhadores em 1960 ocupados nessas unidades, deu-se um salto para 58,5% da população nessas pequenas propriedades. Isso sugere um incremento da categoria dos "responsáveis e membros não remunerados da família" e, considerando-se os dados apontados anteriormente, uma precarização da produção nessas pequenas unidades. Abandonados à própria sorte, 63,19% dos estabelecimentos com produção inferior a dois salários mínimos boa parte deles situados no Nordeste respondem com apenas 10% do valor da produção agropecuária. Por outro lado, 8,78% dos estabelecimentos têm valor superior a nove salários mínimos e comparecem com 66,54% do valor total da produção agropecuária. É fácil deduzir que boa parte das políticas de crédito, assistência

técnica e extensão rural são voltadas à última categoria, já que essa é capaz de reivindicar e apropriar-se dessas políticas.

Histórica e socialmente destituída de direitos, a classe desses pequenos trabalhadores rurais forma a massa dos "herdeiros da escravidão" (Sales, op. cit.); homens que, acostumados a servir, naturalizam relações de poder concretizadas pela dominação e pelo favor. Desconhecendo os seus direitos de cidadania, quando contemplados por planos e projetos governamentais, atribui-lhes o sentido de uma dádiva ou benesse do senhor. Prevalece aí o favor como mediação das relações sociais de produção. "O acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto, ou direto, de um grande. O agregado é sua caricatura" (Scwartz, 1973, p. 153, apud Sales op.cit.)

O "grande", aí, é representado pelo coronel, fruto de uma frágil estrutura econômica e social, materializado na figura do poderoso dono de terras da região com articulações políticas em outras escalas. Esse líder, valendo-se da opressão e da dependência absoluta, arroga-se o direito legítimo de representação dos seus "súditos", tomou para si a outorga para representar a população, conformando a real face do poder local, perigosamente na moda em dias de hoje.

Sem representatividade política legítima e com baixo grau de cidadania, essa gente vai entregando o seu destino nas mãos do sucessor contemporâneo do antigo coronel e pedindo a Deus que caia nas suas graças. Por vezes alvo de políticas públicas palacianas, vão sobrevivendo ou sucumbindo entre uma seca e outra. Quando instados a participar dos planos dos quais são objeto, têm dificuldade em se apropriar da idéia de futuro. O seu futuro resume-se na sobrevivência até o amanhã - impregnado pela dura realidade do ontem e do hoje - ou, no máximo, até a seca passar.

O ESTADO, OS POLÍTICOS E OS SERTÕES

Se o Estado pode ser considerado um "pai" em relação às suas regiões e populações sub-nacionais, o elitista Estado brasileiro revelou-se, de longa data, um pai desnaturado com relação ao sertão e ao sertanejo. E esta "desnatureza" tem como marco candente a nunca suficientemente lembrada imolação do povo de Canudos.

Na modernidade, o Estado destacou-se como o grande agente das transformações sociais nem sempre da forma mais louvável. Na URSS, um império de herança medieval engravado em pleno século XX foi alçado à condição de segunda potência mundial, num período de apenas 40 anos e caso histórico único, numa oportunidade infelizmente posta a perder pela cegueira da elite que se apossou do poder. Não se trata aqui da defesa do "comunismo" (ente afinal empiricamente desconhecido), nem mesmo do socialismo soviético (este levado à prática por 70 anos), mas sim de lamentar a perda da oportunidade que o Estado russo teve de mobilizar sua população para a construção de uma vida mais digna numa perspectiva sustentável. Nos Estados Unidos e Europa Ocidental, o Estado do Bem Estar Social gerado como resposta aos desafios do comunismo e do próprio capitalismo, elevou as populações dos respectivos países a níveis de qualidade de vida sem paralelo no passado, ou em outras partes do globo embora, no vácuo da ruína do caso soviético, os anos 80-90 tenham sido explorado pelas elites locais como favoráveis à reversão das conquistas trabalhistas anteriores, contra-ataque este dos próceres do capitalismo mundial que começa a encontrar respostas das forças populares em países como a França, Inglaterra e Alemanha.

No caso do Brasil e com relação aos sertões nordestinos, a ação do Estado tem se caracterizado por uma sobreposição de erros que, originários de longa data, nem porisso parecem perto de finalizar-se. É por demais conhecida a tragédia de Canudos, perpetrada por um Estado arrogante, mal informado e detentor de um

profundo desprezo para com parcelas do seu próprio povo, povo ao qual pelo contrato social primordial deveria atender e zelar.

A INTERVENÇÃO TORTA DO ESTADO, ONTEM: COCOROBÓ

Mas este Estado, culpado do genocídio de Canudos, não melhorou seu olhar distante e seu vezo autoritário no trato dos problemas do sertão. É assim que em 1951 o Governo Federal, por intermédio do DNOCS, inicia a construção do açude de Cocorobó, no vale do rio Vaza Barris, cuja barragem somente fica pronta quase duas décadas depois, em 1968. Previsto para uma acumulação de 245 milhões de m³, área drenada de 3.600 km² numa bacia hidráulica de 4.510 hectares, a obra gigantesca, a um custo que o próprio governo não sabe precisar, mas que o gerente do escritório do DNOCS em Canudos, Dr. Carlos Sampaio, calcula, em dezembro de 1999, em US\$25 milhões (somente entre 1971 e 1979 há registros de dispêndios de mais de 10 milhões de dólares) (Neiva, 2000). É mais uma demonstração de ação governamental fundada no desconhecimento dos problemas do sertão e do sertanejo, mais uma soberba demonstração de pouco caso para com as regiões mais pobres do país.

Segundo maior açude do país, à época da inauguração, sua implantação não se faz acompanhar de uma reestruturação fundiária nem de uma política de utilização plena de seus recursos. Como resultado, 30 anos depois, a região continua habitada por uma maioria de famílias indigentes e pobres. Segundo o autor acima citado, 46% das famílias são indigentes; 65% dos chefes de família recebiam remuneração entre 0 e 1 salário mínimo mensal; 52% dos habitantes acima de 15 anos não eram alfabetizadas (os dados são do censo de 1991).

Em abril de 1998 o açude estava com apenas 28% de sua capacidade e continuava perdendo água, o que o reduziu em novembro de 1999 para apenas 3% da

capacidade, cabendo perguntar-se em que estudos técnicos baseou-se o governo para construir um açude gigantesco que em tão pouco tempo voltou a secar.

Para Luiz Paulo Almeida Neiva, isto reflete claramente o fato de que "decisões tomadas nos bastidores políticos com relação ao Nordeste resultam de argumentos de forças influentes que exercem vários tipos de pressões e contrapressões, dando sempre solução conjuntural a problemas estruturais, geralmente em nome do Estado" (Neiva, op. cit. P:25).

A INTERVENÇÃO TORTA DO ESTADO, HOJE: MANIPULAÇÃO POLÍTICA DOS PROBLEMAS DOS SERTÕES NA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

À primeira vista pode parecer que o esforço do governo federal para a transposição das águas do rio São Francisco para as bacias dos rios intermitentes do semi-árido do Nordeste é enfim um ato de reconhecimento dos erros passados pelo "pai" Estado/União e uma nova atitude para com o "filho" sertões/sertanejos. Entretanto, muitos indícios nos levam a desconfiar de que por traz da boa ação existe uma dose maciça de manipulação política da tragédia dos nordestinos, da seca, em benefício da imagem de um governo sobre o qual pairam sérias suspeitas de permanecer a serviço de elites expropriadoras e do capital internacional, aí incluído o interesse de atender a empreiteiras que fazem lobby pela aprovação do projeto.

O sonho da transposição é velho de um século, mas não pode ser esgotado no nível da engenharia e do balanço hídrico do rio, pois envolve questões sócio-econômicas, fundiárias, culturais, políticas, institucionais e ambientais. Com efeito, a transposição de que aqui se fala é tecnicamente viável, o que não significa que seja viável econômica e socialmente. Ela consiste no bombeamento da água,

através de adutoras, até um ponto elevado e adução por gravidade a partir daí para o perímetro visado. A obra se completa com canais de distribuição e com a instalação de Perímetros Irrigados, que exigem desapropriação de terras e reassentamento da população, com todos os problemas que conhecemos quando a propriedade da terra tem que ser mexida. Juazeiro apresenta um exemplo bem sucedido de agricultura em perímetro irrigado por sinal, às margens do São Francisco.

O projeto atual prevê dois desvios. O Eixo Norte deve levar cerca de 99 m³/s retirados à altura de Pedra Branca (Curaçá/BA) e levados a São José da Boa Vista (Orocó/PE) e daí às bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas/Açu (PB/RN) e Brígida (PB). O Eixo Leste desviará 28 m³/s do lago da barragem de Itaparica (Petrolândia/PE) para as bacias dos rios Paraíba (PB) e Moxotó (PE). Serão alimentados 23 açudes no Ceará, 20 no Rio Grande do Norte, 36 na Paraíba e 10 em Pernambuco.

Para início de discussão, três questões necessitam ser criteriosamente examinadas:

1. Existe um potencial hídrico considerável, já cadastrado, ainda não aproveitado, nas bacias do semi-árido do nordeste;
2. Há centenas de milhares de hectares de terras irrigáveis junto aos rios perenes da bacia do rio São Francisco à espera da implantação dos perímetros irrigados já projetados;
3. A existência de água, por si só, não garante a melhoria da economia de uma região, pois se garantisse as margens do São Francisco seriam um paraíso.

Antes de enterrar montanhas de dinheiro público num projeto de resultados inseguros, o governo deveria melhor aplicar parte dele nos itens 1 e 2, acima, evitando os desperdícios que se configuraram em casos como a Transamazônica, ferrovia do aço e programa nuclear, além do próprio açude de Cocorobó, supra denunciado.

Na verdade, a perenização dos rios intermitentes do semi-árido nordestino não tem como solução única o apontado sangramento do São Francisco, havendo estudos, também, de uma transposição originária do rio Tocantins. Entretanto os estudos indicam um custo de 8 milhões de reais por m^3/s , na captação de água no rio São Francisco, contra um custo de 20 milhões de reais por m^3/s , caso a origem das águas envolvesse o rio Tocantins. Este é um dado econômico de peso, mas de há muito se sabe que o fator econômico não pode ser isoladamente tomado em decisões de corte estratégico. Projetada no longo prazo, a decisão tem que tentar responder a questões do tipo: qual será a provável evolução das bacias de cada um dos rios "doadores", nos próximos 50 anos?

A idéia da transposição não é nova, vem do Império. Os projetos também não: o relatório CESAN-01 do DNOS, de 1993, contempla 875.000 ha de SAU (superfície agrícola útil) a ser irrigada com uma vazão média de $330 m^3/s$, com uma perda prevista de 10% por evaporação. A SAU referida localiza-se num perímetro de $150.000 km^2$ que se estende pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. O orçamento era de 2,6 bilhões de dólares, sem levar em conta diversas obras necessárias para o funcionamento do empreendimento, como as de implantação da infra-estrutura dos perímetros irrigáveis.

O que fica sem resposta é porque, antes de se lançar num mega-empreendimento, que em casos passados mais serviu para permitir ao capital privado a apropriação de recursos públicos do que para beneficiar o povo brasileiro, o governo não põe em marcha os pequenos projetos já planejados da área, a um custo infinitamente menor e com resultados infinitamente melhor previsíveis? O projeto RADAM-1983 identificou na área em exame um total de 1,4 milhão de ha de áreas irrigáveis, sendo que há potencial hídrico na região para irrigação de 102.000 ha, dos quais apenas 12% em operação, restando portanto 88% da área, ou seja, 90.000 ha que

podem ser irrigados com recursos hídricos locais não sujeitos aos elevados custos e às grandes interrogações que a transposição ainda suscita.

Nunca é demais lembrar que a água do rio não serve só a projetos de irrigação: ela serve à navegação, à pesca, à geração de energia elétrica.

"Há água abundante no Nordeste, o que falta é decisão política para uma distribuição mais justa, que beneficie tanto os grandes quanto os pequenos produtores", afirma Manoel Bonfim, pesquisador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Vale do São Francisco (Ceivast) e ex-diretor do DNOCS. Para Bonfim, o subsolo do semi-árido pode fornecer até 20 bilhões de m³/ano de água, sem perda de pressão, dos quais atualmente só 2% são retirados (cerca de 400 milhões de m³). Lembrar que Israel, com uma área muito menor, retira 1 bilhão m³. Dos 40.000 poços tubulares cavados pelo DNOCS⁵ no Nordeste, a maioria está parada por falta de energia, de motores, de cataventos, de manutenção. No sul do Piauí, 175 poços jorram anualmente, sem bombeamento, 60 milhões de m³ de água por ano, água esta totalmente desperdiçada por falta de qualquer ação governamental, muito mais simples e barata que o mega-projeto da transposição. Nem um único pé de alface é sequer molhado por esta água, e a população se abastece de tomates em Petrolina, distante 500 km.

*5 Dados retirados de A
TARDE, 11/11/98. p. 6*

Certamente não se trata de negar aos habitantes do semi-árido o recurso essencial da água, não se trata da resistência de compartilhar com eles a água do São Francisco. Trata-se, sim, de uma desconfiança fundada nas intenções dos políticos que defendem um projeto não suficientemente estudado, quando estes mesmos políticos deixam de tomar ações mais simples, de resultados mais imediatos e de menor custo, porém menos vistosas. Até que ponto o projeto está embalado na ganância das empreiteiras em participar de um botim de 2 bilhões anunciados mas que, nas contas de Manoel Bonfim, devem beirar os 16 bilhões de reais? Como defender a retirada das águas do São Francisco sem nenhuma - NENHUMA!

providência associada para proteger a perenidade deste rio, com relação à suas próprias fontes de alimentação, suas matas ciliares, seus afluentes moribundos ou mortos, como os rios Paraopeba, das Velhas, Verde Grande e Gorutuba, no norte de Minas, e o Salitre, em Juazeiro. Em alguns casos a morte dos rios decorreu justamente de projetos mal dimensionados de retirada de água para irrigação. Projetos de irrigação mal conduzidos, além de poderem matar suas próprias fontes de água, podem levar à salinização do solo, transformando a promessa de vegetação e vida em realidade de desertificação e morte.

D. Frei Luiz Cappio, bispo da diocese de Barra, entende que o projeto "atende muito mais a interesses políticos do que responde satisfatoriamente a exigências técnicas e de bom senso"⁶. Numa peregrinação de 3.000 km feita da nascente à foz do São Francisco, da qual resultou o livro "Rio São Francisco uma caminhada entre a vida e a morte" (Ed. Vozes), D. Cappio levantou que a bacia hidrográfica abrange 465 municípios em 5 estados, com uma população de 13 milhões de habitantes. São 97 municípios ribeirinhos e cerca de 350 localidades, onde predominam problemas ambientais, miséria e degradação cultural, mas onde se localizam também frágeis iniciativas de educação ambiental que mereceriam reforço do poder público. Em outra denúncia⁷, diz D. Cappio que "não existem projetos que contemplem o pequeno produtor, pois até mesmo a transposição vai beneficiar apenas os grandes e médios irrigadores. Um exemplo claro acontece com boa parte dos agricultores que muitas vezes deixam de irrigar suas plantações porque não dispõem de uma linha de financiamento de pouco mais de R\$1.000 para a compra de pequenas motobombas". Na diocese de Barra, o projeto de cisternas de placa, com capacidade para armazenamento de 23 mil litros de água de chuva custa R\$800 por unidade e cerca de 500 já foram produzidas com o apoio da Igreja Católica e organismos externos. Com um só milhão dos muitos previstos para a transposição seria possível beneficiar mais 1.250 famílias ou 6.000 habitantes sem nenhum impacto nas funções do rio: pesca, navegação e produção de energia.

6 Dados retirados de A TARDE, 12/11/98, p. 6

7 Dados retirados de A TARDE, 7/4/2001, p.5

Theodomiro Araújo, presidente da Ceivasf, lembra que no caso de Assuã, no Egito, os projetos de irrigação da cultura de algodão fizeram reduzir de 80 bilhões para 18 bilhões de m³ a vazão do Nilo, alterando a salinidade do Mediterrâneo com prejuízos irreversíveis para os ecossistemas locais⁸.

8 Dados retirados de A TARDE, 11/11/98. P. 6

No início de abril do corrente ano, o reservatório de Sobradinho estava com apenas 36% de sua capacidade: 9,5 bilhões de m³, para uma capacidade de 34,2 bilhões. Recebendo 2.040 m³/s e vazando 2.392 m³/s, o lago continuava secando à razão de 352 m³/s, causando apreensão aos técnicos da CHESF. O prefeito da cidade, Paulo Barbosa de Deus (PFL) diz também não entender porque "se o projeto visa a qualidade de vida do sertanejo, porque não melhorar também a vida de quem está à beira do rio, com um custo bem menor e sem o risco de causar a própria morte do rio?". É realmente difícil entender os critérios de equidade e justiça social que voltam seu olhar para assistir 9 milhões de moradores distantes do rio, mas ignora os 13 milhões que estão próximos dele, mas igualmente desassistidos. Se há 2 (ou 16?) bilhões para atender aqueles, porque não há 10% ou 15% deste dinheiro para atender a estes?

De toda sorte, em 06/04/2001 o juiz César Fonseca, da 10ª Vara da Justiça Federal na Bahia acatou liminar impetrada pelo CRA/BA, denunciando "diversas falhas e ausência de procedimentos considerados imprescindíveis para a efetivação do projeto" e suspendeu as audiências públicas programadas para 9 e 10/04/2001. O Governo Federal inconformou-se com a sentença e recorreu ao STJ, mas este manteve a decisão judicial. Assim, o projeto foi paralizado até saneamento das falhas. E, tendo em vista os recentes acontecimentos (maio/2001) que conduziram à decisão de racionamento de energia elétrica em todo o país - o famoso "apagão" -, é provável que o Governo Federal contenha seus ímpetos autoritários relativos ao projeto. Mas quem pode garantir isto?

Enfim, é este mesmo Governo Federal que, após seis anos de gestão, se diz "surpreso" com os problemas energéticos do país e corre tonto entre as possíveis medidas para evitar o caos. Os reservatórios das hidroelétricas estão a apenas 30% de sua capacidade e até novembro esta situação pode agravar-se, para 10%, com riscos de racionamentos prolongados, de até um mês. Mas os reservatórios não secam de um dia para outro. O acompanhamento diário dos níveis e vazões é uma obrigação dos órgãos do governo, bem como a projeção destes dados no curto e médio prazos. Estabelecida a situação de pânico, corre o governo para livrar-se da culpa da má gestão do setor e dos custos, que recairão, como sempre, no contribuinte.

CONCLUSÕES

Se, por um lado, o Estado nacional, por inúmeras vezes, demonstra em suas intervenções locais uma grandiosidade que extrapola, e mesmo desconhece, a realidade do sertão, o fortalecimento do poder local e da participação popular encontra alguns entraves no sertão. Se, aparentemente, tal prática imprime avanços rumo à democratização do poder e dos processos burocráticos, há que se estar atento aos limites que a encarceram, especialmente em relação à mobilização intermediada de camadas excluídas, refém fácil da manipulação política, muitas vezes dourada como prática participativa.

A idéia de desenvolvimento sustentável é marcada pela participação popular na gestão da coisa pública, que ganha legitimação nas últimas décadas, tornando-se amplamente difundida nos anos 90. Para que seja bem sucedida, há que ser precedida por uma redistribuição do poder. Por sua vez, a partilha do poder implica a transformação do homem em sujeito social. Isso significa dizer que esses atores deverão criar instituições e através delas participar ativamente, como sujeito normativo, na elaboração das leis que alteram o seu entorno social e político. Significa manejar os fóruns decisórios trazendo-os para o alcance da

participação popular. Portanto, essa reciclagem do poder deve ser precedida pela criação dessas arenas, que se materializam em instituições representativas plasmadas por esses atores sociais. O problema reside nas "arenas ocultas" (Ribeiro, 2000) que, não raro, sob a máscara da participação popular, disputam o espaço público, privatizando-o, aquinhoando para si as fatias democratizadas do poder. Falamos da privatização das arenas públicas.

A prática da participação popular, no Brasil, é negativamente influenciada pela baixa capacidade associativista da população. Em censo do IBGE, de 1996, desnudou-se a geografia do associativismo no Brasil. Apenas 27% da população brasileira declararam ser filiados a algum tipo de associação. Desse total, 80% pertencem às classes média e alta. Quanto maior a renda maior a taxa de associativismo⁹. Assim, as classes mais favorecidas, dotadas de capital social e cultural, imprimem o seu olhar à coisa pública.

Parece-nos legítimo inferir que, no sertão, esse quadro é ainda mais dramático. Aí, a idéia de participação popular encontra forte obstáculo no baixo poder de representação da maioria dessa população e do seu também reduzido grau de cidadania. Para Sales, isso representa um abismo entre as metas de dada política de intervenção e a sua população alvo. Como um público com tão baixo grau de cidadania pode se fazer representar politicamente? E, transposta essa barreira, como garantir que essa participação extrapolará o plano do imediatismo a que estão sujeitas as massas despossuídas, às quais não estão sequer asseguradas condições de sobrevivência? O imediatismo da sobrevivência em uma terra inóspita, que, vez por outra, expulsa os seus habitantes, negando-lhes os seus frutos, que fenecem sob a escassez da água, sobrepor-se-ia à idéia de futuro? Por outra, é possível falar em sustentabilidade em terras de latifúndio?

Outrossim, o fortalecimento do poder local em estruturas sociais arcaicas, marcadas pela dominação e opressão pode significar a retirada de cena do Estado nacional e o fortalecimento de oligarquias locais comandadas por grupos de

9 Informações retiradas da palestra "Segregação, agregação e desagregação: a difícil relação entre cidade e cidadania na sociedade urbana brasileira. O caso do Rio de Janeiro", proferida pelo professor Luiz Cezar Queiroz, durante o Fórum América Latina Habitar 2000 - Salvador 2001.

poder, herdeiros do coronelismo de tempos passados. Fortalecidos por alianças pluriescalares, esses grupos podem imprimir aos fóruns a sua visão de mundo, conferindo-lhe a legitimidade - agora fortalecida pelos instrumentos de participação - do anseio de uma comunidade.

Se esse espaço público - disputado por uns e desconhecido por outros - é o rebatimento da estrutura social, interessa aqui desvendar e combater as causas que engendram a pobreza, responsável pelo baixo grau de articulação social dos seus atores. Qual é a lógica da miséria do sertão? Qual a sua dinâmica? Em seu clássico *Geopolítica da Fome*, Josué de Castro sinaliza a direção ao afirmar que "a geografia da carência só se explica pela geografia da abundância". Dito de outra forma, para combater a pobreza é preciso antes combater a riqueza. Falar em desenvolvimento sustentável sem alterar as relações de força que (re)produzem a pobreza é tentar perpetuar revigorando-o, porque legitimando-o - o modelo de exploração de um segmento social por outros. É evitar o enfrentamento da matriz ideológica central que produz a miséria. É propor a mudança para que tudo permaneça como está, como foi tão bem retratado por Luchino Visconti em seu filme *Il Gatto Pardo*.

Todas as questões apresentadas acima apontam para a premência de uma política universalista, redistributiva, que deve estar na base de todo plano de desenvolvimento sustentável e antecede-lo mesmo. Por isso mesmo, o desenvolvimento sustentável é alvo de inúmeras críticas. Imputando a autoria do conceito de desenvolvimento sustentável ao projeto desenvolvimentista liberal, Isabel C.M. Carvalho afirma que: "Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente era a de produzir uma estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que atendesse a sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista. Dentro dessa perspectiva produtivista, o que se queria preservar de fato era um modelo de acumulação das riquezas onde o patrimônio

natural passava a ser um bem. O apelo ao bem-estar dos povos era usado como alibi, sempre citado ao lado dos objetivos de crescimento econômico" (Carvalho, 1991, p.11, apud Ribeiro, 1991).

Ora, na ausência de tal política redistributiva capaz de despertar na população excluída o anseio por melhores condições de vida e de fomentar uma participação legítima na disputa pelo futuro, incorreríamos, então, no imobilismo? Será negada aos agentes de dado espaço a intervenção deliberada e planejada sobre o seu meio. A história recente parece acenar que não. Se as raízes históricas do sertão nordestino - e aqui interessa-nos especificamente a porção baiana do semi-árido - acenam para o enraizamento de relações sociais perversas, reduzindo a mobilização popular rumo a conquistas de melhores condições de vida, o inverso também é possível. Se o monopólio da terra, e os males que daí advêm, é responsável pela miséria de enorme contingente de habitantes do sertão, não o poderia ser também pela mobilização que culmina no despertar da consciência revolucionária e da luta pela posse da terra, o direito à sua semeadura e colheita?

Para Facó, os fenômenos do cangaço e do levante de Canudos são respostas - cada uma à sua maneira - às mazelas da concentração da riqueza social nos sertões. Para o autor, na ausência do desenvolvimento das forças produtivas, o latifúndio atuou como elemento desencadeador da transformação social. O monopólio da terra, brutalizando ao limite a exclusão, sacudiu a inércia social provocada pelo baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Impeliu os "herdeiros da escravidão" à vitalidade da ação social. Como em Marx e Engels: "Em uma palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal" (Marx e Engels, 67. p. 13)

Isso atesta que a massa pauperizada de excluídos do sertão, afinal, não é assim tão refratária ao impulso da transformação social. Por outra, parece também indicar

que, assim como as praças públicas criadas espontaneamente abrigam maior vitalidade do que as projetadas pelos urbanistas (Ribeiro, 2000), os movimentos de transformação social encerram maior força quando emanam das bases. Assim é que uma verdadeira experiência de desenvolvimento sustentável está sendo posta em prática pelos assentados do MST no Rio Grande do Sul, como pode ser visto no belo filme *O sonho de Rose dez anos depois*, da diretora Tetê Moraes. Culturas diversificadas, com o emprego de tecnologias biodinâmicas, diversificação da produção para preservação do solo, cooperação, solidariedade e distribuição eqüitativa da renda são os pilares que orientam os agrupamentos - verdadeiros paradigmas do que deveria ser, de fato, desenvolvimento sustentável.

Na falta de uma política redistributiva comandada pelo Estado nacional - e não falamos aqui de comunismo, mas da questão agrária, políticas de crédito a pequenos agricultores e outros instrumentos - o desafio por esses confins de sertão consiste em ampliar a participação popular sim, mas, garantir a legitimidade dessa representação nas arenas políticas, afastando a possibilidade de uma democracia forjada para legitimar interesses privados. E, ainda e principalmente, ampliar e consolidar a participação nas arenas decisórias que não estão no local - locus do debate sobre as verdadeiras políticas que disputarão a idéia de futuro. O desafio consiste em estabelecer interfaces fortes entre a sociedade e as múltiplas escalas do poder. O desafio consiste em radicalizar a democracia.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, n. 1., Rio de Janeiro: maio/99

_____. UFRJ/IPPUR, mimeo, Rio de Janeiro, 2000.

ALTVATER, Elmar. O preço da riqueza. São Paulo, UNESP, 1995).

A TARDE. edições de 01/09/98, 11/11/98, 12/11/98, 3, 4, 5, 7 e 10/04/2001

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Washington: 1997.

BUARQUE, Sérgio C. Desenvolvimento Local Sustentável. Recife: IICA, 1999

CASTRO, Josué de. Geopolítica da fome. São Paulo: Brasiliense, 1972.

CEEC. Plano de desenvolvimento municipal sustentável de Canudos. Salvador: UNEB, 1997.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

DALBY, Simon. Metáforas ecológicas de segurança: Política Mundial na Biosfera. Departamento de Geografia da Carleton University. Ottawa, Ontário, Canadá: 1997).

FACÓ, Rui. Cangaceiros e Fanáticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FÓRUM HABITAR 2000. Salvador: 2001.

GOVERNO DO AMAPÁ. Amapá, um norte para o Brasil. Cortez, 2000.

ISTO É. O racionamento muda o país. edição de 23/05/2001 (n.1651)

LEONELLI, Domingos. Uma sustentável revolução na floresta. São Paulo: Ed Viramundo, 2000.

MARX, Karl e ENGELS, F. Manifesto Comunista. In Textos, Vol. III. São Paulo: Editora Sociais, 1967.

NEIVA, Luiz Paulo Almeida. A (in)sustentabilidade do desenvolvimento local: o caso de Canudos. Revista Canudos, v. 4, n. ½. Salvador: UNEB/CEEC, 2000.

RADEL, Guilherme. O rio São Francisco: a questão da transposição. Vanguarda Rural. Salvador: abr/Mai1995.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Arenas ocultas: desafios à ação social em contextos metropolitanos. Fórum Habitar 2000. Salvador, 2001.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo, e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. UNB, Brasília: mimeo 1991.

SALES, Teresa. Os herdeiros da Escravidão. In: Novos Estudos CEBRAP nº 19. Rio de Janeiro:1987.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SACHS, Wolfgang. Anatomia política do desenvolvimento sustentável. Revista Mexicana de Sociologia, n. 2. México:Universidad Nacional Autónoma de México, abril-junho/1996.

METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DLIS: a experiência de Santa Brígida - BA.

Luiz Paulo Almeida Neiva¹
Gerino Francisco do Nascimento²

Os autores, com este artigo, querem agradecer e homenagear o professor Sérgio C. Buarque, pelos seus ensinamentos em cursos, oficinas e outras atividades, notadamente pela sua obra: Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável.

*1 Pesquisador do CEEC-UNEB,
M.Sc em Política e
Desenvolvimento Rural*

1.INTRODUÇÃO

Conspirando contra a vida da grande maioria da população do planeta, uma intricada rede de relações econômicas e sociais que, acentuada em muitos ambientes por condições naturais extremamente adversas, culmina no fenômeno da pobreza, uma síndrome de múltiplas carências que assume em cada país características particulares.

*2 Técnico em Desenvolvimento
Regional da
CAR/SEPLAN/TEC, M.Sc
em Política e
Desenvolvimento Rural*

Sua persistência histórica no Brasil não está associada a uma simples insuficiência de geração de renda, como ocorre em muitas nações marcadas por um quadro de renda per capita baixa, onde a pobreza absoluta é inevitável, sejam quais forem as formas de distribuição. Ao contrário, entre nós, o produto nacional tem sido elevado o bastante para permitir pelo menos o mínimo necessário a todos. Na verdade, a pobreza resulta da má distribuição de renda, como demonstram os dados do IBGE citados por ROSSETTI (2000) referentes aos valores calculados para o coeficiente de Gini, uma medida que serve para analisar a distribuição de

renda em termos do grau de concentração e de sua evolução. Quanto ao grau de concentração de uma distribuição, o coeficiente de Gini varia entre zero (perfeita igualdade) e um (máxima concentração), e no que se refere à evolução da estrutura de repartição da renda no Brasil, o mencionado autor focalizou o período 1960-1995:

<u>ANO</u>	<u>COEFICIENTE DE GINI</u>
1960	0,500
1970	0,562
1980	0,580
1990	0,615
1995	0,592

A desigualdade perversa dessa distribuição de renda está evidenciada na concentração ascendente até 1990 e, embora atenuada no ano de 1995, mesmo assim continua maior do que o índice de 15 anos atrás. São muitas as causas geradoras dessa situação, destacando-se a elevada concentração de terras existente nas diferentes regiões do país.

Verdadeira para o país, esta situação é agravada em regiões mais vulneráveis como no nordeste brasileiro, notadamente no semi-árido, causada principalmente pela falta de devido conhecimento da realidade. Segundo NEIVA (2000), "o semi-árido nordestino é um espaço brasileiro que sempre causou uma profusão de sentimentos, visões, incompreensões. Medo, vergonha, descaso, insensibilidade, espanto, intolerância, horror, são alguns exemplos de sentimentos provocados pelos sertões do Nordeste brasileiro, nas elites políticas, militares e intelectuais do Brasil, ao longo da sua história. E em cada momento que esse estranhamento se manifesta, fica evidenciada a sua raiz o desconhecimento total ou parcial da realidade"; e alude que "é fato que os problemas históricos do semi-árido estão imbricados em uma estrutura de crescimentos regionais desiguais, e em uma estrutura fundiária perversa que torna mais vulnerável uma região de solos rasos, vegetação rala e regimes pluviométricos irregulares e reduzidos. Isso sem dúvida

tornou o Sertão nordestino o espaço mais problemático do Brasil, e, em consequência disso, um espaço privilegiado para equívocos, incompreensões, e principalmente o desenvolvimento e implementação de políticas que, se não foram inócuas, provocaram efeitos contrários aos objetivos declarados".

No nordeste brasileiro o meio físico freqüentemente hostil, as precárias condições sanitárias, o baixo nível de escolarização e as limitações dos governos locais para atuar de forma eficaz visando o desenvolvimento econômico e social, contribuem significativamente para o aumento da incidência da pobreza. O mesmo autor acima citado, utilizando dados do IPEA concernentes ao final dos anos 80, comprova que o índice de pobreza absoluta é maior nessa região.

Foi essa incidência de pobreza, aliada à convicção de que populações famintas são mais facilmente influenciáveis pela propaganda comunista do que as nações ricas, constituindo-se então numa ameaça potencial, que ainda no contexto da II Guerra Mundial o governo americano decidiu desenvolver um programa de assistência técnica aos países pobres, dentre os quais o Brasil, que em 1942 firma um convênio visando elevar sua produção de gêneros alimentícios. Segundo AMMANN (1984), novos acordos vão se sucedendo sempre na perspectiva de evitar influências e riscos indesejáveis. Assim, em 1945 surge o acordo sobre a educação rural, objetivando o intercâmbio intensivo de educação, idéias e métodos pedagógicos entre as nações. Daí resulta a criação da Comissão Brasileiro Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) e sua variante nas áreas urbanas visando à educação industrial (CBAI). Depois nasce em Minas Gerais a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em 1948, que passa a reproduzir entre nós o modelo de extensão rural americano.

Verifica-se então que a partir da década de 1940 é introduzida no país a ideologia do Desenvolvimento de Comunidade (D.C.). Nos anos 50 a Organização das Nações Unidas (ONU) procura sistematizar e divulgar o D.C., como forma de

integrar as populações aos planos de desenvolvimento econômico e social, viabilizando a consolidação do sistema capitalista. Daí por diante muitas instituições, planos e programas foram e continuam sendo criados, como por exemplo a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) em 1956 e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, dentre outras.

Esta breve retrospectiva do trabalho com comunidades visa ressaltar, de forma objetiva, o fio condutor desse processo, o qual encontra-se nas condições históricas mundiais e em meio ao jogo de interesses das nações, com suas repercussões no Brasil. Importa agora sintetizar a periodização das estratégias do D.C. iniciada por AMMANN (1984), consciente, como ela afirma, da relatividade e artificialidade próprias a qualquer periodização, vez que o processo histórico por ser dialético não ocorre de forma linear nem por fases nítidas.

Já vimos que o D.C. foi introduzido no país na década de 1940, não como uma técnica "neutra", mas sim como uma ideologia que vai historicamente procurando atender os interesses hegemônicos externos e internos. Para tanto, em cada momento específico serão adotadas temáticas e metodologias que correspondam às preocupações do Estado e estejam em sintonia com as condições conjunturais da nação. Por isso, nesse primeiro momento a temática estratégica do D.C. foi a modernização do meio rural, visando a remoção de barreiras à expansão do sistema capitalista, ao tempo em que também promovia o aumento da produção de gêneros alimentícios.

Um segundo momento do D.C. começa no regime populista que antecede 1964 e o ultrapassa. Ele é marcado pela estratégia de integração das populações desfavorecidas aos planos de desenvolvimento econômico do país, seguindo a orientação da ONU. As temáticas integração e participação acabam sendo os ingredientes indispensáveis do desenvolvimento. Quanto a isso AMMANN observa que "a busca de conceitos mais consistentes de participação é objeto de

vários estudos e reuniões da Divisão de Ação Comunitária (DAC), principalmente durante os anos de 1972 e 1973". Criada pela SUDENE em 1965, a DAC representa o primeiro programa de D.C. em âmbito regional, com a finalidade de integração e participação ativa das comunidades do Nordeste em programas e projetos elaborados pelo planejamento regional. Na verdade, a Divisão não chega a equacionar nesses estudos um conceito de integração, entretanto, no que se refere à noção de participação os avanços são significativos, adotando-se posições heterodoxas em relação à orientação da ONU para o D.C.. Como consequência desse afastamento do papel oficial que lhe fora atribuído, o de garantir a integração da população nordestina aos planos de governo, a DAC sofreu um processo de desgaste, chegando ao ponto de ser completamente expurgada entre os anos de 1975 e 1979.

No âmbito dessa mesma estratégia surgiram ainda os Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI's), na primeira metade da década de 1970. De acordo com PRATES (1984), apesar do Governo Federal ter definido que esses Projetos incorporassem o planejamento participativo em suas programações, isso não aconteceu. Posteriormente eles foram substituídos pelo Projeto Nordeste que, conforme MACHADO (1987), "propõe a participação como principal instrumento das ações voltadas para o desenvolvimento rural, em todas as fases da sua implantação [...]".

Um terceiro momento caracteriza-se pela combinação de todas essas temáticas, acrescidas da sustentabilidade, quando os novos desafios do desenvolvimento induzem no campo das idéias e nas consciências das sociedades a formulação de novas propostas, destacando-se dentre elas o desenvolvimento sustentável. Segundo BUARQUE (1999), o primeiro grande impacto disso nas consciências ocorre no final dos anos 60 e início dos anos 70, "como resultado do efeito combinado da crise do petróleo, com a publicação do primeiro Relatório do Clube de Roma os Limites do Crescimento (Meadows et al., 1981), em 1969, com uma crítica sólida e competente da concepção tradicional de uma natureza

inesgotável e disponível à exploração da humanidade.”

Como desdobramento desses eventos, realiza-se em 1972 a Conferência das Nações sobre Meio Ambiente (Estocolmo), tendo então evoluído para a realização da Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO/92), no Rio de Janeiro em 1992, mobilizando as Nações Unidas e a comunidade científica e ambientalista do planeta. Nessa relevante conferência foi aprovada a Agenda 21, que recomenda prioritariamente "um modelo de desenvolvimento sustentável e busca o comprometimento das nações com as gerações futuras".

O conjunto dessa abordagem, desenvolvida à luz do contexto histórico da realidade social global, ratifica as conclusões mais gerais de AMMANN (1984) referentes ao papel desempenhado pelo D.C. em nossa sociedade, quais sejam:

· o D.C. em sua trajetória tem contribuído para a exploração do conjunto da força de trabalho, acentuando no meio rural a acumulação do capital via aumento da produtividade do trabalhador, além de desviar a problemática agrária da esfera social para a individual, muitas vezes arrefecendo as lutas pela reforma agrária. Nas metrópoles atua de forma articulada com as políticas de industrialização, colaborando "com a qualificação do exército industrial de reserva" na medida desejada pela burguesia;

· ele disponibiliza de forma atomizada, pequenos serviços nas áreas de saúde, educação e lazer, entre outros, socializando partes dos custos de reprodução da força de trabalho, facilitando assim uma maior apropriação do excedente gerado pelo trabalhador;

· O D.C., pelo seu modo de agir, além de cooperar na exploração da força de trabalho, impede "a reflexão, a reivindicação e a atuação dos trabalhadores rurais e urbanos sobre o seu problema crucial as relações de dominação [...]"

São conclusões que podem parecer duras ou exageradas, contudo, os fatos reais, os sucessivos indicadores econômicos e os diversos estudos correspondentes, comprovam a todo instante a veracidade dessa análise, demolindo qualquer retórica que tente escamoteá-la. São muitas as visões que concordam com esse ponto de vista. CARVALHO (1982), por exemplo, afirma ser o planejamento participativo dos projetos governamentais, um movimento orgânico de cooptação das classes subalternas que, em nome de uma pretensa "participação", procura "atrair as lideranças locais para o projeto ideológico e dominante, e ao mesmo tempo, bloquear as potencialidades de organização autônomas da população".

Sabendo de tudo aqui discutido, pergunta-se com FRANCO (2000), o que pode ser feito para promover o desenvolvimento? Ele responde: muitas coisas, as quatro fundamentais seriam: "gerar renda, multiplicar o número de proprietários produtivos, elevar o nível de escolaridade da população e aumentar o número de organizações da sociedade civil". Nós lembraríamos ainda, a necessidade de alteração do modelo de atuação dos órgãos do Estado, o que não parece ser fácil. Seus projetos operam em função de prioridades, objetivos, metas, ações e prazos, muitas vezes incompatíveis com as aspirações e ritmos próprios de cada comunidade. Isto leva os técnicos, como observa MACHADO (1987), "a adotarem uma postura metodológica que minimiza a participação coletiva consciente e superestima o trabalho junto às lideranças, em função de obter resultados a curto e médio prazos, os quais podem entrar em conflito com o tempo e o ritmo específico que a comunidade tem para formular os seus problemas e procurar as suas soluções. Neste sentido, ao se trabalhar apenas ou basicamente com as lideranças e dirigentes das organizações, produz-se uma concentração de poder numa pequena camada de dirigentes, que é a única a se reunir com os técnicos, tomar decisões e administrar os recursos".

O mais recente esforço estratégico de D.C. corresponde a um desdobramento do

terceiro momento, conhecido hoje como Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) que, de acordo com FRANCO (2000), "é uma denominação' ampla para vários tipos de processos de desenvolvimento local. Lançada institucionalmente em 1997, pelo Conselho da Comunidade Solidária, a expressão foi adotada pela maioria dos atores que se dedicam ao desenvolvimento local no Brasil." . Este Programa denominado Comunidade Ativa tem como seu equivalente, a nível estadual o Faz Cidadão, coordenado pela SEPLANTEC.

2. UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE DLIS

Na Bahia, como em outras unidades da federação, recentemente tem sido implementada pelo governo estadual em parceria com o governo federal, uma estratégia de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável DLIS, denominada Programa Faz Cidadão, envolvendo as dimensões: econômica, social, tecnológica, político-institucional e ambiental.

Prevê o Programa Faz Cidadão enfrentar os desequilíbrios regionais do estado, através da promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida das populações dos 100 municípios baianos mais pobres. A estratégia pressupõe um trabalho no sentido de permitir que as comunidades descubram ou despertem as vocações locais e aproveitem suas potencialidades específicas, tendo por base o diagnóstico e o planejamento participativos, a escolha negociada de prioridades e o pacto entre atores governamentais, empresariais e da sociedade civil. Prevê também a reunião organizada e sistematizada de todo esse processo em um Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável PDLIS e uma Agenda de Compromissos, elaborados por um Fórum Municipal de DLIS.

Coordenado pela SEPLANTEC e tendo a Fundação Luís Eduardo Magalhães como coordenadora do processo de capacitação, convocou-se as universidade

3. Através da Pro-Reitoria de Extensão, do Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC e, no caso de Santa Brígida, o Departamento VIII - Paulo Afonso.

baianas para aplicação de metodologias participativas na capacitação de Fóruns de DLIS. Diversos Fóruns foram capacitados pela UNEB³, o que tem permitido uma constante adaptação da metodologia utilizada. A última experiência foi desenvolvida com o Fórum de Santa Brígida. Neste caso, precedeu-se uma avaliação de processos anteriores, adaptando-se novos passos metodológicos e uso de novas ferramentas técnicas. Daí resultou a elaboração do documento intitulado Sinopse da Metodologia da Elaboração do PDLIS, norteador da capacitação em Santa Brígida, objeto principal deste artigo, apresentada a seguir nos itens 2.1 e 2.2.

2.1. Sinopse da Metodologia de Elaboração do PDLIS

A metodologia geral de trabalho aqui apresentada está baseada na obra de Sérgio Buarque, intitulada "Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável". Sua aplicação prática requer a utilização de diversas técnicas de trabalho de grupo, enquanto instrumentos de apoio que são sempre utilizados em maior ou menor grau pelos facilitadores do trabalho em grupos.

Quanto à metodologia em si, procurou-se simplificar, sem maiores prejuízos, e detalhar um roteiro na forma de tabela, evidenciando cada passo a ser seguido com seus respectivos objetivos, técnicas requeridas, recursos necessários e tempo de duração. A maioria desses passos já é de uso generalizado, outros, entretanto, são menos conhecidos e por isso merecem alguns esclarecimentos que serão feitos a seguir. Antes, contudo, é bom lembrar que no roteiro não consta a necessária avaliação em processo, de um evento com duração prevista de duas semanas, quando ela deve ser realizada diariamente, em dias alternados, ou com qualquer outro tipo de frequência. Do mesmo modo não contém o encerramento. Portanto, não se deve omitir na elaboração da programação de um evento com essa magnitude, os requerimentos técnicos e o tempo necessário à realização dessas duas atividades. O fato de não terem sido incluídas neste roteiro, deve-se à intenção deliberada de deixá-las a critério dos facilitadores em cada caso

particular.

Os passos metodológicos (de 1 a 6.2) estão explicitados no item 2.2, porém alguns deles necessitam de esclarecimentos que são feitos a seguir:

Passo 4.4. Identificação das potencialidades, problemas, oportunidades e ameaças. Esta tarefa deve ser realizada por quatro (ou oito) grupos, cada um (ou dois) se ocupando de identificar o conjunto de fatores determinantes dos componentes da realidade (potencialidades, problemas, oportunidades e ameaças). Posteriormente a equipe técnica deve desagregar esses fatores por dimensão, a fim de serem adequadamente utilizados no passo 4.13.

Passo 4.7. Montagem dos questionários para o levantamento de campo. É um trabalho visando estimular os grupos na formulação de um questionário com informações a serem coletadas no território municipal, a fim de complementar e ou melhor esclarecer os dados do levantamento secundário. Como sugestão, temos por exemplo as seguintes questões: quais os principais problemas de saúde? ; quais e quantos são os recursos locais de saúde (médico, enfermeira, atendente rural, dentista, farmácia, curandeiro, etc)? ; que avaliação o povo faz da qualidade dos serviços médicos (muito ruim / muito irregular / há maus tratos para com o povo / há falta de interesse durante o atendimento do pobre / etc.)? ; organizações sociais existentes? ; manifestações culturais existentes? ; de que estão vivendo as pessoas do lugar? ; quais os alimentos mais consumidos? ; de onde vêm esses alimentos? ; quais os principais problemas de educação? ; quais os principais problemas agropecuários? ; quais são os principais problemas de água? ; etc. Tudo isso, se possível, quantificado e totalizado com o número de entrevistados em cada localidade.

Um reduzido grupo específico deve se ocupar em organizar informações a respeito da história do município. Ele deve ter um prazo mais elástico para a realização dessa tarefa.

Passo 4.9. Execução do levantamento de campo. As reuniões nas localidades rurais deverão servir não só à coleta de dados mas também para informar aos munícipes o trabalho que está sendo realizado, o cenário preliminar já esboçado e os componentes da realidade levantados.

Passo 4.13. Análise das potencialidades e dos problemas (Análise do Objeto), por dimensão. Este passo apresenta dois momentos subseqüentes. O primeiro deve ser desenvolvido por tantos subgrupos quantos forem necessários. Isso pode ser definido da seguinte forma: dividindo-se o número total de participantes em subgrupos de 3, 4 ou 5 pessoas, quantidades mais recomendáveis para o desenvolvimento dessa atividade, obtêm-se o número de subgrupos. Em seguida basta que seja dividido o número total de problemas apresentados no passo 4.5 (os quais foram enriquecidos pelo trabalho de campo), pelo número de subgrupos obtidos para saber o número de problemas que cada subgrupo analisará (esse número deve ficar entre 1 e 4).

Também as potencialidades devem ser analisadas por todos ou quase todos subgrupos. Para isso, divide-se o seu número total pelo número de subgrupos, a fim de se verificar quantas caberão a cada subgrupo.

Tiras de papel contendo as células (quadrículas), todas com as mesmas dimensões devem ser preparadas com antecedência para serem distribuídas aos subgrupos, as quais depois de preenchidas serão apresentadas em plenária de forma modulada, formando um grande painel no final a matriz de relevância.

Portanto, no primeiro momento os grupos deverão tratar de alcançar o primeiro objetivo, ou seja, selecionar e hierarquizar os problemas e as potencialidades mais expressivas. Cada grupo irá procurar apresentar as relações de causa e efeito dos problemas e potencialidades por meio do cruzamento dos problemas e potencialidades por meio do cruzamento dos problemas entre si e das potencialidades entre si, cada um em uma matriz, definindo pesos que conferem

ordem de grandeza à correlação entre os mesmos.

“O processo consiste, inicialmente, em listar todos os problemas (e potencialidades) que se considere existentes na realidade e organiza-los em uma matriz quadrada, repetindo os mesmos nas linhas e nas colunas. O procedimento seguinte será definir pesos (numa escala arbitrada pela equipe - sugestão: 0, 1, 2 e 3) que explicitem a influência que cada problema (potencialidade) tem sobre todos os outros, a partir da percepção e da sensibilidade do grupo de trabalho, distribuindo esses valores nas células da matriz que cruza problemas com problemas. Numa leitura horizontal, procura-se identificar se e com que força o problema "a" influencia os outros, repetindo a pergunta para todos os problemas e suas interações e influências, expressando o grau de influência pelo peso, que constitui a ordem de grandeza imaginada para a relação; deve-se ressaltar a relação entre os problemas, e não a gravidade ou a intensidade com que cada um deles, isoladamente, se apresenta na realidade.

Concluída a definição dos pesos em todas as células que expressam as interações, tem-se uma representação aproximada da estrutura de causa e efeito, refletida na somatória dos pesos individualizados, como mostra a matriz a seguir. A soma dos pesos indicados em cada linha vai expressar, na última coluna, o peso total que cada problema tem sobre o conjunto dos outros problemas do município [...]. Somadas todas as linhas, obtém-se na última coluna uma hierarquia de poder de influência de cada problema (potencialidade) sobre os outros (conjunto), resultante dos diversos valores obtidos em cada linha. Dessa coluna pode-se obter uma hierarquização dos problemas decorrente do diferente poder de influência que apresentem, permitindo destacar o conjunto dos problemas de maior impacto sobre a problemática geral da realidade analisada. Como consequência da análise concentrada na correlação entre os problemas, a hierarquia da matriz expressa a ordem de importância dos mesmos na determinação da insustentabilidade da realidade, e não a intensidade ou a gravidade dos mesmos. Nem sempre os problemas mais inaceitáveis pela

sociedade são os que estão na raiz da insustentabilidade geral do município, podendo, muitas vezes, constituir problemas decorrentes de outros de maior poder de influência.

MATRIZ DE RELEVÂNCIA – PROBLEMAS

PROBLEMAS PROBLEMAS	Probl. <i>a</i>	Probl. <i>b</i>	Probl. <i>c</i>	Probl. ...	Probl. <i>n</i>	PODER DE INFLUENCIÇÃO (Soma)
<i>Problema a</i>						
<i>Problema b</i>						
<i>Problema c</i>						
<i>Problema ...</i>						
<i>Problema n</i>						
GRAU DE DEPENDÊNCIA (Soma)						

Por outro lado, a somatória de cada coluna vai apresentar na última linha um conjunto de valores que indica uma hierarquia de grau de dependência de cada problema (potencialidade) em relação aos outros (conjunto). Com essa hierarquização (especialmente da última coluna), é possível dar um corte seletivo, escolhendo os problemas e as potencialidades de maior poder de influência, até se fixar em um número razoável, nos quais deveriam ser concentradas as ações e as prioridades estratégicas.

Esta matriz representa o efeito direto dos problemas (potencialidades) sobre os outros, constituindo uma primeira aproximação, na medida em que não capta os impactos indiretos que os problemas (potencialidades) geram sobre os outros, deixando de representar o efetivo poder de influência de cada problema (potencialidade) sobre o sistema-objeto.”

Posteriormente a equipe técnica deve, a partir desses dados, elaborar e apresentar o diagrama influência dependência para orientar a seleção de prioridades. Ou seja, seus elementos comporão a matriz de planejamento a ser elaborada no passo 5.12.

Sobre o diagrama influência-dependência, o mesmo autor diz o seguinte: "o resultado da hierarquização gerada na Matriz de Relevância pode ser tratado de uma forma gráfica, para uma melhor visualização e uma classificação mais completa dos problemas (potencialidades). Como todos os problemas têm, na matriz, dois valores (linha e coluna) representando o poder de influência e o grau de dependência, os mesmos podem ser expressos num sistema de coordenadas, formando um diagrama que distribui os somatórios das referidas linhas e colunas e expressa uma distribuição espacial dos mesmos. Esse diagrama apresenta no eixo das abscissas o grau de dependência do problema (potencialidade) representado pelos valores obtidos na última linha da matriz e no eixo das ordenadas o poder de influência representado pelos valores alcançados na última coluna da matriz.

Dividindo o espaço em quadrantes, tem-se uma distribuição dos problemas (potencialidades) em condições combinadas de influência e dependência, indicando a sua importância no sistema. O quadrante I apresenta o conjunto dos problemas (potencialidades) de alta influência e baixa dependência; o quadrante II, ao contrário, concentra os problemas (potencialidades) de alta influência e alta dependência; o quadrante III apresenta o espaço de baixa influência e baixa dependência e finalmente, o quadrante IV reúne os problemas (potencialidades) de baixa influência e alta dependência [...]. Esta segmentação em quatro grupos de problemas (potencialidades), segundo a combinação de influência e dependência, pode servir para orientar na seleção das prioridades de ação adequadas para enfrentar os problemas centrais e aproveitar as principais potencialidades. Em tese, os problemas (potencialidades)

que se situam nos quadrantes I e II são os que têm maior poder de determinação da problemática global, de modo que devem merecer uma atenção especial, concentrando as ações para redesenhar o futuro. Uma alteração neles não representa apenas uma melhoria pontual no problema, mas também um grande efeito de mudança do desempenho do conjunto, impactando sobre os problemas dos outros quadrantes.

Os problemas do quadrante III, com baixa influência e baixa dependência, não influem muito e não serão muito afetados pelos outros, de modo que sua mudança demanda uma ação direta que, não obstante, só será prioritária quando se tratar de um problema altamente inaceitável pela sociedade e com elevada gravidade. Finalmente os problemas do quadrante IV são resultantes, influenciando pouco no sistema e tendo seu desempenho completamente dependente do comportamento dos problemas que estão nos quadrantes I e II. Mesmo quando representam uma grande insatisfação da sociedade, esses problemas seriam enfrentados de forma eficaz mais pelo efeito das ações sobre os problemas dos quadrantes I e II que propriamente sobre eles mesmos. Talvez seja necessária e adequada a definição de ação direta sobre os mesmos para gerar efeitos imediatos e transitórios, mas sempre de eficácia estrutural baixa." (BUARQUE, 1999)

O segundo momento deve ser desenvolvido por cinco (ou quatro) grupos, cada um analisando uma das dimensões da realidade: econômica / sociocultural / ambiental / político institucional / tecnológica (duas delas podem ser agregadas, como por exemplo a primeira e a última, para efeito de análise). A missão é alcançar o segundo objetivo, isto é, selecionar e hierarquizar as ações por dimensão, que responde aos problemas e às oportunidades selecionadas no primeiro momento. Na verdade, como os problemas e as potencialidades já estão selecionados e hierarquizados, resta apenas propor as ações que a eles respondem.

Passo 5.2. Análise das oportunidades e ameaças (Análise do Contexto). Da mesma forma que o passo 4.13, este também é de natureza analítica, com diferença de prescindir do primeiro (momento) objetivo (que corresponderia a selecionar e hierarquizar oportunidades e ameaças), pois sendo mais escassas as oportunidades e ameaças, sua seleção não é tão necessária e apenas o correspondente ao segundo (momento) objetivo prevalece, isto é, selecionar e hierarquizar as ações por dimensão, capazes de aproveitar as principais oportunidades externas e defender-se das ameaças.

Passo 5.11. Abordagem inicial sobre o processo de definição das opções estratégicas. Deve ser referenciada nos diagramas influência dependência elaborados pela equipe técnica. Isso permite a identificação dos elementos (potencialidades e problemas) endógenos que irão compor a matriz de planejamento. O preenchimento desta deve ser devidamente esclarecido aos participantes.

Passo 5.12. Definição das opções estratégicas (valorar os fatores). Até aqui os fatores endógenos e exógenos foram tratados de forma individualizada. Neste passo eles serão confrontados a fim de possibilitar uma análise mais criteriosa.

A técnica da análise de relevância apresentada no passo 4.13 contribui de certa forma para a definição das prioridades, ao permitir a identificação dos problemas que estão na raiz da problemática mais geral e os impactos entre as ações e as diferentes dimensões da realidade. No entanto essa técnica tende "a concentrar-se numa abordagem interna da realidade municipal problemas e potencialidades", deixando de considerar os processos exógenos, fundamentais para uma definição abrangente de prioridades estratégicas. Para permitir uma análise mais ampla e rigorosa que observe e confronte os fatores endógenos e exógenos na formulação da estratégia, deve-se recorrer a técnicas adicionais (matriz de planejamento) que situem o município no contexto mais amplo em que está

inserido, definindo as opções estratégicas que promovem o desenvolvimento sustentável.

A formulação das opções estratégicas deve ser realizada de forma agregada (todas as dimensões em conjunto), procurando confrontar os condicionantes centrais do contexto com os processos e as condições endógenas do município ou comunidade. Os condicionantes do contexto podem ser obtidos dos desdobramentos dos cenários (passos 4.14; e 5.4 a 5.7), ressaltando os elementos externos futuros que têm maior repercussão sobre o município, traduzidos em oportunidades e ameaças do contexto. Os processos endógenos podem ser definidos por duas formas alternativas: pela discussão e formulação agregada da realidade (passos 4.4 a 4.11), decorrente de um diagnóstico do município ou comunidade; ou pela agregação do tratamento por dimensão (realizado nos passos 4.12 a 4.14), que identificou os problemas e as potencialidades do município.

De qualquer forma, os fatores endógenos são expressos por problemas e potencialidades agregados, para permitir uma análise da interação do município com seu contexto e seus determinantes. Por outro lado, os fatores exógenos, expressos em oportunidades e ameaças, podem ser obtidos da análise agregada do contexto em que está inserido o município, de preferência a partir de um estudo de cenários, que indica o que se pode esperar, no futuro, do desempenho dos fatores externos que influenciam a realidade

Tendo definido esses elementos exógenos e endógenos, a definição das opções estratégicas pode contar com o suporte técnico da matriz de planejamento, ferramenta que permite organizar e estruturar a análise do confronto do município e da localidade com seu contexto, de modo a captar e ressaltar os pontos centrais de intervenção de maior impacto transformador:

A) as oportunidades e as ameaças do contexto são listadas nas colunas da matriz, separadas em dois blocos correspondentes, mesmo que, em vários casos, existam determinantes que tanto podem representar oportunidade como ameaça;

B) as potencialidades e os problemas (ou estrangulamentos) do município são listados nas linhas da matriz, também separadas em dois blocos.

A matriz pode ser dividida em dois blocos de fatores exógenos - oportunidades e ameaças - com dois blocos de fatores endógenos - problemas (estrangulamentos) e potencialidades - formando quadrantes: o quadrante I cruza as oportunidades exógenas com as potencialidades endógenas; o quadrante II cruza as ameaças exógenas com as potencialidades endógenas; o quadrante III cruza as oportunidades exógenas com os problemas (estrangulamentos) endógenos; e o quadrante IV cruza as ameaças exógenas com os problemas (estrangulamentos) endógenos.

Concluída a montagem da matriz, a análise das relações deve ser feita mediante a definição de pesos nas células da matriz que cruzam os diversos problemas e potencialidades com as diferentes ameaças e oportunidades. Os pesos devem expressar a relação que os componentes endógenos têm com os fatores exógenos, como também as densidades de interação e influência entre os mesmos.

A definição dos pesos - sugestão: 0, 1, 2 e 3, que expressa ordem de grandeza da percepção que a equipe técnica tem da interação, deve ser feita por meio da interpretação das relações com os seguintes critérios:

A) os pesos conferidos às células do quadrante I expressam uma relação que indica a capacidade de as potencialidades endógenas capturarem as oportunidades do contexto, representando o poder ofensivo do município ou comunidade;

B) os pesos conferidos às células do quadrante II expressam uma relação que indica a capacidade de as potencialidades endógenas neutralizarem ou minimizarem as ameaças do contexto, representando o poder defensivo do município ou comunidade;

C) os pesos conferidos às células do quadrante III expressam uma relação que indica a dificuldade dos estrangulamentos e dos problemas endógenas em aproveitar as oportunidades do contexto, representando a limitação ofensiva do município ou comunidade;

D) os pesos conferidos às células do quadrante IV expressam uma relação que indica a fragilidade dos estrangulamentos e dos problemas endógenos na defesa diante das ameaças do contexto, indicando a vulnerabilidade do município ou comunidade.

Os pesos a serem conferidos às diversas relações serão positivos quando se tratar dos quadrantes I e II por indicarem capacidades positivas de aproveitar potencialidades e enfrentar ameaças e negativos quando se tratar dos quadrantes III e IV por refletirem restrição ou vulnerabilidade do sistema diante do contexto. Dessa forma, os subtotais à direita e abaixo dos quadrantes I e II também serão positivos, e os subtotais à direita e abaixo dos quadrantes III e IV serão negativos. Concluído o exercício de definição dos pesos representativos das relações referidas anteriormente e das suas somas parciais (subtotais), deve-se realizar a somatória das linhas e das colunas para indicar a síntese das interações e a combinação das capacidades ofensivas e defensivas, das limitações e das vulnerabilidades do município. Os valores do somatório das linhas e das colunas finais (soma dos totais) vão indicar diversos tipos de hierarquia para serem tratados na definição das grandes opções estratégicas.

MATRIZ DE PLANEJAMENTO

FATORES EXÓGENOS	Oportunidades			Subtotal	Ameaças			Subtotal	SOMA
	<i>g</i>	<i>h</i>	<i>i</i>		<i>j</i>	<i>l</i>	<i>m</i>		
CONDIÇÕES ENDÓGENAS									
<i>Potencialidades</i>	I <i>poder ofensivo</i>			-	II <i>poder defensivo</i>			-	-
A									
B									
C									
<i>Subtotal</i>				-				-	-
<i>Problemas/Estrangulamentos</i>	III <i>limitação ofensiva</i>			-	IV ⁺ <i>Limitação na defesa (vulnerabilidade)</i>			-	-
D									
E									
F									
<i>Subtotal</i>				-				-	-
<i>SOMA</i>				-				-	-

A análise da última coluna da direita, com a soma final dos subtotais das linhas, permite estudar duas hierarquias das potencialidades e dos problemas do município:

A) a hierarquia dos pesos positivos encontrados na coluna de somatório final de todas as linhas dos quadrantes I e II indica as potencialidades mais qualificadas para aproveitar as oportunidades e enfrentar ou contornar as ameaças do contexto. Representa a capacidade global de cada potencialidade endógena capturar e aproveitar as oportunidades e enfrentar as ameaças exógenas;

B) a hierarquia dos pesos negativos encontrados na coluna de somatório final de todas as linhas dos quadrantes III e IV indica os problemas que mais dificultam o

aproveitamento das oportunidades e tornam o município mais vulnerável às ameaças do contexto. Representa a fragilidade de cada problema ou estrangulamento endógeno no enfrentamento das ameaças exógenas.

Essa análise permite identificar as áreas de maior relevância para a concentração das oportunidades e a confrontar ou reduzir a vulnerabilidade interna às ameaças exógenas. A definição das opções estratégicas resulta, assim, da seleção das potencialidades mais significativas aquelas que permitem aproveitar melhor as oportunidades do contexto e enfrentar ou neutralizar as ameaças externas e dos problemas ou estrangulamentos mais graves aqueles que tornam o município ou localidade mais vulnerável diante do contexto, por comprometerem mais a capacidade local de capturar as oportunidades e sofrerem mais as ameaças externas. Esse conjunto de potencialidades e problemas/estrangulamentos que apresentou os maiores pontos na hierarquia da coluna de somatório da matriz deve receber uma atenção e um esforço destacado e privilegiado, concentrando o foco das iniciativas estratégicas.

Pode ser feita uma análise adicional da matriz com base numa leitura das colunas, observando os resultados do somatório expresso na última linha que indica a força global das oportunidades exógenas no município (soma das colunas dos quadrantes I e III) e a pressão combinada das ameaças exógenas sobre o município (soma das colunas dos quadrantes II e IV). Com isso, tem-se uma hierarquia que ajuda a definir as prioridades no tratamento dos fatores externos sobre o município:

A) a hierarquia dos pesos encontrados na linha de somatório final das oportunidades externas de todas as colunas dos quadrantes I e III valores positivos de I mais valores negativos de III indica as oportunidades mais passíveis de aproveitamento pelo município ou comunidade. Representa as oportunidades mais disponíveis e capturáveis pelo município, considerando suas

potencialidades e seus estrangulamentos;

B) a hierarquia dos pesos encontrados na linha de somatório final das ameaças de todas as colunas dos quadrantes II e IV valores positivos de II mais valores negativos de IV indica as ameaças que tornam mais vulnerável o município ou a comunidade, vale dizer, as ameaças mais preocupantes para as condições do município, considerando suas potencialidades e seus estrangulamentos."

Conforme ficou evidenciado, a melhor distribuição do trabalho parece ser sua divisão em quatro grupos. Cada um deve se ocupar com um quadrante, desde a definição dos pesos nas células da matriz até o cálculo dos subtotais, procurando evidentemente, também, identificar/analisar qualitativamente as interações que ocorrem entre os fatores.

Passo 5.14. Elaboração dos programas e projetos referentes a cada opção estratégica. Consiste na elaboração e preenchimento do seguinte roteiro:

OPÇÕES ESTRATÉGICAS
OBJETIVOS
PROJETOS (Ações)

O trabalho pode ser realizado por subgrupos, em que cada um deve trabalhar com um (ou dois) programa(s) e seus projetos correspondentes. A equipe técnica deve, de início, fixar as opções estratégicas identificadas, cujo número varia normalmente entre 1 e 5. Cada opção terá ao menos um programa que contará com um ou mais objetivos. A cada objetivo corresponde um ou mais projetos, de forma que o seu número será maior ou no mínimo igual ao número de programas.

Passo 5.16. Elaboração da agenda de negociação. Neste passo devem ser

apresentados aos participantes os conceitos iniciais sobre negociação. Isso ensejará que, com base no trabalho realizado nos passos 5.14 e 5.15, seja montada a Agenda de Negociação. Esta consiste na ordenação dos projetos (ações), em ordem decrescente de prioridade, com suas unidades de medidas e metas respectivas, conforme quadro abaixo:

VOCACÃO:

PRIORIDADE	OBJETIVOS	PROJETOS (Ações)	UNIDADE DE MEDIDA	META
A				
B				
C				

Finalizando é bom lembrar que, na medida do possível, os recursos materiais necessários devem ser previamente elaborados, como por exemplo, a estrutura das matrizes com suas células (trabalhar sobre uma estimativa de quantidade razoável de células, em formato de módulos) e os cartazes ilustrativos das apresentações expositivas, dentre outros.

2. PASSOS DETALHADOS DO PROCESSO METODOLÓGICO

PASSOS	OBJETIVOS	TÉCNICAS	RECURSOS	TEMPO (hora)
1 Contatos com as lideranças locais e preparativos para o evento.	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e estabelecer os primeiros contatos com as lideranças • Preparar o ambiente de trabalho 	Diálogo	Equipe técnica e lideranças	4
2 Abertura e apresentações Iniciais.	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar e informar o grupo, além de estabelecer regras de convivência 	Exposição Dinâmica de grupo Exposição interativa Exposição	Revistas, jornais, cola, tarjetas, tesouras, etiquetas adesivas, papel ofício e FLIP CHART, fita crepe, pincel atômico, folder da UNEB e do Programa FAZ CIDADÃO, planilhas de atividades e fita de vídeo	2,5
2.1. Abertura do evento 2.2. Apresentação dos participantes / expectativas 2.3. Acordo de convivência 2.4. Apresentação do programa FAZ CIDADÃO 2.5. Retrospectiva da constituição do Fórum Municipal 2.6. A participação da UNEB no Programa 2.7. Apresentação da programação de trabalho, objetivos e produtos esperados		Exposição interativa Exposição Exposição		
3 Apresentação do tema – Noções Sobre Desenvolvimento Sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar no aprofundamento da temática e favorecer maior embasamento teórico 	Exposição interativa	Cartaz e fita adesiva	2
4 Constituição do diagnóstico da realidade.		Trabalho de grupo	Mapas, pincel atômico, tarjetas e dados secundários	3
4.1. Montagem do cenário preliminar (zoneamento municipal)	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a reflexão / discussão / aprofundamento da visão que os membros do Fórum e equipe técnica têm da realidade do município • Socializar e sistematizar o conhecimento elaborado sobre o município 	Exposição em plenária do trabalho produzido em grupo	Mapas, dados secundários e fita adesiva	1
4.2. Apresentação e discussão do cenário preliminar	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar o processo de análise da realidade a fim de facilitar a formulação do planejamento estratégico 	Exposição interativa	Tarjetas, fita adesiva e cartazes	1
4.3. Introdução à conceitualização dos elementos do planejamento estratégico (potencialidades, problemas, oportunidades e ameaças)				

PASSOS	OBJETIVOS	TÉCNICAS	RECURSOS	TEMPO (hora)
4.4. Identificação das potencialidades, problemas, oportunidades e ameaças	<ul style="list-style-type: none"> Praticar o processo de análise da realidade de acordo com o teorizado, visando o planejamento estratégico 	Trabalho de grupo	Fichas de número 1 a 4	2
4.5. Apresentação das potencialidades, problemas, oportunidades e ameaças identificadas	<ul style="list-style-type: none"> Socializar e sistematizar o conhecimento elaborado a respeito dos componentes da realidade, para potencializar a definição de prioridades do Plano 	Exposição em plenária do trabalho produzido em grupo	Fichas de número 1 a 4, preenchidas	1
4.6. Preparação inicial do levantamento de campo	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir com o esclarecimento do significado e importância da pesquisa para o conhecimento da realidade municipal e da elaboração do Plano 	Exposição interativa	Tarjetas, fita adesiva e cartazes	1
4.7. Montagem dos questionários para o levantamento de campo		Trabalho de grupo (Painel progressivo)	Planilhas de programação	1,5
4.8. Preparação final do levantamento de campo	<ul style="list-style-type: none"> Discutir e elaborar os questionários necessários ao levantamento 	Exposição interativa (do trabalho produzido em grupo)	Planilhas de programação, cartazes, pincel atômico e fita adesiva	1
4.9. Execução do levantamento de campo	<ul style="list-style-type: none"> Reajustar os questionários com a equipe técnica Definir os grupos de trabalho (atividades e áreas de atuação) Avaliar todo o processo de preparação do levantamento de campo 	Reuniões em comunidades	Veículo, síntese do cenário preliminar e questionários	11
4.10. Tratamento dos resultados do levantamento de campo	<ul style="list-style-type: none"> Coletar dados enriquecedores do cenário atual Informar e envolver parcelas mais amplas da população no processo de elaboração do plano 	Trabalho de grupo	Questionários, anotações, cartazes e pincel atômico	1
4.11. Apresentação dos trabalhos de levantamento de campo	<ul style="list-style-type: none"> Organizar os dados a serem apresentados em plenária Socializar e consolidar as informações coletadas 	Exposição em plenária	Questionários, anotações, cartazes e fita adesiva	2

PASSOS	OBJETIVOS	TECNICAS	RECURSOS	TEMPO (hora)
4.12. Apresentação do tema – Desenvolvimento local, as bases das dimensões da realidade e a importância do planejamento estratégico (filosofia / processo / gestores)	<ul style="list-style-type: none"> Aprofundar o conhecimento básico requerido para a formulação do Plano 	Exposição interativa	Tarjetas, fita adesiva e cartazes	1
4.13. Análise das potencialidades e dos problemas (Análise do Objeto), por dimensão	<ul style="list-style-type: none"> Selecionar os problemas e as potencialidades e definir as expressivas e delimitadoras do futuro do município, por dimensão Selecionar e hierarquizar as ações que respondem a esses problemas e potencialidades, por dimensão 	Matriz de relevância das potencialidades e dos problemas. (Trabalho de grupo)	Cartazes, pincel atômico, fita adesiva e fichas de número 5 e 6	3
4.14. Apresentação do cenário atual revelado pela matriz de relevância	<ul style="list-style-type: none"> Aprofundar a visão que os participantes têm da realidade Subsidiar a formulação da matriz de planejamento, a qual indica as opções estratégicas orientadoras da construção da agenda de negociação 	Exposição interativa (do trabalho produzido em grupo)	Cartaz da matriz de relevância	0,5
5 Estruturação do Plano.				
5.1. Abordagem dos processos exógenos (Análise do Contexto)	<ul style="list-style-type: none"> Permitir uma análise mais ampla da realidade, fundamental para uma definição abrangente das prioridades estratégicas 	Exposição interativa Diagramas de influência-dependência (Problemas/Potencialid.)	Cartazes e fita adesiva	1
5.2. Análise das oportunidades e ameaças (Análise do Contexto)	<ul style="list-style-type: none"> Selecionar e hierarquizar as ações, por dimensão, capazes de aproveitar as principais oportunidades externas e defender-se das ameaças 	Trabalho de grupo	Cartaz, fita adesiva, pincel atômico e fichas de número 7 e 8	1,5
5.3. Apresentação das ações voltadas para as oportunidades e ameaças	<ul style="list-style-type: none"> Subsidiar a formulação da matriz de planejamento, a qual indica as opções estratégicas orientadoras da construção da agenda de negociação 	Exposição interativa	Cartaz, fita adesiva e fichas de número 7 e 8 preenchidas	0,5

PASSOS	OBJETIVOS	TÉCNICA	RECURSOS	TEMPO (hora)
5.4. Construção da visão de futuro (cenário desejado e não desejado)	<ul style="list-style-type: none"> Definir onde se pretende chegar e que realidade futura se pretende construir, para antever as condições em que se vai atuar e trabalhar, delimitando assim as possibilidades de evolução futura. (Ou seja, deve o cenário antecipar as condições em que estarão vivendo no futuro, diante das quais devem formular suas estratégias e prioridades) 	Cenários / Trabalho de grupo (Painel Progressivo)	Cartazes, fita adesiva e pincel atômico	1
5.5. Apresentação da visão de futuro construída		Exposição	Cartazes e fita adesiva	1
5.6. Sistematização da visão de futuro	<ul style="list-style-type: none"> Socializar o conhecimento produzido pelos grupos 	Trabalho de grupo	Cartazes, fita adesiva e pincel atômico	1
5.7. Apresentação da visão de futuro consolidada	<ul style="list-style-type: none"> Integrar e unificar de forma negociada as múltiplas visões apresentadas 	Exposição	Cartaz e fita adesiva	0,5
5.8. Construção da missão do Fórum	<ul style="list-style-type: none"> Socializar o referencial produzido, necessário para a formulação das estratégias e prioridades 	Trabalho de Grupo	Cartazes, fita adesiva e pincel atômico	1
5.9. Sistematização da missão do Fórum	<ul style="list-style-type: none"> Fixar as linha gerais de atuação, princípios e perspectivas do Fórum 	Trabalho de grupo (Painel Progressivo)	Cartaz, fita adesiva e pincel atômico	1,5
5.10. Apresentação da missão do Fórum consolidada	<ul style="list-style-type: none"> Unificar as diversas propostas de missão 	Exposição	Cartaz e fita adesiva	0,5
5.11. Abordagem inicial sobre o processo de definição das opções estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> Socializar a missão do Fórum construída Orientar os participantes na definição das opções estratégicas, referenciando-se nos diagramas influência – dependência (problemas e potencialidades) Iniciar o processo de definição (dividindo-se a matriz de planejamento em quatro blocos de fatores, dois endógenos e dois exógenos) 	Matriz de planejamento (Exposição interativa)	Cartazes, pincel atômico e fichas de numero 5 a 8	1

PASSOS	OBJETIVOS	TÉCNICA	RECURSOS	TEMPO (hora)
5.12. Definição das opções estratégicas (valorar os fatores)	<ul style="list-style-type: none"> Selecionar tanto as potencialidades que permitem aproveitar melhor as oportunidades do contexto e enfrentar ou neutralizar as ameaças externas, quanto os problemas mais graves que tornam o município mais vulnerável perante o contexto Destacar onde se deve concentrar os esforços de iniciativas estratégicas Ratificar / reificar / consolidar as opções estratégicas que promovem o desenvolvimento sustentável do município 	Matriz de Planejamento (Trabalho de grupo)	Cartazes, pincel atômico e fichas de número 5 a 8	3
5.13. Apresentação das opções estratégicas definidas	<ul style="list-style-type: none"> Organizar por ordem decrescente de prioridade os programas com seus objetivos e projetos que irão compor a agenda de negociação do PDLIS 	Exposição interativa	Matriz de planejamento, pincel atômico e fita adesiva	1
5.14. Elaboração dos programas e projetos referentes a cada opção estratégica	<ul style="list-style-type: none"> Ratificar / reificar / consolidar os programas e projetos 	Trabalho de grupo	Cartazes, pincel atômico, formulários e fita adesiva	5
5.15. Apresentação ordenada dos programas e projetos	<ul style="list-style-type: none"> Organizar por ordem decrescente de prioridade o conjunto de projetos e metas selecionados para serem desenvolvidos visando a reestruturação do município 	Exposição interativa	Cartazes, pincel atômico, formulários e fita adesiva	1
5.16. Elaboração da agenda de negociação	<ul style="list-style-type: none"> Estruturar e distribuir as responsabilidades dos atores para a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e projetos elaborados 	Exposição	Cartazes e fita adesiva	1
5.17. Modelo de gestão	<ul style="list-style-type: none"> Dar continuidade ao processo de organização e formalização do Fórum, ensinando a participação da sociedade e a descentralização do processo decisório e da execução, acompanhamento e avaliação das ações previstas 	Trabalho de grupo (Painel Progressivo)	Cartazes e pincel atômico	2
5.18. Formulação do esboço do estatuto do Fórum				

PASSOS	OBJETIVOS	TÉCNICA	RECURSOS	TEMPO (hora)
5.19. Apresentação do esboço do estatuto elaborado	<ul style="list-style-type: none"> Socialização dos regulamentos do Fórum 	Exposição interativa	Cartazes, pincel atômico e fita adesiva	0,5
5.20. Montagem da estrutura de acompanhamento das negociações do Fórum	<ul style="list-style-type: none"> Favorecer a continuidade dos trabalhos realizados 	Exposição interativa	Cartaz e fita adesiva	1
6. Conclusão dos trabalhos.				
6.1. Apresentação da versão preliminar do Plano e da Agenda	<ul style="list-style-type: none"> Socializar o trabalho produzido 	Exposição	Texto	0,5
6.2. Avaliação geral da capacitação	<ul style="list-style-type: none"> Corrigir rumos 	Exposição interativa	Participantes	1

3. CONCLUSÕES

A metodologia aplicada na capacitação do Fórum de DLIS Santa Brígida está sendo avaliada, porém merece destacar-se, a priori:

A) o trabalho foi realizado durante duas semanas, o que se por um lado poderia criar dificuldades com a permanência por longo tempo dos participantes no processo de capacitação afastados de suas atividades rotineiras - problema que não se verificou na prática-, permitiu uma continuidade dos passos metodológicos, um amadurecimento do grupo: reforço da solidariedade, da fraternidade, da troca de saberes e da organização, apontando para um enriquecimento do capital social.

B) Pela primeira vez conseguiu-se:

- ao final do período, apresentar para a comunidade a primeira versão do Plano;*
- elaborou-se um estatuto e elegeu-se uma equipe gestora, já com uma agenda de trabalho para os três meses pós capacitação;*
- utilizou-se de mecanismos técnicos que favoreceram a capacitação e dificultaram a manipulação de vontades individuais e coletivas; neste sentido foram aplicadas as matrizes de relevâncias das potencialidades e problemas, com respectivos diagramas de dispersão, e a matriz de planejamento (apresentados adiante);*
- o Fórum realizou uma pesquisa de campo que, além de fornecer dados mais recentes da realidade local, permitiu uma melhor qualificação dos dados secundários obtidos anteriormente;*
- foi possível melhorar a representatividade do Fórum com adoção de medidas como: retorno às localidades para apresentação de trabalhos em andamento; busca de novas sugestões e legitimação do trabalho; realização de seminários abertos à comunidade;*
- apresentação e entrega à comunidade da versão final do plano em seminário conduzido pelo Fórum, quinze dias após a capacitação;*
- participação da universidade (equipe capacitadora) nas atividades pós capacitação do Fórum (reunião, curso etc.).*

MATRIZ DE RELEVÂNCIA DOS PROBLEMAS

PROBLEMAS	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	MOTRICIDADE
A Grande interferência partidária nos conselhos e nas associações	0	1	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
b Pouco apoio técnico para as associações	1	0	1	2	0	2	1	0	2	0	0	0	0	0	0	2	2	3	0	16
c Poder centralizado e falta de participação de população	1	3	0	2	3	3	0	0	2	0	2	2	2	3	2	3	3	1	2	34
d Dependência econômica do município em relação ao poder executivo	3	1	1	0	3	0	1	0	1	0	3	3	3	3	2	3	3	3	2	35
e Fraude de documentação, com convivência de cartório	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
f Pouca capacidade das associações para gerenciar projetos comunitários	2	3	2	2	1	0	1	2	2	2	3	2	1	3	2	2	3	3	2	38
g Equipamentos agrícola tradicional e ultrapassados	0	3	0	0	0	1	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	13
h Falta de local para armazenar	0	0	1	2	0	3	1	0	2	2	0	0	2	0	0	0	0	2	2	17
i Assistência técnica aos agricultores precária e insuficiente e sem avanços tecnológicos	1	3	2	0	0	3	3	2	0	2	0	0	1	0	2	0	0	3	2	24
j Concentração de terras nas mãos de poucos	2	2	3	3	1	2	2	2	2	0	0	0	2	0	3	0	0	3	3	30
k Infra-estrutura insuficiente para incentivar o turismo (hospedagem, restaurantes, guias turísticos capacitados, órgãos municipais de turismo).	1	2	2	3	0	1	0	0	1	1	0	0	0	2	0	1	0	0	2	16
l Infra-estrutura dos postos de saúde deficiente	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	2	1	2	10
m Insuficiência e deficiência na merenda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
n Pouco espaço para a prática de atividades culturais, esportivas e de lazer	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	8
o Água para o consumo escassa e com certo grau de salinização	3	2	3	3	0	3	3	0	3	0	3	3	2	2	0	3	0	3	3	39
p Pouco saneamento básico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	1	2	2	0	3	1	0	14
q Lixo exposto a céu aberto	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3	3	2	2	3	3	0	2	0	19
r Degradação ambiental (desmatamento p/ a produção de carvão e plantio, caça predatória)	0	0	0	2	1	0	0	0	1	2	3	0	3	2	3	1	2	0	3	23
s Desemprego	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	0	52
DEPENDÊNCIA	16	22	23	22	13	26	15	13	22	13	26	19	22	22	22	23	21	30	27	

MATRIZ DE RELEVÂNCIA DAS POTENCIALIDADES

POTENCIALIDADES	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	LIDERANÇA
a Existência de sindicato dos trabalhadores rurais e associações comunitárias rurais atuantes	0	3	3	3	2	3	3	2	3	3	3	3	31
b Existência do fórum de DLIS, de conselhos municipais, educação, saúde, merenda escolar, CMDR, assistência social, comissões municipais (PETI, bolsa escola, portal de alvorada e associações com. Urbana).	3	0		3	3	3	3	3	3	2	3	3	32
c Centro comunitário Pedro Batista	3	3	0	2	3	0	3	3	1	2	3	2	25
d Terra propícia para agricultura (mandioca, algodão, feijão e caju)	3	2	0	0	0	3	2	0	2	2	3	3	20
e Turismo religioso e Ecoturismo	1	2	2	0	0	0	1	3	2	0	0	2	13
f Pecuária (caprino, ovino e bovino)	2	2	0	3	1	0	0	0	1	0	0	2	11
g Existência de postos de saúde na maioria das localidades	1	3	0	0	2	0	0	1	3	0	0	3	13
h Existência de grupos folclóricos e de teatro	1	2	2	0	2	0	0	0	1	0	0	1	9
i Existência de escola na maioria das localidades	2	3	1	2	1	2	2	2	0	1	0	3	19
j Solos propícios para construção de barragens	2	2	0	2	0	3	1	0	0	0	0	2	12
k Existência de lençóis freáticos aptos para construção de poços artesanais e com potencial para irrigação	0	0	0	3	1	3	2	0	0	2	0	2	15
l Mão-de-obra disponível	2	2	0	3	2	3	0	1	0	0	0	0	13
DEPENDÊNCIA	20	26	11	21	17	20	17	15	16	12	12	26	

DIAGRAMA DE DISPERSÃO -
POTENCIALIDADES X POTENCIALIDADES

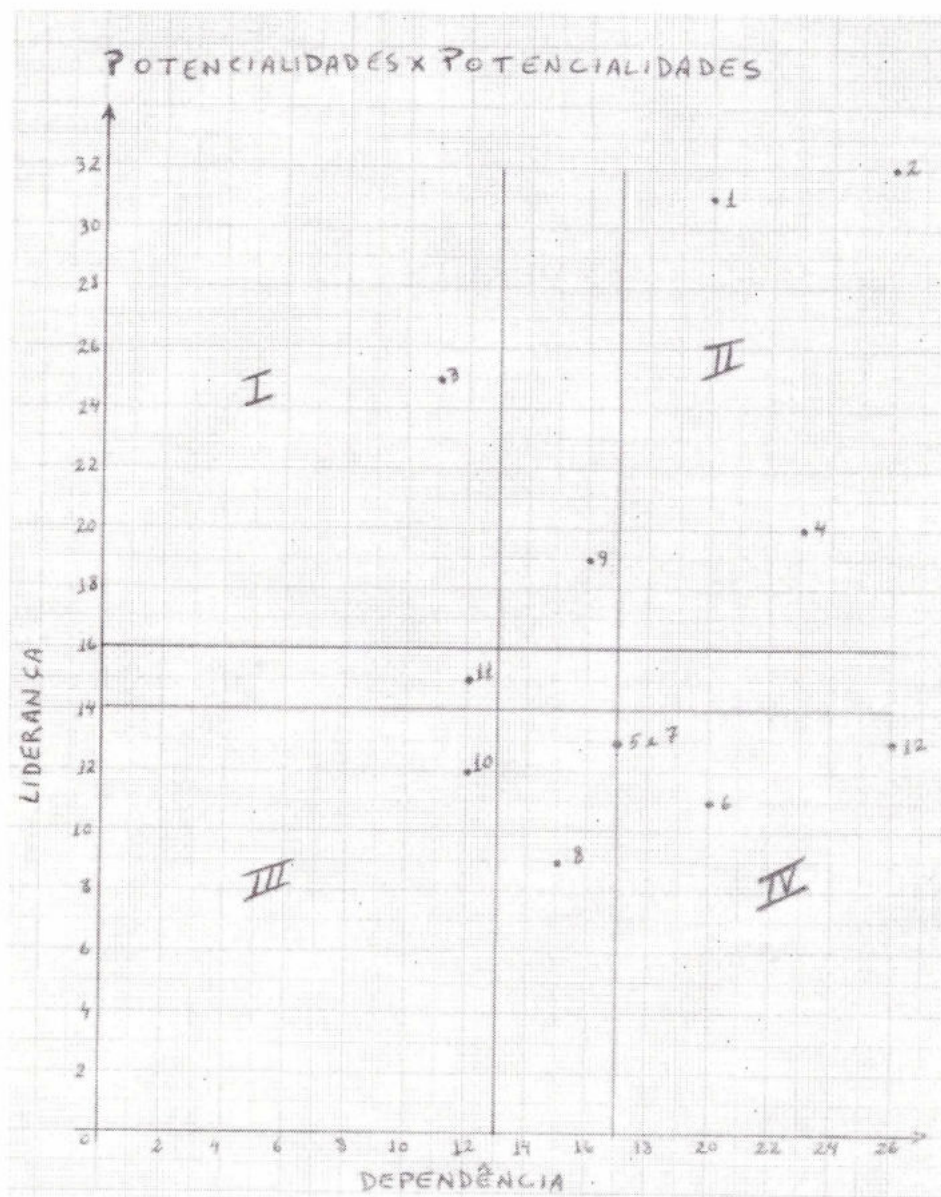
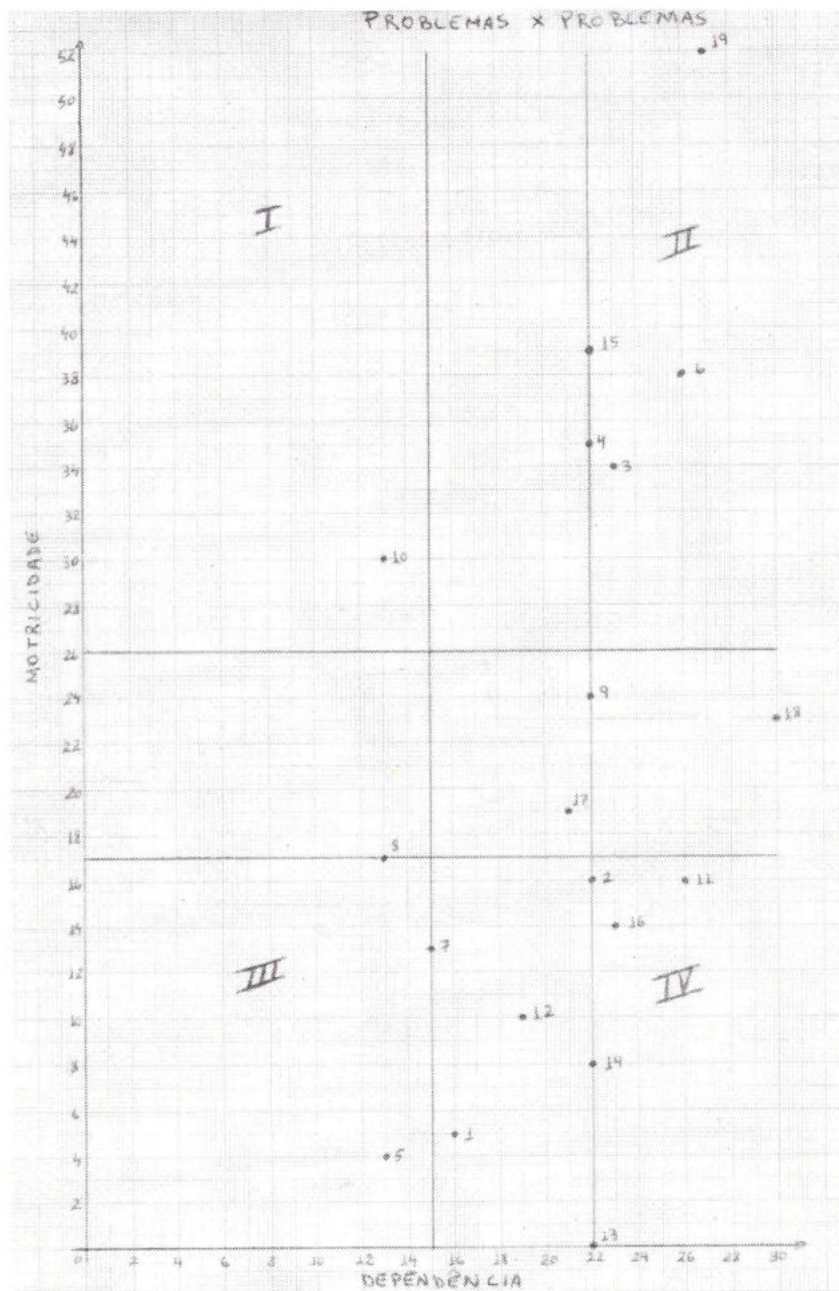


DIAGRAMA DE DISPERSÃO -
PROBLEMAS X PROBLEMAS



MATRIZ DE PLANEJAMENTO

Fatores Exógenos	Condições Endógenas	BARRAERAS		OPORTUNIDADES		TOTAL	
		+	-	+	-	+	-
Port01 - Escassez de escolas	Port01 - Escassez de escolas	0	0	0	0	0	0
Port02 - Fomento religioso e ecológico	Port02 - Fomento religioso e ecológico	0	0	0	0	0	0
Port03 - Escolas de Ensino Básico	Port03 - Escolas de Ensino Básico	0	0	0	0	0	0
Port04 - Fomento do Ensino de DRES, Associações e Associações	Port04 - Fomento do Ensino de DRES, Associações e Associações	0	0	0	0	0	0
Port05 - Fomento de Street - Trabalhos de maris e Associações	Port05 - Fomento de Street - Trabalhos de maris e Associações	0	0	0	0	0	0
Port06 - E. Centro Comunitário Paulo Batista	Port06 - E. Centro Comunitário Paulo Batista	0	0	0	0	0	0
Port07 - Fomento para o setor agrícola	Port07 - Fomento para o setor agrícola	0	0	0	0	0	0
Port08 - Mês de celebração	Port08 - Mês de celebração	0	0	0	0	0	0
Sub total	Sub total	0	0	0	0	0	0
Port09 - Desemprego	Port09 - Desemprego	0	0	0	0	0	0
Port10 - Água doce	Port10 - Água doce	0	0	0	0	0	0
Port11 - Degradação ambiental	Port11 - Degradação ambiental	0	0	0	0	0	0
Port12 - Lixo e lixo urbano	Port12 - Lixo e lixo urbano	0	0	0	0	0	0
Port13 - Poder econômico das associações para planejar produção	Port13 - Poder econômico das associações para planejar produção	0	0	0	0	0	0
Port14 - Dependência econômica da população com economia	Port14 - Dependência econômica da população com economia	0	0	0	0	0	0
Port15 - Poder centralizado e falta de participação	Port15 - Poder centralizado e falta de participação	0	0	0	0	0	0
Port16 - Concentração de terras	Port16 - Concentração de terras	0	0	0	0	0	0
Port17 - Falta de local para armazém produtivo	Port17 - Falta de local para armazém produtivo	0	0	0	0	0	0
Port18 - Identificação técnica precária	Port18 - Identificação técnica precária	0	0	0	0	0	0
Sub total	Sub total	0	0	0	0	0	0
TOTAL	TOTAL	0	0	0	0	0	0

BIBLIOGRAFIA

AMMANN, S.B. Ideologia de desenvolvimento de comunidade no Brasil. Ed. Cortez. São Paulo, 1984. 4ª edição.

BUARQUE, S. C. metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. IICA. Recife. 1999. 2ª edição.

CARVALHO, H. M. A ideologia do planejamento participativo. Maceió, 1982.

FRANCO, A. de. Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável. Instituto de Política. Brasília. 2000. 2ª ed.

MACHADO, E.P. e outros. Poder e participação política no campo. Hucitec. São Paulo Salvador, 1987.

NEIVA, Luiz Paulo Almeida. A intervenção do Estado no desenvolvimento local o caso de Canudos: Açude Cocorobó. Cruz das Almas, 2000. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia. 2000.

PRATES, A.A. e outros. A emergência da estratégia do planejamento participativo no Estado de Minas Gerais: um balanço político institucional. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 1984.

ROSSETTI, J. P. Introdução a Economia. Atlas. São Paulo. 2000. 18ª edição.

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E CLIENTELISMO

Paulo Henrique Lustosa ¹

¹ Administrador de Empresas, Mestrando em Política Social pela UnB, é Diretor do Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento (IBRAD).

Nos dias atuais é visível o crescente interesse dos governos no apoio e patrocínio a estratégias ou programas voltados para a promoção do desenvolvimento das regiões a partir da adoção de um modelo de desenvolvimento de viés territorial (local) e sustentável.

A indução de dinâmicas de desenvolvimento local sustentável (DLS) tem sido apontada como ferramenta de grande utilidade para a melhoria da qualidade e da efetividade dos serviços públicos estatais, em especial, em função de se assentarem em mecanismos que, teoricamente, confrontam as práticas clientelistas e corruptas que tanto são verificadas.

Teoricamente porque, em que pese serem metodologias que se apoiam em processos participativos e em instrumentos que podem permitir uma maior interação da comunidade com as políticas públicas e seus gestores, essas condições parecem ser necessárias, mas não suficientes, para superar vícios que corrompem as relações entre Estado brasileiro e a sociedade há mais de século.

Esta observação, entretanto, não tem por função descartar o DLS como estratégia qualificada para promover a melhoria dos serviços públicos e para ampliar a efetividade das políticas públicas, especialmente naquilo que se refere à implementação de políticas voltadas para a superação da pobreza e da promoção do desenvolvimento das áreas de intervenção proposta.

Pelo contrário, o objetivo deste artigo é, a partir de uma análise sobre como vem evoluindo a gestão das políticas públicas e as relações entre Estado e Sociedade, alertar para os riscos que se associam a este esforço de indução do DLS e auxiliar

na construção de salvaguardas para evitar uma apropriação espúria de uma proposta tão adequada aos princípios de uma sociedade moderna e democrática.

A discussão sobre os riscos que correm as metodologias do DLS pode ser iniciada pela própria análise do processo de democratização que o país atravessou e o consequente esforço de descentralização da gestão das políticas públicas, um predecessor desses processos de DLS.

Deles se observa que nem mesmo as mudanças de regime, tampouco o processo de democratização engendrado a partir de 1985 e ratificado na Constituinte (1987/1988), foram suficientemente fortes para desobstruir os canais de intermediação Estado/Sociedade de práticas corruptas e viciadas.

Segundo alguns observadores da cena política, as práticas de patronagem e clientelismo continuam presentes nas relações políticas, permeando todo o Estado brasileiro. Só que agora, adaptadas aos "novos tempos": urbanos, informatizados e globalizados. Como afirma Hagopian (1996)

"clientelistic bargains, corruption, and other remnants of traditional politics are more than vestigial and, in some cases, have been changed in ways that have served to strengthen, not weaken them."

Mais de dez anos após o momento constitucional² em que se afirmava o compromisso com a democracia e com a transparência das ações do Estado se observa que, embora avanços tenham sido alcançados, os resultados ainda estão muito aquém das expectativas dos gestores públicos e da própria sociedade brasileira.

Agora, o Governo Federal e alguns governos estaduais começam a lançar a idéia de se apoiar/reforçar³ o processo de melhoria da gestão das políticas públicas a

2 A Constituição de 1988 e os governos que se sucederam passaram a indicar a descentralização e a presumida democratização da gestão das políticas sociais como estratégia ótima para diminuir os "vícios" do processo, tendo o fomento à criação de instâncias colegiadas, conselhos gestores como o canal mais adequado para a ampliação da participação popular, o combate ao clientelismo e outras formas de corrupção.

3 Embora passível de contestação, é premissa deste argumento que as estratégias de promoção do DLS implementadas pelo governo brasileiro têm três objetivos imediatos: a promoção do empreendedorismo, o fortalecimento da sociedade civil e a melhoria na oferta das políticas e dos serviços públicos e é neste terceiro objetivo que as iniciativas voltadas para a descentralização e democratização das políticas públicas e os programas de promoção do desenvolvimento local em bases sustentáveis vão encontrar seu principal ponto de

partir da capacitação das comunidades, especialmente das mais necessitadas, para assumir a condução de suas dinâmicas de desenvolvimento, tendo o DLS como parâmetro para referenciá-las.

Entretanto, cabe perguntar: será que os problemas e vícios que dificultaram os esforços de descentralização decorrem da própria incompetência dos governos de gerenciar o processo ou será que existem fatores estruturais que comprometeram o sucesso das iniciativas governamentais?

E mais, chegando-se à conclusão de que as causas das dificuldades enfrentadas pela descentralização extrapolam as limitações dos gestores dos processos e, partindo do pressuposto de que as estratégias de DLS adotam princípios que se aproximam das estratégias de descentralização, será que os problemas enfrentados não se reproduziriam para essas estratégias também?

Responder a essas questões é o objetivo deste artigo e com este intuito, cabe iniciá-lo com uma breve discussão sobre corrupção e suas características básicas; passando por uma melhor compreensão do clientelismo e das relações de clientela no aparato estatal brasileiro; analisando como essas práticas podem comprometer a efetividade das ações deflagradas pelo Estado; finalizando com um resgate da questão da participação como alternativa para enfrentar esta situação e dos recursos que fazem da participação instrumento da transformação e da promoção do DLS.

CORRUPÇÃO

Embora tradicionalmente a corrupção tenha sido estudada como um comportamento racional orientado à maximização dos benefícios monetários de certos indivíduos ou para a realização de interesses pessoais, a compreensão deste fenômeno deve ir além da explicação utilitarista e reconhecer o papel que ela

desempenha ou que é condicionada no processo político eleitoral.

Antes de mais nada, há de se preocupar em melhor delimitar o campo da discussão que se pretende trabalhar neste documento. Em que pese não se poder deixar de reconhecer que o fenômeno da corrupção já não se limita às relações entre o Estado e a sociedade, estas relações serão o objeto da análise que se pretende desenvolver, implicando na definição de corrupção como um processo de mediação de interesse e conflito entre o interesse privado (do agente público) e o interesse público (dos beneficiários), que é resolvido às custas do sacrifício dos fins demandados pelos beneficiários (Pizzorno, 1975).

Geddes (1993) destaca bem este conflito de interesses quando afirma que os interesses dos políticos brasileiros se assemelham aos interesses dos políticos dos outros países que, em última instância, querem ser eleitos e que para alcançar este objetivo, para a maioria dos políticos, na maior parte do tempo, a disputa pelo cargo precede as preferências políticas.

E mais, afirma ainda a autora que embora não se possa negar que existam políticos cujos compromissos ideológicos se sobreponham ao desejo de serem eleitos ou reeleitos estes tendem a ter menor probabilidade de serem eleitos que aqueles políticos que participam do jogo político de uma forma "mais convencional".

Em uma linha aproximada, Pizzorno (1975) afirma que nos regimes políticos mais avançados se desenvolvem formas de mediação mais modernas entre a população e o governo, mas que o caráter privado, pré ou extra-estatal da atividade de intermediação política tem como uma de suas conseqüências o fato desta atividade não estar separada daquela destinada à coleta dos recursos necessários ao seu seguimento.

Ou seja, para o autor, o processo em que o político - ou o partido político - se

converte em legítimo canal de intermediação dos interesses da sociedade junto ao Estado e vice-versa, não se dissocia do processo de arrecadação dos recursos necessários para que esta "legitimação" ocorra. Por conseguinte, é comum que práticas não legítimas corruptas de intermediação sejam utilizadas como recurso para se garantir a "legitimidade" da intermediação.

Esta proposta pode ser claramente identificada pela matriz esquemática que Geddes (1993) recorre para explicar como se dá o "patron-client game" da política brasileira. Partindo da premissa de que todos os políticos possuem relações clientelistas com os seus cabos eleitorais, a autora coloca essas relações em uma situação tal que o sucesso do político para ela medido em função da sua capacidade em se manter no cargo está diretamente vinculado à sua capacidade de garantir aos cabos eleitorais variadas formas de recompensas, incluindo empregos públicos, que em troca lhe legitimam garantindo sua votação para reeleição.

Neste sentido, as relações de clientela no serviço público brasileiro materializadas no "empreguismo" ou no favorecimento na entrega dos serviços e outras prebendas, podem ser definidas como uma forma de corrupção das relações entre Estado e Sociedade, uma vez que implicam a superposição do interesse privado sobre o interesse público na aplicação de recursos públicos.

CORRUPÇÃO E EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A efetividade de uma determinada política ou serviço público pode ser conceituada como a capacidade que a iniciativa tem de transformar a realidade, solucionando ou mitigando problemas sociais e econômicos que sejam de interesse do conjunto da sociedade.

Analisada na perspectiva das relações entre Estado e Sociedade, esta forma de

conceituar efetividade implica a necessidade de elevado grau de confiabilidade na mediação dos interesses, em pelo menos dois momentos:

- o momento da interpretação do "problema" para o qual conjunto da sociedade está demandando uma intervenção do Estado; e
- o momento da entrega, por parte do Estado, da solução mais adequada para o problema proposto.

Os efeitos da corrupção em geral, e do clientelismo em particular, sobre a qualidade e a efetividade das soluções ofertadas pelo Estado à Sociedade são nefastos em ambos os momentos de mediação acima descritos. De um lado, há uma tendência natural a enviesar a identificação do problema de forma a privilegiar áreas e grupos de interesse particular do político; e, do outro lado, defronta-se com a propensão a se construir soluções que beneficiem "a clientela" daquele que toma a decisão, independentemente da existência de critérios ou justificativas que suportem tal preferência.

A conseqüência mais imediata dessa orientação dos serviços públicos para o atendimento de necessidades e interesses privados daqueles que estão controlando o aparelho do Estado é a perda do foco da intervenção, a entrega de serviços a populações que deles não necessitam ou que menos necessitam e o desperdício dos recursos existentes.

Neste sentido, as estratégias e iniciativas governamentais que se propõem a ampliar a participação das comunidades no planejamento e na gestão das políticas e dos serviços públicos têm, entre outras, a finalidade de minimizar os vícios tanto da fase de identificação dos problemas a serem enfrentados, quanto da fase relativa à entrega dos produtos e serviços aos beneficiários. Em outras palavras, a descentralização e democratização da gestão das políticas setoriais, assim como as

estratégias de indução do DLS deveriam, pelo menos em tese, combater esta forma de corrupção. Mas, analisemo-a com mais detalhe.

Compreender as relações patrão/cliente e, mais importante, enxergar o clientelismo como forma de corrupção das relações entre Estado/Sociedade e dos seus desdobramentos sobre as estratégias governamentais voltadas para a democratização da gestão das políticas públicas, implica um conhecimento das mudanças ocorridas na política tradicional brasileira.

Como destaca Hagopian (1996), a política tradicional brasileira é um sistema de dominação que não se funda, primordialmente, no "status", mas no controle dos recursos materiais, em uma sociedade marcada pela falta de equidade, especialmente nas regiões mais carentes e, conseqüentemente, mais dependentes das ações do Estado.

Este fenômeno de fortalecimento do papel do Estado, associado ao desenvolvimento econômico e à integração espacial das áreas mais deprimidas, fez com que as relações de dependência e clientela da população para com os líderes locais (coronéis e outros cabos eleitorais) tenham se transferido da terra para o Estado.

Assim, embora no período da República Velha as relações de dependência entre os municípios e o governo estadual tenham servido para dar forma ao sistema mais tradicional de clientelismo o coronelismo que tinha na posse da terra e no controle da "polícia" suas principais fontes de poder, o clientelismo pós-Vargas vai assumir ares de modernidade, metamorfoseando-se em prática urbana, sem contudo perder seu caráter tradicional uma vez que o poder político continuava na mão das mesmas famílias e que as relações de lealdade dos eleitores continuavam direcionadas para o indivíduo e não para os partidos.

Ao expandir o volume de recursos à disposição do Estado e ao ampliar o universo dos beneficiários, o processo de fortalecimento do Estado iniciado por Vargas aumentou o poder relacionado com o controle de cargos dentro do aparelho do Estado. Assim, como propõe Hagopian (1996)

"similar to prebendary and patrimonial systems, state positions are not merely honorific, but significant sources of economic and political power".

Mais ainda, com o fortalecimento do papel do Estado, o papel dos líderes locais como mediadores políticos entre as comunidades locais e os governos estaduais tornou-se uma fonte mais importante para a consolidação do seu poder local.

O processo de "democratização" deslanchado após o final do Estado Novo obrigou as elites tradicionais e seus sistemas de clientela a se adaptarem a um meio ambiente mais competitivo, mais urbano e com um universo cada vez mais amplo e diversificado de eleitores. Quando os militares tomam o poder em 1964 eles já encontram um sistema político dominado por uma elite tradicional onde o clientelismo contamina o Estado e o sistema eleitoral.

Em que pese o interesse dos militares em dismantelar esse modelo tradicional de fazer política, o modelo de desenvolvimento econômico adotado, que subordinava o desenvolvimento nacional à intervenção estatal, reforça as práticas particularistas e a "privatização" do Estado.

Mais uma vez, recorrendo a Hagopian (1996), observamos que a congruência entre o modelo econômico adotado pelos governos militares e a política tradicional brasileira decorreu do fato de que a expansão da intervenção estatal na economia, articulada com investimentos estrangeiros, foi imposta a um sistema já organizado por meio de relações de clientela. Assim, quando os programas e políticas econômicas do regime militar foram implementados, os pontos de

intersecção entre Estado e sociedade, assim como os recursos e sanções estatais, foram aplicados de acordo com critérios particularistas.

Neste sentido, contrariamente ao que se poderia esperar (ou àquilo que esperavam os militares), o fortalecimento da economia, a mudança de regime e do modelo econômico não foram suficientes para modificar as práticas políticas que garantiam a sustentação das elites políticas brasileiras.

Pelo contrário, embora em um primeiro momento esses políticos tenham sido parcialmente afastados do controle do Estado - pelo menos nas áreas consideradas estratégicas para os militares - já em 1974, pressionados pela necessidade de bons resultados nas eleições, os militares acabaram capitulando às práticas tradicionais e reforçando-as.

Assim como o ocorrido durante os 15 anos de Vargas, embora as mudanças implementadas tenham causado, no curto prazo, prejuízos às relações patronagem/clientela, jamais foram suficientemente abrangentes para erradicá-las e, mais grave, acabaram sendo "contaminadas" por tais práticas e servindo de instrumento para reforçá-las.

Finalmente o processo de retorno à democracia, iniciado ainda no Governo Geisel com a distensão e que culminou com as eleições diretas para Presidente em 1989, passando pela eleição de Tancredo Neves em 1984 e pela Constituição de 1988, também não permitiu que se eliminassem ou se reduzissem as práticas clientelísticas na entrega dos serviços públicos pelo Estado, como muitos então acreditavam.

Segundo Hagopian (1996), o que se observa é exatamente o contrário: para a autora a negociação que permeou todo o processo de transição do regime militar para o regime civil acabou comprometida. Na sua visão, a negociação que

possibilitou a transição democrática também teve que ceder espaço no controle do aparelho de Estado, de ministérios, dos partidos e das políticas às antigas elites. Por meio da participação dessas elites no processo de transição, o modo tradicional de fazer política e o clientelismo, em particular, foram particularmente reforçados, enquanto que os partidos políticos se enfraqueciam.

Até mesmo a "Constituição Cidadã" de 1988 e o novo modelo de federalismo por ela encampado, com forte orientação para estratégias de descentralização das políticas e dos serviços públicos e o fortalecimento dos municípios, é apontado, pela mesma autora, como uma das fontes do espraiamento de práticas clientelistas em todo o país.

Assim, os argumentos que fundamentaram o novo modelo de federalismo da Constituição de 1988, dos processos de descentralização de serviços e políticas públicas e das estratégias de indução do desenvolvimento local sustentável, partem do seguinte princípio: **quanto mais próximos do local onde se desenrolam as políticas públicas estiverem os seus instrumentos de deliberação e de gestão, maiores as possibilidades de ganhos de eficácia e de efetividade nessas ações.**

Para tanto, articula-se com o processo de descentralização e de indução do DLS a criação de conselhos e outras instâncias deliberativas com participação da comunidade que deverão assumir a responsabilidade pela formulação, gestão e avaliação dos serviços públicos entregues pelo Estado.

Entretanto, e como já mencionado, existem alguns indícios de que o processo de descentralização acabou servindo para fortalecer as práticas locais tradicionais e clientelistas, fortalecendo as lideranças tradicionais locais e dando instrumentos para sua perpetuação no poder, repetindo os erros ocorridos em outros momentos de transição no passado.

Ou seja, os instrumentos de participação e "empoderamento" da comunidade diante dessas práticas tradicionais acabaram tornando-se "reféns" das lideranças tradicionais e servindo de instrumentos para formas mais "modernas" de se praticar o clientelismo e outras formas de corrupção.

Apenas a título de exemplo, estudos realizados junto aos Conselhos Municipais de Assistência Social espalhados em vários municípios do país mostram que embora algumas experiências interessantes tenham sido desenvolvidas em alguns estados com o efetivo envolvimento da população, os depoimentos registrados revelam a prevalência de uma cultura política formalista e clientelística.

Para Stein (1997), tais constatações servem para fortalecer sua hipótese de que a descentralização e por extensão lógica as metodologias de indução do DLS constitui um instrumento de ação política contraditório, que pode atender a diferentes interesses. Desde a construção de uma nova cidadania (cidadania ativa ou participativa) até a reestruturação da hegemonia do poder tradicional.

Mais, que este caráter contraditório vem dando destaque a uma descentralização que restringe ou extingue direitos e resgata velhas práticas seletivas e estigmatizantes da proteção social criando amplo terreno para o reforço às práticas corruptas e clientelísticas.

Aparentemente, o quadro verificado na assistência se reproduz ⁴, com suas nuances e especificidades, nos outros serviços e políticas públicas, notadamente as de cunho social. Entretanto não é questão de dar como "favas contadas" a incapacidade de este instrumento poder servir como instrumento que auxilie na superação de práticas tão antigas quanto nefastas para a efetividade dos serviços públicos brasileiros, como propõe Frances Hagopian (1996)

"In sum, clientelism is not a self-perpetuating form of state-society mediation that

4 Levantamento feito recentemente pelo Banco Mundial mostra que 85% dos membros dos Conselhos Municipais de Educação foram indicados pelo Prefeito ou pelo Secretário Municipal de Educação.

confers a permanent advantage on incumbents. Rather, the survival of clientelism and state incumbents in a clientelistic system depends on the economic and political strategies of a particular regime or government".

DESCENTRALIZAÇÃO É DEMOCRATIZAÇÃO?

Ora se, como propõe a autora, o clientelismo não é uma forma de mediação Estado/Sociedade que se auto-perpetua e, mais importante, se concordamos que este modelo depende das estratégias políticas e econômicas do Governo, cabe perguntar que estratégias poderiam ser adotadas para enfrentar esta situação?

Retome-se então a discussão sobre participação, partindo da premissa de que o fracasso do modelo de gestão descentralizada das políticas públicas é a regra e que os casos de sucesso, são as exceções que a confirmam.

Se os instrumentos de participação que foram associados ao processo de descentralização das políticas sociais não estão funcionando como deveriam e continuam a reproduzir as práticas que, em tese, eles se propunham a combater, cabe perguntar, por que não funcionam?

Uma resposta possível seria explicar o não funcionamento dos instrumentos pelo não funcionamento do princípio que os rege. De outra forma. A gestão das políticas sociais continua eivada de vícios clientelistas porque a descentralização e a conseqüente democratização de sua administração NÃO são estratégias lógicas para expurgar da administração estatal a corrupção.

Esta hipótese contraria a tese anteriormente apresentada como capaz de justificar o movimento mundial em favor da descentralização das políticas sociais e que fundamentou a maioria das propostas de gestão participativa consignadas na Constituição de 1988.

Uma alternativa para explicar o problema seria o fato de que a descentralização é meio e não um fim e, por esta característica, ela pode ser utilizada para escamotear fins menos nobres e, como já mencionado em Stein (1997), para preservar mecanismos de clientela em lugar de ser orientada para a construção de uma nova cidadania.

Esta alternativa de explicação, que nos parece bem mais pertinente que a primeira, nos leva, necessariamente, a uma pergunta complementar: **se a descentralização é meio, e não fim, como garantir que ela se mantenha fiel aos fins de melhoria das políticas públicas e de promoção da verdadeira cidadania?**

Mais uma vez precisamos recuperar uma discussão relativa à presumida democratização da gestão das políticas sociais decorrente do processo de descentralização, que foi colocada como verdadeira desde o início deste argumento.

Em outros termos, na nossa análise, há uma premissa que é freqüentemente adotada nos discursos em favor da descentralização e que, embora pareça lógica, não pode ser tomada como axioma dos modelos descentralizados. Esta premissa é a de que **a descentralização da gestão das políticas públicas implica a sua democratização.**

Não há, mesmo que teoricamente, qualquer demonstração da razão lógica entre essas duas características da gestão das políticas públicas. Em verdade, do ponto de vista teórico é razoavelmente fácil demonstrar que as políticas públicas podem ser geridas de modo que associem diferentes graus de democracia e de descentralização. Logo, o ponto crítico da discussão estaria em tentar responder por que, no processo de descentralização de uma mesma política, alguns locais conseguem democratizar a gestão e outros não.

PARTICIPAÇÃO E CAPITAL SOCIAL

Não se pode desconhecer que tentar uma resposta capaz de satisfazer todas as possíveis concepções sobre gestão democrática e dos meios para alcançá-la é tarefa inglória, senão desnecessária. Nossa proposta é a de centrar o foco da discussão em duas variáveis que se articulam com a questão da democracia, da cidadania e da gestão pública que são a participação e o capital social.

Mais uma vez, explicar o problema a partir dessas duas únicas variáveis tem seu grau de inexatidão, já que se reconhece que ambas são condições necessárias, mas não suficientes para explicar porque algumas descentralizações tornam-se democráticas e outras apenas reproduzem o modelo de política tradicional baseado no clientelismo e na corrupção.

Na realidade, poderíamos optar por uma abordagem analítica mais comum - e também com suas vantagens - que importaria discutir a descentralização a partir de uma perspectiva estatal ou do aparelho do Estado. Isto é, argumentar que a não conformação da descentralização em instrumento de democratização das políticas públicas teria suas causas mais marcantes nas restrições decorrentes da própria incapacidade, ou na falta de "vontade", do Estado de conduzi-la com esta orientação.

Nesta linha, por exemplo, temos a análise de Almeida (1996) cujo estudo vem defender a tese de que as formas e ritmos da descentralização das diversas políticas dependeram de um conjunto de fatores que convém especificar: (i) a presença ou ausência de políticas deliberadas de descentralização no âmbito federal; (ii) a natureza e o poder das coalizões reformadoras; e (iii) as características prévias de cada área, no que respeita às estruturas e às relações intergovernamentais que estas supunham.

Como se observa, a autora repousa suas considerações quanto à descentralização das políticas sociais com maior ênfase nas relações dentro do aparelho do Estado e em menor escala nas suas relações com a sociedade. Assim, embora reconheça o papel da sociedade que se pode inferir no segundo item não explora como e porque sociedades e grupos sociais apresentam coalizões reformadoras com "naturezas e poderes" diferenciados.

Sem desconhecer o mérito de se analisar o problema na perspectiva do Estado, acreditamos que para discutir instrumentos políticos alternativos que minimizem essas práticas nocivas no serviço público, precisamos sair do Estado e tentar buscar soluções ou alternativas de solução a partir da análise dessas mesmas questões na perspectiva das relações entre Estado e Sociedade, dos recursos existentes, das potencialidades e dos limites deste tipo de ação.

Assim, partindo de duas variáveis fundamentais na discussão das relações entre Estado e Sociedade, participação e capital social, é que tentaremos explicar em grande medida este descolamento entre descentralizar e democratizar e, mais importante, tentar teorizar sobre possíveis alternativas para a mitigação da corrupção e do clientelismo na gestão das políticas sociais no Brasil a partir da perspectiva da sua descentralização e democratização.

Esta discussão pode ser aberta com uma primeira colocação de que, para um modelo de gestão democrática das políticas sociais, descentralização e participação devem caminhar juntas. Se a abordagem na perspectiva estatal pode esclarecer porque o processo de descentralização não acontece no nível institucional, ou acontece lentamente, a discussão sobre participação na gestão vai buscar explicações sobre como a sociedade civil age neste processo e como essa ação gera impactos sobre as formas de mediação Estado/Sociedade e sobre a própria efetividade dos serviços públicos.

Nesta perspectiva, participação aqui não é toda e qualquer participação. Recorrendo à tipologia proposta por Pizzorno (1975) trabalharemos com um conceito de participação que se assemelha à sua *participación civil*⁵, que o autor assim define:

“La participación civil ... también está integrada al sistema de relaciones que vinculan a la sociedad civil con el Estado, pero es expresión de la demanda y de las imposiciones que aquélla dirige a éste. Es, por lo tanto, una función de las solidariedades que se forman en la lucha de los intereses privados. Se diferencia de la participación subcultural porque los intereses que ella expresa son los que reciben una apreciación positiva en el sistema dominante”.

Ainda segundo o mesmo autor, deve-se recordar que o termo "civil" por ele proposto não aporta à participação qualquer valor positivo ou negativo, mas traz na sua essência o fato de que ela se processa com vistas a uma confirmação da estrutura social existente, o que não exclui as ações de modificação do sistema, nem implica em luta contra os movimentos reformistas.

Para finalizar o autor vai afirmar que uma ampla difusão desta forma de participação em uma determinada sociedade indica um alto grau de integração entre Sociedade Civil e Estado e uma ausência de polarização nas disputas políticas.

A opção por trabalhar com este conceito de participação civil decorre do reconhecimento da importância do papel do Estado no fomento a esse processo de participação como já indicado anteriormente e, por consequência, do reconhecimento de que este é o tipo de participação que melhor se articula com este movimento quando analisado na perspectiva da sociedade.

Continuamos ainda com um problema a ser superado. Por que em determinadas

5 Pizzorno aponta, além da participação civil, 3 outras formas de participação política: o profissionalismo político, ou seja, pessoas que vivem da política; o movimento social que pode ser definida como “una empresa colectiva para establecer un nuevo orden de vida (Blumer)”; e ainda a subcultura que se diferencia da participação civil por estar excluída dos canais normais que têm acesso às instituições estatais se comunicando com elas apenas por intermediários.

sociedades a participação civil ocorre mais intensamente que em outras, enquanto que em outras praticamente não há qualquer forma de participação organizada?

A resposta para esta pergunta demanda o recurso à segunda variável que nos propusemos a discutir nesta parte do artigo, a noção de capital social, conforme proposto por Putnam(1997), na sua discussão sobre a experiência da Itália moderna em termos de ação comunitária e de democracia.

Para o referido autor além dos recursos naturais, humanos, tecnológicos e econômicos, capitais mais tradicionais, as sociedades dispõem, em maior ou menor grau, de um outro tipo de capital. Um capital que "diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade". Reproduzindo os argumentos do autor (Putnam, 1997).

"Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e de confiança"

Um aspecto interessante da forma como o autor caracteriza o capital social é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que em geral é um bem privado. A consequência que o autor observa desta característica é que, por ser público, "o capital social costuma ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados".

O autor relaciona explicitamente, e de forma contumaz, no seu texto o clientelismo com o "baixo capital social". Segundo sua observação os cidadãos de comunidades cívicas, ou seja aquelas dotadas de capital social, possuem em sua

história "exemplos de relações horizontais bem sucedidas", enquanto que aqueles de sociedades com pouco capital social vão encontrar, quando muito, exemplos de superação dos problemas sociais na "suplicação vertical" (Putnam, 1997).

É interessante a forma como o autor trata a questão do clientelismo e o civismo da comunidade, em sua análise:

"As relações clientelistas (...) envolvem permuta interpessoal e obrigações recíprocas, mas a permuta é vertical e as obrigações assimétricas. Pitt-Rivers diz que o clientelismo é "amizade desequilibrada". Além disso, os vínculos verticais do clientelismo "parecem minar a organização grupal e a solidariedade horizontal tanto do cliente como dos patronos mas sobretudo dos clientes". Eles não têm interesse em precaver-se contra a deslealdade recíproca e nem motivo para temer o isolamento recíproco. Eles não têm oportunidade de estabelecer uma regra de reciprocidade, é mais provável haver oportunismo, seja por parte do patrão (exploração), seja por parte do cliente (omissão). O fato de as articulações verticais serem menos úteis do que as articulações horizontais para solucionar os dilemas da ação coletiva talvez seja uma das razões porque o capitalismo mostrou-se mais eficiente que o feudalismo no século XVIII, e por que a democracia revelou-se mais eficaz do que a autocracia no século XX".

Esta análise parte da perspectiva de que não é a falta de vínculos sociais que vão propiciar um ambiente que enseje relações de clientela. Na verdade, segundo o autor, "a diferença fundamental não é entre a existência e a inexistência de vínculos sociais, mas entre os vínculos horizontais de solidariedade mútua e os vínculos verticais de dependência e exploração".

Mais ainda, para Putnam (1997) o clientelismo é fruto de uma sociedade desorganizada, na medida em que estão desorganizadas essas relações horizontais implicando um excessivo isolamento dos indivíduos. Neste sentido as relações de

clientela são as únicas associações que se mostram realmente eficazes numa sociedade civil internamente dividida há séculos.

Desta leitura depreende-se que uma estratégia política que as sociedades podem adotar, e os governos poderiam apoiar, para o enfrentamento do clientelismo passa, necessariamente, pelo investimento neste capital social. Para Putnam (1997) a superação dos dilemas da ação coletiva e do oportunismo contraproducente daí resultante, depende do contexto social mais amplo em que determinado jogo é disputado e tal feito é mais fácil em uma comunidade que disponha de um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

O grande desafio que se nos impõe esta constatação de que a superação dos problemas decorrentes das relações de clientela dentro do aparelho de Estado passa por uma sociedade dotada de "um bom estoque de capital social" é: o que fazer nas sociedades que não o possuem? Melhor ainda. As sociedades que não dispõem deste capital social estão fadadas a permanecer como estão?

Embora o autor descambe para uma análise determinista nas explicações da relação entre capital social e participação cívica e, mais importante, no reconhecimento de que esta feitura do capital social é um processo histórico que evolui lentamente, não nos parece adequado subordinarmos a esta perspectiva.

O próprio Putnam(1997) reconhece que mudando-se as instituições formais pode-se mudar a prática política. Também alerta que movimentos que induzam a formação de capital social de fora para dentro embora sejam possíveis tendem a ter um alto grau de insucesso.

Isto implica ser possível produzir, a partir de um estímulo exterior, uma dinâmica diferenciada que venha a produzir um aumento no "estoque de capital social" de

uma determinada comunidade, melhor capacitando-a para assumir as funções de gestora e condutora das políticas públicas e das suas dinâmicas de desenvolvimento. E aí se assentam as estratégias governamentais de indução e apoio às iniciativas de estímulo ao desenvolvimento local sustentável.

Todas essas análises poderiam ser assim sintetizadas:

A) As análises e estudos realizados indicam que, na maioria dos casos, os conselhos e instâncias colegiadas surgidos quando da descentralização das políticas governamentais acabaram por reproduzir o modelo de mediação Estado/Sociedade clientelista que anteriormente regia a entrega dos serviços públicos e a gestão dessas políticas sociais;

B) embora não se possa desconhecer que as restrições e dificuldades do processo de descentralização das políticas públicas no âmbito do próprio aparelho de Estado tenham comprometido o processo de democratização da gestão das políticas, a existência de modelos descentralizados e não democratizados permite que se levante a hipótese de que boa parcela dessas dificuldades estar na própria dificuldade que a sociedade encontra de se organizar para a participação cívica. Ou, como propõe Putnam (1997), pelo seu baixo estoque de capital social;

C) a organização para a participação cívica ou a formação de capital social tende a reduzir de forma significativa as práticas de clientela e corrupção mas, em geral, essas dinâmicas dependem de um processo endógeno normalmente lento ou da animação deste processo por parte de agentes externos;

D) as estratégias de indução do DLS patrocinadas pelo Estado podem ser alternativas interessantes para fortalecer a participação da sociedade na condução das políticas públicas, entretanto podem incorrer nos mesmos riscos de reprodução do modelo clientelista de mediação entre o Estado e a sociedade.

Assim, concluindo esta primeira discussão, parece-nos sensato o prosseguimento dos esforços que vêm sendo realizados com vistas à descentralização das políticas sociais no País, ao fortalecimento da sociedade civil e à indução de dinâmicas de desenvolvimento local sustentável. Entretanto, também parece-nos ser importante que este processo esteja cercado de instrumentos de acompanhamento e de monitoramento que minimizem a possibilidade de que se reproduzam, nos novos canais de mediação Estado/Sociedade, as práticas clientelistas que tanto caracterizam a política tradicional brasileira.

BIBLIOGRAFIA:

- Almeida, Maria Herminia "Federalismo e Políticas Sociais". *Descentralização de Políticas Sociais*. São Paulo : FUNDAP, 1996.
- Abramovay, Ricardo O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Mimeo. Palestra apresentada no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, Junho, 1999.
- Geddes, Barbara Politician's Dilemma, Building State Capacity in Latin America, University of California Press : 1993.
- Hagopian, Frances Traditional Politics and Regime Change in Brazil. Cambridge University Press : New York, USA, 1996.
- Lustosa, Paulo Henrique "Descentralização e centralização em um ambiente em globalização". *SER SOCIAL Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/SER/UnB*, Número 4, Janeiro a Junho de 1999.
- Pizzorno, Alessandro Lo Scambio Occulto, Casi di corruzione politica in Italia, Società Editrice Il Mulino.
- Pizzorno, Alessandro "Introducción al estudio de la participación política".

Participación y cambio social en la problemática contemporánea. Ediciones SIAP, Buenos Aires, 1975.

- Putnam, Robert D. *Comunidade e Democracia, a experiência da Itália Moderna.* Fundação Getúlio Vargas Editora, Rio de Janeiro, 1997.
- Stein, Rosa H. *A Descentralização como Instrumento de Ação Política: O caso da Assistência Social, dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília : Brasília, 1997.*

TEORIAS DA COMUNICAÇÃO E DE UMA OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL NAS OBRAS LITERÁRIAS DO CICLO CANUDIANO¹

Ive Alencar, Lidiane Santos e Heloisa Soares²

1 Projeto premiado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Intercom/2001

2 Alunas de Comunicação Social, bolsistas do PIBIC (CNPq) no Projeto "Sertões" dirigido pela professora Lícia Soares de Souza e pelo professor-colaborador Ruy Aguiar, com apoio do Centro de Estudos Euclides da Cunha-CEEC

3 Albuquerque Jr., Durval. A Invenção do Nordeste e outras artes. Recife: Editora Massangana; São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

4 A nossa Vendéia I e II publicados em 1897, antes do final da guerra, no jornal O Estado de São Paulo.

"Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados." (Euclides da Cunha, 1902)

Passados cem anos do início da Guerra de Canudos, empreende-se ampla revisão desse acontecimento histórico, conhecido pelos quatro cantos do Brasil, se estendendo muitas vezes também ao mundo, através de um estudo crítico e comparativo dos textos que inscrevem Canudos na literatura. Euclides da Cunha em *Os Sertões*, cujo centenário será comemorado em 2002, não permitiu que este fato ocorrido no interior baiano fosse esquecido. Após sua obra, considerada ainda hoje "o livro de Canudos", surgiram outras, de autores diversos, que, com linguagem histórica ou mesmo ficcional, contribuíram enormemente para o conhecimento dessa parte dolorosa da História brasileira.

Considerado o marco da produção literária nacional, tropical e naturalista³, *Os Sertões* influenciou e continua influenciando as obras que compõem o ciclo canudiano. É, sem dúvida, o pioneiro, no momento que se volta para a busca de uma identidade nacional. Apesar de defender a civilização moderna, e até mesmo ter lutado e persuadido a opinião pública, através dos seus artigos⁴, em prol do litoral progressivo, Euclides da Cunha reconhece o sertanejo como a "rocha viva da nossa raça" depois de ter estado em Canudos.

Para chegar a este resultado, foi necessário estudar o conflito entre os dois Brasis: de um lado, o que chamou de "Suíça industrializada", com sua possível raça superior, constituída pelo branco estrangeiro, um homem forte e dominador; do

outro lado, as "palafitas", o sertão no qual permeia a raça inferior do mestiço indolente, inerte e subserviente. Como consequência desta dicotomia, surge a construção de uma visibilidade e de uma dizibilidade sobre as quais, até os nossos dias, edificam-se os estereótipos de pobreza, inferioridade e acima de tudo de atraso no sertão. Já a marca da violência, antes atribuída aos sertanejos, passa a configurar a imagem das grandes cidades.

A complexidade do ciclo canudiano vai muito além da literatura. Ela passa pela história e chega também à comunicação. A imprensa é criticada por sua atuação negativa na formação de uma opinião pública nacional. Os "homens-palavra", os personagens jornalistas, são enviados como correspondentes dos jornais da época com o intuito de noticiar, documentar os fatos da Guerra e propagá-los. O medo implícito na busca de palavras para não ofender a República, nem o Exército, propiciou uma manipulação dos dados. Euclides da Cunha, também correspondente de guerra, e os demais enviados especiais oscilavam entre as opiniões preconcebidas e a realidade crua que estavam presenciando. Como disse Galvão (1977), a maioria se calou. As práticas desumanas foram escondidas para exacerbação da imagem republicana. Assim, com as ações atrozés bem ocultas, propagou-se uma dizibilidade e uma visibilidade do sertão e dos sertanejos de acordo com os interesses vigentes. A partir dela, foi construída uma opinião pública nacional que justificou a guerra. Berthold Zilly (1996) opina sobre essa ação desordenada da imprensa, inclusa na obra euclidiana:

Outro aspecto moderno (de Os Sertões) é a eficiente propaganda belicista contra o inimigo desconhecido do sertão, largamente orquestrada por uma imprensa que apregoava o ódio desenfreado, apoiada por jornalistas estrangeiros, inclusive alemães.

Questões como identidade nacional, opinião pública, visibilidade e dizibilidade dos sertões, dentre outras, estão presentes nas obras que compõem o ciclo

temático canadiano, confirmando a importância e a aplicabilidade da obra de Euclides no desenvolvimento do tema Canudos, das Ciências Humanas em geral e de uma teoria da comunicação fincada em bases nacionais.

Descrição da Pesquisa: A influência de "Os Sertões" nas obras do ciclo literário canadiano.

A permanência euclidiana nos romances sobre Canudos possibilitou a formação de um ciclo temático canadiano cujas obras podem ser divididas em três blocos, de acordo com Gutierrez (1997): 1) da contemporaneidade de Euclides da Cunha; 2) da década de 50, após meio século de guerra; 3) da nossa contemporaneidade. ✓

A presente pesquisa pauta-se numa Análise estrutural e textual comparativa entre a obra fundadora deste ciclo, *Os Sertões*, e os romances literários contemporâneos: *La Guerra del Fin del Mundo* (1981) do peruano Mário Vargas Llosa; *A Casca da Serpente* (1989) de J.J.Veiga, um dos mais renomados ficcionistas do fantástico no Brasil; e *As Meninas do Belo Monte* (1993) de Júlio José Chiavenato, conhecido jornalista e escritor de temas históricos latino-americanos.

A primeira etapa consistiu na averiguação das correlações entre a obra fundadora do ciclo, *Os Sertões*, narrada com técnicas naturalistas minuciosas, mas já discutindo a necessidade da busca de uma identidade nacional, a partir do domínio do vasto território com suas origens, costumes e tradições, e as obras do modernismo literário. Nesse âmbito, observamos os discursos ligados à dicotomia litoral versus sertão, de onde emergiu a idéia da "rocha viva da nossa nacionalidade", associada ao sertanejo que, como *uma rocha matriz*⁵, matizada e subordinada ao *façeis* geográfico merece a qualificação de "antes de tudo um forte".

Abordando os quatro romances pela semiótica narrativa, na análise das tensões

5 Barreto, METÁFORAS GEOLÓGICAS. www.portifolium.com.br

entre os códigos das ações e da narração, no tratamento do tempo, do espaço e dos pontos de vista, passamos a observar necessariamente o novo enfoque concedido ao espaço pelo modernismo literário. Nas obras contemporâneas, o espaço geográfico (dimensional) transforma-se também em espaço histórico (não-dimensional). Em outras palavras, o espaço físico de presença determinante já aparece como território cultural, refletindo o feixe de inter-relações históricas e metalingüísticas que autorizam a formação de uma prática comunicativa nacional. Se a paisagem física dimensionava as especificidades das comunidades sertanejas, habituadas a reagir à natureza inóspita, a configuração das caatingas, tornadas espaço histórico, se apresenta como paradigma identitário, surge como ambiente síntese das contradições de conquista da terra brasileira.

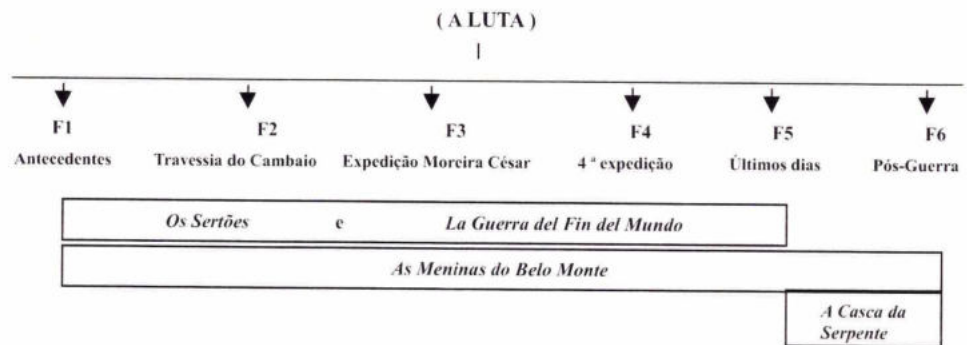
E é justamente nesse ponto que a obra fundadora apresenta elementos suficientes, que serão desdobrados pelos três romancistas, para impulsionar a busca de uma teoria da comunicação nacional ancorada nas várias especificidades do grande país, povoado de lendas, manifestações culturais, crenças, costumes e tradições, engendrando contextos múltiplos suscetíveis de configurar condições variadas de produção e de recepção de mensagens e de formação de públicos que, mesmo diferenciados, dão origem a uma *opinião pública matriz*, mediada pelos meios de comunicação, com dimensão nacional unificadora. Nossa tarefa foi então a de selecionar em cada obra os *Homens-palavra*, a metáfora apropriada de Gutierrez (1997), para evidenciar a presença de personagens comunicadores em todas as tramas, dando forma ao cotidiano dos sertões, aos conflitos fraticidas e aos embates políticos, lembrando as causas da degenerescência social e, algumas vezes, citando literalmente os textos de Euclides, este como personagem-matriz das práticas metalingüísticas de questionamento das próprias formas de concepção e de transmissão de mensagens.

Metodologia: Análise Textual Comparativa

6 Cf: Orlando Pires, Manual de teoria e técnica literária: 145.

Para captarmos melhor as formas de expressão das teorias utilizadas pelas obras canadianas, concentramo-nos na terceira parte do ciclo temático canadiano. A *Sintaxe Funcional* do modelo semiótico de Roland Barthes⁶ serve como forma de organização cuja unidade básica é um pequeno agrupamento de Funções, constituindo uma Sequência. Essa cobertura funcional foi utilizada em cada narrativa proporcionando um melhor detalhamento dos três romances para posteriormente permitir uma análise estrutural e textual comparativa entre elas.

A Sequência Geral constitui-se na Guerra (*A Luta*) e, a partir dela, cada autor desenvolve sua narrativa que não necessariamente possui as mesmas funções. *A Luta*, como sequência histórica, alimenta as narrativas de acordo com o esquema abaixo:



O código das ações inicia em F1 em *Os Sertões*, *La Guerra del Fin del Mundo* e *As Meninas do Belo Monte*: a série de combates é desencadeada a partir do ^o incidente *desvalioso*,¹¹ quando Conselheiro, tendo adquirido em Juazeiro certa quantidade de madeiras, e não as recebendo, resolveu ir buscá-las *à força*. No entanto, J.J.Veiga inicia sua obra fictícia em F5, preocupando-se apenas em contar a saga impossível de outra cidade utópica, construída sobre os escombros dos erros de Canudos. O

ponto em comum entre *A Casca da Serpente* e o romance de Chiavenato, *As Meninas do Belo Monte*, é que ambos preocupam-se com o *day after*, o pós-guerra, enquanto o romance de Vargas Llosa atualiza sua reverência ao texto euclidiano.

No nível do código da narração, distinções sobre as posições dos narradores são de grande importância para a análise do ângulo de visão através do qual as ações vão sendo conduzidas. É utilizado o ponto-de-vista onisciente com focalização neutral no qual o narrador, em 3ª pessoa, sabe tudo a respeito dos acontecimentos e dos personagens, mas adota um enfoque impessoal e neutro, tornando a narrativa uma sucessão lógica de ações. Por outro lado, em alguns momentos, utiliza-se a focalização interventiva, quer seja através de citações euclidianas ou por comentários.

A tensão entre o tempo cronológico, da sucessão lógica das ações, e o tempo psicológico, que é justamente onde podemos captar os diferentes pontos de vista, possibilita a sistematização do paradigma da opinião pública. Segundo Vitalino Rovigatti⁷, opinião pública é uma manifestação de um juízo comum a um número de pessoas ou a todo um grupo, que se propaga não pelo fato de ser comprovada mas, em geral, porque penetra na sociedade junto com um conjunto de elementos comoventes (emotivos) que pressionam aqueles que ouvem, vêem ou lêem.

Euclides da Cunha em *Os Sertões* discute conceitos variáveis de opinião (coletiva, nacional, comum, pública) e de públicos, vinculados aos grupos de pressão da época (igreja, latifundiários, republicanos, monarquistas, etc.), os chamados grupos de interesse, o que constitui, como já frisamos, a primeira sistematização de tais conceitos no Brasil. A partir daí, consegue formular um arquivo de imagens e enunciados, um estoque de "verdades", que direcionam comportamentos e atitudes, o olhar e a fala de autores contemporâneos. O autor acaba por instituir uma dizibilidade e uma visibilidade, imagens e discursos repassados, repetidos e cristalizados como realidade do que foi a guerra e do que

7 Citado por Tupã Gomes Corrêa *Contacto imediato com opinião pública*: 37

são os sertões, que não apenas contaminam fortemente os discursos contemporâneos, mas sobretudo fornecem pistas metodológicas para o exame de formas de comunicação entre públicos diferenciados no contexto nacional.

Dessa forma, pudemos comparar os códigos das ações e da narração nas quatro obras, elegendo núcleos temáticos aptos a determinar a prática da comunicação nas funções da guerra e no pós-guerra. A questão do governo ideal e do comportamento da República face aos diferentes *brasis*, a dicotomia litorâneo x sertanejo, a atuação dos *homens-palavra* na formação da opinião nacional e na construção dos heroísmos militares ou midiáticos, a apresentação do tipo de liderança encarnada por Conselheiro e as projeções de Canudos nos movimentos rurais atuais são temas que definem a visibilidade e a dizibilidade de um Brasil vivo, forte e profundo que, mesmo abandonado, está pronto a fornecer a matéria para a construção de uma identidade nacional. São esses os temas analisados através das quatro obras.

Análise dos Dados

O escritor peruano **Mário Vargas Llosa**, maravilhado com a obra euclidiana, adotou o tema para escrever *La Guerra del Fin del Mundo*. Demasiadamente envolvido com a vida política, faz de seus romances um ato de rebelião e crítica à realidade histórico-social da América Latina. Apesar de ver em sua vocação literária uma forma de resistência ao poder, "uma atividade a partir da qual todos os poderes podiam ser permanentemente questionados" (Llosa, 1994), candidatou-se às eleições da Presidência da República do Peru em 1990, mas foi derrotado por Alberto Fujimori.

Llosa realiza a reconstituição do que chamou de "mal-entendido nacional", com personagens ficcionais ao lado de históricas, construindo um misto de crônica e história. O tempo, utilizado por este autor, apesar de ser cronológico, como já

vimos, não segue a ordem do "antes, durante e depois".

"Muitas vezes dentro de uma unidade narrativa dois ou mais episódios ocorrem em tempos e lugares diferentes para que as vivências de cada episódio circulem de um a outro e se enriqueçam mutuamente" (Bella Josef, 1986)

Nascido no Mato Grosso, mas de formação goiana, **José J. Veiga**, ligado emocionalmente às obras de Monteiro Lobato, alcançou a contística regional em etapa avançada de modernização, e às suas conquistas recentes acrescentou uma experiência de leitura do ficcionismo inglês e americano.

José J. Veiga, de uma maneira geral, investiga a condição humana na qual a solidariedade sofre com a perversidade e a indiferença, com os preconceitos e egoísmos e até mesmo com a passividade. A Casca da Serpente situa-se dentro do gênero narrativo, ou seja, aquele em que o autor procura transmitir ao leitor sua visão da realidade através de uma história. Apesar de incorporar elementos do dramático e do lírico, trata-se de literatura narrativa de ficção.

O autor estrutura e narra sua ficção com extrema simplicidade, numa prosa que tem o colorido brasileiro, e recorre à oralidade, seja captando falares, seja reproduzindo ditos e máximas populares que traduzem a sabedoria dos humildes. Através da linguagem simples e da utilização de recursos estilísticos, J.J.Veiga constrói uma história de Canudos pós-guerra, baseada na observação de detalhes do cotidiano, porém inserindo nele o fantástico.

Júlio José Chiavenato é um conhecido jornalista e escritor de temas históricos latino-americanos. Nascido em Pitangueiras (SP), viveu sua infância em Ribeirão Preto e a partir de 1971, lançou uma série de livros analisando o grau de dependência da América do Sul aos imperialismos da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Voltando-se mais para o seu país, lançou em 1993 *As Meninas do Belo Monte*, um dos romances mais recentes sobre Canudos que, não somente denuncia a escravização e prostituição das crianças do Belo Monte após a Guerra de Canudos, mas também, numa correlação com Euclides da Cunha e sua obra canudiana, confirma a descoberta da identidade nacional pelo *Os Sertões* e discute a manipulação dos "homens-palavra" para com a História.

8 Em *As meninas de Belo Monte* está presente a lenda sertaneja de que nasce um menino de sete em sete anos com a aparência de monstro, mas que faz milagres.

9 Segundo Chiampi (1980), o *realismo fantástico* apresenta relações entre o natural e o sobrenatural, de forma insólita, capaz de provocar reações de dúvida, medo e inquietação no leitor; já o *realismo maravilhoso* aloja a sobrenatureza no universo do sentido do cotidiano, a *maravilha* fazendo parte da vida natural. Se Dosideio instaura estranheza, mistério diante dos milagres, a idéia de reencarnação de Josefa, permitindo o relato de duas temporalidades (o tempo da guerra e a contemporaneidade), parece normal, como forma natural de permitir a compreensão das interligações históricas.

Ao iniciar a obra, Chiavenato divide-a em três fases concomitantes com *Os Sertões*. A AMÉRICA (A Terra) revela a luta de uma gênese inacabada, pela qual a identidade nacional será fragmentada e o país ficará sem uma unidade. O BELO MONTE (O Homem) é a esperança do sertanejo em busca de paz, de uma casa no sertão, mas que acaba entrando numa luta com os civilizados. Na fase A LUA (A Luta), o autor revela a luta entre a lua e o sol que pode ter várias conotações: a luta entre o sertanejo fraco e o governo forte e poderoso, a luta entre a seca e o desejo de permanecer na terra árida e agreste, a luta entre a utopia sertaneja de salvação e o castigo dos homens e a luta entre a História vivida e a História contada.

A narrativa se desenvolve em dois tempos cronológicos:

- No tempo do Belo Monte, a Primeira Canudos (1897) consumida pelo fogo. Acompanhando a vida do arraial antes do conflito armado, durante a guerra e após sua destruição através do olhar da menina Josefa que, sobrevivente da catástrofe, é resgatada por um repórter, passa por um depósito de prisioneiras, é vendida a uma prostituta, revendida a um ex-coronel impotente junto com Maria José e, por fim, retorna a Canudos com um novo profeta, o menino Dosideio, um setemesinho⁸ sobre o qual o autor depreende um *realismo fantástico*⁹;
- No tempo do personagem que vive a Segunda Canudos (1988), sepultada pela água: um homem sem nome e sem história que passa sua vida numa canoa sobre a cidade santa submersa, imaginando-se a reencarnação de Josefa (*realismo*

maravilhoso). No presente deste personagem, há um encontro entre ele e um frade perseguido pelos senhores de terra por ser a favor da Reforma agrária, o que vincula o tema canudiano a contemporaneidade.

Esta narração ambígua é caracterizada por uma aparente continuação entre essas duas histórias, mesmo sendo narradas em tempos diversos. Chiavenato aponta ao leitor que Josefa e o Sem nome, apesar de raças diferentes (um negro e outro branco) vivem num mesmo cenário, crêem no Bom Jesus e são prisioneiros da vontade de Deus.

Embora o regime político republicano seja apresentado por J.J.Veiga como forma de governo ideal, a República Brasileira é criticada tanto n' *As Meninas do Belo Monte*, n' *A Casca da Serpente* e em *La Guerra del Fin del Mundo*, seja pelo próprio Conselheiro, por um estrangeiro ou um Coronel. A construção de uma República, com uma feição irracional, é constatada na prostituição de pobres crianças sertanejas, assim como nas ações atrozés do Exército sobre uma comunidade combalida pela fome e pela seca. A tecnoburocracia expandida no litoral impõe uma busca a necessidade de apagar o sertão que destoava do que se pretende ter como Brasil. Combate-se seu folclorismo, seus movimentos messiânicos, seu fanatismo religioso com o intuito de civilizá-lo. É esta interferência abrupta que esses romances combatem com veemência, até porque não buscando conhecer a situação sertaneja, a República cometia um grande erro, em lugar de analisar as falhas da História Colonial. Na verdade, não se atentou que as dificuldades da seca já deveriam ser solucionadas pela atuação do Estado.

Menos racionais do que deveriam ser, os industrializados não eram mais considerados o cerne da sociedade brasileira por Euclides da Cunha, o que Chiavenato, Veiga e Llosa confirmam em suas obras. A dicotomia entre o litorâneo, industrializado do Sul e Sudeste, e o sertanejo, atrasado do Nordeste, é elaborada n' *Os Sertões* e perpassada para a Contemporaneidade. O conflito entre

os dois Brasis é resultante da necessidade de mostrar o verdadeiro Brasil, não o Brasil artificial, do estrangeiro, mas o Brasil do campo, o Brasil do Sertão no qual se esconde a "chama viva de nossa nacionalidade", livre de influências alienígenas.

A partir de uma Sintaxe Funcional, verifica-se que há uma Sequência Geral englobando os quatro romances. A Guerra é o fato que caracteriza esta Sequência e, através dela, propaga-se uma *opinião pública nacional*. Assim como Euclides, Chiavenato e Llosa denunciam a formação da opinião pelos caminhos de uma psicologia coletiva sujeita às paixões e interesses de grupos. No entanto, Veiga desenvolvendo sua ação por meio de diálogos, propõe a construção de uma opinião pública através da discussão. O que ele faz é remontar a definição de opinião pública mostrando que se trata de um fenômeno dialético resultante do choque entre opiniões divergentes diante de um fato. Com isso, *A Casca da Serpente*, descarta a possibilidade da imprensa ter o poder de impor uma opinião e de manipulá-la de acordo com interesses específicos.

Os "homens-palavra", provenientes da imprensa, têm a função de documentar a História da Guerra de Canudos para suprir a necessidade de construção de uma memória histórica. Todos os "homens-palavra" do romance de Vargas Llosa opõem a presença da palavra oral ou a escrita ao esquecimento dos fatos. O Jornalista Míope expressa a necessidade de se manter uma memória dessa história da única forma que as coisas são conservadas: "Escrevendo-as". Galileu Gall é o segundo personagem-escritor. Correspondente de guerra do jornal de Lyon, *L'Étincelle de la révolte*, expressa perfeitamente o estranhamento da realidade e do conflito que o leva a escrever como tentativa de correção e mudança. Gall é um aventureiro revolucionário, porta-voz das utopias libertadoras, que encontra no sertão do Brasil a comunidade socialista pela qual sempre sonhou e lutou.

Veiga foca seus "homens-palavra" sobre os personagens de um escritor e um retratista. O primeiro, depois de muitas discussões com Conselheiro, acaba o

induzindo a escrever um livro sobre a Campanha, enquanto o segundo, está presente em apenas um dado momento da ação. É o momento da aproximação de Itatimundé (cidade fictícia) com o resto do mundo, quando os conselheiros têm contato com imagens dos presidentes e de grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Nova York.

Embora não haja apenas um jornalista na narrativa de Chiavenato, a atenção fixou-se mais num carioca d' *A gazeta*, um homem egoísta que, em meio a guerra e as ações terríveis do Exército, está preocupado apenas em recolher objetos canadenses, mesmo que humanos, para ter sucesso quando os exibisse na sociedade civilizada.

"Sinto que vou ficar na história. Os pósteros falarão de mim: ele esteve lá, ele ajudou a fazer a história". (Chiavenato, pág. 90)

Para ele, denegrir a imagem do Exército era perder sua esperança de fama e heroísmo. Covarde, sabia que não podia ir contra um país inteiro e por isso acostumou-se com a idéia.

"Não fui covarde, nem indiferente. Obedeci a lei da guerra" (ibid, pág. 94)

É a partir dele que se discute o papel da comunicação em época de guerra, a excessiva preocupação com o heroísmo, mais com a promoção pessoal do que com a própria notícia. N' *Os Sertões* toda a problemática do heroísmo está nos protagonistas do Exército, enquanto Chiavenato passa esse papel para a Imprensa (como instituição):

"Os jornais festejam a vitória. Uma ou outra voz isolada timidamente denunciou o massacre. Mas o governo exultava. O exército respirou aliviado: sua honra foi salva." (Ibid, pág. 84)

O heroísmo trabalhado por Llosa é idêntico ao de Euclides da Cunha. Moreira César é um homem admirado por todos, inclusive pelo jornalista Míope. Todavia, não é só a figura do Exército que é glorificada neste romance, os líderes sertanejos também são considerados heróis por surpreenderem, tendo em vista o potencial de planejamento e estratégias de guerra que possuem.

Apresentando personagens reais e fictícios, Veiga faz questão de negar a exemplaridade do herói. Para o autor, todos os personagens têm igual importância e conseguem transmitir essa idéia através da humanização de cada personagem, que agora, ao contrário do que afirmou Euclides da Cunha, agem de maneira racional e de acordo com cada circunstância, não mais instintivamente e pelos caminhos de uma psicologia coletiva. A heroína desta narrativa não é nada menos que a cidade de Itatimundé. Símbolo do heroísmo dos sobreviventes de Canudos, aparece como um laboratório político-social para o sertão, para o Brasil e para o mundo. Apesar de tornar-se uma cidade modelo, Itatimundé não foi legitimada e sim completamente destruída.

Como a maioria dos romances sobre Canudos, estas obras não deixaram de apresentar a figura do jornalista, como já foi visto, e o Conselheiro. Antônio Mendes Maciel é sempre retratado em *La Guerra del Fin del Mundo*, segundo o ponto de vista de outro personagem, o que ratifica o seu ar de mistério e santidade, bem diferente da imagem feita por Euclides que, em todo o livro, mostra um homem degenerado e louco. Mas, tanto o Conselheiro euclidiano, quanto o Llosiano pregam o fim dos tempos e o apocalipse, tendo na República a figura do anticristo, contra o qual deviam lutar até a morte.

O fanatismo religioso aparece mais ameno n' *A Casca da Serpente* e n' *As Meninas do Belo Monte*. No primeiro romance, Conselheiro ainda vivo, está presente em toda a ação e evolui no decorrer da narrativa através de mudanças de comportamento: não reza mais tanto como antes por crer que muita reza afronta a Deus e divide as

responsabilidades. Preocupa-se em se apresentar vestido como os outros e até sorri. No romance de Chiavenato, Conselheiro é narrado como um misericordioso na solidariedade à luta do Sertão. Crítico das injustiças da República e fanático pela Virgem Maria e pelos dogmas da Igreja, é perseguido tanto pelos republicanos, que o acusam de monárquico, como pelos bispos, que o têm como louco.

Considerado um celerado por ter recebido as bênçãos da Virgem Maria e em troca disto deve defender os pobres, tem forte ligação com Frei Paolo, um padre também chamado de celerado por lutar pela Reforma Agrária. Os traços de modernidade estão inscritos nestes dois personagens separados por uma única diferença: Conselheiro vive no tempo de Josefa e o padre no tempo do Sem nome. De um lado, um Antônio Conselheiro muito inteligente, com noção de administração, economia e organização de guerra na medida em que exporta de Belo Monte peles de cabra, e com o dinheiro compra armas para a defesa do Belo Monte. Do outro, Frei Paolo, 90 anos mais tarde cita os Sem-terra e a Comissão Pastoral da Terra, por se preocupar com a possibilidade de divisão igualitária de terras para que os sertanejos, fartos de sofrimentos, possam viver dignamente do seu próprio pedaço de chão, sem escravizar seu corpo e sua própria alma, alugados aos senhores de terra. A modernidade desse padre, que não usa batina e retira os santos da Igreja, vem salientar que é um pedaço de terra o que desejam movimentos como Canudos e os Sem-terra; movimentos que são reprimidos instantaneamente para não desequilibrar a "ordem e a igualdade" do sistema. Chiavenato enfatiza que Canudos e os Sem-terra, apesar de quase 100 anos de distância, aspiram aos mesmos ideais: terra e paz.

Conclusão: Para uma Teoria da Comunicação com bases nacionais.

A Guerra de Canudos foi a primeira a ter cobertura diária para todo o país. Graças ao telégrafo e à imprensa emergente, todos se envolveram com um fato, ocorrido

nos sertões esquecidos e isolados. O exercício da comunicação, com a sua conseqüente formação de públicos, foi veementemente criticado, em todas as suas conexões com os poderes emanados de uma jovem República, destinada a modernizar as estruturas coloniais do país.

Mas o que mais cria interesse pelos estudos do ciclo canudiano repousa em um fato interdiscursivo que propiciou a auto-reflexão na representação sobre a guerra, ocasionando um confronto de gêneros. Do momento em que tal representação pode sair das páginas dos jornais para as páginas literárias, iniciou-se um processo de avaliação não apenas do objeto representado, mas das formas como a comunicação estava construindo a história.

Euclides da Cunha instaurou os debates, no meio literário, sobre as ambigüidades de um texto narrativo que elegia um fato histórico como matéria discursiva, materializando através dele inúmeras relações enciclopédicas entre a geografia, a geologia, a antropologia, a comunicação, etc. Nesse sentido, ele sistematizou uma teoria da comunicação nacional, construída através das reações de variados públicos individuais, coletivos, regionais, ou mesmo nacionais, de acordo com a conceituação que ia elaborando em função das distintas fases da guerra. Por outro lado, ao desenhar o retrato inteiro do país, nesse texto enciclopédico, alertou a nação quanto aos problemas climáticos e ambientais e à necessidade de investimentos para a irrigação das zonas atingidas pela seca, fenômeno desencadeado pelas Entradas e Bandeiras em suas práticas de desmatamento. Alertou igualmente sobre o perigo do país continuar mantendo dois tipos de *irmãos* em condições desiguais de vida, e de promover massacres fraticidas para atender objetivos e interesses do capitalismo internacional.

Nesse diálogo de gêneros, o jornalista-escritor mostrou a força da página escrita para a construção de uma nação, metaforizando em Canudos o ideal de soberania, da *rocha viva de nossa nacionalidade* que acabava de ser exterminada antes de chegar a

ser. Assim, optamos em analisar nosso ciclo com as *funções narrativas* no sentido de evidenciar a cronologia da guerra e das formas como os diferentes autores retomaram fases importantes do conflito, em que se materializam os "homens-palavra", essa importante metáfora que instala o paradigma discursivo como fonte de construção da visibilidade e da dizibilidade das contradições nacionais, fonte, por outro lado, da determinação dos pilares identitários, através dos quais, torna-se possível se repensar a identidade a nível nacional.

De todas as maneiras, esse ciclo, que deve ser analisado em todos os cursos de Comunicação Social, no sentido de se deprender verdadeiras teorias da comunicação e da opinião pública nacionais, serve de paradigma para os movimentos dos trabalhadores rurais que ainda estão brigando pela reforma agrária e justiça social:

Maltratada pela história oficial, Canudos e a figura controvertida de Antônio Conselheiro sobrevivem no imaginário de grande parte dos camponeses brasileiros como um dos símbolos da luta pela reforma agrária. Na leitura que o Movimento dos Trabalhadores Rurais SemTerra faz da epopéia de Canudos, Antonio Conselheiro é o líder sertanejo que desafiou a Monarquia, a República e a elite rural dominante. (A Tarde, 11-1-97)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Obras teóricas e sobre Canudos:

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras Artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

A Tarde. Canudos e o Movimento Sem-Terra, 11-1-97

AUGRAS, Monique. **Opinião Pública: Teoria e Pesquisa**, , Petrópolis, Ed. Vozes LTDA, 1980.

AVIGHI, Carlos Marcos, **O sertão brasileiro e o cenário mundial no jornalismo de Euclides da Cunha**, Revista Brasileira de Comunicação, São Paulo, vol. XVI, n. 2, jul-dez 1993, pág. 144-153.

BARRETO, José Carlos. **Metáforas Geológicas**. www.Portifolium.com.br

CHIAMPI, Irleamar. **O realismo maravilhoso**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

CUNHA, Euclides Rodrigues Pimenta da, **Canudos (Diário de uma expedição)**, com introdução de Gilberto Freyre, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1939.

CUNHA, Euclides Rodrigues Pimenta da, **Nossa Vendéia I e II**. www.Portifolium.com.br

CÔRREA, Tupã Gomes. **Contato Imediato com a opinião pública: os bastidores da ação política**. São Paulo, Global, 1988.

GALVÃO, Valnice. **No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais**. 4ª edição. S. Paulo, Ática, 1977.

JOZEF, Bella. **Romance Hispano-Americano**. São Paulo, Ed. Ática, 1986.

NOGUEIRA, Ataliba. **Antonio Conselheiro e Canudos**, SP, Nacional, 1978.

PIRES, Orlando, 1922. **Manual de Teoria e Técnica literária**. Rio de Janeiro, 1981.

GUTIERREZ, Angela. Notícias sobre cem anos de ficção canudiana; **Revista Canudos** / UNEB CEEC, v.1, n.1, Págs.: 09 à 21 Salvador, 1996.

SOARES, Heloiza; Alencar, Ive; Lima, Lidiane. Pode Os Sertões gerar um paradigma de Relações Públicas para os movimentos sociais? **Revista Canudos** / UNEB CEEC, v.4, n.1/2, Págs.: 47 à 64, Salvador, 2000.

SOUZA, Lícia Soares; GODET, Rita Oliviere. **Identidades e representações na cultura brasileira.** , João Pessoa, Idéia, 2001.

VIA, Sarah Chucidda. **Opinião Pública: Técnicas de formação e problemas de controle.** São Paulo, Ed. Loyola, 1983.

ZILLY, Berthold. **A Reinvenção do Brasil a partir dos Sertões.** **Revista Canudos** / UNEB CEEC, v.4, n.1/2, Págs.: 107 à 121, Salvador, 2000.

II. Romances:

CHIAVENATO, Júlio José. **As Meninas do Belo Monte.** São Paulo: Página Aberta, 1993.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: Campanha de Canudos,** Rio de Janeiro, F. Alves; Brasília, 1995. (Original 1902)

LLOSA, Mario Vargas. **A Guerra do Fim do Mundo,** Rio de Janeiro, Lv. Francisco Alves Ed., 1981.

VEIGA, José J. **A casca da Serpente.** 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

PARTE II CANUDOS/SERTÃO

ANTÔNIO CONSELHEIRO, NEGOCLADOR DO SAGRADO

Eduardo Hoornaert

EUCLIDES DA CUNHA E JOAQUIM CARDOZO: Dois engenheiros-poetas à procura de Canudos

Erico José Souza de Oliveira

ANTÔNIO CONSELHEIRO, NEGOCIADOR DO SAGRADO¹.

Eduardo Hoornaert²

¹ Este artigo é um resumo do livro *Os Anjos de Canudos*, publicado pela Editora Vozes.

² Comissão de Estudos da História da Igreja na América latina (CEHILA).

Neste texto proponho contemplar a figura de Antônio Conselheiro por um prisma um tanto diferente do clássico. Afinal, se Gustavo Barroso o tratou de criminoso, João Brígido de "monomaniaco", Euclides da Cunha de fanático, Maria Isaura de Queiroz de Messias (Hoornaert, 1998, 101), José Calasans de líder "conselheirista", Rui Facó de líder socialista, o Barão de Geremoabo de comunista, porque não apresentá-lo como *negociador do sagrado*, um homem de fronteira entre diversas maneiras de se viver o sagrado no sertão nordestino no final do século XIX?

Certas passagens do livro "O Rei dos Jagunços" de Manuel Benício, de 1899, fizeram com que eu começasse a duvidar da imagem de um Conselheiro absoluto líder do grupo, uma espécie de *coronel religioso*. Em diversos episódios narrados nesse livro, Antônio Vicente (como foi tratado por seu colega de infância João Brígido) se me apresentava antes um homem de fronteira, consciente da necessidade de se estabelecer pontes de compreensão e diálogo. Eis a tese que venho pois apresentar ao critério de vocês, e espero que mereça algum tipo de consideração. Não entrego aqui uma pintura acabada, um quadro com cores vívidas, uma narrativa acabada, mas apenas um esboço, um rascunho, a ser retocado pelos colegas.

Três foram as principais áreas de negociação trabalhadas pelo Conselheiro:

-Num nível mais profundo e duradouro, entre o que chamo de "ludicidade ancestral" e "sisudez cristã". Antônio Vicente sempre foi um homem severo entre lúdicos, diferente no modo de viver e reagir do resto do grupo.

-Uma segunda fronteira foi traçada pelos administradores oficiais do sagrado no sertão baiano, tanto a administração central da igreja católica como os vigários da região e os missionários capuchinhos. O Conselheiro teve que negociar com eles para poder viver seu sonho.

-Uma terceira negociação foi com os fazendeiros da redondeza que por um certo tempo o ajudaram, mas com a maior concentração de gente em Canudos não lhe perdoaram mais a perda de "mão de obra".

1. ENTRE A LUDICIDADE ANCESTRAL E A SISUDEZ CRISTÃ.

Benício conta que o grupo que se formara em torno de Antônio Vicente, na sua caminhada do Ceará à Bahia após os fatos de 1876 - quando foi preso na Bahia e remetido ao Ceará - demorou-se por uns tempos na Fazenda do Marinho, na Paraíba, da propriedade de um certo João Tomé (Benício, 1899, 72). O fazendeiro quis aproveitar da passagem do grupo para construir um açude na sua propriedade, enquanto o grupo podia aproveitar à vontade do leite e da carne, do cuscuz e da farinha, do repouso de uns dias de parada na dura caminhada. O autor tece em longas páginas um romance apresentando diversos companheiros de Antônio Vicente, misturado com informações as mais diversas sobre a agitada vida na fazenda naqueles abençoados dias em que um bom número de pessoas vieram tirar sua fazenda do silêncio e da calma. O que impressiona é a caracterização quase carnavalesca do grupo que Benício apresenta com visível prazer. Ele se compraz na exuberante descrição das brincadeiras armadas a cada instante por essa fauna humana tão diversa e original, com os namoros e namoricos, as risadas, os "carnavais" armados a cada instante no intervalo do mutirão.

Um quadro alegre que contrasta vivamente com a figura de Antônio Vicente. Ele aparece sempre distante, sempre bem encenado nas suas aparições dramáticas que emudecem as costumeiras brincadeiras. Toma uma bem estudada distância

diante de todos, fala pouco, mas sempre de forma contundente. Repetindo lições que aprendeu com o Padre Mestre Ibiapina e com os missionários capuchinhos, ele executa "pantomimas e gestos que provocam o riso dos homens e o espanto das mulheres" (Benício, 1899, 63), usa também o que Câmara Cascudo chama de "trovejo capuchinho", o rompante repentino, como quando ataca um incestuoso na multidão: "Pai maldito, não serás tu da raça das jararacas?" (Benício, 1899, 91). Mantém a severidade pragmática de um Padre Ibiapina que mandava queimar violas numa grande fogueira no primeiro dia das missões, quando - segundo o depoimento do Barão de Geremoabo - manda queimar xales, vestidos, saias, chapéus e sapatos de luxo (Menezes, 1995, 114). Em voz alta chama "amancebados, incestuosos, adúlteros e pecadores" para açoitá-los com suas prédicas. Proíbe "uma série de cantigas e sambas" e chega a prender ladrões, "criminosos e matadores condenados, mandando-os, escoltados por seus fideis, às autoridades" (Benício, 1899, 94).

Não se deve, contudo, atribuir essas terríveis atitudes a um puro autoritarismo moral por parte de Antônio Vicente. Antes de ser moralista, ele é um sonhador. Enxerga horizontes muito além das corriqueiras brincadeiras do diversificado grupo que o acompanha. O que ele gosta mais de ver é o grupo animadamente empenhado na construção de uma igreja. Ele faz açudes e canais de irrigação, muros de cemitério e poços profundos, mas o que gosta mesmo é da *construção de igrejas*. Numa de suas prédicas editadas por Ataliba Nogueira, ele fala com todo entusiasmo sobre a "*Construção e Edificação do Templo de Salomão*" (Nogueira, 1978, 169-170). Com que prazer o construtor Antônio Vicente descreve a imensa amplitude do trabalho aí desenvolvido: "70.000 operários carregadores de material e 80.000 a cortar pedra nos montes e 3.600 feitores a inspecionar as obras, e 2.000 israelitas a andar pelo Líbano, cortando cedro e faias". Eis o sonho que o alimenta mais que o cuscuz ou a cuia de leite: trabalhar com muita gente na construção de uma igreja. A igreja é um reflexo terrestre do mundo divino. Torna esse conturbado mundo inteligível e até certo ponto aceitável, pois é lugar de real presença divina, o centro do mundo, onde tudo nasce. Suas pedras são cristalizações de atividades celestes, sua torre eleva-se até à habitação de Deus.

Antônio Vicente sonha com torres, cúpulas e imensos espaços sagrados, imagina-se marchando em direção ao indizível através de uma geometria traçada por suas mãos. O templo de Salomão é modelo de um mundo geométrico que o Beato atravessa nos seus sonhos. A tosca igreja de pedra é a "cidade de Deus" da qual os cristãos são as pedras. É o horizonte de sua própria compreensão do mundo. A igreja define o mundo.

O grupo que convive com o Antônio Vicente o respeita mas não se torna um grupo de penitentes (Hoornaert, 1998, 32). Isso revela-se nas cantorias. Não só de cantorias sagradas ressoa o ar da fazenda onde os peregrinos estão acampados. Ao lado do lento ritmo persistente, paciente e perseverante dos benditos e das ladainhas, pode-se ouvir na latada provisoriamente construída, onde o Beato costuma pregar, depois dos ofícios religiosos, os agitados e enérgicos sons do lundu, uma dança de origem africana acompanhada pela zabumba, pequena orquestra composta de dois gaiteiros (tocadores de pífano, ou pife), um zabumbeiro, um tocador de caixa.

A própria prédica do Beato, malgrado seu tom severo, é ocasião de riso e festa, e nela o povo vai se imaginando as tradicionais santas missões dos capuchinhos, com sua esplendorosa sucessão de missas, confissões, batismos, crismas, atendimento aos doentes, procissões, bênçãos do Santíssimo Sacramento, hinários e ladainhas, que transformam as cidades do sertão um feérico e festivo cenário (Costa e Silva, 1988, 61). O missionário acolhido a léguas de distância, em torno dele a juventude montada a cavalo num bonito cortejo. A cidade virando uma alegre praça, uma imensa hospedaria, repleta de redes e de gente conversando e se encontrando. Carne seca e farinha com fartura, e todos alegres. As mães não largam as crianças, mesmo nos momentos sérios das prédicas, com grande exasperação dos missionários. Nas procissões de penitência os meninos correndo de um lado para outro. Tudo isso existe aqui também, no agrupamento, pelo menos na luminosa imaginação de devotos e beatas.

A partir de sua enorme capacidade de sonhar e de viver a partir dele, a figura de Antônio Vicente ganha as dimensões de um gigante. Espalha-se por entre serras e vales a notícia: apareceu entre nós um "santo homem". Vale a pena viajar uns dias para encontrar-se com ele e tomar seus conselhos. Antônio Vicente vira um "conselheiro" consagrado pelo povo: passa a dar conselhos, providenciar remédios, orientar nos problemas da vida. Todos confiam, todos seguem. Não que ele inove em termos de conselhos, o mais das vezes inspirados no bom senso comum, mas o fascínio que emana de sua pessoa faz com que eles sejam seguidos e alcancem real eficácia. Segundo antiga tradição cristã, o Conselheiro chama a todos de irmãos (Calasans, 1993, 18); e em torno é chamado de "meu pai conselheiro" (ibidem). É o pai do grupo. Com o tempo esses "conselhos" se organizam e instalam-se "os dias de conselhos, previamente anunciados" (ibidem), quando o Beato fala longamente ao povo (6b).

Atrás dessa aceitação popular opera-se uma grande e silenciosa negociação no íntimo das consciências dos que carregam pedra e cal no mutirão organizado por quem daí por diante é chamado de *Conselheiro*. A negociação entre a cultura lúdica e aparentemente despreocupada da tradição sertaneja ancestral e a seriedade cristã. As construções do grupo são a expressão e cristalização em pedra e cal de um processo sincrético em marcha, entre as imagens ancestrais de Caipora, Jurupari, Mboi-tatá, Iara de um lado, os orixás dos negros do outro lado, e numa terceira vertente as figuras de Jesus e Maria, São José e Santo Antônio, todos os santos do céu congregados no interior do edifício que ele, o beato construtor, planejou. Nas igrejas do Beato, o paganismo deixa de ser detestável para tornar-se o firme alicerce da construção cristã. Construindo igrejas e capelas ao longo dos anos, o Conselheiro opera a "conversão" do cristianismo rígido e intolerante dos padres ao paganismo do povo, do monoteísmo ativo da hierarquia ao multicolorido politeísmo do povo. Suas construções fazem com que o catolicismo ganhe corpo no sertão, pois garantem a continuidade do culto tradicional, e desta forma protegem a frágil identidade popular contra a contínua ameaça da imposição de

novas imagens.

Finalmente os trabalhos no açude da fazenda de João Tomé terminam e esse paga o serviço em gado "esmolado". O Conselheiro faz uma última prédica "recomendando obediência aos preceitos católicos" (Benício, 1899, 140) e a lenta marcha começa, "uma procissão semelhante a um êxodo de famintos, ocupando um espaço de meia légua" (Benício, 1899, 141), seguida pelo gado e outros "animais esmolados" (ibidem), em demanda da longínqua Bahia. O grupo não deixa de crescer. A maioria mulheres e crianças.

2. TENSÕES COM OS ADMINISTRADORES OFICIAIS DO SAGRADO.

Ao longo dessa longa marcha surge um problema que vai crescendo com o tempo, e se manifesta claramente num desesperado Ofício do Delegado da polícia de Itapicuru em 10 de novembro de 1886 (Benício, 1899, 55-58). O Delegado reclama que, enquanto as autoridades locais não conseguem arrecadar o mínimo necessário para a execução das mais necessárias obras públicas, todos correm atrás do Beato oferecendo-lhe "esmolas e braços" para o grande mutirão da construção, na qual ele administra importantes somas de dinheiro. A presença do Beato é sentida como algo incômodo, ameaçador. O primeiro choque provém pois de um *sentimento de diminuição de prestígio*. O Beato compreende que, para continuar a realizar seus sonhos místicos em cal e pedra, ele precisa dialogar com os administradores da coisa pública, sobretudo os administradores do sagrado, a hierarquia católica, ou seja: as intervenções do longínquo arcebispo da Bahia e da ainda mais distante Roma, as inquietações dos vigários sertanejos e finalmente os aperreios dos missionários das santas missões. Doravante tem que movimentar-se num estreito corredor, espremido entre esses poderes, para conseguir algo (Hoornaert, 1998, 39), nem sempre com sucesso. Pois seu projeto diverge tanto do programa do estado como da pastoral da igreja. Na medida em que o grupo

avança em direção aos sertões da Bahia, isso fica sempre mais claro.

Mesmo assim, os documentos insistem: não é em primeiro lugar um *líder* que aparece no horizonte sertanejo, antes um devoto, sonhador e visionário. Carrega consigo seu oratório e chama todos ao "*beija*", às cantorias vespertinas e matutinas ou seja "*o terço à boca da noite e o ofício de madrugada*" segundo longa tradição sertaneja, insistentemente recomendada pelo Padre Mestre Ibiapina (Hoornaert, 1981, 19). Não podemos imaginar nisso um puro estratagema do Beato na conquista do poder, ou uma "radicalização" de uma fé supostamente milenarista ou sebastianista, como se tem dito tantas vezes. *O que acontece é pura normalidade*. O sertanejo reconhece em Antônio Vicente um leigo franciscano, um beato, na expansiva criatividade dos benditos e sobretudo na livre e generosa mobilidade de quem dispensa igreja ou hierarquia, ordenação ou licença do bispo para articular-se inclusive com as autoridades. O primeiro laço social que se amarra em torno do Conselheiro está no ato de rezar e cantar ladainha com ele (Barros, 1995, 78). E logo o Conselheiro torna-se ponto de concentração, é assumido no carinho popular que nunca mais vai faltar. Anda envolto em musicalidade, ao ritmo inconfundível e interminável das ladainhas, "num latim mestiço, monótono e imoral" (Benício, 1899, 69), eco do próprio compasso do coração nas longas e despreocupadas andanças pelo sertão, o ritmo indígena aliado à melodia lusitana.

Mas aparecem no sertão três *novas devoções*, com agressivo impulso, vindas de fora e centralizadas na figura de Jesus: a devoção ao Santíssimo Sacramento, o Coração de Jesus e Cristo Rei, emanadas da assim chamada romanização do catolicismo brasileiro (Santos, 1996). Essas devoções, se não exigem terminantemente a presença do sacerdote, pelo menos a aconselham. Menosprezam a doçura das antigas cantorias lusitanas, nas quais tanto o Conselheiro como o povo do sertão se sentem mais à vontade. Por todo canto sacerdotes e missionários vociferam contra as "devoções particulares" (leia: sem sacerdote) a favor das "devoções oficiais" (leia: dirigidas por sacerdotes). Como tudo agora está sendo cooptado

pelo clero, o pessoal de Canudos não quer ficar atrás, o que torna a posição do Conselheiro sempre mais delicada.

Por parte da administração central da igreja católica, o interesse em espalhar novas devoções na América Latina não tem nada de ingênuo. Ao lançar devoções mais controladas pelo clero, Roma intenta manter a hegemonia sobre o continente, já que os sacramentos e as paróquias não alcançam o desejado resultado. É essa a análise feita pelos bispos por ocasião do Primeiro Concílio latino-americano reunido em Roma em 1900: trata-se de recuperar a hegemonia sobre o povo através do controle sobre devoções e confrarias. É no delicado entendimento entre a música oficial romanizada e a tradicional música religiosa de raiz lusitana que o Conselheiro tem que enfrentar insistentes pressões por parte do clero (Santos, 1996). Encontra-se no fogo cruzado entre ladainhas e benditos das beatas de um lado e a "música sacra" dos vigários e missionários do lado oposto. Eis um tipo de negociação do Beato que registro aqui, um campo de pesquisa que começa a ser devassado hoje.

Diante da ascendente movimentação devocional em torno do Conselheiro o arcebispo da Bahia tem uma posição definida que podemos acompanhar nitidamente através dos documentos: no dia 16 de fevereiro de 1882 ele emite uma circular aos vigários solicitando que esses "*evitem a ação (do Conselheiro) entre o povo*" alertando que "*um secular, quem quer que ele seja, ainda quando muito instruído e virtuoso, não tem autoridade para doutrinar o povo*" e que o Conselheiro anda divulgando "*doutrinas subversivas e uma moral excessivamente rígida*", de tal forma que o bispo ameaça entregá-lo ao chefe da polícia. Diante da ineficácia desse primeiro aviso, o arcebispo apela para um recurso de extrema covardia: escreve ao presidente da província um ofício no 11 de junho de 1887, sugerindo que o "afaste" do sertão, pois "*prega doutrinas subversivas*" e "*procura convencer as pessoas de que é o Espírito Santo*" (Benício, 1899, 49). É o clássico apelo ao "braço civil". A resposta do presidente não tarda: no dia 15 de junho ele informa ao arcebispo que "*solicita entrada no*

hospício de alienados da Corte, como atacado de monomania religiosa" (Benício, 1899, 51) e pede no mesmo dia internamento para o Conselheiro ao ministro do estado, por "*desobediência às autoridades*" (ibidem, 53). No dia 6 de julho o ministro responde: "*Não há lugar disponível*" e afirma que é melhor colocar o homem "*no asilo de alienados aí existente*" (ibidem).

Um *segundo campo de negociação* é com os vigários da região do Vaza-Barris. Em contraste com o arcebispado da Bahia, eles não cerram fileiras contra o Conselheiro. Como esse não se apropria ofícios sacerdotais, em princípio não há problemas (Hoornaert, 1998, 39). Ninguém se admira de que ele prega no púlpito nem que negocia com os padres a construção de muros de cemitérios, de tanques de água e de igrejas (Valente, 1963, 93). Pois Antônio Vicente é, como relata Ataliba Nogueira, ao mesmo tempo advogado e construtor (Nogueira, 1978, 5), ele consegue dialogar tanto com os vigários como também com as câmaras municipais. Por exemplo: os vigários normalmente são contra a construção de cemitérios fora da cidade, o que vem a diminuir sua empresa sobre as cerimônias ligadas à morte de seus fregueses, enquanto as municipalidades têm que executar a lei dos cemitérios públicos (veja Reis, 1991), criada sobretudo por motivos higiênicos. Antônio Vicente sabe interceder nesse tipo de problemas. Além disso em muitos pontos simplesmente imita os padres, nutre um grande e religioso respeito para com eles.

Mas há *a questão da autoridade e do prestígio* e aí a coisa piora. Como já vimos, o Beato ganha maior confiança por parte do povo do que os padres. Certos vigários se aproveitam disso e o convidam para abrilhantar festas de padroeiro e pregar ao povo, encabeçar obras paroquiais que eles mesmos não têm condições de executar, como a construção de capelas ou cemitérios, dizendo que o Conselheiro lhes traz "*ouro*" (Araújo Filho, 1993, 75), enquanto os comerciantes também gostam da presença do beato. Do outro lado, alguns vigários se sentem ameaçados no seu prestígio, enquanto outros sentem inveja. O Padre Sabino, vigário da

paróquia de Cumbe tem residência fixa em Canudos e vem de quinze em quinze dias para officiar os batismos, casamentos e missas. A tal ponto lucra com as administrações de sacramentos e celebrações de missas em Canudos que desperta a inveja do vigário de Pombal que quer a todo custo dividir a paróquia de Cumbe, para que Canudos fique com ele (Montenegro citado por Queiroz, 1965, 218), uma postura digna dos versos de Gregório de Mattos:

*"Mariolas de missal, Lacaio missa-cantantes,
Sacerdotes ao burlesco, ao sério gambões de altares"* (Satírica, I, 126).

Uma *terceira frente de oposição* vem dos missionários capuchinhos. A imagem capuchinha do Conselheiro não pode nos levar a pensar que sua ação deva ser simplesmente assimilada à dos missionários. Os campos são distintos. Os missionários encaram as coisas dentro de uma racionalidade eclesiástica, enquanto o beato vê o mundo a partir de uma racionalidade mística. A distância epistemológica é enorme. Assim por exemplo as Santas Missões, tradicional obra dos capuchinhos, são atravessadas por três tipos de racionalidade. A igreja está interessada em manter um vínculo com as populações abandonadas do interior através da organização de cerimônias espetaculares que possam continuar assegurando a sempre precária adesão dos mais pobres ao modelo hierárquico vigente. Congregações se especializam na tarefa de pregar aos pobres: os lazaristas e os redentoristas, além dos tradicionais capuchinhos que, com um número relativamente reduzido de pessoas, conseguem uma enorme influência no interior do sertão. Um segundo setor interessado é o governo, que desde meados do século passa a apelar para os missionários capuchinhos no intuito de "*apaziguar populações rebeladas*", como realça Hugo Fragoso num primoroso trabalho (Fragoso, 1988, 10-53). É o governador quem solicita a presença de missionários capuchinhos em Canudos. Um terceiro setor que sonha com as Santas Missões é o próprio povo do sertão, como já tivemos oportunidade de realçar aqui.

Os capuchinhos se movimentam pois num terreno minado por diversos interesses. E nem sempre se convencem que não são os únicos a entrar em campo. Assim na questão da penitência. Até poucos anos atrás insistiu-se muito no caráter penitencial da religião popular, mas hoje percebem-se os limites desse enfoque. De nossa parte pensamos que a atuação dos capuchinhos no Nordeste nesse sentido foi um fracasso. A mensagem da penitência, fulcro central das prédicas, não passa. O espírito carnavalesco não morre. Os missionários não conseguem passar o clima de auto-acusação, fundamental para o sucesso de sua missão. O povo simplesmente não se confessa pecador, assiste às missões antes por *fascínio religioso* do que por convicção penitente. Já dissemos aqui que discordamos de uma análise por demais penitencial da vida dos seguidores do Conselheiro. Afinal Canudos é uma cidade como as outras, onde se brinca e se labuta. Prova disso, como já assinalamos aqui, o ciclo de festas anuais, que enchem a cidade de gozo e se concentram em torno do padroeiro Santo Antônio (Hoornaert, 1998, 32).

Vejamos de mais perto as famosas missões de 1895. Como dissemos, o governador solicita a ida do experimentado missionário Frei Venâncio de Ferrara a Canudos no ano 1895, mas esse, não se sentindo em condições de enfrentar as fadigas do sertão, manda dois outros italianos, Frei João Evangelista, no Brasil desde 1872 (Villa, 1995, 87), e Frei Caetano com apenas um ano de Brasil.

Em treze de maio de 1895 abre-se a Missão. O pessoal vem de longe e enche a praça diante da latada. São umas quatro mil pessoas. Os frades então despejam em cima da cabeça dos ouvintes o que Câmara Cascudo chama de "trovejo capuchinho", um impressionante trovão de palavras, na realidade falas que aprenderam no convento italiano sobre os principais pontos da fé e da moral. O Conselheiro assiste respeitoso e impassível. Quando por exemplo o pessoal dá vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus, ao Divino Espírito Santo e a Antônio Conselheiro, os capuchinhos não sabem o que se passa e logo se aperreiam, até "aconselham o povo a dispersar-se". Antônio Conselheiro consegue convencê-los

a continuar, facilita tudo, reúne o povo de novo e assiste com ele aos sermões. Mas os capuchinhos perdem logo a cabeça. Frei João Evangelista não perdoa a perspicácia do pessoal em perceber que ele de fato "era emissário do governo e que, de inteligência com este, ia abrir caminho à tropa que viria de surpresa prender o Conselheiro e exterminar a todos eles" (Menezes, 1995, 133). Os dois logo de início indispõem-se contra o Conselheiro e contra o povo. Sentem *inveja* do Conselheiro, tão unido ao povo e respeitado por ele. Já na Itália os capuchinhos andam na época bastante desarticulados dos projetos da sociedade, sobretudo depois de Cavour e do trauma do desaparecimento dos estados pontifícios, e aqui no Brasil procuram apoio para suas teses ultramontanas, encontrando pouca ou nenhuma ressonância. No fundo nunca souberam entender os brasileiros. O modo de ser mestiço os endoidece. Não sabem como reagir diante de um modo de ser de um lado tão manifestamente sincero e humano e do outro lado de uma tranqüila desobediência diante de seus ensinamentos. A conseqüência desses encontros é trágico em alguns casos: ocorrem casos de loucura, como o daquele missionário na região do Araguaia que anda matando índios por todo canto. Perseguidos ou pelo menos mal vistos por muitos bispos, os capuchinhos se sentem meio perdidos, aparecendo raramente no cenário das cidades e especializando-se em missões civilizadoras junto a populações que no íntimo desprezam e não conseguem entender. Altamente respeitados pelo povo mas não compreendidos, não conseguem articular um movimento genuinamente brasileiro.

Num próximo sermão das Santas Missões o Frei descamba para o terreno político, faz propaganda do regime republicano e insiste no dever de obediência às autoridades estaduais. Não há mais condições de se continuar. Após sete dias, no dia 20 de maio, os missionários terminam abruptamente a missão (Costa e Silva, 1988, 57). Mais tarde Frei João Evangelista redige um relatório, no qual - entre outras acusações - critica o Conselheiro por andar acompanhado de gente armada, ao que este responde simplesmente: "*V. Revma. há de saber que a polícia*

atacou-me e quis matar-me num lugar chamado Maceté (sic), onde bouve mortos de um e de outro lado" (Menezes, 1995, 129).

3. ENTRE DOIS REGIMES DE TRABALHO.

Com esta resposta do Conselheiro ao Frei João Evangelista, já estamos na terceira e mais difícil negociação. Para situá-la, voltemos a uma conversa entre Antônio Vicente e seu antigo colega de Quixeramobim, João Brígido, no escritório deste em Fortaleza, em 1876. Brígido lhe pergunta porque voltou ao Ceará, ao que o beato responde que tem que pagar uma promessa a São Francisco em Canindé e que "depois seguirei para onde me chamam os *malaventurados*" (Benício, 1899, 59). Com essa resposta chegamos ao âmago da investigação que nos ocupa. O beato deixa-se orientar pelos "*malaventurados*", está comprometido com eles como quem se compromete com uma mulher em aliança matrimonial. Quem são esses malaventurados? Um termo parecido é usado por Laura de Mello e Souza no seu livro sobre Minas Gerais no século XVIII, quando fala em "desclassificados", os que preenchem aquela imensa camada intermediária entre os senhores (doutores) e os escravos, ambos devidamente "classificados" (Mello e Souza, 1982). Nem sempre são os mais pobres, mas são os que mais sofrem as mudanças na sociedade: pequenos proprietários de roça, agora sem terra, artesãos, pequenos comerciantes, sem lugar fixo nem emprego determinado. Vagam pelo sertão numa agitação cotidiana largamente submersa e invisível à historiografia. Forçados a viver uma vida de vadios, vagabundos, expostos à insegurança contínua em termos de moradia, sustento, saúde, estabilidade familiar. Sofrem a mais cruel das desclassificações: a perda da terra, sobretudo depois da terrível Lei das Terras de 1850 que fez com que tudo fosse parar nas mãos dos que conseguiram - e Deus sabe como - um registro no cartório civil. As pequenas roças desaparecem e as fazendas crescem. Além da penúria esses desclassificados sofrem por serem considerados preguiçosos, indolentes, irresponsáveis, vagabundos, inconstantes, infiéis à esposa, pouco confiáveis: "*Homem viaja,*

arrancha, passa: muda de lugar e de mulher, algum filho é o perdurado"; "Quem é pobre, pouco se apega: é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas" (Guimarães Rosa, 1967). A produção de artigos de subsistência mingua e todos ficam forçados a entrar pelas cancelas das grandes propriedades para aí trabalhar sem ganhar quase nada. Desclassificados são os assim chamados "negros treze de maio", libertos dos laços da escravatura mas afastados da terra e do emprego, assim como os caboclos de antigos aldeamentos de Mirandela, Rodelas, Massacará que vagam agora pelo sertão. Nem os governantes nem a igreja se importam com esses "*vagos do sertão*" (Guimarães Rosa).

Quando o Conselheiro resolve fixar-se em Canudos imediatamente configura-se em torno dele um *novo regime de trabalho* que dá a esse povo condições de penetrar na sociedade que lentamente está se formando nos recantos mais remotos do sertão. O Conselheiro funciona na realidade como articulador de um conceito moderno de trabalho e educa seu povo para tanto. Insiste na dignificação do homem pelo trabalho. É um trabalho novo, que de certa forma ressuscita antigas lembranças dos alegres mutirões nas comunidades indígenas. O Conselheiro usa de antigos recursos da tradição monástica, como o sino, as rezas regulares, os horários bem precisos, para educar essa gente a um novo tipo de trabalho e a abandonar a antiga vadiagem. Em Canudos não funciona a hora inglesa, mas a hora monástica. O povo acomoda-se com dificuldade, mas mesmo assim prefere os rigores disciplinares do Conselheiro às humilhações do trabalho servil nas fazendas, sob o chicote e a tortura, de "sol a sol", que causa uma duradoura depressão e um desarranjo psicológico a quem a ele ficar submetido, seja ele descendente de índio, africano ou europeu. Esse pesadelo vai cedendo lugar ao alegre trabalho na retomada da pequena roça, a serviço da mulher e dos filhos.

Mas não é só com seu próprio povo que o Conselheiro tem que lutar para introduzir um novo regime de trabalho, ele fica também numa posição sempre mais difícil para com os latifundiários, que até aqui o têm ajudado com esmolas e

viveres, segundo o sábio ditame: melhor criar amizade do que criar problemas. Os fazendeiros querem recuperar a "mão de obra", agora empenhada na extensão de pequenas roças de posseiros que aparecem por toda parte e formam uma longa rua que vai do centro da cidade em demanda da serra do Cocorobó, na criação livre de bodes e outros animais de pequeno porte, nos mutirões, enfim no trabalho que gera um bem-estar social dantes não experimentado no sertão.

A presença do Conselheiro em Canudos atua pois como fator modernizante e integrador. Como tive oportunidade de realçar num trabalho acerca do Padre Ibiapina (Hoornaert, 1981, 27), ele afinal de contas prega a "doutrina comum" da sociedade em que vivemos: o trabalho, a disciplina, a organização, o estudo, a ordem, luta contra a preguiça, a ignorância, a prostituição e promiscuidade, a má educação. O Conselheiro faz o mesmo: agente de classificação dos desclassificados, é negociador de uma modernidade respeitosa dos valores ancestrais.

Não que Canudos seja uma sociedade igualitária ou socialista. Cada um vai se "classificando", na medida em que chega e constrói algo pelo trabalho: uns, mais privilegiados, vão morar numa das "doze casas de telha" das quais fala Frei João Evangelista (Menezes, 1995, 127). É a rua central, chamada Vista Alegre (Benício, 1899, 242) e onde moram os prósperos comerciantes "*de couro e balcão*" como os Mota, os Macambira e os irmãos Vilanova, os destinados a fornecer esmolas, e, mais afastada do centro as "*taperas*" (ibidem) cobertas de palha, ou seja "*a rua treze de maio (dos negros) e a rua dos caboclos*" (Calasans, 1993, 19), os trabalhadores braçais. Fundamental é o clima de alegria, expressa na exclamação de Honório Vila Nova: "Grande era a Canudos de meu tempo: quem tinha roça tratava da roça, na beira do rio; quem tinha gado, tratava do gado; quem tinha mulher e filhos, tratava da mulher e dos filhos; quem gostava de rezar ia rezar; de tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino" (Macedo, 1983, 67).

CONCLUSÃO.

Penso que consegui colocar o tema. Quero concluir dizendo que falar de "*Antônio Conselheiro, o Negociador*" não significa opor-se diametralmente às imagens clássicas de líder, mestre, messias, conselheiro, construtor ou até "*coronel religioso*". Constitui uma abordagem diferente, que traz algumas novidades a serem discutidas.

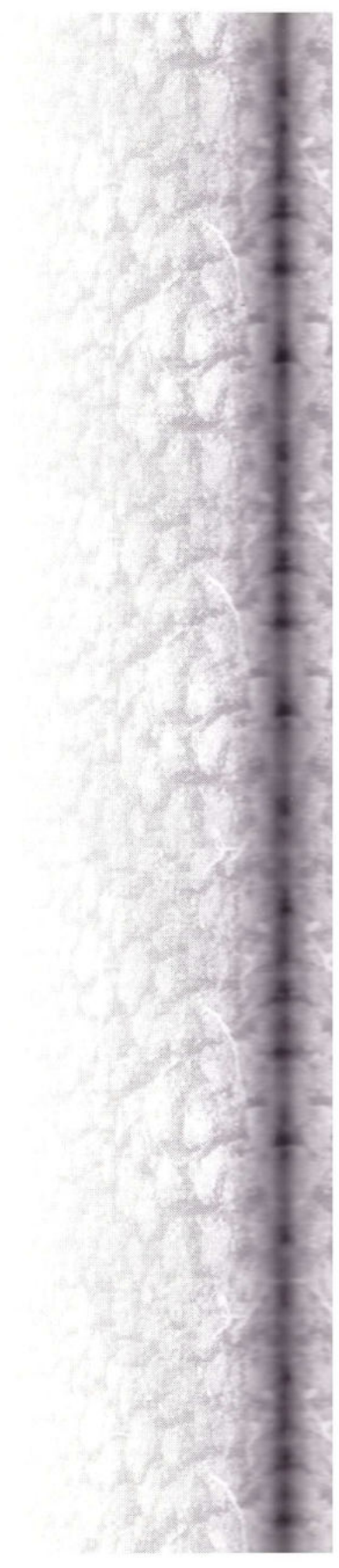
Canudos no final do século XIX é um espaço dinâmico, onde se processam algumas mudanças sutis, certas confluências, certos avanços nem sempre facilmente perceptíveis. Todo um processo de compenetrações normais e "ordinárias" entre universos aparentemente opostos, entre ancestralidade e cristianismo, mística e igreja, trabalho forçado e trabalho comunitário.

O estudo da vida do conselheiro abre amplos campos de investigação que não vamos aprofundar aqui. Insistimos na mediação do sagrado, a mais profunda e duradoura, de "longa duração", aquela que se processa entre o que poderíamos chamar de "cristianismo" e "paganismo" nos sertões nordestinos. A imagem de um clero extirpador de idolatrias e agente da imposição cristã é superada aqui pela postura mais branda de um beato que de certa forma está em pé de igualdade com os pagés e os pais de santo, não pode fazer prevalecer o argumento do poder. O beato vive a partir de um sonho, de um êxtase que lhe confere um poder além de todos os poderes: o de atingir as zonas misteriosas da consciência humana e dos sonhos que alimentam sem cessar o caminhar da humanidade. Com isso ele consegue unir o povo em torno de um projeto, pois negocia a *rendição honrosa do antigo imaginário* ao novo Deus dos cristãos e com isso dignifica seus companheiros e companheiras. A presença desse homem santo na redondeza facilita um processo normalmente caracterizado por violência: profanação e ridicularização da fé antiga, marginalização dos ritos antigos. O método do beato é brando. Pois ele participa do mundo sobrenatural do religioso, antes mesmo de ser cristão. Nele o antigo xamã de certa forma sobrevive e convive com o beato cristão. Xamã

e beato são mais parecidos que a literatura deixa crer. O beato é um xamã com maiores poderes, um xamã mais seguro, pois apoia-se na fé monoteísta de um único Deus "*criador do céu e da terra*", Pai de Jesus Cristo nosso Senhor, onipotente e onisciente.

O homem santo ativa a mudança cultural e social, provoca adaptações a novas situações. Os camponeses que o cercam são "*bricoleurs*" religiosos, ficam construindo um mundo referencial a partir de diversos elementos. Vivem na "confluência das influências". Isso é "sincretismo", vida vivida, mutável e em contínuo processo de adaptação. O Conselheiro consegue como que normalmente o que os sacerdotes experimentam tanta dificuldade em conseguir: a inserção do numinoso pagão no culto cristão. Ele mostra-se disposto a absorver e cristianizar idéias e práticas pagãs, entendendo-se a si mesmo como a plena realização das religiões precedentes.

Last but not least: Canudos, emergindo do mundo camponês praticamente sem presença eclesial, é uma demonstração dos acertos da tipologia do teólogo e sociólogo alemão Ernst Troeltsch (1992). Há algo de místico, sectário e eclesial em Canudos. Vejo o eclesial aflorar na ânsia de se construir uma "grande igreja" em Canudos, ao lado da humilde capela que "não serve mais" (por ironia da história, é a construção dessa "grande" igreja que esteve na origem de toda a confusão). Vejo o sectário em algumas afirmações inflamadas dos seguidores do Conselheiro a respeito dele. Mas sem dúvida a mística é o fulcro, exprime a vivência fundamental. O próprio Conselheiro viveu Canudos como experiência mística, não tanto como líder rodeado de adeptos (idéia sectária), nem como hierarca (idéia eclesial).



EUCLIDES DA CUNHA E JOAQUIM CARDOZO: Dois engenheiros-poetas à procura de Canudos¹

Érico José Souza de Oliveira²

1 Artigo produzido a partir da dissertação de mestrado do autor

2 Aluno de Pós Graduação de Arte Cênica da Escola de Teatro da UFBA

INTRODUÇÃO

A riqueza e consistência do clássico de Euclides da Cunha, "Os Sertões" é reforçada e traduzida através da multidisciplinaridade de sua obra e a forma particular de abordagem da passagem histórica do arraial de Canudos, desde o início de peregrinação de seu criador, Antônio Vicente Mendes Maciel, à criação e veloz proliferação do povoado, até o equívoco e horrendo desfecho fratricida de milhares de brasileiros. Dentro deste recorte histórico pode-se conduzir abordagens das mais variadas áreas de conhecimento científico e com isso contribuir para uma compreensão mais ampla do fenômeno daquela região, servindo, inclusive, para um mergulho sobre o Brasil em si, seja na área da sociologia, da antropologia, da política, da biologia, da história, da arte, etc., reforçando cada vez mais o caráter indissociável dos elementos que integram o conhecimento.

Este artigo pretende mostrar a contribuição da escritura de Euclides da Cunha no campo da dramaturgia, através de uma análise intertextual entre "*Os Sertões*" e o texto teatral "*Antônio Conselheiro*", do poeta Joaquim Cardozo.

Em poucas palavras e propondo um aprofundamento sobre o tema, a noção de Intertextualidade foi gerada por Julia Kristeva, na década de 60, a partir da análise dos conceitos lingüísticos de Mikhail Bakhtin, no qual a base está na constatação de que nenhum texto é fruto de uma construção individual, e sim é resultado de um encadeamento de informações e leituras anteriores. Isto é, todo autor,

inevitavelmente, assimila de outros autores a matéria prima para seu próprio processo de criação. A partir disto, verifica-se em "*Antônio Conselheiro*", de Joaquim Cardozo, um mergulho na obra de Euclides da Cunha, tanto como fundamentação teórica, quanto veículo direto de inspiração.

DOIS POETAS, DUAS TRAGÉDIAS

Algumas coincidências ligam estes dois escritores ao longo de suas vidas. Joaquim Cardozo (26/08/1897 - 04/11/1978), nasceu no bairro do Zumbi, no Recife, Pernambuco. Neste período Euclides da Cunha (10/01/1866 - 15/08/1909) estava em pleno campo de batalha, na campanha de Canudos, no sertão da Bahia. Ambos eram filhos de guarda-livros e estudaram engenharia, além de exercerem a profissão de topógrafo. Assim como Euclides da Cunha, Joaquim Cardozo é considerado um grande escritor, filósofo e crítico social. De sua incursão pela engenharia de cálculos, a construção de vários prédios de Brasília e do Complexo da Pampulha, ao lado do arquiteto Oscar Niemeyer, coloca-o na vanguarda da arquitetura brasileira. Além de poeta, produziu seis textos de teatro, entre eles, "*Antônio Conselheiro*", baseado no episódio da guerra de Canudos. Mais um elemento que o liga a Euclides da Cunha. Nota-se na produção literária de ambos, a preocupação com a população menos favorecida e a insatisfação com as condições de vida da maior parte dos brasileiros. A vida de ambos foi cheia de atribulações, como demissões de cargos públicos. Ambos vieram a falecer devido a uma tragédia: Euclides é baleado pelo amante de sua esposa; Cardozo fica enfermo após ser acusado como responsável pelo desabamento do Pavilhão da Gameleira, em Minas Gerais, que causou a morte de 86 operários, vindo a falecer tempos depois.

Um libelo à brasilidade

O livro "*Os Sertões*", de Euclides da Cunha, se considerado tão somente um estudo

sobre a geologia e a sociologia brasileira, através da travessia do autor, indo do Sudeste ao Nordeste do país, para cobrir jornalisticamente um dos episódios mais trágicos da História do Brasil: a campanha de Canudos, correria o risco de uma classificação empobrecedora diante da diversidade e profundidade de informações que contém tal ensaio, seja de um ponto de vista literário, sociológico ou mesmo científico. Principalmente porque o livro desenvolve-se seguindo exatamente o mesmo percurso de seu criador que, através de seus conhecimentos topográficos e geológicos, aliados à sua visão de "engenheiro-andante", parafraseando Berthold Zilly, de espírito propício a penetrar e deixar-se penetrar pela descoberta de novos horizontes, divide-o (como não poderia deixar de ser, já que Euclides começa narrando sua chegada a Canudos e sua surpresa com a grande diferença paisagística desse imenso Brasil), em três momentos distintos (somente enquanto estrutura literária e narrativa), nomeados por ele como a "Terra", o "Homem" e a "Luta". São três partes explícita e implicitamente ligadas, onde o autor registra para a posteridade a existência de uma região tão abandonada quanto exótica para olhos estrangeiros, como os dele, composta de uma civilização mestiça e rude, adaptada a tão estéril terreno.

3 Aqui qualifico Joaquim Cardozo como "engenheiro-poeta", devido à grande simbiose profissional existente na sua produção científica e literária. Alguns estudiosos nomeiam-no "poeta-engenheiro", porém serão usadas as duas terminologias, mudando de acordo com a área de atuação em que ele encontra-se no momento.

Sua contribuição foi tão essencial e profunda, que "Os Sertões" passou a ser um marco e uma fonte inesgotável de possibilidades de conhecimento desse Brasil arcaico e encantador, sendo seu autor o responsável por trazer à nação "civilizada" a outra face da realidade brasileira, em forma de verdadeiro libelo à brasilidade, pois, através da sua voz, aquele povo esquecido passou a ser, pelo menos, mencionado em todo o país, e mais, entrou para a História através de suas mãos.

Impressões cartográficas

Na primeira parte, dedicada à descrição "poético-cartográfica" de sua viagem ao sertão baiano, sua linguagem assemelha-se bastante aos diagnósticos topográficos do engenheiro-poeta Joaquim Cardozo³, quando da realização de estudos ou

demarcações de terras, durante seu emprego na Comissão Geodésica do Recife, conforme depoimento do arquiteto e professor da Universidade Federal de Pernambuco, Geraldo Santana⁴: *"...é uma coisa muito bonita porque alguns dos poemas, por exemplo, 'O cinematógrafo', é um poema de Cardozo onde ele é o topógrafo. É um topógrafo-poeta, onde ele está fazendo o levantamento de um trecho de um rio, às margens de um rio, onde ele vê as flores das árvores, quer dizer, ele não vê somente a água se movendo, a correnteza, que desenha nenhum pode comunicar(...)mas ele, no poema, descreve essa riqueza e guarda tudo numa caderneta de campo..."*. Isto exemplifica que Cardozo continha no próprio trabalho técnico a inspiração e observação sensitiva e criadora, o que lhe permitia uma linguagem mais ampla e diversificada na descrição da realidade em questão, ou mesmo, como ocorre com frequência em sua obra, a fonte geradora de sua poética. Essa atmosfera sensitiva e qualidade observativa está impregnada na trajetória de Euclides pelas estradas que o levam ao sertão baiano, principalmente pela forma como ele narra e relaciona os elementos que vão desde o tipo de clima e de terreno, às suas impressões sobre a flora, sobre o entardecer, o céu, as chuvas: *"Mas no empardecer de uma tarde qualquer, de março, rápidas tardes sem crepúsculos, prestes afogadas na noite, as estrelas pela primeira vez cintilam vivamente."* É difícil, tanto em Euclides como em Cardozo, distinguir o poeta do cientista, o técnico do artista.

Em "Primeiras impressões", Euclides faz referência às qualidades e peculiaridades rochosas do sertão, que coincidem com o imaginário popular sertanejo, para o qual o sertão já teria sido mar: *"E por mais inexperto que seja o observador ao deixar as perspectivas majestosas, que se desdobram ao Sul, trocando-as pelos cenários emocionantes daquela natureza torturada, tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens..."*, fundamentando tal afirmação em "Um sonho de geólogo", como se todo o sertão brasileiro estivesse submerso e o Oceano Atlântico ligado ao Pacífico, ficando à vista apenas *"as altiplanuras das Guianas"* e, para o sul, o maciço de Goiás, o de Minas e parte do planalto paulista, *"onde fulgurava, em plena atividade, o vulcão de Caldas"*, sendo estes locais *"o núcleo do continente*

4 SANTANA, Geraldo. Entrevista concedida a Érico José, em 22.12.2000.

futuro". Daí ascenderam aos poucos até à formação das Américas, como se tem hoje. É impressionante perceber a tentativa de Euclides de, através de conceitos científicos, como os de Fred Hartt ou Gerber, dar-nos a possibilidade de concretizar a antiga lenda sertaneja sobre este assunto que, segundo o imaginário popular, terá destino cíclico: "*O sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão*", conforme as palavras do profeta Conselheiro. Mais impressionante ainda é a relação dessa mitologia sertaneja com as crenças míticas abordadas por Maria Isaura Pereira de Queiroz, em "*O messianismo no Brasil e no mundo*", encontradas nos povos primitivos do Oeste americano, da Melanésia e da África, que acreditavam no nascimento, envelhecimento e morte da Terra, num processo natural e cíclico, onde o final dos tempos seria apenas o recomeço de nova existência terrena. Segundo a autora, estas lendas são propiciadoras de condutas messiânicas e, comprovadamente, todos os movimentos messiânicos estudados surgiram em sociedades que conheciam tais histórias, ou que possuíam mitos ou heróis que regressariam para dar ao seu povo um mundo melhor. Começando pela análise geográfica do sertão, Euclides já vislumbra uma possível hipótese sobre as razões do tipo de estruturação da comunidade de Canudos, que possuía elementos fundamentadores de um movimento messiânico, cujas causas e dimensões a elite brasileira não compreenderia.

Seguindo o raciocínio de Maria Isaura, não basta apenas a crença em tais lendas e mitos para que se desenvolva um processo de caráter messiânico, é preciso que haja uma necessidade de reação a algum fator, seja ele externo ou interno, que venha a perturbar a estrutura da comunidade. No caso do movimento de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, o próprio isolamento e sofrimento em que o povo vivia estado de anomia, segundo Maria Isaura; sempre acalentado por uma esperança de melhoria e pelo desejo de que algum enviado divino modificasse tal situação, associado às crenças míticas, tornava fértil o surgimento de tais reações, reforçado pelo que Zilly nos lembra: "*a distância com respeito ao mundo parece aproximar os homens de entidades sobrenaturais. (...) O vazio pode vir a ser o lugar da*

plenitude."⁵ Realmente, Canudos, aquele fim de mundo que se tornou uma cidade próspera nas mãos do Conselheiro, era a plenitude para os seus adeptos, e o próprio Euclides concorda com isso quando afirma, do Alto da Favela, ao descrever o cenário desértico que ali se diferenciava: "*Tinha na frente a antítese do que vira. (...) E quase compreendia que os matutos crendeiros, de imaginativa ingênua, acreditassem que 'ali era o céu...'*" (CUNHA, 2000-p. 34). Canudos contemplava outra característica inerente ao movimento messiânico descrito por Maria Isaura: a crença no "*Paraíso Terrestre*". Era como um oásis no deserto. Às margens do rio Vaza-Barris, sob uma organização exemplar, a vida parecia uma bênção e a terra um presente de Deus para seus filhos, desde há muito sacrificados, mas agora libertos do sofrimento graças ao "Bom Jesus Conselheiro".

Quanto aos outros elementos estudados por Euclides para a primeira parte de seu livro, há enorme surpresa quanto às particularidades encontradas nesta região, seja com referência ao clima, que atingia níveis térmicos impressionantes, variando de 35 graus (à sombra), durante o dia, à grande baixa durante à noite que se tornava frigidíssima, ou ao contraste dos períodos de estiagem, que transformavam a região num deserto seco e sem vida, em relação à chegada do inverno, que transformava o sertão num paraíso:

*"E ao tornar da travessia o viajante, pasmo, não vê mais o deserto.
Sobre o solo, que as amarílis atapetam, ressurge
triunfalmente a flora tropical.
É uma mutação de apoteose."* (CUNHA, 2000-p. 55).

Ou às secas, que possuíam um ciclo inexorável, com as caatingas, representantes legítimas daquele mundo recalcitrante. Neste ínterim, o autor relata suas impressões sobre a possibilidade de que o homem seja o principal agente causador daquele cruel fenômeno, devido às tantas queimadas, herança da cultura indígena e aproveitada na colonização para a conquista de terras a oeste do país, destruindo e aniquilando a fertilidade da região. Por fim, propõe meios de

5 ZILLY, Bertold. A reinvenção do Brasil a partir dos sertões... In: Revista Canudos, v. 4, nº 1/2(p. 117).

combate às secas, que tiveram bons resultados na Tunísia por iniciativa dos romanos que a transformaram em região fértil, graças aos mecanismos simples de pequenas represas.

Raízes sertanejas

Mas é na parte dedicada ao homem que Euclides da Cunha alça grande vôo hipotético na tentativa de desvendar a origem do homem do sertão. Considerada a mistura entre o índio, o negro e o português, fator essencial para a discussão sobre a etnia brasileira, ele chega rapidamente à conclusão de que "*não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca*" (CUNHA, 2000-p. 76), e afirma que o contraste é a feição nacional por excelência e que não se pode exigir comparação com as raças européias (desejo nacional da época). E mais: que, mesmo que tentemos buscar uma identidade para nosso povo, estamos condenados à civilização, isto é, aos ideais daqueles que se julgam a casta civilizada do mundo e, resignado, admite: "*Ou progredimos, ou desaparecemos*" (CUNHA, 2000-p. 77). Este progredir é um dos fatores de confusão ideológica nacional que aspira a uma verdade que não é a sua, a um sistema de vida que não cabe nas condições de uma terra tão ampla e plural. É na diversidade geográfica e climática que o autor defende as tão variadas nuances da raça brasileira, chegando a citar o processo de seleção natural de Darwin e sua adaptabilidade ao meio físico como fator da plurietnia nacional. E chega à formação da raça brasileira do Norte e às suas comparações com os sulistas.

O sertanejo possui menos herança negra que os litorâneos, segundo ele, pois, os nativos tiveram como única opção de resistência à exploração dos portugueses, a fuga para o interior do país na tentativa de manter suas tradições e mesmo a sua existência, enquanto que os negros não se afastaram tanto na construção de seus quilombos, gerando a originalidade na gênese do jagunço, tipo especificamente adaptado aos sertões e que, por isso, possui características próprias não

encontradas em outra parte do Brasil, fruto da mistura do índio com os bandeirantes, que vinham através dos rios conquistar terras atrás de riquezas, subindo pelo São Francisco e desvendando aquele universo desértico. Enfim, possíveis descendentes dos paulistas, seus "colaterais", na linguagem do autor. Aliás, o rio São Francisco é considerado por Euclides, a partir da afirmação do historiador João Ribeiro, como "o grande caminho da civilização brasileira", gerando tal sociedade rude que continha o cerne da nacionalidade. Se por uma parte Euclides valora os elementos que cristalizaram a cultura sertaneja, como a herança de tradições seculares que, pelo isolamento do resto do país, conservou intactas suas formas e conceitos, evidentemente influenciados pelo misticismo medieval português, por outro lado ele, filho de uma visão etnocentrista radical, chega a crer que, por causa da miscigenação das raças, o povo brasileiro seria uma sub-raça, ou raça inferior, pois "*a mestiçagem extremada é um retrocesso*", chegando a ser desconcertante seu parecer de que a mistura de raças é prejudicial e que o mestiço é quase sempre um desequilibrado, um doente incurável. Sua análise é um tanto arbitrária aos olhos de hoje. Aí está a ótica por onde o autor trata a comunidade de Canudos e seu líder carismático, a começar por sua definição de "*religião mestiça*", como o próprio matuto, atrelada a crenças esdrúxulas: "*Antônio Conselheiro foi um gnóstico bronco. (...) Foi um documento raro de Atavismo.*" (CUNHA, 2000-p. 154/155).

Asceta demoníaco

A versão de Euclides da Cunha sobre o personagem principal de Canudos segue esta mentalidade como era de se esperar - preconceituosa e antiquada. Para ele, Antônio Conselheiro era fruto de sua sociedade primitiva e selvagem, mentalmente fragilizado por sua hereditariedade mestiça e inferior. Era um louco "*incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva.*", um representante natural do meio em que nasceu. E por aí narra sua trajetória de vida, desde a verve violenta de seus antecedentes familiares, os Maciéis, conhecidos nas terras do Ceará por rivalidades e mortes entre famílias, até sua desilusão amorosa, quando sua esposa

foge - por ironia do destino - com um soldado. Depois desse episódio, Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, perdeu-se pelos sertões numa vida de andante resignado, criando fama por onde passava e durante décadas fazendo pregações e obras de restauração de igrejas e cemitérios. O povo logo se junta a ele nas caminhadas telúricas e, aos poucos, vai-se estabelecendo sua autoridade divina. Era, para o olhar da civilização, ali representado pelo engenheiro e jornalista Euclides da Cunha, um indivíduo no limiar tênue entre a sanidade e a loucura. Uma aberração. Foi, com todas essas idiossincrasias, que ele implantou naquele sertão longínquo uma comunidade de milhares de pessoas, fiéis devotados, em sua grande maioria, numa experiência rara de comuna salvadora e produtiva, de regras e rituais próprios, que se confrontava diretamente com os poderes oficiais. Quanto a tais rituais, Euclides caracteriza-os como "*agrupamentos bizarros*", que beiravam a nevrose coletiva, repletos de místicos e ingênuos crendeiros. Talvez, se ele visse hoje em dia, os templos modernos das variadas seitas e religiões, com seus cultos eloqüentes e popularescos, com as várias expressões ardorosas de espiritualidade, poderia, quem sabe, refletir sobre a validade de seus argumentos, quanto ao arcaísmo epistolar dos sertanejos. Assim se construiu Canudos: "*A urbs monstruosa, de barro, definia bem a civitas sinistra do erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho.*" (CUNHA, 2000-p. 187).

6 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977.

Numa comparação irrecusável, a visão de Maria Isaura do profeta de Canudos e da religiosidade existente no vilarejo é mais sensata e branda: "*Tratava-se, pois, de uma revivificação de práticas normais no meio rústico, sem que se possa apontar nenhuma invenção neste terreno*"⁶, já que as práticas religiosas nesta região distante e abandonada, davam-se de maneira escassa por parte da autoridade religiosa tradicional, gerando atividades, de certa forma leigas, pela própria comunidade e indivíduos mais inclinados às práticas religiosas. Naturalmente, distorções e adaptações aconteciam para que se acomodassem às necessidades locais as prédicas e os rituais sacrossantos da igreja oficial, num rígido comportamento e

organização coletiva, no qual as maiores obrigações possuíam um caráter completamente espiritual. Sobre o sistema sócio-religioso do arraial, a autora define-o: "*Todas estas distinções internas, que davam fisionomia própria ao arraial, evidenciavam a existência de organização social e complexa, desmentindo a afirmação de Euclides da Cunha de que se tratava de uma comunidade 'homogênea e uniforme, massa inconsciente e bruta'*"⁷. Sobre o patriarca do povoado, Maria Isaura desenha-o como personalidade mais lúcida, com exemplos cotidianos de seu temperamento e comportamentos diante dos fiéis que o idolatravam e chegavam a compará-lo ao próprio Deus, o que era rebatido por ele sem pestanejar: "*Levante-se que Deus é outra pessoa*"⁸. Ele nunca afirmou ser algo mais que um enviado, um representante de Deus na terra e seus atos bastavam para comprovar tal definição. Claro que a dimensão que alcançou sua autoridade e a repercussão da cidade sobre toda a sociedade brasileira, exigiu dele e de seus devotos, como defesa de seus ideais e crenças ou mesmo por ignorância das reais causas das malquerenças dos republicanos, um posicionamento rígido e imediato. O fato é que a ignorância foi uma das causas desse encontro desastroso de duas sociedades, que, por mais próximas em sua origem étnica, eram distintas enquanto mentalidade cultural. É preciso grifar: ignorância de ambos os lados.

Joaquim Cardozo, em seu texto teatral, "Antônio Conselheiro", absorve essa relação da terra com o homem que, inegavelmente cria necessidades e costumes específicos na lida com sua realidade, porém, transforma a terra em elemento coadjuvante dos jagunços e não em simples inimiga, ao passo que para adaptar-se ao meio, o homem passa a conhecer todas as possibilidades existentes e que poderão tornar-se favoráveis a ele. Enquanto em "*Os Sertões*", nas palavras de Ricardo Oiticica, a terra seria "*o palco*" onde ocorre o trágico espetáculo; em "*Antônio Conselheiro*", ela passa a ser mais um forte personagem que age por conta própria e combate seus inimigos:

7 Idem.

8 Ibidem.

"Pajeú:

*Desta vez, como das outras,
 Não passarão dali (faz um sinal com o beijo)
 Da estrada do Cambaio;
 Dali, do Alto da Favela.
 Mas vão ver novamente
 Que é a terra toda que os repele,
 Que a terra, o chão, a seca
 É que os vencem e os reduzem a frangalbos;
 Só vencerão quando destruírem a terra(...)"* (CARDOZO, 1975-p. 83).

As enormes contradições do sertão, seja em relação à forma de vida do litoral majestoso, à questão cultural de seu povo, seus valores, ou à própria capacidade de metamorfosear-se, de surpreender a quem acreditara que já o conhece definitivamente, leva Euclides, ao mesmo tempo que o vê como penoso ambiente, a defini-lo como um paraíso, onde a terra, assim como o homem, briga contra a força da natureza e ressurge transformada, radiante, num rígido ciclo de secura e bonança, definido pelos nativos de "o verde" (período em que os sertões reflorescem e revivem "derivados da exuberância da terra"), num enorme contraste com o período da "magrém" (a seca), naturalmente incorporado pelos sertanejos como demonstra a poesia de Cardozo:

"2ª Mulher:

*Antes de nascer a estrela
 O céu está verde.
 Antes de nascer é verde o sol.
 Quando aparece já está maduro
 Maduro, amarelo, ardente, queimando.
 E no alto se torna um seco girassol,
 E em vez do 'verde' é o 'magrém'"*. (CARDOZO, 1975-p. 78).

Observa-se que Cardozo apropria-se da informação dada em nota de rodapé por Euclides e desenvolvida em sua narrativa, sobre as duas únicas estações que contemplam a região: "Verde e magrém, termos com que os matutos denominam as quadras chuvosas e as secas" (CUNHA, 2000-p. 57), e transforma em poesia nas falas de suas

personagens.

Quanto à figura do Conselheiro, Cardozo a define como um homem que, mesmo sofrendo de momentos alucinatórios característica real e encontrada em vários familiares, inclusive seu pai mantinha uma altivez e coerência sobre sua existência e vocação, que impressionava tanto o senso comum, como as autoridades que travavam contato com ele. Um homem que conseguiu, independente dos meios utilizados, acrescentar de dignidade a vida miserável daqueles que, estando ali naquelas paragens isoladas, eram relegados ao esquecimento:

Voz:

*"Antônio! Morreste por uma grande fé
E por uma, ainda maior, caridade,
No seio do povo que abrigaste
Em tua esperança. Morreste mártir
Como os mais santos da cristandade.
(...)
Porque descobriste esta terra esquecida.
Em que implantaste uma lei instruída,
Tão certa e tão falsa como as dos doutores
Que pretenderam te condenar
(...)
Ao teu Evangelho chamaram fanatismo,
E de ti procuraram afastar o teu povo recolhido,
Como há milênios, os que vivem felizes e fartos
Sempre se fingem piedosos, preocupados
Pelos que estão famintos. Piedosamente!
A estes oferecem a fé em um outro mundo
De maravilhas: um país de encantos e duendes(...)"⁹*

Ignorância trágica

A guerra. Realmente constitui o momento mais impressionante da narrativa de Euclides da Cunha, seja pela minúcia de detalhes, seja pelos fatos assombrosamente reais que ilustraram tão lastimável passagem histórica. É a

9 CARDOZO, Joaquim. *O capataz de Salema, Antônio Conselheiro, Marechal, boi de carro*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1975 (p. 113 a 115).

maior e mais desconcertante parte de "Os Sertões", na qual o autor se abstém de defender qualquer um dos lados, e esclarece na última folha "*sem glória*" de sua obra-prima: "*Não tive o intuito de defender os sertanejos porque este livro não é um livro de defesa; é, infelizmente, de ataque.*" Considerada tal declaração como "Nota à segunda edição", é de se deduzir que críticas e cobranças posteriores ao seu relato fizeram-no posicionar-se mais enfaticamente sobre o episódio. O que é bastante interessante é a coragem de Euclides em trazer à tona essa passagem sangrenta e vergonhosa da História do Brasil - estando ele a serviço do Estado nesta campanha - com grande teor crítico ao poder, à civilização dita moderna, e à mentalidade da qual ele próprio fazia parte mas que, devido a tanta selvageria, o fez refletir sobre a forma brutal e equivocada como se resolveu a peleja.

Na verdade fica clara a dimensão que a batalha ganhou progressivamente devido a um profundo orgulho patriótico. Foram várias investidas ao arraial por parte da milícia, que a princípio era de vulto estadual. No primeiro combate, as autoridades baianas não deram importância real ao apego do sertanejo pelo seu messias e sua terra prometida, enviando apenas 100 praças para acabar com a "desordem", que estaria prejudicando as cidadelas vizinhas e o clero local. A primeira expedição, como as demais, tiveram um inimigo feroz e imbatível: a terra. Ao atravessarem aquela sequidão de léguas infernais, o esgotamento fazia-os inofensivos aos adversários que, mesmo não dispondo de armamentos modernos, combatiam-nos com vivacidade e artil impressionantes. Não temiam a morte. Iam de encontro a ela numa religiosidade festiva. O saldo da primeira expedição foi de 150 conselheiristas mortos para 10 soldados, o que demonstra uma superioridade militar. Mas as dificuldades do local fizeram-nos regressar, desistindo do conflito. Diante desta derrota foi articulada a segunda expedição - ainda com vulto estadual como uma reação aos "fanáticos": "*Era preciso que saíssem afinal da barbaria em que escandalizavam o nosso tempo, e entrassem repentinamente pela civilização adentro, a pranchadas*" critica Euclides. À medida que os sertanejos, aliados à terra, passavam por experiências de guerra, começavam a criar táticas de defesa que eram eficazes

ao visitante desavisado. A segunda expedição, mesmo com saldo pequeno de mortos e feridos, bate em retirada, envergonhando a opinião pública e exigindo das autoridades medidas mais enérgicas. Neste ínterim, as elucubrações do governo republicano sobre os propósitos dos conselheiristas chegam à argumentos incríveis que os qualificam como revolucionários, monarquistas e inimigos da nação. Tais argumentos eram também necessários, pois, ganhando vulto nacional, era preciso que se tivesse um argumento eficaz para que a população aceitasse placidamente a dizimação violenta que estava sendo planejada como investida. Dentro desse contexto, instaurou-se a terceira expedição, já a nível nacional, comandada pelo coronel Moreira César, com 1.300 combatentes, ao passo que a comunidade de Canudos continuava crescendo devido às "vitórias" e aos milagres do Conselheiro sobre o exército a força republicana do inferno, segundo os sertanejos. Esta mentalidade de ambos os lados congregava e legitimava a guerra. A civilização queria extirpar o atraso e os monarquistas revoltosos, enquanto que os crentes queriam acabar com o "governo do demônio", que era a República, pois para eles, a Monarquia era um governo divino onde o rei representava Deus para seu povo. Equívocos e ignorância mútuas.

Devido a vários incidentes e estratégias militares inválidas para aquela região, depois de um recontro feroz de corpo a corpo dentro do arraial, defrontando-se com a astúcia e força inacreditáveis dos conselheiristas, ocasionando muitas mortes dos dois lados, inclusive a do comandante Moreira César, a expedição faz uma retirada humilhante, deixando toda a artilharia nos arredores do povoado, rapidamente capturada pelos sertanejos, deixando pela estrada os farrapos e corpos dos soldados decapitados, dependurados num cenário mórbido e assustador. Diante do abalo nacional que foi a derrota da terceira expedição, sob a obsessão republicana de honra e orgulho, era, mais que nunca, imprescindível destruir o grupo monarquista que desafiava a nação. Daí, iniciou-se uma batalha crônica, salvo os detalhes de estratégia guerrilheira e pormenores horripilantes, as

duas partes envolvidas fanatizavam suas ideologias e crenças em função da selvageria e morticínio inescrupuloso. Euclides aponta que "*bá nas sociedades retrocessos atávicos notáveis...*" e aquele episódio monstruoso realmente era um retrocesso gigantesco na civilização brasileira. Os sertanejos não se deixaram vencer nunca. Lutaram até o fim com o fervor dos devotados e abnegados. A quarta expedição, na verdade, desdobrou-se em muitas outras, recebendo reforços constantes de todo o país, até o último instante, numa luta incessante. Um quadro catastrófico. Um cenário cruel e desumano. Uma tragédia vergonhosa e inconcebível. Um estorvo.

Poesia do caos

Como transformar em poesia tal episódio? Tirar de uma inglória e infrutífera batalha elementos de beleza? A própria narrativa de Euclides da Cunha, apesar de possuir em certos momentos a crueza necessária para explicitar os fatos reais, denota um lirismo impressionante, com forte dramaticidade e de um ritmo cinematográfico surpreendente. A força imagética, os recursos encenatórios e a linguagem sugestiva e plástica da obra euclidiana, já observada por Berthol Zilly no ensaio "A reinvenção do Brasil a partir dos sertões"(op. cit.), trazem, hipoteticamente, grandes pistas sobre a possibilidade de recursos intertextuais utilizados por Joaquim Cardozo na construção do texto "Antônio Conselheiro", já que se trata da abordagem do mesmo tema e, sendo Cardozo um erudito por excelência, tendo acesso desde à infância aos clássicos da literatura brasileira, não é tão difícil crer que "Os Sertões" o tenha influenciado e até mesmo conduzido-o na estrutura conceitual do texto dramático. Tais semelhanças entre a obra-prima de Euclides da Cunha e o drama de Joaquim Cardozo encontram-se principalmente nos elementos visuais e forte inspiração sobre fatos do livro. Por exemplo, a prisão de Antônio Conselheiro - descrita por Euclides da Cunha - com o argumento esdrúxulo de que ele havia matado sua mãe e esposa, com o intuito por parte das autoridades de denegrir sua imagem perante a população de fiéis e

seu comportamento diante dos juizes que o acusavam de tal heresia, sabendo-se que a verdade é que sua mãe morreu quando ele ainda era criança e sua mulher fugira com um soldado, transfigura-se na primeira cena da peça de Joaquim Cardozo, com grande enfoque poético e metafórico da figura de Conselheiro e registrando a tendência ao abuso dos poderes instituídos. A dinâmica cênica empregada na construção dramatúrgica de Cardozo também possui um caráter cinematográfico, tanto na composição estética, como no encadeamento e desenrolar das cenas e fatos da tragédia.

O grande salto que Joaquim Cardozo proporciona é justamente seu real posicionamento diante da catástrofe que foi a guerra de Canudos, sua crítica feroz às instituições, tanto religiosa quando política e a defesa do ideal de liberdade comunitária. O poder reflexivo que ele dá, tanto aos sertanejos, como aos militares, é uma ampliação do pensamento euclidiano que permeia, muitas vezes nas entrelinhas de sua narrativa. É o poder e oportunidade de voz e de tentativa de entendimento que ele proporciona aos homens comuns que dá o teor transcendente de sua obra:

O general

*Nem sempre morrer numa batalha
É ato de heroísmo, pode ser um ato sem convicção,
De simples rotina.
Ato de quem exerce uma profissão
Com zelo e dignidade.
(pausa, refletindo)
É bestial a sorte de quem perde a vida
Em nome de um conceito vão qualquer,
Criado como mentira, ilusão;
Morrer para os outros, ser história
(sorri melancolicamente)
Para os outros(...)* (CARDOZO, 1975-p. 102).

Como torna-se claro no título da peça "Antônio Conselheiro" Joaquim Cardozo prioriza o homem, o ser humano em toda sua plenitude. Ele reescreve, a partir dos episódios da guerra de Canudos, as angústias e os anseios da humanidade, numa composição dialética que não admite vencedor, pois quando o homem é levado a condições extremas de miséria e opressão, quem perde é a própria humanidade. E transforma todos os personagens em porta voz de sua indignação e de seu conceito ideológico:

O Homem

*"Canudos é uma placa de silêncio
Perfurada de gritos,
Machucada de choros e de soluços;
E neste silêncio, escondido,
Há uma vaia, um assobio abafado,
Torturado neste silêncio.
A vida boa é a vida que se encontra
Numa história contada.
No que se pressente, no que se vê
De longe, no que passa depressa;
O que se vê de perto, de muito perto
É quase sempre, feio,
É duro, triste e malvado."* (CARDOZO, 1975-p. 89).

A evidente e comprovada apropriação que Cardozo faz da obra de Euclides da Cunha, vem registrar em ambos a importância e contemporaneidade de seus escritos, pois, até hoje, "Os Sertões" é referência quando se trata de qualquer enfoque sobre o povo do Nordeste e a aquisição de Cardozo dessa obra o enquadra dentro do que há de mais atual em se tratando de texto literário: a intertextualidade. "Antônio Conselheiro" é um texto que utiliza-se, das indicações e informações contidas no clássico de Euclides, de forma poética e crítica, trazendo para outro campo do conhecimento o teatro a inspirada referência de um homem que deixou para a posteridade suas impressões e indagações sobre uma guerra insana, de total inciência.

BIBLIOGRAFIA:

CARDOZO, Joaquim. *O capataz de Salema, Antônio Conselheiro, Marechal, boi de carro*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1975.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977.

ZILLY, Bertold. A reinvenção do Brasil a partir dos sertões.... In: Revista Canudos, v. 4, n° 1/2(p. 117), Salvador: UNEB, 2000.

SANTANA, Geraldo. *Joaquim Cardozo: engenheiro da poesia*. Entrevista concedida a Érico José, em 22.12.2000.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha: contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRÁS, 2000.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1969.